



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

DARLANE AMORIM VIEIRA

**O AUTOEMPREENDEDORISMO INFORMAL E A INSERÇÃO SOCIAL DE
JOVENS PELO TRABALHO**

São Cristóvão, SE
2021

DARLANE AMORIM VIEIRA

O AUTOEMPREENDEDORISMO INFORMAL E A INSERÇÃO SOCIAL DE JOVENS
PELO TRABALHO

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre em
Administração pelo Programa de Pós-
Graduação em Administração da
Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Área: Pequenas Empresas e
Empreendedorismo

Orientadora: Profa. Dr^a. Rúbia Oliveira
Corrêa

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

V658a Vieira, Darlane Amorim
O autoempreendedorismo informal e a inserção social de jovens pelo trabalho / Darlane Amorim Vieira ; orientadora Rúbia Oliveira Corrêa. – São Cristóvão, SE, 2021.
177 f. : il.

Dissertação (mestrado em Administração) – Universidade Federal de Sergipe, 2021.

1. Administração. 2. Empreendedorismo. 3. Jovens - Emprego.
I. Corrêa, Rúbia Oliveira, orient. II. Título.

CDU 658:005.342-053.67

DARLANE AMORIM VIEIRA

O AUTOEMPREENDEDORISMO INFORMAL E A INSERÇÃO SOCIAL DE JOVENS
PELO TRABALHO

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre em
Administração pelo Programa de Pós-
Graduação em Administração da
Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Trabalho defendido e aprovado em ____ de _____ de 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Rúbia Oliveira Corrêa (Orientadora).
Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPADM/UFS)

Prof^ª. Dr^ª. Florence Cavalcanti Heber Pedreira de Freitas (Examinadora Interna).
Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPADM/UFS)

Prof^ª. Dr^ª. Thais Ettinger Oliveira Salgado (Examinadora Externa)
Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP/UFS)

Dedico este trabalho ao meu pai, Germino Americano Vieira (*in memoriam*), meu maior exemplo de caráter, honestidade e honradez. O melhor pai que eu poderia ter que, apesar do nosso pouco tempo de convivência, deixou um legado em minha vida que jamais esquecerei.

AGRADEDIMENTOS

Mais uma etapa da minha vida concluída e eu não poderia deixar de agradecer o apoio das pessoas que foram fundamentais nessa jornada.

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder saúde e sabedoria e me permitir realizar o desejo de fazer o mestrado. Obrigada pelas bênçãos que me são concedidas diariamente. Toda honra e glória a Ti, Senhor!

Ao meu pai, Germino (*in memoriam*), meu paião, que me amou incondicionalmente e sempre fez de tudo por mim, sem medir esforços. Foi o meu maior incentivador, sempre falava: “Estuda minha filha, para ser alguém na vida”. Essa vitória, mais uma vez, é dedicada ao senhor. Te amo eternamente. À minha mãe, minha base, minha companheira. Obrigada por ter entendido o meu desejo de ir morar fora para estudar e por ter aguentado a barra sozinha. Gratidão também pelas orações de uma mãe com uma fé inabalável, que orava pela vida da sua filha incansavelmente.

Ao meu irmão Márcio e à minha sobrinha Lavynia, meus amores, por todo o apoio e torcida de sempre; e à minha cunhada Jéssica, pelo apoio.

Agradeço aos demais familiares pela torcida, em especial, minhas tias, pela atenção e preocupação constantes. À minha prima Luciana, que esteve comigo desde a preparação para a seleção do mestrado e acompanhou todo o período do curso, ouvindo minhas angústias e me acalmando sempre.

Aos meus amigos, que são tão essenciais em minha vida. São poucos, mas verdadeiros e leais. Agradeço à minha amiga-irmã Juliana, que mesmo distante fisicamente, sempre esteve presente nessa fase da minha vida.

À UESB, por ter concedido a licença para meus estudos, bem como pelo apoio financeiro para cursar o mestrado. Agradeço a todos os setores envolvidos nesse processo, em especial, aos colegas da AGP e PPG.

Aos meus colegas da UESB, minha segunda casa, lugar que tenho orgulho de trabalhar e que fiz grandes amizades. Ao meu colega, chefe e também amigo Manoel, por todo apoio dado desde quando decidi tentar o mestrado, até agora no meu retorno; e também à equipe da PCU/SERGE, pelo apoio e parceria de sempre.

Ao PROPADM, pelo acolhimento e por ter contribuído de forma grandiosa para o meu crescimento pessoal e acadêmico. Em especial, aos professores do programa, por todo o conhecimento compartilhado e por terem exercido com maestria a missão de ensinar, incentivar e incitar em nós a busca constante pelo conhecimento. Gratidão à professora Ceiza, que sempre foi muito solícita e educada, conduzindo da melhor forma a coordenação do programa.

Aos colegas do PROPADM que, com certeza, fizeram toda a diferença nessa caminhada. Obrigada pelos momentos compartilhados, alguns felizes, outros, nem tanto. Mas sempre passamos por todos, unidos. Desses colegas, alguns ficaram mais próximos e tornaram-se amigos: Felipe, Flávia, Lucas e Júnior. E aqui, faço um agradecimento especial ao meu amigo

Eúde, pela conexão que tivemos desde o início, por tudo que fez por mim, por ter sido meu braço direito em vários momentos. Ai de mim se não fosse você em Aracaju. Minha gratidão eterna. Vocês moram em meu coração. Sentirei muita falta de todos.

À professora Mônica, minha primeira orientadora que, por motivos pessoais, precisou afastar-se do PROPADM. Obrigada pelo conhecimento compartilhado, pelo incentivo à pesquisa, pelos encontros na sua casa regados a trabalho, mas também de boas risadas, e pela forma leve como a senhora conduz as coisas. Muito obrigada por toda ajuda!

À minha orientadora Rúbia, por ter aceitado assumir minha orientação no meio do caminho, por ter me conduzido na busca de um tema enquanto eu estava tão confusa. Obrigada por todo apoio e conhecimento compartilhado na realização do estágio docência, em outras produções acadêmicas e, sobretudo, na condução da minha pesquisa. Gratidão por tudo!

Aos jovens que participaram da pesquisa, que foram tão gentis, desde o primeiro contato, e permitiram que eu adentrasse um pouco nas suas vidas, ao compartilharem comigo histórias tão importantes e marcantes. Obrigada pela contribuição ao meu trabalho e à pesquisa acadêmica.

Às pessoas que conheci na minha passagem por Aracaju, algumas que convivi no dia a dia, outras que compartilharam de momentos felizes nessa cidade linda, outras que conheci em viagens. Faço um agradecimento especial a Marcos, por todo suporte que me foi dado, quando precisei.

Muita gratidão a todos vocês!

*“Acredito nos jovens à procura de caminhos novos abrindo espaços largos na vida.
Creio na superação das incertezas deste fim de século.”*

(Cora Coralina)

RESUMO

As transformações no mundo do trabalho, ocorridas principalmente a partir da década de 90 com a implantação da política neoliberal no Brasil, ocasionaram diversas consequências para os trabalhadores. O discurso da liberdade de mercado, da flexibilização produtiva do trabalho e da redução do Estado, desencadearam um ambiente laboral instável e incerto, marcado pelo desassalariamento, altos níveis de desemprego e desestruturação do mercado de trabalho. Esse cenário foi propício para o fortalecimento do empreendedorismo e da informalidade no país, como solução para o contingente de desempregados. Como consequência do mercado de trabalho formal pouco favorável, surgiu uma forma individual de inserção pelo trabalho, denominada por alguns autores, como Rosenfield (2015), de autoempreendedorismo. Esse modo de inserção no mercado atrai principalmente os jovens que veem nessa alternativa uma forma de obtenção de renda. Nessa perspectiva, a presente pesquisa buscou compreender como ocorre a inserção dos jovens no mercado de trabalho, por meio do autoempreendedorismo informal, na cidade de Aracaju-SE. Quanto aos procedimentos metodológicos, a abordagem foi de natureza qualitativa, descritiva e exploratória. A estratégia de pesquisa utilizada foi o método biográfico, mediante análise da história de vida de cinco jovens cujos dados foram coletados por meio de entrevistas em profundidade, observação não-participante e anotações do diário de campo. A análise de conteúdo foi a técnica escolhida para tratamento e análise dos dados. Os resultados mostram que o autoempreendedorismo informal jovem, aqui analisado, ocorreu em sua maioria por necessidade, devido às condições socioeconômicas, como baixa escolaridade e desemprego, e também pelo desejo de autonomia e independência no trabalho. Os jovens entrevistados demonstram satisfação no trabalho autoempreendedor e otimismo em relação ao futuro, mesmo com as características de precariedade identificadas e dificuldades relatadas. Os entrevistados desconhecem as políticas públicas de formalização de empresas e não demonstram interesse no assunto no momento. No período da pandemia provocada pelo Coronavírus, os jovens sofreram o impacto negativo do isolamento social inicialmente, mas em seguida utilizaram o valor do auxílio emergencial concedido pelo Governo Federal para incrementar o atual negócio ou investir em novos. Nesse sentido, constatou-se o uso intensivo de redes sociais digitais, como *Whatsapp* e *Instagram*, como ferramentas essenciais de comunicação, divulgação e vendas dos produtos e/ou serviços, assim como a entrega das mercadorias pelo serviço de *delivery*. Esse tipo de inserção no mercado demonstrou que, apesar do autoempreendedorismo ser percebido pelo jovem como um elemento importante para sua autonomia e satisfação, nem sempre significa um fator positivo quanto à posição social, cultural e econômica desses trabalhadores. Como contribuição, os resultados gerados nesta dissertação podem orientar novas pesquisas sobre o autoempreendedorismo jovem, no contexto da informalidade, e direcionar na formulação de políticas públicas para orientação e capacitação desses indivíduos, visando boas condições de trabalho e sustentabilidade dos seus negócios.

Palavras-chave: Autoempreendedorismo, Mercado de Trabalho, Informalidade, Jovens, Neoliberalismo.

ABSTRACT

The transformations in the world of work, which occurred mainly from the 90's with the implementation of neoliberal politics in Brazil, had several consequences for workers. The discourse of market freedom, the flexible production of labor and the reduction of the State, triggered an unstable and uncertain working environment, marked by delinquency, high levels of unemployment and the disruption of the labor market. This scenario was conducive to strengthening entrepreneurship and informality in the country, as a solution for the contingent of unemployed. As a consequence of the unfavorable formal labor market, an individual form of job insertion emerged, called by some authors, such as Rosenfield (2015), of self-entrepreneurship. This way of entering the market mainly attracts young people who see this alternative as a way of obtaining income. In this perspective, this research sought to understand how the insertion of young people in the labor market occurs, through informal self-entrepreneurship, in the city of Aracaju-SE. As for the methodological procedures, the approach was of a qualitative, descriptive and exploratory nature. The research strategy used was the biographical method, by analyzing the life history of five young people whose data were collected through in-depth interviews, non-participant observation and notes from the field diary. Content analysis was the technique chosen for data treatment and analysis. The results show that the informal young self-entrepreneurship, analyzed here, occurred mostly out of necessity, due to socioeconomic conditions, such as low education and unemployment, and also due to the desire for autonomy and independence at work. The young people interviewed demonstrate satisfaction in self-entrepreneurial work and optimism regarding the future, even with the characteristics of precariousness identified and reported difficulties. Respondents are unaware of the public policies for formalizing companies and do not show interest in the subject at the moment. During the pandemic caused by the Coronavirus, young people suffered the negative impact of social isolation initially, but then used the amount of emergency aid granted by the Federal Government to increase the current business or invest in new ones. In this sense, there was an intensive use of digital social networks, such as *Whatsapp* and *Instagram*, as essential tools for communication, dissemination and sales of products and / or services, as well as the delivery of goods by the *delivery* service. This type of insertion in the market demonstrated that, although self-entrepreneurship is perceived by young people as an important element for their autonomy and satisfaction, it does not always mean a positive factor regarding the social, cultural and economic position of these workers. As a contribution, the results generated in this dissertation can guide new research on young self-entrepreneurship, in the context of informality, and direct in the formulation of public policies to guide and train these individuals, aiming at good working conditions and the sustainability of their businesses.

Keywords: Self-entrepreneurship, Labor Market, Informality, Youth, Neoliberalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Estrutura da revisão de literatura.....	26
Figura 2 –	Mudanças no modo de produção e organização do trabalho.....	31
Figura 3 –	Principal ocupação antes de se registrar como microempreendedor individual.....	65
Figura 4 –	Recrutamento dos Entrevistados.....	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População brasileira, de acordo com as divisões do mercado de trabalho, 4º trimestre 2020.....	34
Gráfico 2 – Taxa de Desocupação no Brasil e nas Grandes Regiões, 4º trimestre 2020..	34
Gráfico 3 – Taxa de Desocupação por Idade, 1º trimestre 2012 - 2º trimestre 2020 em Aracajú/SE.....	35
Gráfico 4 – Donos de Negócio – Número de empregados.....	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Desenho das características principais da informalidade.....	39
Quadro 2	– Síntese dos efeitos do neoliberalismo econômico no Brasil.....	46
Quadro 3	– Fatores que influenciam na decisão de trabalhar por conta própria.....	55
Quadro 4	– Pesquisa Perfil do MEI.....	64
Quadro 5	– Revisão da literatura sobre as características do empreendedorismo e autoemprego informal.....	70
Quadro 6	– Categorias analíticas e elementos de análise da Pesquisa.....	85
Quadro 7	– Delineamento da Pesquisa.....	89
Quadro 8	– Descrição dos entrevistados.....	90
Quadro 9	– Síntese cronológica dos principais acontecimentos narrados por Livia	96
Quadro 10	– Síntese cronológica dos principais acontecimentos narrados por Karine.....	102
Quadro 11	– Síntese cronológica dos principais acontecimentos narrados por Larissa.....	109
Quadro 12	– Síntese cronológica dos principais acontecimentos narrados por Pedro.....	115
Quadro 13	– Síntese cronológica dos principais acontecimentos narrados por Bianca.....	121
Quadro 14	– Achados sumarizados da análise das narrativas.....	159

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Taxa de informalidade da população ocupada (%) no Brasil acima de 50%	42
Tabela 2 –	Taxa de informalidade da população ocupada (%) no Nordeste.....	42
Tabela 3 –	Motivação dos empreendedores iniciais: taxas ¹ (em%) para oportunidade e necessidade, proporção sobre TEA ² (em%), estimativas ³ (em unidades) e razão* oportunidade e necessidade - Brasil – 2018.....	51
Tabela 4 –	Distribuição percentual dos empreendedores iniciais e estabelecidos segundo o número de empregos gerados – Brasil – 2018.....	52
Tabela 5 –	Dados das entrevistas realizadas com os jovens.....	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEM	<i>Global Entrepreneurship Monitor</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MEI	Microempreendedor Individual
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PN	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
REDESIM	Rede Nacional para Simplificação do registro e da Legalização de Empresas e Negócios
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	21
1.2 JUSTIFICATIVA.....	22
1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	24
1.3.1 Objetivo Geral.....	25
1.3.2 Objetivos Específicos.....	25
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	26
2.1 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	26
2.2 NEOLIBERALISMO ECONÔMICO E SEUS EFEITOS NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	32
2.2.1 Desemprego.....	33
2.2.2 Flexibilização e precarização das relações de trabalho.....	36
2.2.3 Informalidade.....	39
2.2.4 Individualização do trabalho.....	43
2.3 O EMPREENDEDORISMO NUM CONTEXTO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO.....	47
2.4 O AUTOEMPREENDEDORISMO.....	52
2.4.1 Autoempreendedorismo e as estratégias de inserção social pelo trabalho.....	55
2.4.2 Políticas públicas para o autoempreendedorismo.....	62
2.4.3 Autoempreendedorismo informal.....	66
2.5 EMPREENDEDORISMO JOVEM E A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO..	71
3 METODOLOGIA.....	77
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	77
3.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA.....	78
3.3 CRITÉRIOS E ESTRATÉGIAS PARA SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	79
3.4 PROCEDIMENTOS PARA O RECOLHIMENTO DAS HISTÓRIAS DE VIDA.....	83
3.5 CATEGORIAS ANALÍTICAS E ELEMENTOS DE ANÁLISE.....	85
3.6 DEFINIÇÕES CONSTITUTIVAS.....	86
3.7 TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS.....	87
3.8 LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	88
3.9 DELINEAMENTO GERAL DA PESQUISA.....	89
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	90
4.1 CINCO JOVENS E MUITAS HISTÓRIAS.....	90
4.1.1 A história de Lívia.....	91
4.1.2 A história de Karine.....	97
4.1.3 A história de Larissa.....	102
4.1.4 A história de Pedro.....	109
4.1.5 A história de Bianca.....	115
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	123
5.1 FATORES DE INFLUÊNCIA DO TRABALHO INFORMAL POR CONTA PRÓPRIA....	124
5.1.1 Fatores individuais.....	124
5.1.2 Fatores psicológicos.....	128
5.1.3 Antecedentes familiares.....	132

5.1.4 Capital humano.....	136
5.1.5 Circunstâncias econômicas e de mercado de trabalho.....	140
5.1.6 Alcance das políticas públicas de formalização.....	143
5.2 CONDIÇÕES DO TRABALHO AUTOEMPREENDEDOR.....	145
5.2.1 Autonomia.....	145
5.2.2 Independência.....	147
5.2.3 Liberdade da subordinação do emprego remunerado.....	147
5.2.4 Precariedade.....	149
5.2.5 Perda do apoio social e enfraquecimento de formas de ação coletiva.....	153
5.3 INSERÇÃO SOCIAL DOS JOVENS PELO TRABALHO AUTOEMPREENDEDOR.....	154
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
6.1 CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO.....	164
6.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA E SUGESTÕES PARA FUTUROS ESTUDOS.....	164
REFERÊNCIAS.....	166
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista.....	174
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	176

1 INTRODUÇÃO

A década de 90, no Brasil, foi marcada pelo processo de flexibilização produtiva do trabalho. O discurso neoliberal de integração de mercado global, aliado à tecnologia, introduziu novos padrões de gestão e novas formas de organizar o trabalho, de modo que a flexibilidade passou a ser vista como norma nas empresas capitalistas nesse período (ROSENFELD, 2015; ANDRE; SILVA; NASCIMENTO, 2019).

As políticas neoliberais, baseadas na liberdade de mercado e redução do Estado (OLIVEIRA; CASTRO; SANTOS, 2017), com o discurso de que a flexibilidade é a solução para o trabalhador (horários flexíveis) e para os empregadores (contratações flexíveis), suscitaram a flexibilidade das formas de contratação, com novas formas de trabalho implementadas: *home-office*, trabalho parcial, trabalho temporário, terceirização, dentre outras (ANDRE; SILVA; NASCIMENTO, 2019). Tais mudanças geraram consequências aos trabalhadores, como o desassalariamento, altos níveis de desemprego, desregulamentação e relativização dos direitos trabalhistas, desestruturação do mercado de trabalho e, conseqüentemente, a precarização do trabalho. Desse modo, como a proteção social do Estado diminuiu e, diante do ambiente instável e incerto, o indivíduo tornou-se um ser flexível e polivalente, passando a ser o único responsável pelo seu sucesso ou fracasso (OLIVEIRA; CASTRO; SANTOS, 2017).

Esse cenário foi propício ao fortalecimento do empreendedorismo e da informalidade no país como soluções para o contingente de desempregados. A lógica empreendedora se fortaleceu no individualismo e na meritocracia (OLIVEIRA; CASTRO; SANTOS, 2017). Ao trabalhador foram transferidas as responsabilidades e os riscos da sua inserção social pelo trabalho (COSTA, 2019), transformando-o num sujeito da alta produtividade, desempenho e competitividade, tornando-o inteiramente responsável por seu destino econômico (FLEMING, 2017).

A busca por estratégias de sobrevivência, frente a um mercado de trabalho pouco favorável, fez surgir uma forma individual de inserção pelo trabalho, a qual Rosenfield (2015) denominou como autoempreendedorismo. Para a autora, é uma das formas emergentes de inserção pelo trabalho, que substitui a relação tradicional de emprego. O trabalho assalariado é substituído pelo trabalho autônomo e a relação empregado-empregador é substituída pelo trabalhador autônomo e o(os) demandante(s) do trabalho. A relação de independência e salário passar a ser de articulação ao invés de oposição. O autoempreendedorismo também é

referenciado na literatura como “empreendedor de si” (KRAMER, 2017), “patrão de si” (OLIVEIRA; CASTRO; SANTOS, 2017), “autoempresário” (LEVRATTO; SERVERIN, 2015), ou ainda, “autoempregado” (SIMÕES; CRESPO; MOREIRA, 2016; GEM, 2018).

Com o aumento dos modelos de negócios individualistas (FLEMING, 2017), em 2008, o Governo brasileiro criou políticas públicas de incentivo à formalização do autoempreendedorismo, a exemplo da regulamentação do Microempreendedor Individual (MEI) por meio da LC de 19/12/2008, com o intuito de incentivar a criação de novas empresas formais, bem como formalizar os empreendimentos informais. Para tanto, o governo reduziu encargos burocráticos e tributários, para tornar atrativos a formalização individual e o pagamento de tributos. Desse modo, o autoempreendedorismo aliviaria a pressão no mercado de trabalho, contribuindo para a redução das taxas de desemprego, o que representa para o Estado um incremento da atividade econômica nacional e uma política de mercado de trabalho (ROSENFELD, 2015).

Entretanto, de acordo com Rosenfield (2015), mesmo com os incentivos do Governo, há um contingente muito grande no país de indivíduos que trabalham por conta própria na informalidade, os autoempreendedores informais. Essa realidade pode ser corroborada por meio dos dados apresentados pelo IBGE (2020), referente ao 3º trimestre de 2020, em relação à taxa de informalidade que alcançou recorde em 19 Estados, além do Distrito Federal. Não obstante, a taxa de desemprego ficou em 12,4 % no quarto trimestre de 2020, atingindo 13,9 milhões de pessoas (IBGE, 2021).

É válido salientar que esse tipo de autoempreendedorismo se refere àquele indivíduo que, em geral, cercado de possibilidades não favoráveis, vê o empreendimento como único ou como o melhor investimento, enxergando nessa alternativa uma forma de obtenção de renda de maneira mais favorável ou como uma possibilidade de subsistência. Desse modo, o empreendedorismo propagado, na realidade, representa, em muitos casos, uma nova forma de precarização de trabalho, visto que a sua finalidade de recuperar o padrão de acumulação reforça a fragilização dos vínculos constituídos na sociedade salarial, levando ao fortalecimento do processo de precarização laboral. É um fenômeno que acontece de várias formas, principalmente em países periféricos, não significando uma generalização dessa atividade (OLIVEIRA; MOITA; AQUINO, 2016).

No Brasil, há uma predominância do autoempreendedorismo, considerando que mais de 80% dos empreendedores iniciais e estabelecidos declaram não possuir empregados, o que representa uma forte característica do autoemprego no empreendedorismo brasileiro (GEM,

2018). Além disso, esse autoempreendedorismo é caracterizado pela informalidade e acomete principalmente os jovens (SEBRAE, 2019). Do percentual de autoempreendedores iniciais, 21,2% são representados pelos jovens (GEM, 2018). Num contexto de crise econômica, eles são os mais afetados pelo desemprego, precarização e informalidade, ampliando-se ainda mais a desigualdade no acesso à geração de renda e emprego (SILVA; COSTA, 2019; SANTOS; KERN, 2019). Ademais, o empreendedorismo jovem brasileiro é representado majoritariamente por necessidade, cujos empreendimentos não impactam economicamente e são mantidos de forma precária para a sobrevivência de um grande número de jovens excluídos do mercado formal (SILVA; CRESPO; GIL, 2017; SILVA; COSTA, 2019).

O autoempreendedorismo pode representar modos de inserção criativos, variados e inovadores no mercado de trabalho, além da realização do sonho de ter seu próprio negócio de forma digna, no entanto, o número de autoempreendedores informais, ainda, é muito alto no Brasil (ROSENFELD, 2018). Em alguns casos, o sonho de ser independente transformou-se num contingente de empreendedores por necessidade e criou a ilusão do “ser empresário”, quando, na verdade, significa um escape, frente a uma nova cultura do trabalho, individualista, sem vínculo de salário e precária (OLIVEIRA; CASTRO; SANTOS, 2017).

No que diz respeito à estruturação desta pesquisa, optou-se por organizá-la em seis capítulos, quais sejam: (1) Introdução, (2) Fundamentação Teórica, (3) Metodologia, (4) Apresentação e Análise dos Resultados, (5) Discussão dos Resultados e (6) Considerações Finais. Aqui, nesta Introdução, apresenta-se a contextualização da pesquisa, evidenciando o problema, os objetivos geral e específicos, e a justificativa.

O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica, na qual é abordada a literatura sobre os diferentes tópicos que norteiam a pesquisa: a) A organização do trabalho na sociedade contemporânea, b) O neoliberalismo econômico e seus efeitos na organização do trabalho no contexto brasileiro, c) O Empreendedorismo num contexto de precarização do trabalho, d) O Autoempreendedorismo e e) Empreendedorismo jovem e a inserção no mercado de trabalho.

No terceiro capítulo, estão descritos os procedimentos metodológicos que foram adotados, abordando o delineamento da pesquisa, a caracterização do *lôcus* da pesquisa, os instrumentos de coleta e o tratamento dos dados. No quarto capítulo, constam a apresentação e análise dos resultados. O quinto capítulo é composto da discussão dos resultados, contendo a análise qualitativa dos dados coletados, baseados nas categorias analíticas propostas. E, finalmente, o sexto e último capítulo consiste nas considerações finais da pesquisa, respondendo ao problema inicialmente definido.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O desenvolvimento capitalista no Brasil, tardio e periférico, ocasiona uma elevada e precária inserção no desorganizado mercado de trabalho nacional, resultado de um modelo excludente de organização no país. Com o estreitamento das políticas públicas de proteção social, aliada à piora do emprego e da renda familiar, o jovem brasileiro, sendo o mais necessitado e menos protegido, intensifica a busca pela inserção no mercado de trabalho, cada vez mais em regressão (SANTOS; GIMENEZ, 2015). Com isso, o número de jovens que se insere no mercado de trabalho, por meio do empreendedorismo, vem crescendo. Em 2018, aumentou a participação dos mais jovens entre os empreendedores iniciais (22,2%) (GEM, 2018). No entanto, essa taxa não revela necessariamente um fator positivo social, econômica e cultural do jovem brasileiro, principalmente para os que atuam na informalidade, pelo contrário, esse empreendedorismo está associado às condições de um trabalho precário e da flexibilização do mesmo (BULGACOV *et al*, 2011).

Apesar das políticas públicas implementadas para a formalização do empreendedor individual, ainda é alto o índice desse tipo de trabalhador na informalidade, cuja taxa no país é de 38,8%, representando cerca de 32,7 milhões de brasileiros atuando na informalidade – soma dos trabalhadores sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira, empregador sem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar (IBGE, 2021). Esse cenário é ainda mais acentuado entre os autoempreendedores que não possuem empregado, sendo 80% deles na informalidade.

Nessa conjuntura, o trabalho informal é considerado precário, caracterizado por uma renda baixa sem garantia de acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), auxílio-doença, licença-maternidade, não há horário fixo para o trabalho, às vezes, trabalham até nas horas vagas para aumentar a renda (MATTOSO, 1999; ANTUNES, 2011). A informalidade reforça não apenas as formas de trabalho desprotegidas, mas também os índices de pobreza e de desigualdades sociais. Os dados apontam para uma maior deterioração das condições de vida desses trabalhadores, por meio de postos de trabalhos menos qualificados (PEREIRA, CABRAL, 2019).

Frente aos dados de mercado e a tudo que a literatura vem constatando de forma exploratória, esta pesquisa, de forma articulada, trabalhou com os temas autoempreendedorismo jovem, política neoliberal e inserção pelo trabalho ao responder à

seguinte questão: **Como os jovens se inserem no mercado de trabalho por meio do autoempreendedorismo informal, na cidade de Aracaju-SE?**

1.2 JUSTIFICATIVA

A atividade empreendedora, muitas vezes, pode representar o sucesso, o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida de um indivíduo. No entanto, em outros casos, representa fragilização dos vínculos constituídos na sociedade salarial, levando, com isso, a um fortalecimento do processo de precarização do trabalho. Dessa forma, algumas modalidades de empreendedorismo, na realidade, configuram-se em novas formas de precarização do trabalho e na atualização de antigas formas de exploração emergentes no contexto da globalização (OLIVEIRA; MOITA; AQUINO, 2016).

Nesse contexto, o Brasil apresenta uma forte tendência para o empreendedorismo individual, por necessidade e informal, em virtude dos problemas sociais predominantes no país (OLIVEIRA; CASTRO; SANTOS, 2017). Dados do IBGE (2021) revelam que o Brasil tem 13,9 milhões de pessoas desempregadas e atingiu uma taxa de informalidade de 38,8% da população, o equivalente a 32,7 milhões de pessoas trabalhando sem carteira assinada ou CNPJ.

O empreendedorismo de modo individual é umas das diversas formas de trabalho diante da crise econômica no país. Nessa realidade, o trabalhador contemporâneo, para sobreviver, necessita ser empreendedor (OLIVEIRA; MOITA; AQUINO, 2016), entretanto, na verdade, em alguns casos, representam um “autoemprego” informal, no qual os trabalhadores operam com baixo nível de produtividade e, em geral, encontram nesse processo um meio de garantia de renda e de sobrevivência (PEREIRA; CABRAL, 2019).

O aumento do setor informal da economia tem sido a resposta para o desemprego mundialmente, desde as ofensivas neoliberais ao trabalhador. O capitalismo desemprega cada vez mais o trabalho estável, substituindo-os por trabalhos precarizados e expandindo a informalidade em diversas áreas no mundo (ANTUNES, 2011). Para os jovens, esse cenário é ainda mais complexo. Num contexto de crise econômica, eles são os mais afetados pelo desemprego, precarização e informalidade, ampliando-se ainda mais a desigualdade no acesso à geração de renda e emprego (SILVA; COSTA, 2019; SANTOS; KERN, 2019).

Muitos desses jovens abandonam os estudos para trabalhar e angariar renda para seu próprio sustento, às vezes, o da família, e recorrem ao autoempreendedorismo informal por não conseguirem inserção no mercado de trabalho, devido à baixa escolaridade. Ademais, o

empreendedorismo jovem brasileiro é representado majoritariamente por necessidade, cujos empreendimentos não impactam economicamente e são mantidos de forma precária para a sobrevivência de um grande número de jovens excluídos do mercado formal (SILVA; CRESPO; GIL, 2017; SILVA; COSTA, 2019).

Diante dos fatos expostos, a escolha da temática justifica-se pela importância de se analisar as situações de inserção social de jovens pelo trabalho por meio do autoempreendedorismo informal, como alternativa para a crise social e econômica do país. O neoliberalismo incentiva o individualismo, omitindo cada vez mais o papel do Estado no seu papel de proteger o trabalhador (FLEMING, 2017). Sendo assim, considera-se relevante, no âmbito acadêmico, para a sociedade e trabalhadores, a discussão desse tema, contribuindo para reflexões e perspectivas de melhorias do atual cenário.

Do ponto de vista teórico, contribuiu-se com o estudo do autoempreendedorismo como uma forma emergente de inserção no trabalho (ROSENFELD, 2015; 2018), com enfoque na informalidade, considerando o contingente de trabalhadores nessa situação (IBGE, 2021). Desse modo, esta pesquisa aborda essa temática com outras perspectivas na área da Administração, diferentes das hegemônicas e descritivas da literatura sobre empreendedorismo, considerando os aspectos históricos, sociais e políticos do contexto brasileiro, em oposição à ideologia dominante (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011).

Ademais, a literatura predominante sobre o trabalho autônomo refere-se ao contexto dos países desenvolvidos da Europa, América do Norte e Austrália, enquanto os países emergentes e os menos desenvolvidos são o foco de um número muito menor de estudos (SIMÕES; CRESPO; MOREIRA, 2016). Desse modo, este estudo entende a vivência dos indivíduos ditos “empreendedores”, sob a perspectiva dos próprios sujeitos que se inserem no mundo do trabalho, cada vez mais precarizado e imprevisível (OLIVEIRA; MOITA; AQUINO, 2016).

Como contribuição social, compreende o autoempreendedorismo informal como fenômeno que vem atraindo cada vez mais indivíduos, principalmente os jovens, mesmo diante das condições de trabalho, muitas vezes, precárias e caracterizadas principalmente pelo individualismo, sem a mínima proteção laboral (SANTOS; KERN, 2019).

A natureza complexa do trabalho autônomo coloca desafios consideráveis, exigindo uma compreensão clara dos mecanismos por trás da entrada desse tipo de trabalho, que poderão servir para o desenho de medidas de política públicas (SIMÕES; CRESPO; MOREIRA, 2016). De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o cenário do desemprego, da informalidade e desocupação, que afetam os jovens na América Latina e no Caribe, é

preocupante, de modo que medidas de políticas integradas e eficazes sejam essenciais. Além disso, os estudos sobre essa temática fazem parte do Objetivo 8 da Agenda 2030 das Organizações Unidas que visa “[...] promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.” (ONU, 2020, *online*).

Outro fator a ser considerado e que está relacionado com o tema deste trabalho é a pandemia de coronavírus, que tem trazido desafios para a economia mundial, e acometeu o Brasil neste ano de 2020. O mundo do trabalho vem sendo duramente afetado, seja com a perda de emprego e renda, devido à necessidade do isolamento social; seja com a exposição a situações de risco de contágio. Trabalhadores de todo o planeta sofrem os efeitos da COVID-19, das políticas restritivas e da retração econômica. Segundo a OIT (2020), 1,6 bilhão de trabalhadores informais já foram afetados pelas medidas restritivas de isolamento em todo o mundo (SILVA, 2020), motivo pelo qual os trabalhadores informais merecem atenção quanto às consequências dessa crise, em especial, os jovens que têm mais dificuldades de ingressar no mercado de trabalho e são mais acometidos pela informalidade (BULGACOV *et al.*, 2011).

A situação para esses trabalhadores deve ficar ainda mais difícil em algumas regiões do país. De acordo com o Estudo sobre Empreendedorismo Informal no Brasil em 2018 (SEBRAE, 2019), a informalidade é maior nos indivíduos que atuam por conta própria, nas regiões Norte e Nordeste. Nesse cenário, a escolha da cidade de Aracaju, capital de Sergipe, para a realização deste estudo, justifica-se primeiramente por estar localizada na região Nordeste, a segunda maior região do Brasil com alta taxa de trabalhadores informais. Em seguida, pelo fato do estado de Sergipe, apesar de ser o menor em extensão territorial da federação, ocupar o sétimo lugar em informalidade no país (IBGE, 2020), dado que chama a atenção e merece uma investigação sobre a relação da informalidade e empreendedorismo.

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

Para a realização da investigação proposta, foram desenvolvidos objetivos com a finalidade de estabelecer propósitos e o direcionamento da ideia principal do referido estudo. A seguir são descritos os objetivos geral e específicos que norteiam o presente estudo.

1.3.1 Objetivo Geral

Compreender como ocorre a inserção dos jovens no mercado de trabalho, por meio do autoempreendedorismo informal, na cidade de Aracaju-SE.

1.3.2 Objetivos Específicos

1. Verificar os fatores que influenciaram os jovens a autoempreender informalmente;
2. Averiguar a percepção dos jovens quanto às condições do trabalho autoempreendedor;
3. Verificar as estratégias utilizadas pelos jovens para se inserirem socialmente no trabalho por meio do autoempreendedorismo, observando a articulação dos recursos pessoais e as questões de adaptação e/ou resistência ao trabalho.

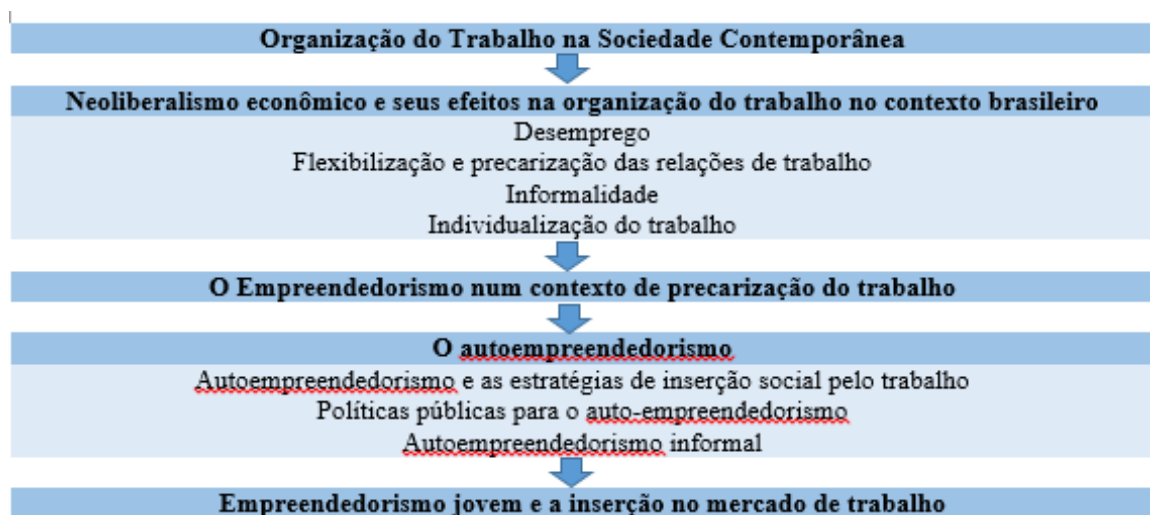
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para atingir os objetivos delimitados neste estudo e, como forma de subsidiar as análises dos resultados da pesquisa, foi desenvolvido um breve levantamento teórico com os principais autores sobre a temática abordada no trabalho.

Inicialmente foi feita uma breve contextualização histórica das mudanças na organização do trabalho, desde o Taylorismo até os dias atuais. Em seguida, foi abordada as consequências das políticas neoliberais para o mercado de trabalho no contexto brasileiro.

Num outro tópico, é abordado sobre o fortalecimento do empreendedorismo, seus conceitos e algumas definições do indivíduo empreendedor. Posteriormente, mencionou-se sobre o empreendedorismo num contexto de precarização do trabalho. A partir daí, são apresentados os conceitos de autoempreendedorismo, suas características, bem como as políticas públicas para o autoempreendedorismo no Brasil e o autoempreendedorismo informal. Por fim, é feita uma abordagem sobre o empreendedorismo jovem e a inserção no mercado de trabalho. A Figura 1 ilustra a estrutura da fundamentação teórica.

Figura1 – Estrutura da revisão de literatura



Fonte: Elaborada pela autora (2020).

2.1 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A economia global vem passando por um processo de profundas transformações que atinge o mundo do trabalho de forma direta. Para explicar as atuais formas de trabalho, faz-se

necessário uma breve reconstituição histórica, considerando os principais aspectos que afetaram diretamente o trabalhador. Para tanto, neste tópico serão abordadas as principais mudanças ocorridas na organização do trabalho no mundo e no Brasil do final do século XX até os dias atuais.

Na passagem do século XIX para o século XX, dois padrões de trabalho, após grande repercussão, entraram em crise: o taylorismo e o fordismo. Trata-se de culturas do trabalho que tiveram como ponto de partida as relações estabelecidas no espaço fabril, onde eram impostas determinadas relações de poder e significou um novo momento de reordenação das forças sociais e políticas na sociedade capitalista. Essas culturas marcaram a história das lutas entre patrões e operários, na necessidade do controle e da disciplina do trabalho, de estabelecer e consolidar a direção capitalista na gestão da fábrica e da sociedade (RIBEIRO, 2015).

O Taylorismo foi proposto pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor como “nova cultura do trabalho” para ter sucesso enquanto uma “ciência do trabalho”. Seus ideais consistiam em buscar o aumento da produtividade por meio do controle dos movimentos das máquinas e dos homens no processo de produção, baseados na divisão e organização do trabalho, de modo que fosse separado o trabalho manual e o trabalho intelectual do operário. O intuito era acabar com a autonomia e iniciativa operária. Para tanto, o empregado deveria seguir o que foi determinado pelos seus superiores, executando a tarefa no menor tempo possível. Para o alcance da eficiência e produtividade, elementos indispensáveis para a concorrência capitalista, era preciso o controle do trabalho. Desse modo, a hierarquia garantiria a subordinação dos trabalhadores ao capital (DRUCK, 1999; FRAGA, 2005).

No entanto, de acordo com Druck (1999), houve uma resistência por parte dos trabalhadores. As novas formas de gerência propostas por Taylor tinham conteúdo fortemente autoritário. Com isso, mobilizações operárias se intensificaram; várias greves ocorreram em protesto à desqualificação e ao controle de tempo pelo cronômetro; ao tempo em que os trabalhadores reivindicavam por sistema de pagamento por prêmios e reconhecimento por parte dos patrões. As lutas se concentravam nas questões salariais e contra a intensificação do ritmo de trabalho. Somente quando os salários começaram a ser transformados, efetivamente, num instrumento atrativo e de conquista do apoio dos trabalhadores, é que houve aceitação maior do taylorismo por parte dos trabalhadores e sindicatos.

Nesse contexto, o Fordismo surgiu como amplificação do taylorismo, sua difusão e consolidação. Foi um método de racionalização da produção em massa, que teve início na indústria automobilística Ford, nos Estados Unidos, cujo ideal baseava-se nas formas atrativas

de compensação dos trabalhadores, com salários mais altos que a média paga no mercado e benefícios sociais até então inexistentes. Ford dobrou o salário nominal pago por dia para acabar com a rotatividade dos trabalhadores. Desse modo, para que continuassem recebendo o salário duplicado, os operários faziam de tudo para permanecer na *Ford Motor Company* (FRAGA, 2005). O fordismo combinou o uso da tecnologia – a linha de montagem –, a gerência racional do trabalho e a política dos altos salários, combinando sabiamente a coerção com a persuasão e o consentimento para neutralizar as resistências. Assim, a proposta era criar um novo tipo de trabalhador, não apenas reforçando os princípios tayloristas, mas amplificando-os para toda a sociedade, reafirmando o objetivo central para a aplicação da gerência científica (RIBEIRO, 2015).

Os efeitos do fordismo ultrapassaram os limites das fábricas. Com a elevação dos salários, ocorreu o aumento do consumo entre a classe trabalhadora, que também se configurou como uma estratégia, visando a manutenção do padrão de consumo e, conseqüentemente, o crescimento da indústria de massa (RIBEIRO, 2015). Além disso, foi difundido nos países de primeiro mundo o Estado do Bem-Estar Social por meio de conjuntos de mecanismos de proteção social, que compensavam os efeitos gerados na esfera do mercado (LOPES, 2009).

Em síntese, o taylorismo e o fordismo significaram a inovação das formas de organização do trabalho, baseados na organização científica deste, cujo processo de produção foi dissociado das qualificações dos trabalhadores (LOPES, 2009).

No Brasil, os efeitos desses movimentos ocorreram no princípio da industrialização nacional, no final do século XIX e início do século XX. Segundo Lopes (2009), essa corrente foi impulsionada por um projeto sutil de “disciplinarização” das classes populares. A classe operária do país era formada por trabalhadores urbanos que atuavam nas fábricas, e que, segundo o autor, eram vistos como selvagens, ignorantes, incivilizados, rudes, feios e grevistas. Desse modo, aos donos das fábricas cabia a moralização desses funcionários, cujo eixo principal era a formação de uma nova figura do trabalhador: dócil, submisso e mais economicamente produtivo.

Após toda essa repercussão mundial, o modelo de produção fordista começou a ser abalado. Houve uma transformação organizacional da produção, devido às mudanças econômicas em ritmos cada vez mais velozes; e os mercados ficaram mais diversificados, em consequência também das transformações tecnológicas. Com isso, o sistema de produção em massa ficou rígido e dispendioso para as características da nova economia, acarretando o enfraquecimento do fordismo (FRAGA, 2005; LOPES, 2009). Os EUA foram os primeiros a

sentir seus efeitos, com a crescente perda da competitividade da economia norte-americana no mercado internacional (DRUCK, 1999).

No âmbito do processo de trabalho, a crise do fordismo ocasionou um movimento generalizado de lutas e resistências nos locais de trabalho. As práticas sindicais se recusavam a continuar contribuindo com a gestão taylorista/fordista, que impunham um trabalho repetitivo, fragmentado, rotinizado e que havia desqualificado e até mesmo destruído o saber daqueles trabalhadores de ofício. Tratava-se, na realidade, de uma resistência, cujo conteúdo político era manifesto num certo esgotamento dessa forma de controle do capital sobre o trabalho. O fordismo se enfraqueceu e se tornou improdutivo, a partir do movimento social, das mobilizações nas fábricas e nas ruas, e, nessa medida, desencadeia-se uma crise no modo de regulação (RIBEIRO, 2015).

Iniciou-se um processo de reestruturação produtiva, sustentado na crescente adoção de base tecnológica, nas novas políticas de gestão/organização do trabalho, fundadas na cultura da qualidade e numa estratégia patronal que visa cooptar e neutralizar todas as formas de organização e resistência dos trabalhadores. As novas políticas, focadas em sistemas de trabalho mais eficientes e mais produtivos, por um lado, incluíam uma elite nesse novo padrão, por outro, excluía os demais por meio do desemprego e das formas precárias de contratação/subcontratação (DRUCK, 1999; LOPES, 2009).

Os anos 70 e 80 foram marcantes para a sustentação desse sistema. Foram décadas caracterizadas pela flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, aliada à inserção de novas tecnologias da informação, que provocaram um espaço social de incertezas. A pressão da lógica capitalista afetou até países que se pautavam em princípios igualitários, o que ocasionou a crise do Estado de Bem-Estar Social (LOPES, 2009; MARTINS *et al.*, 2017; OLIVEIRA; CASTRO; SANTOS, 2017). Foi um período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político, assinalado pela passagem de um regime de acumulação inteiramente novo, diferente da regulação social que existia (LOPES, 2009).

Todo esse contexto de reestruturação, valorização do capital especulativo em detrimento do capital produtivo, flexibilização da produção e, sobretudo, a corrida pela produtividade e lucro ocasionou mudanças no mundo do trabalho (LOPES, 2009; OLIVEIRA; CASTRO; SANTOS, 2017; MARTINS *et al.*, 2017). As novas formas de organização e gestão conceberam novas relações de trabalho; e é nessa circunstância que a flexibilização do trabalho entra em cena. (ANDRÉ; SILVA; NASCIMENTO, 2019).

O regime de trabalho, que era de produção em massa, passou a ser flexível. As políticas de organização e gestão do trabalho foram modificadas, gerando a precarização da força do trabalho, o desemprego estrutural e a disseminação do trabalho informal (OLIVEIRA; CASTRO; SANTOS, 2017). Toda essa conjuntura, acrescida do enfraquecimento da proteção social do Estado, afetou a maneira de ser das pessoas. O indivíduo passou a ser responsável por seu próprio bem-estar social, o que ocasionou a formação de uma sociedade hostil e indiferente aos seus pares, bem como a descoletivização (MARTINS *et al.*, 2017).

Nesse ambiente de flexibilidade, culminado pela crise do fordismo, surge um regime de trabalho no Japão, o toyotismo. Foi um modo original e novo de gerenciamento do processo de trabalho, focado no controle rígido de qualidade e em trabalhadores especialistas multifuncionais, que elevou a produtividade das companhias automobilísticas japonesas, passando, dessa forma, a ser considerado um modelo adaptado ao sistema produtivo (FRAGA, 2005). Para André, Silva e Nascimento (2019), o modelo de produção toyotista começou a ser implementado por empresas no Brasil a partir da década de 90, apoiado pelo discurso neoliberal de integração no mercado global vigente no país, naquele período. As mudanças passaram a ser adotadas por indústrias diante de novos padrões de gestão, assim como de novas formas de organizar o trabalho, conforme descrevem Antunes e Druck (2015):

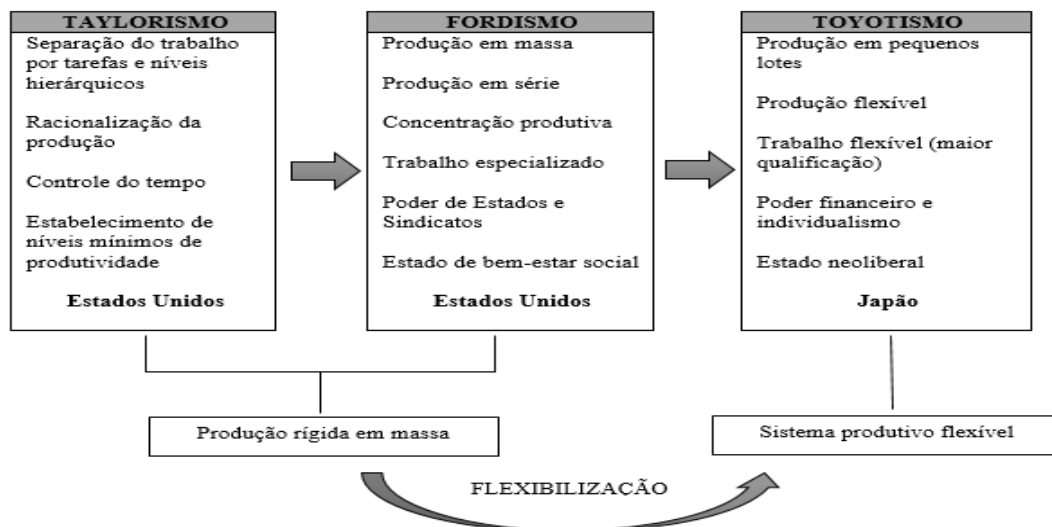
Reengenharia, *lean production*, *team work*, eliminação de postos de trabalho, aumento da produtividade, qualidade total, envolvimento, terceirização ampliada, tudo isso passa a integrar a pragmática da empresa flexível. Como paralelo, vale a referência: se no apogeu do taylorismo/fordismo a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam sua atividade laborativa – a era do operário-massa – pode-se dizer que, na era da acumulação flexível e da “empresa enxuta”, são merecedoras de destaque as empresas que mantêm menor contingente de trabalhadores e, apesar disso, aumentam seus índices de produtividade (ANTUNES; DRUCK, 2015, pg. 6).

Essa análise histórica do capitalismo permite identificar que, após a crise do fordismo, a flexibilidade passa a ser uma imposição global. Com a internacionalização da Economia, os países que não aderem a esse modelo sofrem severas consequências e são destruídos por mecanismos monetários globais. Dessa forma, de acordo Lopes (2009), a flexibilidade passa a ser a norma nas empresas capitalistas em fins do século XX, caracterizada pela flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, aliados às novas tecnologias de informação. O projeto neoliberal assume a direção, conseguindo articular os países do centro e redefinindo as suas relações com os países periféricos (DRUCK, 1999; ROSENFELD, 2015; ANDRÉ; SILVA; NASCIMENTO, 2019).

Esse novo padrão teve consequências marcantes para o sistema capitalista de produção em nível mundial. O atual espírito capitalista corresponde à fase de acumulação flexível do capital, ou regime de acumulação flexível, que promoveram mudanças radicais em três dimensões do mundo do trabalho: a produção, as organizações de trabalho e a gestão. Tudo isso apontou para a ideia de que o mercado de trabalho teria que ser mais produtivo, respaldando novas formas de exploração do trabalhador, com base no discurso da flexibilidade (OLIVEIRA; MOITA; AQUINO, 2016; DE SOUSA; DOS SANTOS, 2017).

Desse modo, toda essa conjuntura gerou consequências para a organização do trabalho, assim como um novo estilo de vida e, junto com ele, um novo tipo de homem que perdura até os dias de hoje (DE SOUSA; DOS SANTOS, 2017). Baseado no exposto, as principais mudanças ocorridas no modo de produção e organização do trabalho, a partir do final do século XX, constam de forma resumida na Figura 2.

Figura 2 – Mudanças no modo de produção e organização do trabalho



Fonte: Elaborada pela autora a partir de Druck (1999); Fraga (2005); Lopes (2009); Ribeiro (2015); André, Silva e Nascimento (2019).

Como visto, a economia global passou por um processo de profundas transformações nas últimas décadas que atingiu o mundo laboral de forma direta. Tais mudanças ocasionaram a desregulamentação do trabalho, o desaparecimento de postos de trabalho e o apelo à informalidade. Todas essas consequências são reflexos do imperativo da flexibilização e consequente precarização, fomentada por políticas neoliberais e pela reestruturação produtiva (OLIVEIRA, MOITA, AQUINO, 2016). Diante de tamanho marco que foi o neoliberalismo

para o sistema capitalista de produção, a seguir será feita uma contextualização das políticas neoliberais no cenário nacional e seus efeitos na organização do trabalho.

2.2 NEOLIBERALISMO ECONÔMICO E SEUS EFEITOS NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO BRASILEIRO

De acordo com Harvey (2005), o neoliberalismo compreende uma tríade composta pela desregulação, privatização e retirada do Estado da ordem econômica. A teoria é pautada em práticas político-econômicas, baseadas no bem-estar humano, por meio da capacidade empreendedora individual, em um regime de propriedade privada, livre comércio e livres mercados. Cabendo ao Estado a qualidade e integridade do dinheiro, além do estabelecimento de estruturas e funções militares de defesa, da polícia e do sistema legal para o pleno funcionamento do modelo neoliberal.

Dessa forma, o projeto político neoliberal ocasionou a redução da presença do Estado nas atividades produtivas; o fortalecimento de grupos privados e estrangeiros, dando origem a oligopólios privados; a redefinição da força relativa de diversos grupos econômicos; o enfraquecimento de grupos políticos tradicionais; a permissão de demissão em massa; e o enfraquecimento dos sindicatos (FILGUEIRAS, 2006).

No mundo do trabalho, o neoliberalismo ocasionou relações precarizadas e flexibilizadas, além da tentativa de levar o trabalhador a conformar-se com os ideários capitalistas, com a propagação de um subjetivismo e de um individualismo da cultura “pós-moderna”. Outro agravante dessa nova política diz respeito aos altos níveis de desemprego que levaram a uma naturalização da informalidade. Ademais, ocorreu a desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, o combate acirrado ao sindicalismo classista, bem como uma clara animosidade contra qualquer proposta socialista que fosse contrária aos valores e interesses do capital (ANTUNES, 2001; COUTINHO; CIRINO, 2018).

A reestruturação produtiva e as políticas neoliberais mudaram o perfil e a composição das classes trabalhadoras no Brasil. Além do alto índice de desemprego, gradativamente foi ocorrendo a desregulamentação do mercado de trabalho, gerando o aprofundamento da precarização do trabalho, bem como a precarização das formas de contratação. As empresas, por meio de suas práticas e diversos instrumentos jurídicos derivados dos sucessivos governos, generalizaram o processo de precarização das condições de trabalho, com formas de contratações instáveis, burlando a legislação trabalhista, prologando a jornada de trabalho,

reduzindo os rendimentos e demais benefícios, flexibilizando os direitos trabalhistas, além de tudo, enfraquecendo e deslocando mais ainda a ação sindical para um comportamento defensivo, contribuindo para a fragmentação e a individualização das condições de trabalho e emprego (FILGUEIRAS, 2006).

Esses aspectos serão abordados nos próximos tópicos, demonstrando a realidade do cenário brasileiro, considerando que o claro entendimento da atual configuração do mundo do trabalho leva a entender suas principais mutações.

2.2.1 Desemprego

O Brasil passa por uma conjuntura econômica e política bastante difícil para as classes trabalhadoras. A crise econômica iniciada em 2014 se arrasta sem previsibilidade segura de uma retomada ativa ou até mesmo moderada do crescimento, mantendo as altas taxas de desemprego e o aumento da insegurança social (SILVA, 2019).

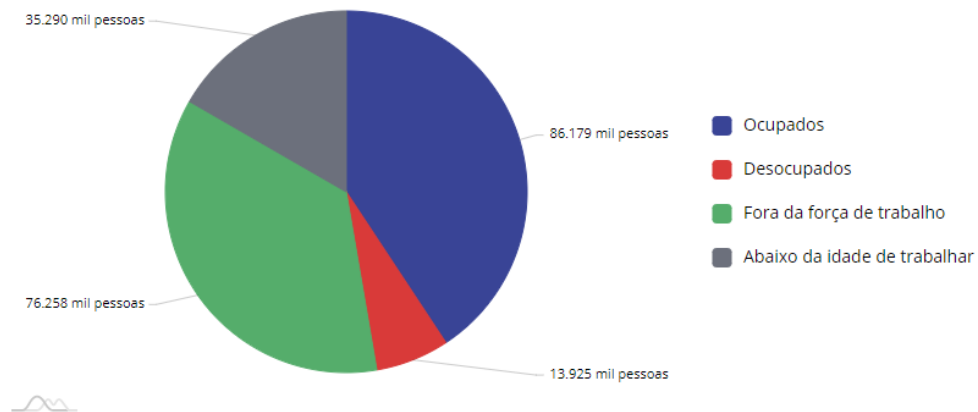
A Grande recessão estendeu o risco do desemprego a todos os trabalhadores em geral. Atualmente, tanto os trabalhadores não qualificados como os altamente qualificados estão sendo excluídos do mercado de trabalho nos países periféricos e centrais do capitalismo. As desigualdades sociais se expandem na mesma proporção que o aumento do capital e a suas retiradas para a sociedade (D'AGOSTINI; TITTON, 2019).

De acordo com o IBGE (2020a, *online*), “[...] o desemprego, de forma simplificada, se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho [...]”

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) mostra quantos desempregados há no Brasil. Segundo esta pesquisa, o desemprego, como é conhecido popularmente, aparece no conceito de desocupação. O Gráfico 1, a seguir, demonstra os dados de ocupação, desocupação e outras divisões do mercado de trabalho no Brasil, conforme os últimos resultados da PNAD Contínua.

Gráfico 1 – População brasileira, de acordo com as divisões do mercado de trabalho, 4º trimestre 2020

População brasileira, de acordo com as divisões do mercado de trabalho, 4º trimestre 2020



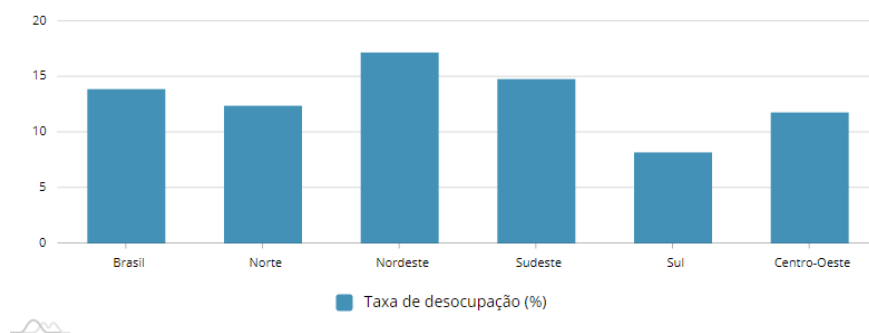
Fonte: IBGE (2021).

Esses dados indicam que cerca de 13,9 milhões de brasileiros estão desocupados, ou seja, que não estão trabalhando, todavia, tomaram alguma providência efetiva para encontrar trabalho e estão disponíveis para assumi-lo, caso encontrem. Com isso, a taxa de desemprego (desocupação), que é a porcentagem de pessoas na força de trabalho que estão desempregadas (desocupada) no Brasil, é de 12,4 %, de acordo com esse relatório da PNAD Contínua (IBGE, 2021).

A região Nordeste apresenta a maior taxa de desocupação no país, com 17,2%, conforme verificado no Gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2 – Taxa de Desocupação no Brasil e nas grandes Regiões, 4º trimestre de 2020

Taxa de Desocupação no Brasil e nas Grandes Regiões, 4º trimestre 2020

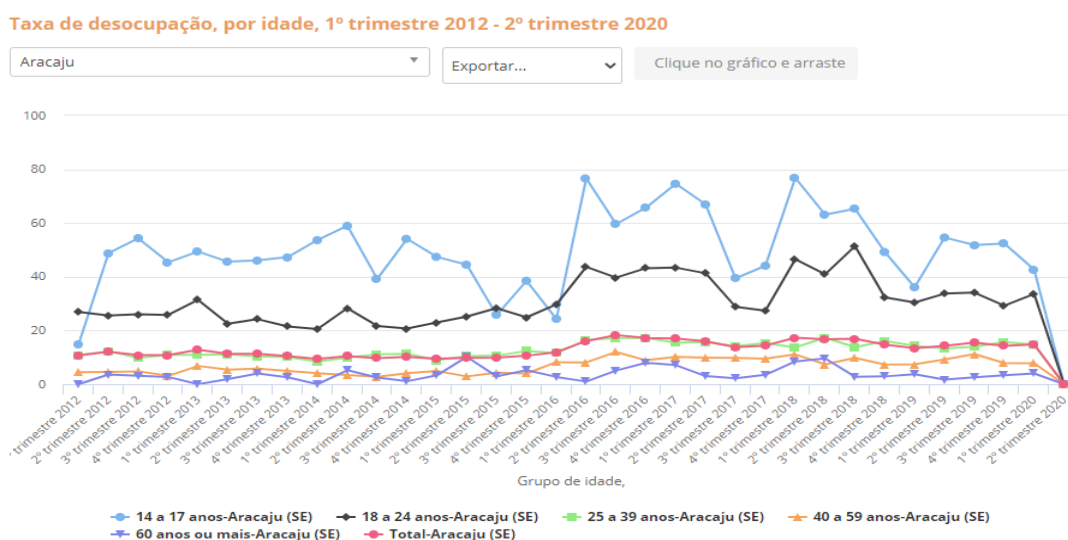


Fonte: IBGE (2021).

O estado de Sergipe, embora seja o menor da região, possui a quarta maior taxa de desocupação do Nordeste, com 15,4 %, empatado com o Rio Grande do Norte. A capital do estado, Aracaju, cidade onde será realizada a presente pesquisa, chama a atenção pela taxa de 15,9% de desocupação, acima da média nacional de 11,8%, sendo considerada uma das capitais com maiores números de desocupados (IBGE, 2020b).

A análise da taxa de ocupação por idade da cidade permite inferir que esse número é significativo entre os jovens, na faixa etária de 18 a 24 anos, com 33,6% referente ao primeiro trimestre de 2020, conforme demonstrado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Taxa de Desocupação por Idade, 1º trimestre 2012 - 2º trimestre 2020 em Aracaju/SE



Fonte: IBGE (2021).

No cenário de desemprego, os jovens são fortemente afetados, tendo em vista que é nessa fase que eles iniciam a vida profissional (SIMÕES; CRESPO; MOREIRA, 2016; SILVA; CRESPO; GIL, 2017). Na atual conjuntura, suas oportunidades diminuem e suas perspectivas futuras se tornam extremamente incertas, motivos pelos quais eles buscam alternativas em trabalhos precarizados e na informalidade, ampliando-se ainda mais a desigualdade no acesso à geração de renda e emprego, como será abordado adiante (D'AGOSTINI; TITTON, 2019).

2.2.2 Flexibilização e precarização das relações de trabalho

Como visto, a sociedade contemporânea vem sofrendo fortes transformações nas últimas três décadas sob o regime do neoliberalismo. O modelo produtivo da lógica capitalista, baseado na concorrência, produtividade e lucratividade, vem ocasionando diversas mudanças na organização do trabalho, penalizando o trabalhador.

O trabalho nunca foi tão essencial para o capitalismo. No entanto, à medida que o sistema de produção capitalista intensifica a exploração do trabalhador, há uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que se encontra hoje na condição de precarizada ou excluída, tendo seus direitos cada vez mais reduzidos. O trabalhador precisa enfrentar o desafio de ser competente, versátil, vivenciando a flexibilidade, a instabilidade, a incerteza e a insegurança das condições de trabalho (LOPES, 2009; COUTINHO; CIRINO, 2018). Ademais, o desemprego é visto como um fenômeno inerente do sistema capitalista, cabendo aos trabalhadores a inserção no mercado de trabalho, da forma que for possível, e a garantia de sua sobrevivência num contexto de precarização, flexibilização e desvalorização do valor da força trabalhista (OLIVEIRA; CASTRO; SANTOS, 2017). A esse fenômeno, Antunes (2001) denomina de aguda destrutividade:

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, que joga fora tudo que serviu como “embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital. (ANTUNES, 2001, p. 38).

No que diz respeito a essa precarização, André, Silva e Nascimento (2019) indicam que há diferentes definições na literatura sobre o trabalho precário, mas que há uma unanimidade entre os autores em descrevê-lo como aquele que não há garantias, que explora o trabalhador e que gera insegurança em vários sentidos.

Mattoso (1999) faz uma ressalva quanto à diferença da precarização das condições trabalhistas, que diz respeito ao aumento do caráter precário das condições de trabalho, ou seja, a ampliação do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho independente (por conta própria). Esse tipo de precarização pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, conhecido popularmente como “bico”. Em geral, a precarização é identificada como a ausência de contribuição à Previdência Social e,

portanto, sem direito à aposentadoria. Já a precarização das relações trabalhistas refere-se à deterioração das relações de trabalho, com a ampliação da desregulamentação, dos contratos temporários e outras formas de trabalho oriundas da precarização e flexibilização das relações trabalhistas.

Nessa situação de precarização do trabalho, tanto das suas condições, como das relações, a flexibilização vem ganhando forças. André, Silva e Nascimento (2019) destacam que flexibilizar não significa necessariamente precarizar, mas que, em alguns casos, a flexibilização amplia a possibilidade de precarização. Ambos se referem aos processos de transformações e inovações no âmbito da organização do trabalho, como fenômenos que se mundializaram, mesmo apresentando especificidades nacionais e regionais. É um tema, inclusive, visto sob um enfoque crítico por muitos autores nas áreas de Estudos Organizacionais e da Sociologia do Trabalho. (ANDRÉ; SILVA; NASCIMENTO, 2019).

No Brasil, diante da crise econômica e dos altos números de desempregados, a flexibilização das relações de trabalho vem se aprofundando. Não bastasse as condições do mercado, o Estado altera a legislação, promovendo a desregulamentação do trabalho, aumentando ainda mais essa flexibilização das relações trabalhistas, a exemplo da Reforma Trabalhista, representada pela Lei Ordinária nº 13.467 de 13 de julho de 2017 (BRASIL, 2017), que autoriza que acordos coletivos se sobreponham à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) (ANDRÉ; SILVA; NASCIMENTO, 2019).

Para Silva (2019), o objetivo dos defensores da Reforma, que mudou mais de 100 artigos da CLT, foi de buscar a adesão da sociedade à flexibilização dos direitos trabalhistas, por meio da livre negociação entre trabalhadores e empregadores, afirmando que, assim, a economia seria reativada e promoveria a geração de empregos. Porém, para o autor, representa uma contrarreforma que, segundo ele, intensifica a precarização do trabalho por meio do trabalho temporário e do trabalho a tempo parcial, além de aumentar a tendência para a rotatividade do trabalho, comprometendo a saúde do trabalhador, em decorrência da intensificação da exploração do tempo de trabalho à disposição do empregador.

Hermida e Lira (2018) acrescentam ainda que a Reforma Trabalhista permite a negociação sobre o legislado, no qual os trabalhadores passaram a ser constrangidos a abrir mão dos seus direitos legais, correndo o risco de serem retaliados ou até demitidos, caso ofereçam qualquer resistência ao que as empresas desejem lhes impor. Com isso, enfraquece a mobilização e pressão dos sindicatos dos trabalhadores, como representantes da classe na luta entre capital e trabalho.

Em seu estudo, Silva (2019) mostra que, apesar da Reforma ter sido apresentada com o discurso de reativar a economia, formalizar empregos e ampliar os direitos sem retirar nenhum, na prática, ela amplia o empobrecimento da população mais carente, representando para o Brasil o aumento do trabalho precário, do desemprego, das desigualdades sociais e a persistência da crise econômica.

Para Pereira e Cabral (2019) a flexibilização dessa legislação social aumentou ainda mais os mecanismos de extração do sobretrabalho, ampliou as formas de precarização e eliminou os direitos sociais que foram conquistados arduamente pela classe trabalhadora, desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente pós-1930, quando se toma o exemplo brasileiro.

Nesse contexto de precarização, flexibilização e desregulamentação do trabalho, multiplicaram-se as formas de trabalhos existentes. Além da permanência de empregos com contratos regulares (direitos), ampliaram-se as formas paralelas adequadas ao capital, tais como: os contratos parciais por tempo determinado; as terceirizações ou subcontratações; cooperativismo; empreendedorismo; a subordinação sem contrato (bolsistas, estagiários etc), trabalho em domicílio; modelos de negócios sob demanda; *freelancer* (ANTUNES, 2011; FLEMING, 2017; FONTES, 2017); a “pejotização” (bla, 2018), quando o trabalhador cria uma empresa (pessoa jurídica), mas se apresenta falsamente como autônomo, cujo objetivo é vender sua força de trabalho e, ao mesmo tempo, mascarar relações de assalariamento efetivamente existentes, burlando os direitos trabalhistas (FLEMING, 2017; FONTES, 2017); e a que vem sendo tendência mundialmente, a uberização, decorrente das inovações tecnológicas e plataformas digitais que, com o discurso da flexibilidade e autonomia para os trabalhadores, representa uma nova modalidade de trabalho, sem direitos trabalhistas, sem seguridade e com o trabalhador arcando com seus próprios custos e despesas do seu objeto de trabalho (FLEMING, 2017; ANTUNES, 2018; ANDRÉ; SILVA; NASCIMENTO, 2019).

Essa situação reflete o cenário de precarização social e do trabalho no qual está inserida a população brasileira, envolvendo a sociedade e as organizações. O desemprego fomenta a precarização, pois devido à necessidade de suprir suas carências básicas e a ameaça de inserção na pobreza, os indivíduos são induzidos a aceitarem as novas formas de trabalho oferecidas pelo mercado, mesmo que sejam precarizadas (ANTUNES, 2018; NOVAES, CARVALHO, 2019). Essas condições ainda impedem as pessoas de construir uma vida melhor, graças ao seu trabalho, segundo relatório da OIT (2020). No Brasil, os mais afetados são os jovens,

mulheres, negros, grupo historicamente marcado por desigualdades sociais e econômicas. (ANTUNES, 2018; NOVAES; CARVALHO, 2019).

2.2.3 Informalidade

O aumento do setor informal da economia tem sido a resposta para o desemprego mundialmente, desde às ofensivas neoliberais ao trabalhador. O capitalismo desemprega cada vez mais o trabalho estável, substituindo-os por trabalhos precarizados e expandindo a informalidade em diversas áreas no mundo. A informalização do trabalho representa uma crescente forma de subsistência atualmente demonstrada na ampliação acentuada de trabalhos sucessivos de contratos sem estabilidade e sem registro de carteira, dentro ou fora do espaço produtivo quer em atividades mais instáveis ou temporárias, quando não na condição de desempregado (ANTUNES, 2011).

O conceito de informalidade do mercado de trabalho, para alguns analistas, está associado ao tamanho e aspectos do setor informal e, no geral, apresentam características específicas, como pequena escala, baixo nível de organização, pouca ou nenhuma divisão entre trabalho e capital, e relações trabalhistas sem contratos com garantias formais. Outros autores preferem focar no emprego informal, definindo sua diferença nas características dos participantes individuais da força de trabalho (TEMKIN, 2009).

Alves e Tavares (2006) relacionaram as principais características da informalidade em modalidades, conforme consta no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Desenho das características principais da informalidade

PRIMEIRA MODALIDADE		
Trabalhadores Informais Tradicionais		
<ul style="list-style-type: none"> Atividades que requerem baixa capitalização; Buscam obter uma renda individual ou familiar; Vivem da forma de sua força de trabalho; Podem utilizar do auxílio do trabalho familiar ou de ajudantes temporários. 		
Menos instáveis	Mais Estáveis	Trabalhadores ocasionais ou temporários
<ul style="list-style-type: none"> Possuem um mínimo de conhecimento profissional e os meios de trabalho; Na grande maioria dos casos desenvolvem suas atividades no setor de prestação de serviços. <p>Exemplos:</p>	<ul style="list-style-type: none"> Recrutados temporariamente e com frequência, remunerados por peças ou por serviço realizado; Realizam trabalhos eventuais e contingenciais; 	<ul style="list-style-type: none"> Realizam atividades informais quando se encontram desempregados, mas visam retornar ao trabalho assalariado; Há casos que combinam o trabalho regular com o

Costureiras, pedreiros, jardineiros, vendedor ambulante de artigos de consumo mais imediato (alimentos, vestuário, calçados e bens de consumo pessoal), camelôs, empregado doméstico, sapateiros e oficinas de reparos etc.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pautados pela força física e pela realização de atividades dotadas de baixa qualificação; ▪ Podem inclusive ser subempregados pelos trabalhadores informais mais estáveis. <p>Exemplos:</p> <p>Carregadores, carroceiros, trabalhadores de rua, serviços em geral etc.</p>	<p>ocasional, praticando os chamados “bicos”;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Obtém-se um baixo rendimento com as atividades exercidas.
SEGUNDA MODALIDADE		
Trabalhadores informais assalariados sem registro		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Perderam o estatuto da contratualidade; ▪ Passaram da condição de assalariados com carteira assinada para a de assalariados sem carteira; ▪ Excluídos das resoluções presentes nos acordos coletivos de sua categoria. <p>Exemplos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Trabalhadores de indústria têxtil, confecções e de calçados, entre tantos outros, têm sido vítimas dessa tendência de precarização do trabalho. 		
TERCEIRA MODALIDADE		
Trabalhadores informais por conta própria		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contam com sua própria força de trabalho e de familiares, e podem subcontratar força de trabalho assalariada; ▪ Atuam em pequenos negócios e suas atividades possibilitam apenas a renda necessária para a sobrevivência; ▪ Envolvem as áreas de produção, comércio e prestação de serviços; ▪ Atuam em áreas que não atraem investimentos capitalistas de maior vulto; ▪ Adotam essas estratégias porque seus pequenos negócios não têm condições de concorrer com as empresas capitalistas. 		

Fonte: Adaptado de Alves e Tavares (2006).

Essas são apenas algumas características elencadas por Alves e Tavares (2006). As autoras ressaltam que existem diferentes formas de inserção no trabalho informal, no modo de produção capitalista, e para que sejam analisadas, deve ser considerada essa grande heterogeneidade.

O fato é que a forma de inserção no trabalho informal é precária, caracterizada por uma renda baixa, sem garantia de acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), auxílio-doença, licença-maternidade, não há horário fixo para o trabalho, às vezes, trabalham até nas horas vagas para aumentar a renda (MATTOSO, 1999; ANTUNES, 2011).

Para Pereira e Cabral (2019), a informalidade intensifica não apenas as formas de trabalho desprotegidas, como também a pobreza e as desigualdades. O desemprego é preocupante, mas a informalidade, atualmente, vem atingindo alcances assustadores, dada as condições de trabalho dos indivíduos. Os dados apontam para uma maior deterioração das condições de vida desses trabalhadores, por meio de postos de trabalhos menos qualificados.

Druck e Oliveira (2008) destacam ainda que uma característica marcante do trabalho informal na modernidade neoliberal é que o caráter transitório se tornou permanente, ou seja, houve uma naturalização da informalidade. O que antes era visto com um caso atípico do mercado de trabalho urbano, passou a ser uma regra do mercado flexível, transformando-se numa forma de inserção que engloba a maioria da classe que vive do trabalho.

De acordo com o DIEESE (2014), a informalidade é um fenômeno que revela a heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho brasileiro e da disparidade de poder entre trabalho e capital. É um dos principais obstáculos ao desenvolvimento do país.

Como mencionado, o Brasil possui uma população de 13,9 milhões de desempregados (desocupados), conforme dados divulgados pelo IBGE (2021), referente ao quarto trimestre de 2020. A taxa de informalidade – soma dos trabalhadores sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira, empregador sem CNPJ, conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar – atingiu 39,5% do mercado de trabalho em 2020, alcançando mais de 34 milhões de brasileiros (IBGE, 2021).

Silva (2020) ressalta que o trabalho informal, historicamente, sempre foi notório no Brasil. Desde a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), boa parte dos trabalhadores atua na informalidade, desprotegidos pela legislação. A menor média histórica da informalidade no país foi em 2013, com 37,4%. Para Martins *et al.* (2020), em economias em desenvolvimento, uma parcela significativa de trabalhadores exerce suas atividades de maneira informal ou recebe salários por meios informais, o que evidencia políticas públicas frágeis.

Uma pesquisa realizada pelo PNAD Contínua, em 2018, demonstrou que as atividades que mais cresceram na informalidade foram o comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, alojamento, alimentação, motorista de aplicativo, ambulantes, dentre outros (IBGE, 2018c).

A taxa média nacional de informalidade foi superada em 18 estados, variando de 41,2%, em Goiás, até 62,4% no Pará. Em 11 desses 18 estados, a taxa de informalidade ultrapassou 50%, como é o caso de Sergipe, estado onde será feita a pesquisa, com 54,4%, sendo o 7º do

país com maior informalidade, dado que chama a atenção, considerando que é o menor estado da região Nordeste (IBGE, 2020d).

Tabela1 – Taxa de informalidade da população ocupada (%) no Brasil acima de 50%

Localidade	2016	2017	2018	2019
Pará	60,8	61,8	61,4	62,4
Maranhão	64,4	62,1	59,9	60,5
Piauí	59,4	58,7	58,8	59,5
Amazonas	57	56	54,9	57,6
Bahia	54,5	54,6	54,3	54,7
Ceará	54,1	54,5	55,3	54,9
Sergipe	50,9	52,2	53,6	54,4
Amapá	48,4	49,8	49,4	54,3
Paraíba	52,1	52,1	53,1	53,1
Rondônia	48,9	50,1	49,5	50,3
Acre	49,8	51,4	51	50,2

Fonte: IBGE (2020).

Tabela 2 – Taxa de informalidade da população ocupada (%) no Nordeste

Localidade	2016	2017	2018	2019
Maranhão	64,4	62,1	59,9	60,5
Piauí	59,4	58,7	58,8	59,5
Ceará	54,1	54,5	55,3	54,9
Bahia	54,5	54,6	54,3	54,7
Sergipe	50,9	52,2	53,6	54,4
Paraíba	52,1	52,1	53,1	53,1
Pernambuco	47,8	48,6	48,2	48,8
Rio Grande do Norte	45,3	46,8	48,3	48,4
Alagoas	47,1	46,2	44,7	47,2

Fonte: IBGE (2020).

Diante dos dados apresentados, percebe-se como a crise estrutural do capital vem desconstruindo e precarizando o trabalho, e ampliando os diversos modos de ser da informalidade. Os trabalhadores buscam na informalidade um amparo para ausência de renda, contudo, se inserem em condições de trabalho precárias e desprotegidas, encontrando nessa forma de trabalho um refúgio e não uma solução (PEREIRA; CABRAL, 2019).

Outro agravante para os trabalhadores informais diz respeito à pandemia de coronavírus que tem trazido desafios para a economia mundial e acometeu o Brasil neste ano de 2020. O mundo do trabalho vem sendo duramente afetado, seja com a perda de emprego e renda, devido

à necessidade do isolamento social; ou com a exposição a situações de risco de contágio. Trabalhadores de todo o planeta sofrem os efeitos da COVID-19, das políticas restritivas e da retração econômica. Segundo a OIT, 1,6 bilhão de trabalhadores informais já foram afetados pelas medidas restritivas de isolamento em todo o mundo (SILVA, 2020).

Numa situação de crise econômica como a atual, os trabalhadores informais são os mais vulneráveis aos seus efeitos. Mesmo com a concessão do governo brasileiro do auxílio emergencial, no valor de R\$ 600,00, para os mais pobres, que se configura como um alento, ainda está longe de resolver o problema da redução súbita na renda dos trabalhadores (SILVA, 2020).

Para Silva (2020), o impacto econômico sobre o trabalho causado pela pandemia é de grandes proporções e fragiliza o ideário neoliberal, bem como a crescente desregulamentação do trabalho no mundo inteiro. De acordo com o autor, se não houver uma mudança da ação dos Estados sobre a economia e a distribuição de riquezas, a sociedade sofrerá com as consequências, levando consigo o capitalismo.

2.2.4 Individualização do trabalho

A partir da década de 70, com a passagem do taylorismo para o neoliberalismo, num contexto de crise do capital e críticas às relações de trabalho assalariado, o indivíduo passou a ser “responsável” por seu próprio bem-estar social. As demandas funcionais do capitalismo pregaram o individualismo nas sociedades, promovendo valores como iniciativa individual, flexibilidade, habilidade múltipla e mobilidade, mesmo num contexto de desemprego estrutural que passou a assolar na época. O resultado disso, como visto, vem afetando fortemente o mundo do trabalho, em várias dimensões (ANTUNES, 2001; MARTINS *et al.*, 2017; ROSENFELD, 2018).

O discurso neoliberal, segundo Oliveira, Castro e Santos (2017), prega a liberdade e a dignidade humana de tal forma que se incorpora como um senso comum, passando a ser certo e livre de questionamento. Desse modo, esses ideais são postos como a solução para os problemas da humanidade, sendo esses os conceitos do neoliberalismo, por meio da liberdade de mercado e da redução do Estado nas questões sociais. Quem questiona o sistema acaba sendo taxado de ultrapassado ou contrários às liberdades.

Como consequência, surgiram novas estruturas produtivas que individualizam cada vez mais o trabalho e sua regulação, ficando a cargo do trabalhador, única e exclusivamente, a responsabilidade de sua inserção social no trabalho. (LOPES, 2009).

Numa realidade com a desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, somado ao grande contingente de desempregados, abriu-se espaço para o empreendedorismo e o trabalho informal, compondo a base da nova cultura do trabalho, baseada na desvinculação de salário e individualismo (OLIVEIRA; CASTRO; SANTOS, 2017).

O empreendedorismo, nesse contexto, é marcado pelo mérito e tem o indivíduo como único responsável pelo seu fracasso ou sucesso. Nessa lógica, caberia ao Estado apenas a intervenção para garantir as condições mínimas para que o empreendedor cresça e, conseqüentemente, faça a economia do país crescer. A prática empreendedora, no atual contexto, tem sido central nas políticas de enfrentamento ao desemprego e à informalidade (OLIVEIRA; CASTRO; SANTOS, 2017).

Entretanto, esse discurso da importância do indivíduo, da livre iniciativa, da autonomia ou independência na forma de inserção no trabalho pode significar a liberdade da subordinação do emprego remunerado, mas também a precariedade. Como já demonstrado, a informalidade, principalmente no contexto brasileiro, representa um número crescente de indivíduos que são forçados, devido ao desemprego, à baixa posição na estrutura socioeconômica ou aos baixos níveis de capital humano, a assumir trabalhos informais com baixos rendimentos e condições precárias. (TEMKIN, 2009).

Sobre o capital humano, Fleming (2017) demonstra o lado sombrio desse conceito. De acordo com o autor, os teóricos que defendem essa teoria sugerem que os indivíduos – seu estoque de habilidades, conhecimentos, educação e até atributos pessoais – também possam ser considerados como capital, assim como os equipamentos, patrimônios etc; e como as organizações e sociedades podem desenvolver habilidades, inovação e segurança econômica por meio dele. A teoria do capital humano teve grande influência nos formuladores de políticas, governos e outros poderosos tomadores de decisão, o que ajudou a crescente individualização do trabalho, tornando o capitalista humano individual inteiramente responsável por seu destino econômico.

Costa (2009) acrescenta que, sob essa lógica, as competências e aptidões do indivíduo, independentemente da classe social a que ele pertence, constituem seu capital e mais do que isso, esse mesmo indivíduo é induzido a entreter consigo e com os outros, numa relação na qual ele se reconhece e aos outros como microempresa. Nessa condição, vê-se como uma entidade

que funciona sob a necessidade de fazer investimentos permanentes em si ou que retornem em seu benefício, para a produção de fluxo de renda.

Como consequência, tem-se um mercado de trabalho com duas tendências contraditórias. De um lado, a valorização do trabalho qualificado e do saber do trabalhador, e do outro, a precariedade e a desproteção do sistema de trabalho contemporâneo. O resultado é uma competição desenfreada pelos postos de trabalho cada vez mais difíceis. (LOPES, 2009).

Para Fleming (2017), a teoria do capital humano é lucrativa para os trabalhadores cujas habilidades são escassas e a demanda for alta. No entanto, a realidade do mercado de trabalho é de uma concorrência acirrada em diversas áreas de atuação, com alto índice de desemprego e informalidade. É nesse ambiente, com a ideia de que as pessoas são responsáveis por seu próprio destino econômico, que surgiram novas formas de trabalho, como o autoemprego, modelo de negócios sob demanda, *freelancer* e a uberização da força do trabalho que, ao invés de saírem livres e ricos, esses capitalistas humanos têm a probabilidade de ficarem endividados, inseguros e dominados por sistemas de gestão autoritários (FLEMING, 2017).

O discurso do neoliberalismo tenta encobrir essas disfunções, enfatizando que a responsabilidade da escolha é individual. A teoria do capital humano reforça a máxima de que se o trabalhador for um perdedor no novo mundo do trabalho, certamente a culpa é dele (FLEMING, 2017).

Esse novo modelo de organização do trabalho, baseado no individualismo, é uma estratégia do capitalismo para a captura da subjetividade do trabalhador. Os conflitos são mascarados, fazendo com que a classe trabalhadora se conforme com os ideais do capital e ceda ao atual modo de existência capitalista. O capitalismo estruturado induz à falta de percepção de uma identidade coletiva diante da diversidade do mundo do trabalho, gerando um grande empecilho para o desenvolvimento da consciência de classe (COUTINHO; CIRINO, 2018).

Diante disso, como resultado da individualização e fragmentação das condições de trabalho, há um enfraquecimento da dinâmica coletiva e da solidariedade dos trabalhadores. Com a desregulamentação do mercado de trabalho e o fim dos empregos seguros, os sindicatos e outros movimentos sociais enfrentam o desafio de repensar formas de assegurar e proteger o trabalhador, sujeito a novos regimes de emprego (baseado em contrato), bem como às formas de inserção individuais e novas através do trabalho (MATTOSO, 1999; FLEMING, 2017; ROSENFELD, 2018).

Desse modo, o individualismo, assim como o enfraquecimento da noção de mobilização das classes sociais, oriundos do discurso capitalista, são fenômenos que acentuam a

informalização e a precarização do trabalho. O capitalismo pode representar ganhos para uns, mas muitas perdas para outros. O trabalho remunerado e regulamentado está cada vez mais raro, no entanto, ainda é adotado como modelo a seguir. Diante dessa conta que não fecha, a independência, associada à liberdade, pode levar à subordinação e precarização (ROSENFELD, 2018).

O Quadro 2 apresenta uma síntese dos efeitos do neoliberalismo econômico na organização do trabalho no contexto brasileiro.

Quadro 2 – Síntese dos efeitos do neoliberalismo econômico no Brasil

EFEITOS	CARACTERÍSTICAS
Desemprego Silva (2019) D'Agostini e Tilton (2019)	<ul style="list-style-type: none"> • 11,6 milhões de brasileiros desempregados; • 10,6% Taxa de desemprego; • Altas taxas de desemprego e o aumento da insegurança nacional; • Trabalhadores não qualificados e qualificados estão sendo excluídos do mercado de trabalho.
Flexibilização e Precarização das Relações de Trabalho Mattoso (1999) André, Silva e Nascimento (2019)	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentados pelo desemprego; • Discurso de flexibilidade para o trabalhador (horários flexíveis) e para os empregadores (contratações flexíveis); • Flexibilidade nas formas de contratação, com novas formas de trabalho implementadas; • Alteração da legislação pelo Estado, promovendo a desregulamentação do trabalho; • Trabalho sem garantias, que explora o trabalhador e gera insegurança em vários sentidos.
Informalidade Antunes (2011) Alves e Tavares (2006) Pereira e Cabral (2019)	<ul style="list-style-type: none"> • 41,1% de brasileiros atuam na informalidade atingindo mais de 38 milhões de pessoas; • Crescente forma de subsistência frente ao desemprego; • Trabalho sem estabilidade e sem registro na carteira; • É um dos principais obstáculos ao desenvolvimento do país.
Individualismo Lopes (2009) Oliveira, Castro e Santos (2017) Fleming (2017) Coutinho e Cirino (2018)	<ul style="list-style-type: none"> • Indivíduo passou a ser “responsável” por seu próprio bem-estar social; • Surgimento de novas estruturas produtivas que individualizam o trabalho; • Responsabilidade única e exclusiva do trabalhador de sua inserção social pelo trabalho; • Indivíduo como único responsável pelo seu sucesso ou fracasso; • Valorização do capital humano; • Captura da subjetividade do trabalhador; • Incentivo ao empreendedorismo marcado pelo mérito; • Enfraquecimento da noção de mobilização das classes sociais (sindicatos).

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Após uma breve abordagem dos efeitos das políticas neoliberais na organização do trabalho no Brasil, a seguir, será abordado como ocorre o empreendedorismo num contexto de transformação das relações de trabalho.

2.3 O EMPREENDEDORISMO NUM CONTEXTO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas criaram condições para a propagação do empreendedorismo como política de enfrentamento do Estado, cada vez mais frágil na condução da relação capital e trabalho. Houve uma retomada da figura do empreendedor e de sua função social, o que na prática reforçou o fim da centralidade do emprego (OLIVEIRA; MOITA; AQUINO, 2016).

O empreendedorismo passou a ser valorizado por governos e organizações como o principal caminho para a prosperidade, crescimento econômico, geração de emprego e renda na atualidade. Nessa ótica, a iniciativa empreendedora é essencial para que uma sociedade pautada em um mercado livre seja capaz de produzir mais riquezas e aproveitar oportunidades, melhorar processos e inventar negócios. (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011). Nesse contexto, os conceitos de empreendedorismo mais utilizados são pautados em inovação, ideias, oportunidade e sucesso (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011; FUSIOKA; PLATT, 2014).

Costa, Barros e Carvalho (2011) acrescentam que o movimento do empreendedorismo não foi acompanhado de forma proporcional pelas pesquisas acadêmicas sobre o tema, tanto no que diz respeito à influência do empreendedorismo no processo de crescimento e desenvolvimento socioeconômico dos países, quanto no que se refere aos estudos mais críticos em relação ao tema. De forma geral, alguns autores defendem a ideia que não existe um consenso em relação ao tema empreendedorismo. O rótulo de empreendedor pode constituir um significante vazio, uma palavra que pode significar tudo e nada, e que remete a vários pontos sem chegar efetivamente a nenhum deles. Assim, essa condição acaba se tornando conveniente para naturalizar processos e fenômenos, já que o conceito pode assumir diferentes significados, dependendo de seu contexto e uso (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011), como o ocorre com o conceito utilizado pelo Global Entrepreneurship Monitor (GEM).

Nos últimos 20 anos, o *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) demonstrou que o empreendedorismo existe em variações extraordinárias em todo o mundo. Desde 1999, equipes de pesquisa em 112 economias avaliaram a atividade empreendedora, revelando percepções não apenas sobre a taxa de empreendedorismo, mas também sobre uma série de características do perfil dos empreendedores em cada localidade (GEM, 2018).

No contexto brasileiro, o conceito de empreendedor é bem abrangente. Para o GEM (2018), empreendedores são as pessoas que criaram ou estão criando qualquer tipo de

empreendimento, mesmo aqueles mais simples, gerados pela necessidade de subsistência, conforme descrição abaixo:

Empreendedor não é apenas aquele que cria e lidera um empreendimento estruturado, ou um negócio de sucesso ou inovador; não é somente aquele sujeito que se mostra realizado e satisfeito ao ser proprietário de um empreendimento; e também não se restringe à existência, ou vinculação com pessoas jurídicas formalizadas legalmente. (GEM, 2018, p. 9).

Desse modo, o relatório executivo do empreendedorismo no Brasil, do GEM Brasil 2018, aponta que o país apresentou a segunda maior taxa de empreendedorismo com a TTE¹ (empreendedorismo total) de 38% , ficando abaixo apenas do registrado em 2015 (39%), o que significa que aproximadamente 52 milhões de brasileiros, entre 18 e 64² anos, estavam liderando alguma atividade empreendedora, tanto na criação de um novo negócio como na sua consolidação, ou ainda realizando esforços para a manutenção de negócios já estabelecidos em 2018. De acordo com o GEM Brasil, esses números significam que, a cada cinco brasileiros adultos, dois eram empreendedores. Esses dados são resultados de um clima.

Apesar de ser o maior estudo sobre empreendedorismo no mundo, o conceito utilizado pelo GEM, assim como a maioria da literatura também sofrem críticas referentes à generalização (NOGAMI; MEDEIROS; FAIA, 2014). Esses estudos não pronunciam, por exemplo, o contexto histórico das condições de trabalho do dito “empreendedor”, das relações de poder inerentes ao contexto no qual está inserido, da precarização que acompanha a vida profissional desse trabalhador, muitas vezes, bem diferente do modelo de trabalho que o conceito de empreendedorismo privilegia (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011).

Nesse sentindo, Oliveira, Castro, Santos (2017) ressalta que a ofensiva neoliberal, na década de 90, gerou uma série de mudanças no mundo do trabalho, ocasionando consequências para os trabalhadores que perduram até os dias atuais. A partir dessa década, houve um processo de desestruturação do mercado de trabalho, marcado pelo desassalariamento, altos de níveis de desemprego, desregulamentação e a relativização dos direitos trabalhistas, precarização e

¹ A taxa de empreendedorismo estabelecido (TEE), por sua vez, envolve os indivíduos que administram e são proprietários de negócios já consolidados, que pagaram alguma remuneração aos seus proprietários por um período superior a 42 meses (GEM, 2018).

² Nas taxas calculadas pelo GEM são contados como empreendedores todos os indivíduos envolvidos com algum negócio em estágio nascente ou estabelecido, independentemente desse negócio ser a sua ocupação principal. Ou seja, se o indivíduo exercer qualquer outra atividade paralela, seja ela principal ou secundária, ele será contabilizado na taxa. Por esse motivo o número total de empreendedores estimado pelo GEM é sensivelmente maior do que o número apresentado pela PNAD, que contabiliza como “empregadores” ou “por conta-própria” (conceitos que se aproximam do “empreendedor GEM”), apenas os indivíduos que tem essa atividade como ocupação principal.

flexibilização das condições de trabalho e a responsabilização do trabalhador pela sua sobrevivência.

Desse modo, o empreendedorismo se fortalece como solução para os problemas sociais, tais como o desemprego e a informalidade. A lógica empreendedora é pautada no individualismo e na meritocracia, na qual o indivíduo é o único responsável pelo seu sucesso ou fracasso, cabendo ao Estado garantir o mínimo para que o empreendedor cresça (OLIVEIRA; CASTRO; SANTOS, 2017).

Cabe então ao empreendedor, no contexto neoliberal, impulsionar o crescimento econômico atrelado ao desenvolvimento social e à garantia de melhores condições de vida. Contudo, questiona-se até que ponto “esse empreendedor” atinge esse propósito, uma vez que, na prática, as políticas neoliberais impulsionam novas modalidades de precarização de trabalho (OLIVEIRA; MOITA; AQUINO, 2016).

O desenvolvimento do capitalismo tornou imprescindível o surgimento do empreendedorismo como fenômeno de massa. A doutrina neoliberal exige que todos se apresentem socialmente como empreendedores. Com esse discurso ideológico, nada se pronuncia sobre o contexto histórico das atuais condições de trabalho e das relações de poder inerentes a esse contexto. O que de fato acontece é que a precarização acompanha a maior parte dos empreendedores, bem diferente do modelo concebido pela teoria (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011).

A exaltação do espírito empreendedor na atualidade surge num contexto de altos índices de desemprego, no qual a cultura do trabalho é promovida num ambiente de risco, insegurança e incerteza. A prática empreendedora é demasiadamente recomendada para os que buscam trabalho, sob o discurso da garantia do crescimento e desenvolvimento econômico, incorporando o empreendedor à lógica do capital (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011; OLIVEIRA; MOITA; AQUINO, 2016).

Desse modo, analisando a realidade brasileira, Costa, Barros e Carvalho (2011) ressaltam que essa valorização do empreendedorismo é vista de forma ingênua pelos indivíduos, sem releituras que incorporem o contexto social, econômico, político e cultural do país. O discurso é aceito, incorporado e disseminado no imaginário das pessoas, de forma sedutora, como uma perspectiva e estímulo de vida que oferece, ao mesmo tempo, garantias de segurança e razões morais para se fazer o que se faz. É esse discurso que envolve e mobiliza o sujeito a praticar e reproduzir a mesma lógica de mercado, de competitividade, convivência com o risco, insegurança e incerteza (OLIVEIRA; MOITA; AQUINO, 2016).

Para Oliveira, Mota e Aquino (2016), o empreendedorismo, na realidade, representa uma nova forma de precarização de trabalho, visto que a sua finalidade de recuperar o padrão de acumulação reforça a fragilização dos vínculos constituídos na sociedade salarial, levando ao fortalecimento do processo de precarização laboral. É um fenômeno que acontece de várias formas, principalmente em países periféricos como o Brasil, não significando uma generalização dessa atividade. Esse tipo de empreendedorismo citado refere-se àquele em que o indivíduo, em geral, cercado de possibilidades não favoráveis, vê o empreendimento como único ou melhor investimento, apegando-se a essa alternativa como uma possibilidade de obtenção de renda de forma mais favorável ou até mesmo de subsistência.

Essas modalidades caracterizam uma fuga ao processo de exclusão do mercado de trabalho. Os empreendedores de baixa renda, principalmente, possuem poucas chances de sucesso e representam cada vez mais um alto contingente de pessoas, devido ao contexto de transformações na dinâmica do trabalho decorrentes da flexibilização produtiva. É nessa situação que o discurso neoliberal torna-se sedutor, convencendo as camadas mais pobres da sociedade que, excluídas dos ganhos advindos das dinâmicas concentradoras do mercado, veem possibilidades de alavancar a renda no seu próprio negócio, em meio ao desemprego estrutural, ao subemprego e aos baixos salários pagos pelas empresas. Esses pequenos negócios constituem-se mais como meios de sobrevivência do que como empreendimentos capitalistas, especialmente no ramo comercial (OLIVEIRA; MOITA; AQUINO, 2016).

Essa realidade é corroborada pelo relatório do GEM (2018), quanto aos dados relacionados à motivação que levam as pessoas a empreenderem. O GEM classifica em duas categorias: empreendedores por oportunidade e por necessidade. O primeiro representa aquele que iniciou o negócio, principalmente por ter identificado uma oportunidade viável que poderia ser concretizada no ambiente que atua. Já o segundo representa o indivíduo que criou o negócio pela falta de outras possibilidades para geração de renda e ocupação. É importante ressaltar que essa classificação se aplica exclusivamente aos empreendedores iniciais (GEM, 2018).

Em 2018, o percentual de empreendedores iniciais por necessidade, definidos pela TEA³, foi de 37,5% (Tabela 3), ou seja, mais de 9 milhões de brasileiros recorreram ao empreendedorismo por necessidade de sobrevivência e não por opção. Oliveira, Moita e Aquino (2016) destacam que o empreendedor por necessidade é aquele que passa a empreender por

³ A taxa de empreendedorismo Inicial (TEA) engloba os indivíduos envolvidos com uma atividade empreendedora em estágio nascente ou com um empreendimento novo. Tanto os empreendedores nascentes quanto os novos pertencem à classificação dos empreendedores em estágio inicial, ou simplesmente empreendedores iniciais (GEM, 2018).

ausência total de possibilidade de absorção no mercado de trabalho, fazendo com que, mesmo como empreendedor, represente um trabalho precário. Assim, a mudança de condição de trabalho, por meio da qual se esperava autonomia e melhor qualidade de vida, provoca a repetição de alguns padrões de precariedade na rotina dos empreendedores, principalmente no início de suas atividades (OLIVEIRA; MOITA; AQUINO, 2016).

Tabela 3 – Motivação dos empreendedores iniciais: taxas¹ (em%) para oportunidade e necessidade, proporção sobre TEA² (em%), estimativas³ (em unidades) e razão* oportunidade e necessidade - Brasil - 2018

Motivação	Taxas	Percentual da TEA	Estimativa
Oportunidade	11,0	61,8	15.107.684
Necessidade	6,7	37,5	9.176,644
Razão Oportunidade/Necessidade		1,6	

Fonte: GEM Brasil (2018)

¹Percentual da população de 18 a 64 anos.

²Proporção sobre a TEA: A soma dos valores pode não totalizar 100%, quando houver recusas e/ou respostas ausentes.

³Estimativas calculadas a partir de dados da população brasileira, de 18 a 64 anos, para o Brasil, em 2018: 136,8 milhões. Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000-2030 (ano 2018).

*Exemplo de interpretação: para cada 1 empreendedor por necessidade, 1,6 empreende por oportunidade.

Pereira e Cabral (2019) alertam que, apesar do otimismo divulgado pela mídia em relação ao aumento de novos “empreendedores” no país, impulsionado pelo discurso de empregabilidade e do empreendedorismo, não se pode deixar de considerar a lógica que legitima tal fenômeno e seus impactos na vida desse contingente de trabalhadores. Costa, Barros e Carvalho (2011) acrescentam que resultados de pesquisas empíricas indicaram existir uma associação negativa entre o empreendedorismo por necessidade e o crescimento econômico, em países pobres, nos quais o Brasil foi incluído. Enquanto que em países relativamente ricos, o empreendedorismo é associado de forma positiva com maior taxa de crescimento econômico.

Oliveira, Moita e Aquino (2016), em seu estudo sobre a relação do empreendedorismo e a precarização laboral, salientam que o objetivo não foi generalizar, ao afirmar que a prática empreendedora não possa levar aos desenvolvimento econômico, visto que há muitos casos de empreendedores bem sucedidos. No entanto, o empreendedorismo continua a ser propagado, de forma enfática, como a oportunidade de sucesso, como a melhor alternativa a ser seguida, como garantia de lucro e autonomia. Nessa perspectiva, depende apenas do trabalhador o seu resultado, como se não estivesse dentro de todo um sistema de organização de trabalho. E caso

esse empreendedor não obtenha êxito, o problema está nele e não em outras variáveis que podem propiciar o sucesso ou fracasso. Por isso, os autores alertam que é necessário enxergar quem é esse empreendedor e em quais condições e contexto ele está inserido (OLIVEIRA; MOITA; AQUINO, 2016). Fato corroborado pelo relatório do GEM (2018) ao informar que a combinação de necessidade e poucas boas oportunidades sugere a necessidade de gerar renda, no entanto, existem poucas perspectivas de consegui-la com muita recompensa.

Além da motivação para se empreender, outro fator preocupante está na informalidade. Muitos dos trabalhadores que buscam o empreendedorismo por necessidade são informais (OLIVEIRA; CASTRO; SANTOS, 2017), ou seja, não possuem vínculo de salário, nem direitos sociais e trabalhistas básicos – aposentadoria, FGTS, auxílio-doença, licença-maternidade –, além de não terem horário fixo para o trabalho e obterem uma renda baixa (MATTOSO, 1999; ANTUNES, 2011). Como já abordado, viu-se que a informalidade no Brasil atingiu um percentual de 39,5%, atingindo mais de 34 milhões de brasileiros (IBGE, 2021).

Em vista disto, a realidade do empreendedorismo no Brasil, muitas vezes, representa o sonho de ser independente, num empreendedorismo por necessidade, compondo a nova cultura do trabalho (OLIVEIRA; CASTRO; SANTOS, 2017).

2.4 O AUTOEMPREENDEDORISMO

Outro dado que chama a atenção no relatório GEM (2018) diz respeito à geração de emprego, visto que 80% dos empreendedores iniciais declararam não possuírem empregados (cf. Tabela 4), demonstrando uma forte característica de autoemprego no empreendedorismo brasileiro (FUSIOKA; PLATT, 2014). Esses dados reforçam a característica do individualismo, no qual “[...] o empreendedorismo apresenta-se como fundamental para o desenvolvimento econômico, potenciando lucros por intermédio de uma “visão” ou um “espírito” muitas vezes mais pessoal do que coletivo [...].”(COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011. p.5).

Tabela 4 – Distribuição percentual dos empreendedores iniciais e estabelecidos segundo o número de empregos gerados – Brasil, 2018

Faixas de empregados	% empregadores iniciais	% empregadores estabelecidos
Não informou	0,4	1,3
Nenhum empregado	81,4	82,6

1 empregado	12,2	10,3
2 empregados	3,4	3,2
3 ou mais empregados	2,7	2,6
Total	100	100

Fonte: GEM Brasil (2018).

O empreendedorismo de modo individual é umas das diversas formas de trabalho dentro da crise do mundo do trabalho. Nessa realidade, o trabalhador contemporâneo, para sobreviver, necessita ser empreendedor. O discurso ideológico é pautado na perspectiva da individualização, que se apresenta, sobretudo, na ideia do empoderamento individual, ou seja, a atividade laborativa deve ser realizada por sujeitos criativos e corajosos que não se contentam com funções pouco desafiadoras, cujo sucesso depende do seu esforço e de sua “força de vontade”. Ele tudo pode, basta vontade e persistência, mesmo que essa denominação vá de um coletor de materiais recicláveis a um profissional autônomo de alta tecnologia (OLIVEIRA; MOITA; AQUINO, 2016).

Rosenfield (2015) denomina essas formas individuais de inserção pelo trabalho como autoempreendedorismo. Para a autora, é uma das formas emergentes de inserção pelo trabalho, que substitui uma relação de emprego. O trabalho assalariado é substituído pelo trabalho autônomo e a relação empregado-empregador é substituída pela relação entre o trabalhador autônomo e o(os) demandantes do trabalho. A relação de independência e salário passar a ser de articulação ao invés de oposição. O autoempreendedorismo também é referenciado na literatura como “empreendedor de si” (KRAMER, 2017), “patrão de si” (OLIVEIRA; CASTRO; SANTOS, 2017), “autoempresário” (LEVRATTO; SERVERIN, 2015), ou ainda, “autoempregado” (SIMÕES; CRESPO; MOREIRA, 2016; GEM, 2018).

Para Levratto e Severin (2015), o autoempreendedor nada mais é do que um empreendedor individual com atividade de baixo nível, cujo lucro obtido é modesto, colocando-o na categoria dos trabalhadores pobres. Já na concepção de Kramer (2017), o autoempreendedor é o trabalhador que se torna seu próprio capitalista, o “empreendedor de si”, que é totalmente responsável por suas escolhas conceituadas, como investimentos em educação, migração, saúde etc., com a consequência lógica de que a responsabilidade é puramente individual, ou seja, os que não obtêm sucesso, não tem a quem culpar.

O autoempreendedorismo é marcante na atual fase do capitalismo, representa a institucionalização do autoemprego e a autorresponsabilidade pela inserção no trabalho pelos próprios autores. O autoempreendedor é simultaneamente um trabalhador e um capitalista

muito pequeno, que precisa administrar seus negócios e buscar seu lugar no mercado (ROSENFELD, 2018).

Para Vivant (2013), ser autoempresário é uma nova forma de acesso ao emprego, em que ser autônomo por meio de empreendedorismo representa mais uma garantia do próprio trabalho do que um projeto empreendedor dinâmico. Musio (2018) destaca que a lógica do autoempreendedorismo enfrenta uma dupla concorrência, a competição transitiva, muito mais insidiosa; e a competição intransitiva do indivíduo consigo mesmo. Para o autor, o neoliberalismo está abolindo a classe trabalhadora e hoje o trabalhador é autoexplorador em sua própria empresa.

Levratto e Serverin (2015) salientam que a exposição ao risco, enfrentada pelo autoempreendedor, um indivíduo isolado, parece maior do que em qualquer outra forma de atividade independente. Não apenas o *status* independente está sujeito ao risco de reclassificação, a prestação de serviços, de forma independente, pode significar que o "autoempreendedor" assume um risco profissional desproporcional em comparação com o risco enfrentado por um funcionário assalariado que presta os mesmos serviços.

O autoempreendedorismo é marcante em países muito pobres, como o Mali, na África, onde a taxa de desemprego atinge 63% dos jovens de 15 a 29 anos, alcançando inclusive pessoas instruídas. Em seu trabalho, Karambé (2019) identificou que o potencial de emprego no autoempreendedorismo é devido à dificuldade em conseguir um trabalho assalariado no país, de modo que o indivíduo vê no autoempreendedorismo a oportunidade de ganhar a vida e empoderamento profissional. Quanto ao tipo de atividades desenvolvidas, as mulheres jovens vendem uma variedade de produtos, como frutas e legumes e cosméticos, em hangares ou ao ar livre, ou oferecem serviços de cabeleireiro (trança) ou costura (vestuário). Quanto aos homens, eles são mais ativos nos setores manufatureiros, como brinquedos eletrônicos, serviços de lavagem de carros, cobrança de telefone e outros. Os jovens malineses se tornaram predominantes entre os empreendedores "comuns" (KARAMBÉ, 2019).

À medida que o autoempreendedorismo substitui progressivamente as relações de trabalho, baseadas nos salários, um novo *ethos* capitalista parece estar emergindo com base nos valores do individualismo e da autogestão. Trabalhadores autônomos são pagos por clientes que precisam de seu trabalho. Os limites entre autonomia e subordinação, entre inserção por meio de trabalho 'adequado' ou precário estão mudando e se tornando mais imprecisos (ROSENFELD, 2018).

Essa transformação impõe aos indivíduos a obrigação de administrar a si mesmos, incorporando a lógica do capital em suas próprias vidas (ROSENFELD, 2018). O sujeito contemporâneo não é mais o da obediência, é um sujeito da alta produtividade que se submete à lógica de uma sociedade marcada pelo desempenho. Nessa prática, ele é submetido a se tornar empreendedor de si mesmo, um sujeito de multitarefas, cada vez mais hiperativo, cansado, esgotado (SILVA; LIMA, 2019).

2.4.1 Autoempreendedorismo e as estratégias de inserção social pelo trabalho

Viver numa sociedade de trabalho significa que, quem não o tem, deixa de sentir que faz parte dela. Com isso, é atribuída ao indivíduo a responsabilidade de se manter em estado de empregabilidade, ou seja, com as competências desejáveis atualizadas, estando disponível para qualquer trabalho, a qualquer custo (RIBEIRO; CORREIA; CAMELO, 2017). Tradicionalmente, a inclusão social pelo trabalho tem por referência o mercado de trabalho e o emprego regular assalariado como elemento primordial. No entanto, como foi abordado neste projeto, a partir dos anos 90, a criação de empregos regulares começou a se dissipar, com o aporte da política neoliberal, que propõe o incentivo ao individualismo e ao empreendedorismo (SOBRINHO, 2018).

Nesse sentido, o trabalho por conta própria é frequentemente defendido como uma saída potencial para o desemprego, em geral, e o desemprego juvenil em particular. Sobre a iniciativa de trabalhar de forma independente, as pesquisas de Simões, Crespo e Moreira (2016) e Dvouletý *et al* (2018), por meio de uma revisão de literatura, apresentam os fatores que influenciam a decisão de trabalhar por conta própria, cujos principais estão apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 – Fatores que influenciam na decisão de trabalhar por conta própria

FATORES INDIVIDUAIS	
Idade	<ul style="list-style-type: none"> A idade supostamente vem acompanhada de níveis de capital humano, experiência profissional, capital financeiro e contatos sociais, aumentando, assim, as capacidades empreendedoras de um indivíduo (SIMÕES; CRESPO; MOREIRA, 2016).

Gênero	<ul style="list-style-type: none"> • As mulheres entram no trabalho por conta própria com menos frequência do que os homens (BLANCHFLOWER, 2000; KOELLINGER; MINNITI; SCHADE, 2013); • As mulheres geralmente são mais avessas ao risco que os homens e, portanto, evitam o trabalho por conta própria (DOHMEN <i>et al.</i>, 2011, 2012); • Enquanto homens são motivados por retornos potenciais mais altos, mulheres desejam flexibilidade, visando um melhor equilíbrio entre vida profissional e pessoal (WELLINGTON, 2006; GURLEY-CALVEZ <i>et al.</i>, 2009).
Estado civil	<ul style="list-style-type: none"> • Cônjuge pode participar do negócio e ser um trabalhador com maior probabilidade de buscar melhores interesses no negócio (BORJAS, 1986); • Cônjuges são fonte crítica de apoio emocional (BOSMA <i>et al.</i>, 2004).
Filhos	<ul style="list-style-type: none"> • O trabalho independente está frequentemente associado a mais independência e flexibilidade na gestão do tempo de trabalho, o que pode ser uma vantagem na presença de crianças; • Filhos aumentam a preocupação com questões financeiras e motivam a busca por rendas mais altas (DAWSON <i>et al.</i>, 2014).
FATORES PSICOLÓGICOS	
Medo do fracasso	<ul style="list-style-type: none"> • A segurança no emprego, embora também seja possível através do trabalho independente, é geralmente mais provável de ser alcançado através de emprego dependente; • Atribuir alto valor a um emprego seguro pode reduzir a probabilidade de procurar trabalho por conta própria; • As ambições de obter uma renda alta podem atuar como um fator de atração para se tornar autônomo; • Embora o empreendedorismo tenha benefícios não pecuniários significativos, a maioria dos trabalhadores por conta própria apresenta ganhos iniciais mais baixos e menor crescimento de ganhos do que os empregados (HAMILTON, 2000).
Motivação	<ul style="list-style-type: none"> • Relacionada às características empreendedoras e aos traços de personalidade (excesso de confiança, otimismo, necessidade de realização, necessidade de autonomia e gosto pela variedade).
ANTECEDENTES FAMILIARES	
Modelos dos pais	<ul style="list-style-type: none"> • Para os jovens adultos, os pais são os modelos mais importantes em relação às escolhas de carreira; • As crianças tendem a escolher a mesma ocupação que seus pais (KOHN; SLOMCZYNSKI; SCHOENBACH, 1985; KIND, 2015); • Ter pais com experiência de trabalho independente é um forte preditor para as próprias decisões de carreira dos filhos (LEE, 1999; DUNN; HOLTZ-EAKIN, 2000; HOPP; MINARIKOVA; SPEIL, 2017; SORGNER; FRITSCH, 2017); • Filhos de pais empreendedores obtêm uma visualização realista de como é trabalhar por conta própria e têm a oportunidade de aprender com seus pais (CHLOSTA <i>et al.</i>, 2012). Além disso, valores e características empresariais, como tolerância ao risco, são transmitidos dos pais para os filhos (DOHMEN <i>et al.</i>, 2012).
CAPITAL HUMANO	
Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Indivíduos com maior nível educacional: (1) têm melhores oportunidades de emprego no setor de salários; (2) são, em média, mais capazes de identificar oportunidades de trabalho; e (3) têm maior capacidade gerencial para ter sucesso em ocupações por conta própria (LUCAS, 1978).

Experiência	<ul style="list-style-type: none"> • Os indivíduos aprendem com experiências anteriores que impactam positivamente na entrada no trabalho por conta própria (JOVANOVIĆ, 1982).
CIRCUNSTÂNCIAS ECONÔMICAS	
Percepções de condições econômicas	<ul style="list-style-type: none"> • Os custos e benefícios de se tornar autônomo também são, em grande parte, determinados pelas condições econômicas; • A percepção individual dessas condições pode influenciar a decisão a favor ou contra o trabalho independente; • Por um lado, em tempos de prosperidade econômica (percebida), mais indivíduos podem tentar aproveitar a oportunidade de iniciar seu próprio negócio. Por outro lado, especialmente em tempos de crise econômica, o trabalho por conta própria é às vezes percebido como a maneira mais fácil (ou mesmo única) de ganhar a vida para alguns indivíduos (HALICIOĞLU; YOLAC, 2015; CARMONA <i>et al.</i>, 2016).

Fonte: Adaptado de Simões, Crespo e Moreira (2016); e Dvouletý *et al.* (2018).

A análise desses fatores torna-se importante, visto que, nas últimas décadas, o trabalho independente tem sido considerado uma questão central em relação às opções do mercado de trabalho. O trabalho independente não é apenas uma solução interessante para indivíduos que têm poucas oportunidades no setor salarial ou que ganham menos que outros com características observáveis semelhantes, mas também é uma oportunidade para indivíduos dinâmicos que buscam uma carreira diferente. A definição de trabalho independente, adotada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), é a seguinte: trabalhadores por conta própria incluem empregadores, trabalhadores por conta própria, membros de cooperativas de produtores e famílias não remuneradas (SIMÕES; CRESPO; MOREIRA, 2016).

Desse modo, o foco desta pesquisa é o trabalhador por conta própria, oriundo das transformações ocorridas no mundo do trabalho, cujo indivíduo passou a ser “responsável” por seu próprio bem-estar social, gerenciando por completo sua inserção social por meio do trabalho. O Brasil acompanhou a tendência da flexibilização e precarização das relações de trabalho ao se inserir no processo de globalização (ROSENFELD, 2015).

No contexto neoliberal, os indivíduos administram a si mesmo, incorporando a lógica do capital em suas próprias vidas. Os trabalhadores transformam-se em empresários autônomos, encarregados de seu próprio destino (ROSENFELD, 2018). Assim, surgem formas emergentes de inserção pelo trabalho, denominada por Rosenfield (2015, 2018) de autoempreendedorismo e está relacionado à institucionalização do autoemprego e à responsabilidade pessoal pela inserção no trabalho.

O discurso neoliberal consiste em transformar desempregados e trabalhadores informais em prósperos empreendedores, cada um passando a ser o patrão de si mesmo (SOBRINHO, 2018). Como resultado, o autoempreendedorismo e o empreendedorismo de pequeno porte

podem significar formas dignas e criativas de inserção por meio do trabalho, bem como formas de flexibilização e precarização laboral (ROSENFELD, 2015).

Muitas vezes, um indivíduo é visto como capital humano, que se rende e depende da sua resiliência para a superação da pobreza, sendo autoempreendedor para torna-se rentável e competitivo no mercado de trabalho (OLIVEIRA; SAMPAIO, 2018). Tornar-se empreendedor de si é um fenômeno multifacetado, podendo significar a tendência de supressão da relação salarial em algumas áreas, a exigência de uma mobilização total de si, a transformação da vida em mercadorias, a fragilidade das fronteiras entre a vida privada e vida de trabalho e a necessidade de mobilização constante dos recursos pessoais para, ao mesmo tempo, ganhar a vida e encontrar “franjas” capazes de possibilitar a inserção no mercado de trabalho (ROSENFELD, 2015).

As “franjas” são definidas por Rosenfield (2015) como os interstícios nas formas canônicas de trabalho, nos quais os sujeitos buscam alternativas de inserção pelo trabalho fora daquelas tidas como tradicionais. Para a autora, as categorias do tipo de trabalho formal-informal, independente-subordinado, estável-instável, virtuoso-precário não são mais capazes de servir como parâmetros para se analisar e categorizar as formas de trabalhar. Assim, é possível conceber “a zona cinzenta” como um espaço de lacuna institucional (ROSENFELD, 2015).

A zona cinzenta de trabalho e emprego é decorrente dos efeitos cumulativos da multiplicação de regimes de trabalho fortemente associados à globalização e ao surgimento de novos atores, tipos ou categorias de atores que buscam alternativas de inserção no trabalho (ROSENFELD, 2018). Os sujeitos veem-se diante do desafio de criar formas de inserção que atendam à necessidade de trabalhar, mobilizando os recursos disponíveis de natureza pessoal e os de natureza formal/institucional, oferecidos pelo mercado de trabalho, pela sociedade e/ou pelo Estado (ROSENFELD, 2015).

Carelli e Carelli (2018) destacam sobre a importância da noção de zona cinzenta, não só como traço relevante de parte das relações atuais de trabalho, como pela necessidade evidente de se ultrapassar a construção das categorias, representações, interpretações e nomenclaturas, baseadas na norma fordista, que já não são mais apropriadas para o mundo do trabalho atual.

O processo cinzento é a utilização individual de recursos objetivos e subjetivos em um dado contexto com o intuito de conseguir uma inserção social pelo trabalho. Desse modo, os indivíduos criam estratégias de trabalho que permitem a inserção nos interstícios – franjas – das formas tradicionais de emprego. Essas estratégias compõem um processo de reinvenção das

formas de trabalho, são móveis e transitórias, levando os sujeitos a refazê-las e reavaliá-las permanentemente (ROSENFELD, 2015).

No Brasil sempre houve uma “zona cinzenta” do assalariamento, sobretudo pela enorme incidência de trabalho informal, ressaltando que assalariamento não é nem é sinônimo de estabilidade. O que mudou foi a melhora dos indicadores sociais e das taxas de desemprego e informalidade, associada à flexibilização das relações de emprego pelo estímulo do empreendedorismo de si. O autoempreendedorismo, inclusive, não é novidade, contudo, sua legitimidade e o incentivo do qual é objeto, mediante políticas públicas, remetem a um reconhecimento inédito, tanto em termos legais quanto simbólicos (ROSENFELD, 2015).

De acordo com Rosenfield (2015), o autoempreendedorismo surge como estratégia propícia ao atual contexto de aniquilamento das relações tradicionais de emprego. Pode ter formas criativas, variadas e inovadoras, mas também precárias de inserção nas franjas do mercado de trabalho. O conteúdo cinzento do autoempreendedorismo no Brasil é categorizado conforme os elementos da subordinação, remuneração, direitos sociais e mobilidade, de modo a concluir quanto às estratégias de adaptação e resistência às formas de subordinação pelo trabalho autônomo e empreendedor.

Um aspecto a ser considerado no autoempreendedorismo diz respeito ao paradoxo que representa em alguns casos. De um lado, a autonomia, a independência e a liberdade da subordinação do emprego remunerado. Do outro, a precariedade, a perda do apoio social e o enfraquecimento de formas de ação coletiva (ROSENFELD, 2018). O autoempreendedorismo possibilita ganho de autonomia em relação ao patrão, articulada à subordinação ao cliente (seja ele uma empresa, ou uma pessoa física), combinando a perspectiva de independência com a autonomia para prover o autossustento (ROSENFELD, 2015; LEVRATTO; SEVERIN, 2015).

Levratto e Severin (2015) alertam para o risco profissional que o trabalhador independente esteja em relação a um trabalhador assalariado que exerce a mesma atividade. Em certos setores, a promessa de independência dada a empreendedores individuais equivale a uma simples mudança de risco do empregador para o trabalhador, mas não traz consigo nenhuma garantia de autonomia gerencial.

O discurso propagado é o de total controle sobre si e seus negócios, no qual o trabalhador deve perceber-se como valorizado em sua autonomia para tomar decisões sobre seu próprio processo de trabalho. Essa independência/autonomia do autoemprego pode representar um refúgio para os trabalhadores que amam a liberdade, um grande passo para o reconhecimento institucional da atividade informal, um avanço no sentido da criação de uma empresa e uma

atividade econômica, com acesso a posições, de acordo com as expectativas e aspirações individuais, e com mais valor socialmente. Por outro lado, pode constituir uma restrição sofrida e uma forma de degradação legal e financeira, bem como um modo de flexibilização do emprego imposto por empregadores que se fazem passar por contratantes. Dessa maneira, o recurso ao autoempreendedorismo pode ser um modo positivo ou negativo de mudar a forma de trabalhar e suas condições de trabalho (ROSENFELD, 2015; OLIVEIRA; MOITA; AQUINO, 2016).

O autoempreendedorismo tornou-se o discurso pregado pelo capitalismo, paradoxal e ambivalente, tanto para assalariados quanto para trabalhadores independentes. O regime de autoempreendedorismo se apresenta como uma cultura da autorresponsabilidade e um instrumento de interiorização de valores que remetem à autogestão de si. E, ainda, ao valorizar as iniciativas empreendedoras individuais, enfraquece as ações de cunho coletivo. Ser empreendedor de si mesmo responsabiliza o indivíduo pelo seu próprio destino social e econômico, tornando-se aparentemente – ou seja, apenas supostamente – autônomo em relação às imposições do mercado de trabalho e às proteções sociais (ROSENFELD, 2015).

Kramer (2017) acrescenta que, na economia neoliberal, a concepção da força de trabalho de um trabalhador transformou-se de uma abstração passiva em uma capacidade de capital ativa que lhe rende um salário, fazendo com que o trabalhador seja uma espécie de empreendedor de si mesmo.

Rosenfield (2015) explorou, em seus estudos, as diferentes formas de trabalhar na sociedade pós-fordista, comparando a “zona cinzenta” do trabalho e emprego no Brasil, na França e nos Estados Unidos. No contexto brasileiro, o trabalho abordou, em nível macro, o fim da era fordista e o contexto de política pública que incentiva o empreendedorismo. No nível intersubjetivo, a maneira como os sujeitos que, ou optaram, ou foram levados ao empreendedorismo, vivenciam a tensão entre autonomia e subordinação e sua inserção no mercado de trabalho.

Nesse sentido, Rosenfield (2015) cita três grandes tipos de estratégias de inserção pelo trabalho por meio do autoempreendedorismo:

1. Estratégias de aquiescência: aceitação das normas e de seu lugar em meio às hierarquias de status, poder e bem-estar, busca de inserção satisfatória e confortável em meio às regras, mas que, no caso do autoempreendedorismo, pode significar também uma estratégia de proveito das normas instituídas;

2. Estratégias de resistência e abandono das normas que configuram a desigualdade (*dropping out*): a não aceitação das normas e a busca por alternativas fora do “sistema”; e

3. Estratégias de combinação de adaptação e resistência: reproduzem algumas normas de desigualdade pelo trabalho e desafiam outras. Consiste em adentrar pelas franjas do mercado de trabalho (*hustling*), construindo inserções complexas, sobrepostas, que, combinadas, configuram formas não canônicas de inserção pelo trabalho, onde estão inseridas as matérias do “cinza”.

Em suma, a aquiescência (adaptação), a resistência ou abandono (*droppin out*) e a busca por inserção nas franjas do sistema por meios informais, ilegais ou inéditos (*hustling*). Essas estratégias de inserção necessitam de uma visão holística do processo pelo qual a desigualdade é reproduzida, devendo levar em conta adaptações que envolvem tanto largar/abandonar (tudo), quanto se “encaixar”.

Como isso, Rosenfield (2015) diz haver uma tensão entre a necessidade de trabalhar, as possibilidades concretas de inserção no mercado de trabalho e a disponibilização de recursos pessoais:

- **objetivos** (competências, habilidades, contexto do mercado de trabalho, ofertas de trabalho, identificação de nichos e franjas de trabalho e prestação de serviços, possibilidades concretas de auferir renda); e
- **subjetivos** (desejos, perspectivas, projeções pessoais, perspicácia, avaliações).

A combinação desses elementos constitui as estratégias, que tem como pano de fundo as formas de experienciar e vivenciar as desigualdades resultantes da exploração do trabalho. A combinação da vivência da desigualdade com a mobilização dos recursos pessoais cria estratégias inéditas de inserção pelo trabalho. O autoempreendedorismo, por si só, já é uma estratégia de resposta à necessidade de trabalhar e mobilizar recursos disponíveis. As estratégias constituem formas variadas de adaptação, capitalização e mobilização de recursos diante das desigualdades estabelecidas pelas formas de inserção por meio do trabalho (ROSENFELD, 2015).

Assim, as estratégias de inserção no mercado de trabalho no autoempreendedorismo resultam de formas variadas da articulação entre os elementos objetivos (o que pode ser feito em tal contexto com as condições objetivas do indivíduo) e subjetivos (o que ele quer ou não fazer), revelando formas de adaptação e/ou resistência aos contornos existentes das desigualdades sociais pelo trabalho (ROSENFELD, 2015).

Para Rosenfield (2015), a associação da vivência da desigualdade com a mobilização de recursos cria estratégias inéditas de inserção pelo trabalho. Há uma produção e reprodução da desigualdade econômica e social por meio tanto da disponibilização quanto da mobilização desses recursos. O resultado pode ser tanto formas virtuosas como precárias de inserção pelo trabalho, ambas inseridas em um contexto de flexibilização e distensão do mercado de trabalho pelo autoemprego.

2.4.2 Políticas públicas para o autoempreendedorismo

A lógica neoliberal faz da criação de negócios uma solução diante da crise econômica, que apoia a figura do empreendedor de sua própria vida (STEVENSON, 2012). Como resultado, tem-se um indivíduo que se rende, cada vez mais reduzido, seja quando visto como portador de capital humano, que precisa ser resiliente para superar a pobreza; seja quando tomado como empreendedor de si mesmo para tornar-se rentável e competitivo no mercado de trabalho (OLIVEIRA; SAMPAIO, 2018).

Diante dessa realidade, o Brasil, assim como muitos outros países, tem desenvolvido recentemente políticas públicas de incentivo ao autoempreendedorismo (ROSENFELD, 2018). Em 2008, a Lei Complementar nº 128/2008 alterou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar nº 123/2006) e criou a figura do Microempreendedor Individual (MEI).

De acordo com o SEBRAE (2020), para ser registrado como Microempreendedor Individual, a área de atuação do profissional precisa estar na lista oficial da categoria, já que o MEI foi criado com o objetivo de regularizar a situação de profissionais informais. Para ser MEI, é necessário ter o faturamento de até R\$ 81.000,00 por ano, não ter participação em outra empresa como titular e ter no máximo um empregado contratado que receba-salário mínimo ou o piso da categoria. O MEI tem direito a benefícios sociais como auxílio-maternidade, afastamento por problemas de saúde e aposentadoria, além de ser enquadrado no Simples Nacional⁴ e ficar isento de alguns impostos federais

A finalidade dessa lei foi de incentivar a criação de novas empresas formais, formalizar os empreendimentos informais já existentes e favorecer a formalização de trabalhadores informais ligados a trabalhos que, *a priori*, não se caracterizem como trabalhos intelectuais,

⁴ O Simples Nacional é um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.

artísticos e culturais, por meio da criação de microempresas individuais. Desse modo, o governo reduziu os encargos burocráticos e tributários, tornando mais atrativo a formalização individual e o pagamento de tributos (ROSENFELD, 2015; OLIVEIRA; MOITA; AQUINO, 2016).

Com o objetivo de analisar os benefícios e o desempenho do programa microempreendedor individual no Nordeste do Brasil, Martins *et al.* (2020) constataram que os benefícios dos MEI foram: redução de impostos e tributos para a formalização, possibilidade de vender a prestação com cartão de crédito, vender produtos e serviços para o governo, possuir uma empresa formal, pouca burocracia e facilidade na formalização e acesso a serviços bancários e empréstimos. Quanto ao desempenho, detectou-se faturamento do negócio, aumento na produtividade, acesso a crédito, preço pago pelos fornecedores, preço repassado ao cliente e conhecimento dos custos e despesas fixas.

Corseuil, Neri e Ulyssea (2014) realizaram um estudo sobre os efeitos da política de formalização dos microempreendedores individuais e identificaram que existiam evidências da política de promoção ao empreendedorismo quanto ao objetivo a ser atingido. No entanto, destacaram indícios compatíveis de empresários maiores que reduziram a escala para se enquadrarem no programa e também a possibilidade de que algumas empresas, em particular as menores, estariam usando o programa para trocar a relação de trabalho assalariado por uma de prestação de serviços. Esse tipo de ação é denominada de “pejotização” e considerada como umas das formas de precarização do trabalho na contemporaneidade (ANTUNES, 2018; GONDIM; ROSA; PIMENTA, 2018).

Já o que diz respeito à desburocratização do processo de abertura das micro e pequenas empresas e empresas, de acordo Lima *et al* (2020) baseado na Lei nº 11.598 que instituiu a Rede Nacional para Simplificação do registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM), foi lançado em Aracaju, cidade onde será realizada essa pesquisa, o Agiliza Sergipe, um portal de serviços em parceria com a prefeitura de Aracaju, Receita Federal e a Junta Comercial de Sergipe. Essas medidas, segundo ao autores, trouxeram uma redução no excesso dos procedimentos burocráticos, uma vez que é possível conhecer todas as informações necessárias para a abertura da empresa e acompanhar o processo pelo sistema (LIMA *et al*, 2020).

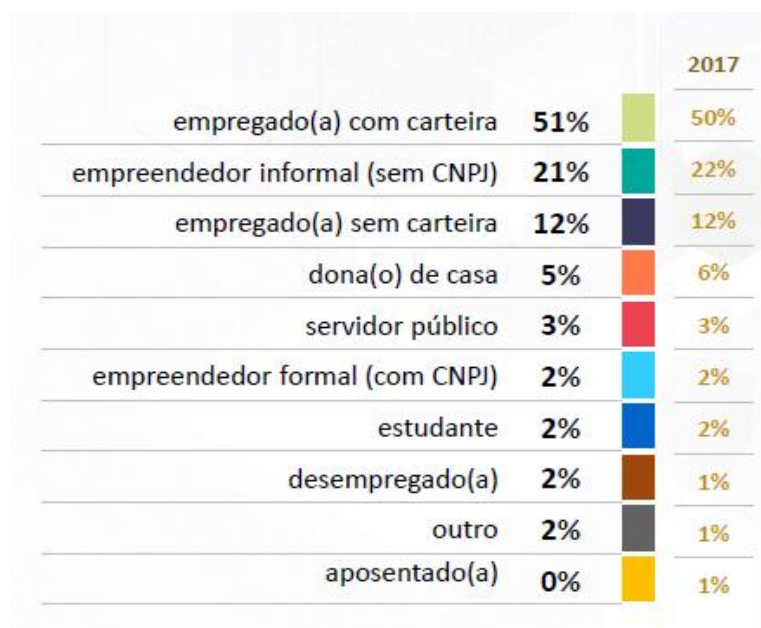
O SEBRAE levantou as características do público microempreendedor individual no ano de 2019, de acordo com as informações contidas no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4 – Pesquisa Perfil do MEI

Atividade como microempreendedor individual	<ul style="list-style-type: none"> • Dos inscritos no MEI, 72% estão em atividade, atuando como empreendedores, o que representa 6 milhões de MEI em atividade.
Faixa etária	<ul style="list-style-type: none"> • Os jovens, na faixa etária de 18 a 29 anos de idade, lideram o <i>ranking</i> dos que procuram autonomia financeira como MEI (41%); • Aqueles com mais de 50 anos lideram o <i>ranking</i> dos que precisavam de uma fonte de renda.
Escolaridade	<ul style="list-style-type: none"> • O perfil do MEI ativo é caracterizado por pessoas com o ensino médio, correspondendo a quase 1 em cada 2 deles.
Endereço comercial	<ul style="list-style-type: none"> • 40% possuem como endereço comercial a sua residência, contra 28% em um estabelecimento comercial.
Motivos para empreender	<ul style="list-style-type: none"> • 33% precisavam de uma fonte de renda; • 32% queria ser independente.
Principal ocupação antes de se registrar como MEI	<ul style="list-style-type: none"> • 51% era empregado com carteira; • 21% empreendedor informal (sem CNPJ) – trabalharam na informalidade, em média, por 10 anos.
Fonte de renda	<ul style="list-style-type: none"> • 76% dos MEI têm, na atividade empresarial como MEI, sua única fonte de renda. – 4.6 milhões de pessoas que dependem exclusivamente da sua atividade empreendedora; • 28% dos MEI têm, na sua atividade, a única fonte de renda de toda a família – 1.7 milhão de famílias e 5.4 milhões de pessoa são sustentadas exclusivamente por um MEI; • Renda média do MEI R\$ 1.375 mensais.
Principal motivação para registrar no MEI	<ul style="list-style-type: none"> • 25% benefícios do INSS; • 26% ter uma empresa formal.
Escolaridade dos ativos como MEI	<ul style="list-style-type: none"> • O perfil do MEI ativo é caracterizado por pessoas com o ensino médio, correspondendo a quase 1 em cada 2 deles (48%), quando considerados também aqueles com o ensino técnico, quase o mesmo resultado de 2017 (47%)

Fonte: Elaborada pela autora com base em SEBRAE (2019).

Para Rosenfield (2015), a política de incentivo ao autoempreendedorismo serve a dois propósitos convergentes e paradoxais. De um lado, há um movimento de estímulo às formas autônomas de geração de trabalho e renda, e o fortalecimento de uma rede de inserção pelo trabalho com o apoio do Estado brasileiro. De outro, o empreendedorismo e, mais ainda, o autoempreendedorismo vêm contribuir para a substituição do trabalho assalariado e estimular a gestão de si mesmo, no que se refere à inserção pelo trabalho, considerando que 51% dos MEI entrevistados eram empregados com carteira assinada, conforme demonstrado no Figura 3.

Figura 3 – Principal ocupação antes de se registrar como microempreendedor individual


Ocupação	Porcentagem Atual	2017
empregado(a) com carteira	51%	50%
empreendedor informal (sem CNPJ)	21%	22%
empregado(a) sem carteira	12%	12%
dona(o) de casa	5%	6%
servidor público	3%	3%
empreendedor formal (com CNPJ)	2%	2%
estudante	2%	2%
desempregado(a)	2%	1%
outro	2%	1%
aposentado(a)	0%	1%

Fonte: SEBRAE (2019).

O objetivo das políticas públicas é o estímulo ao autoempreendedorismo, como forma de inserção econômica e integração social fora dos limites do assalariamento, baseado nas noções de independência e autonomia para auferir renda. Entretanto, não se pode afirmar que a autonomia do autoempreendedorismo seja apenas ou exatamente uma substituição precária do assalariamento (ROSENFELD, 2015). Outro fator que chama atenção nos dados apresentados sobre o MEI diz respeito aos rendimentos do trabalhador, em média, R\$1.375,00 por mês, sendo a única fonte de renda de 76% dos que atuam nessa atividade (SEBRAE, 2019).

Para Gondim, Rosa e Pimenta (2018), a legislação que institui a formalização do MEI não deve ser vista como suficiente, por si só, para resolver ou amenizar os problemas decorrentes da informalidade ou escassez de empregos formais e, sim, como uma política de longo prazo com a apresentação de instrumentos para fomentar o empreendedorismo, a desburocratização do processo de formalização, a promoção da inclusão social e econômica de pessoas e negócios.

No atual contexto, o autoempreendedorismo alivia a pressão no mercado de trabalho, contribuindo para a redução das taxas de desemprego. Para o Estado, o aumento do autoempreendedorismo é, ao mesmo tempo, um incremento na atividade econômica e uma política de mercado de trabalho (ROSENFELD, 2015).

2.4.3 Autoempreendedorismo informal

Segundo Rosenfield (2015), os anos 2000 marcam um início de um período contraditório no Brasil. De um lado, a melhora nos indicadores sociais; o aumento da formalização; a redução das taxas de desemprego, em alguns anos, chegando a 4,8% em 2014, bem menor que a taxa atual de 10,6%; incremento das políticas sociais (principalmente bolsa família e aposentadoria rural); e da regulação do trabalho (vide regulamentação do trabalho doméstico em 2014, com vistas a equipará-lo aos direitos dos demais trabalhos assalariados). Em contrapartida, apresentou altas taxas de informalidade e pressão por maior flexibilização das relações de trabalho (Reforma Trabalhista, representada pela Lei Ordinária nº 13.467 de 13 de julho de 2017, que autoriza que acordos coletivos se sobreponham à Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT) (ANDRÉ; SILVA; NASCIMENTO, 2019).

Como visto no capítulo anterior, a taxa de informalidade no país é de 39,5%, representando cerca de 34 milhões de brasileiros atuando na informalidade – soma dos trabalhadores sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira, empregador sem CNPJ, conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar (IBGE, 2021).

Pereira e Cabral (2019) relacionaram o processo de informalidade a duas categorias de trabalhadores predominantes: os assalariados sem registro – categoria que representa os contratados de “forma ilegal”, visto que os contratantes burlam a legislação trabalhista e privam os trabalhadores do acesso às garantias sociais; – e os trabalhadores por conta própria ou formas similares, como muitos microempresários. A segunda categoria diz respeito ao “autoemprego”, os trabalhadores atuam na área de prestação de serviços e operam com baixo nível de produtividade, contando com a ajuda de familiares ou de ajudantes assalariados, como extensão de seu próprio e, em geral, encontram nesse processo um meio de garantia de renda e de sobrevivência.

Já Alves e Tavares (2006) relacionaram as principais características da informalidade em modalidades, conforme descrito no Quadro 1 (p. 37-38), sendo denominadas de: trabalhadores informações tradicionais, trabalhadores assalariados sem registro e trabalhadores informais por conta própria.

Diante dessa realidade, Temkin (2009) menciona que existe um debate central sobre a informalidade e suas implicações para a concepção e implementação de políticas públicas, no qual se questionam se o trabalho informal é um sintoma e, ao mesmo tempo, um reprodutivo e perpetuador da precariedade, da desigualdade, bem como da pobreza social e individual. Ou é,

ao contrário, um espaço e dimensão de ação individual e social que reflete iniciativa econômica e potencial de negócios, que, se canalizados e promovidos adequadamente, poderiam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e, conseqüentemente, para a redução da desigualdade e da pobreza.

De um lado, alguns analistas veem a informalidade como um fenômeno residual, decorrente da falta da capacidade dos trabalhadores formais da economia para absorver trabalhadores desempregados, incluindo principalmente indivíduos que foram temporariamente ou permanentemente deslocados do setor. É visto como resultado de desenvolvimentos ocorridos no setor formal da economia, especificamente dos esforços das empresas formais – sob pressão nacional e internacional – para reduzir seus custos trabalhistas e aumentar seus níveis de competitividade, composto por trabalhadores informais que são empregados direta ou indiretamente por empresas formais como parte de uma cadeia de relações desiguais, mas funcionais. De acordo com as duas versões sobre a informalidade, um número crescente de indivíduos são forçados, devido à baixa posição na estrutura socioeconômica e aos baixos níveis de capital humano para assumir empregos informais de baixos salários (TEMKIN, 2009).

No outro extremo, alguns observadores, consultores e formuladores de políticas sustentam que a informalidade deve ser entendida como uma forma de empreendedorismo incipiente por parte de pessoas com baixos níveis de renda e educação. São indivíduos que preferem a independência e aproveitam oportunidades, supostamente associadas ao comércio e produção informais, com baixos salários e subordinados a superiores em empresas ou ocupações no setor formal. Essa abordagem visualiza o setor informal como não regulamentado nos países em desenvolvimento, equivalente ao empreendedorismo de pequenas empresas nos países desenvolvidos, onde o indivíduo opta por se posicionar no setor informal por causa das vantagens relativas que ele oferece, incluindo remuneração maior (TEMKIN, 2009).

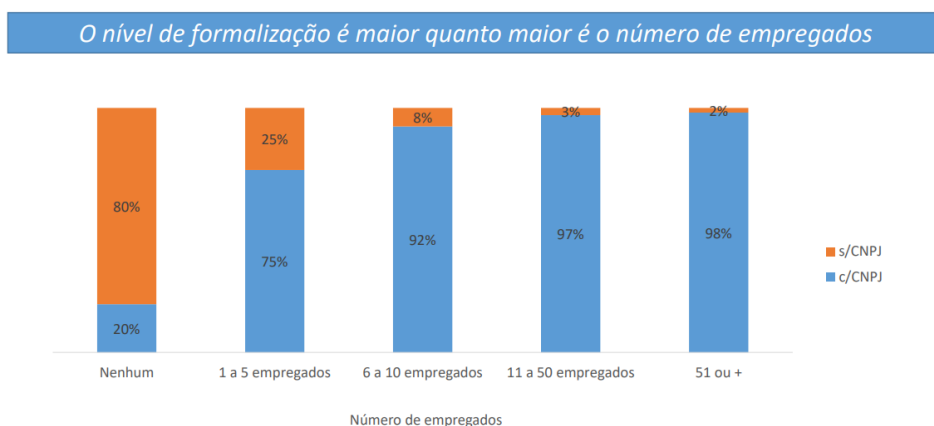
Para Temkin (2009), esse debate tem implicações importantes nas escolhas de políticas públicas, particularmente em países em desenvolvimento. É necessário avaliar se as autoridades públicas desses países devem investir escassos recursos financeiros e humanos na promoção e apoio ao empreendedorismo incipiente que, hipoteticamente, caracteriza o autoemprego informal, devendo, por exemplo, canalizar fundos públicos para conceder empréstimos a microempresas informais e facilitar as regras e diretrizes, incluindo as regulamentações do mercado de trabalho que, supostamente, estão sufocando o significativo potencial de crescimento e inovação dos empreendedores informais e de suas micro e pequenas empresas. Ou, alternativamente, os governos devem concentrar seus esforços na elaboração e

implementação de políticas e programas públicos que gerem crescimento no setor formal, incentivando, assim, a geração de um número maior de empregos seguros, estáveis e mais bem pagos, com benefícios sociais e, simultaneamente, melhorando a disponibilidade de capital humano a longo prazo através do investimento em educação (TEMKIN, 2009).

Apesar das políticas públicas implementadas no Brasil para incentivo ao empreendedorismo e ao autoempreendedorismo na perspectiva de reverter o quadro da informalidade, ainda é alta a proporção de pequenos negócios sem registro formal, apesar da melhora dos últimos anos. Boa parte das firmas nos país é informal, 71% dos donos dos negócios (empregadores e trabalhadores por conta própria)⁵ não estão inscritos no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e não contribuem para o sistema previdenciário, de acordo com os dados do SEBRAE (2019).

Esse cenário é ainda mais acentuado entre os autoempreendedores que não possuem empregados, com 80% do total na informalidade. Pela análise do Gráfico 4, percebe-se que quanto menor o número de empregados, maior é a informalização, associando esse fenômeno ao individualismo.

Gráfico 4 – Donos de Negócio – Número de empregados
Donos de Negócio(*) – Número de empregados



Fonte: SEBRAE (2019).

(*) Empregadores + Conta-Própria

Corseuil, Neri e Ulyssea (2014) salientam que esses indicadores são preocupantes do ponto de vista das políticas públicas. Primeiro, pelo elevado grau de evasão fiscal, podendo

⁵ O conceito de Donos de Negócio corresponde à soma dos indivíduos que, no mercado de trabalho, estão na posição de Empregadores e Conta-Própria. Empregadores são aqueles que estão à frente de um negócio com empregados. Contas Próprias são aqueles que estão à frente de um negócio, mas não contam com empregados. Os dados advêm da PNADC do IBGE.

representar entraves ao desenvolvimento dos empreendimentos (dificuldade de acesso ao crédito, impossibilidade emitir notas fiscais, entre outros). E segundo, implica que a maioria destes empreendedores não está protegida pelo sistema de seguridade social, o que pode constituir um elevado passivo social.

Segundo o Estudo sobre Empreendedorismo Informal no Brasil, em 2018 (SEBRAE, 2019), a informalidade é maior nos indivíduos que atuam por conta própria, nas regiões Norte e Nordeste, no grupo dos negros, no grupo com idade até 24 anos e no grupo sem instrução. Quanto às condições de trabalho, a informalidade é maior em quem está até 1 mês no negócio atual, quem ganha até um salário mínimo, quem não tem nenhum sócio, quem não tem nenhum empregado e quem trabalha em área ou via pública.

Para Silva (2019), os brasileiros que ingressaram na condição de trabalhador por conta própria, depois da crise, apresentam rendimento 33% menor do que aqueles que estavam há mais tempo nessa atividade, além de estarem em trabalhos menos protegidos pela previdência social e menos qualificados.

Nessa conjuntura, o trabalho informal é considerado precário, caracterizado por uma renda baixa, sem garantia de acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), auxílio-doença, licença-maternidade, não há horário fixo para o trabalho, às vezes, trabalham até nas horas vagas para aumentar a renda (MATTOSO, 1999; ANTUNES, 2011). A informalidade reforça não apenas as formas de trabalho desprotegidas, mas também os índices de pobreza e de desigualdades sociais. Os dados apontam para uma maior deterioração das condições de vida desses trabalhadores, por meio de postos de trabalhos menos qualificados (PEREIRA; CABRAL, 2019).

Temkin (2009) revisou algumas ideias na literatura sobre empreendedorismo para elucidar o caráter do trabalho informal. Segundo o autor, um trabalhador independente pode estar se esforçando para enriquecer, assumindo riscos com novos empreendimentos; ou pode estar desesperado procurando quaisquer meios para garantir a sobrevivência. Ele pode estar desenvolvendo novos mercados e criando empregos para terceiros – seus funcionários – ou seu trabalho por conta própria pode envolver retirada dos mercados, um retorno à autossuficiência pré-moderna.

De acordo com o empreendedorismo Schumpetiriano, o fator crítico que diferencia empreendedores de proprietários de pequenas empresas não empreendedoras é a inovação, atividade criativa que, combinadas, obtém-se lucro. Desse modo, os traços considerados

fortemente vinculados ao empreendedorismo abordado na literatura são: necessidade de realização, *locus* interno de controle, assunção de risco, tolerância à ambiguidade, autoconfiança e inovação (TEMKIN, 2009).

A partir de uma revisão sucinta, Temkin (2009) indentificou no campo geral da pesquisa em empreendedorismo uma preocupação semelhante à que permeia o debate sobre o caráter do autoemprego informal como estratégia de sobrevivência ou como incipiente empreendedorismo. No entanto, as síndromes frequentemente associadas à literatura sobre mercados de trabalho e condições de trabalho, com a vulnerabilidade dos trabalhos informais, incluem outras características, conforme demonstrado no Quadro 5.

Quadro 5 – Revisão da literatura sobre as características do empreendedorismo e autoemprego informal

REVISÃO DE LITERATURA	
Características do empreendedorismo	Características do autoemprego informal
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Autoconfiante; ▪ Determinado; ▪ Criativo; ▪ Motivado; ▪ Flexível; ▪ Responde aos desafios; ▪ Responsável; ▪ Competitivo; ▪ Independente; ▪ Inovador; ▪ Líder; ▪ Versátil; ▪ Otimista. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de autoconfiança; ▪ Baixos níveis de bem-estar subjetivo; ▪ Falta de iniciativa pessoal; ▪ Autopercepção negativa de saúde; ▪ Ausência de motivação e determinação; ▪ Escassez de criatividade e autoconfiança; ▪ Locus de controle externo; ▪ Baixo valor atribuído à determinação, perseverança e independência.

Fonte: Adaptado de Temkin (2009).

Em pesquisa realizada no México para avaliar em que medida os participantes informais da força de trabalho, em particular os trabalhadores por conta própria, compartilham características pessoais associadas ao empreendedorismo, Temkin (2009) detectou a iniciativa e a criatividade. Por outro lado, foram identificadas nos trabalhadores síndromes pessoais que refletem vulnerabilidade, precariedade, insegurança e orientação sobrevivencialista para o trabalho e a vida. Os resultados do trabalho demostraram que os trabalhadores informais por

conta própria ou funcionários por conta própria no México são diferentes dos atribuídos na literatura ao indivíduo empreendedor, os quais foram motivados a buscar essa estratégia como sobrevivência.

Dessa forma, a propagação do trabalho informal tem sido central no processo de precarização e de flexibilização do trabalho e dos direitos trabalhistas. No atual estágio do capitalismo, acredita-se que são diversas as tentativas de transferir, do mercado e do Estado, para o indivíduo as responsabilidades e riscos de sua inserção no mercado de trabalho, assim como a busca de sua autorreprodução/sobrevivência e de sua inclusão como cidadão. Nesse contexto de incentivo ao individualismo e de despolitização de problemas sociais, empreendedorismo tem sido cada vez mais consagrado como um instrumento necessário de combate ao desemprego e ao trabalho informal (OLIVEIRA; CASTRO; SANTOS, 2017).

A atividade empreendedora, muitas vezes, pode representar o sucesso, o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida, entretanto, em outros casos representa fragilização dos vínculos constituídos na sociedade salarial, levando, com isso, a um fortalecimento do processo de precarização do trabalho. Sendo assim, algumas modalidades de empreendedorismo, na realidade, configuram-se em novas formas de precarização do trabalho e na atualização de antigas formas de exploração, emergentes no contexto da globalização (OLIVEIRA; MOITA; AQUINO, 2016).

2.5 EMPREENDEDORISMO JOVEM E A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O Brasil é um dos países que mais possui desigualdade de renda, onde grande parte das famílias possui baixa renda familiar, baixo nível de escolaridade e baixa capacidade de investimento. Diante dos problemas políticos e econômicos que o país vem enfrentando, as oportunidades de emprego estão cada vez mais escassas e, para os jovens, esse cenário é ainda mais complexo. Essas características socioeconômicas impedem que eles se dediquem especialmente à sua atividade de formação, tendo de buscar no mercado de trabalho alternativas para sua sobrevivência e de sua família. Num contexto de crise econômica, os jovens são os mais afetados pelo desemprego, precarização e informalidade, ampliando-se ainda mais a desigualdade no acesso à geração de renda e emprego (BULGACOV *et al.*, 2011; SILVA; COSTA, 2019; SANTOS; KERN, 2019).

A classificação etária do grupo considerado jovem diverge na literatura. De acordo com algumas entidades como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial da

Saúde (OMS) e o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), fazem parte do grupo de jovens os indivíduos de 15 a 24 anos. Já o Estatuto da Juventude, baseado na Lei nº 12.852 de agosto de 2005, caracteriza como jovens as pessoas com a faixa etária de 15 a 29 anos, parâmetro também utilizado pela Política Nacional de Juventude (COSTA; MARQUES; FERREIRA, 2020). Dada a divergência de definições quanto à faixa etária dos jovens, para fins desta pesquisa, será utilizado o parâmetro do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), para o qual os jovens possuem entre 18 a 24 anos de idade.

A absorção do grande contingente de jovens desempregados no mercado de trabalho é um grande desafio para os formuladores de políticas para o mercado de trabalho, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento. A taxa de desocupação entre os jovens tende a ser superior à taxa média de desemprego aberto, independentemente do grau de desenvolvimento da economia, além de os jovens permanecerem mais tempo desempregados que os trabalhadores maduros (FURTADO, 2003; SIMÕES; CRESPO; MOREIRA, 2016).

No Brasil, de acordo com o IBGE (2020), a taxa de desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos, referente ao 4º semestre de 2019, é de 23,8%, maior que a média nacional de 11,3%. O desenvolvimento capitalista no país, tardio e periférico, ocasiona uma elevada e precária inserção no desorganizado mercado de trabalho nacional, resultado de um modelo excludente de organização no país. Com o estreitamento das políticas públicas de proteção social, aliada à piora do emprego e da renda familiar, o jovem brasileiro, sendo o mais necessitado e menos protegido, intensifica a busca pela inserção no mercado de trabalho, cada vez mais em regressão (SANTOS; GIMENEZ, 2015).

As mudanças ocorridas no mercado de trabalho, devido ao cenário econômico, além das novas tecnologias, geraram modificações significativas no âmbito trabalhista. O trabalho é caracterizado pelo modelo flexível de acumulação, que exige um ‘novo tipo’ de trabalhador, dotado de habilidades individuais, criativas e flexíveis. Essas mudanças atingem principalmente os jovens que estão em busca de colocação no mercado e que são os mais acometidos pelo desemprego e informalidade (SILVA; COSTA, 2019; D’AGOSTINI; TITTON, 2019; COSTA; MARQUES; FERREIRA, 2020). Os jovens hoje precisam se tornar empregáveis num mercado que oferece menos oportunidades que as gerações anteriores. As condições sociais e o futuro incerto podem afetá-los de uma maneira que as gerações passadas, inclusive de seus pais, não experimentaram (IKONEN; NIKUNEN, 2019).

Diante dessa realidade, vê-se uma geração de jovens ingressando no mercado de trabalho via empreendedorismo (BULGACOV *et al.*, 2011). No atual cenário, a promoção do

empreendedorismo juvenil constitui um elemento importante quanto à autonomia, desenvolvimento pessoal e bem-estar dos jovens, emergindo como uma possível solução a ser defendida pelos formuladores de políticas por meio de incentivos adequados e necessários (SIMÕES; CRESPO; MOREIRA, 2016).

No contexto brasileiro, o modelo neoliberal, por meio de políticas e programas de apoio ao empreendedorismo e ao autoemprego juvenil, buscam instrumentos para a redução do desemprego dos jovens, a exemplo do “microempreendimento da juventude”, no qual os jovens assumem a condição de potenciais e futuros empreendedores (FURTADO, 2003; SOUZA, 2006). Diante de tais políticas, o número de jovens que se inserem no mercado de trabalho por meio do empreendedorismo vem crescendo. Em 2018, aumentou a participação dos mais jovens entre os empreendedores iniciais (22,2%) (GEM, 2018).

O discurso empreendedor voltado para os jovens defende que ele seja um indivíduo inovador, flexível, independente, um agente de transformações dentro e fora das organizações. O jovem empreendedor deve assumir riscos e buscar a realização dos seus sonhos de prosperidade e ascensão social (SOUZA, 2006).

Além do combate ao desemprego, a ideologia empreendedora propõe uma libertação do jovem ao trabalho formal e tradicional, em busca da tão sonhada realização pessoal e profissional. Com isso, o discurso do empreendedorismo é amplamente divulgado tanto na sociedade civil quanto política, ocupando espaço na mídia, nos discursos oficiais, sendo objeto de projetos e programas de organizações estatais e não governamentais para a educação empreendedora (SOUZA, 2006).

No Brasil, a literatura utilizada para a formação de jovens empreendedores é representada principalmente por Fernando Dolabela, por meio de processos educacionais. As obras do autor, como *Oficina do empreendedor* (1999) e *Pedagogia empreendedora* (2003), apoiaram-se no empreendedorismo como busca para a realização de um sonho. Além das obras de Dolabela, outras iniciativas foram implementadas em prol do empreendedorismo juvenil, a exemplo das ações do Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE) e do Governo Federal, com a implantação do Brasil Empreendedor (1999), Educação Empreendedora para o Ensino Médio (2002) e o Projeto Jovem Empreendedor (2004), no âmbito do Programa Primeiro Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, dentre outros (SOUZA, 2006; BULGACOV *et al.*, 2011).

Acredita-se que a educação para o empreendedorismo prepare as pessoas para serem responsáveis e empreendedoras, de modo que elas desenvolvam habilidades, conhecimentos e

atitudes, necessários para alcançar os objetivos que estabeleceram para si mesmos. Nesse sistema educacional, destaca-se a necessidade dos jovens desenvolverem habilidades empreendedoras, como uma mentalidade ativa, autorresponsabilidade, assunção de risco, solução de problemas, visando uma maior empregabilidade e potencial sucesso em futuros mercados de trabalho (IKONEN; NIKUNEN, 2019).

Essas ações visam o jovem não mais como um refém das escassas oportunidades de trabalho, mas como um sujeito independente e competitivo, que deva procurar formas de se inserir no mercado, de maneira efetiva e inovadora, em prol do desenvolvimento econômico e da criação de novos postos de trabalho (SOUZA, 2006).

No entanto, de acordo com Bulgacov *et al.* (2011), ter uma elevada taxa de empreendedorismo entre os jovens não significa necessariamente um fator positivo quanto à posição social, econômica e cultural. Na realidade brasileira, por exemplo, muitas vezes o empreendedorismo está associado às condições de trabalho precário e flexibilizado. Trata-se de uma geração de jovens ingressando no mercado de trabalho por meio do empreendedorismo que precisa ser analisado para a compreensão das características e condições dessa atividade empreendedora (BULGACOV *et al.*, 2011).

Furtado (2003) adverte que nem todo jovem desempregado é potencialmente um empreendedor. Os programas precisam considerar as condições da capacidade dos jovens que neles se inscrevem, tais como recursos financeiros para investimentos em capital fixo e de giro, bem como o mínimo de conhecimento de como funciona o mercado e as técnicas básicas de gestão de um empreendimento, caso contrário, está fadado ao fracasso.

Nesse aspecto, o baixo nível de escolaridade dos empreendedores jovens reflete muito sobre a possibilidade de sucesso do empreendimento. Essa condição socioeconômica limita a possibilidade do jovem de crescimento pessoal e do seu negócio. Entretanto, apesar das oscilações, observa-se uma pequena tendência de melhoria na formação dos jovens empreendedores, especialmente em relação à educação superior. O jovem universitário, diante da escassez de trabalho formal, abre seu negócio em serviços especializados, tais como apoio jurídico, contabilidade, informática etc. (BULGACOV *et al.*, 2011).

Situação corroborada pelo trabalho de Ribeiro e Teixeira (2012), que investigaram como se dava o processo de criação de novos empreendimentos por jovens no estado de Sergipe, onde será realizada esta pesquisa. As pesquisadoras constataram que os jovens tinham algo grau de escolaridade e eram graduados em Administração, Designer, Publicidade e Direito, além da maioria ter pós-graduação completa. A renda familiar dos entrevistados era relativamente alta,

tiveram ajuda dos pais para financiar parte dos investimentos no empreendimento e possuíam experiências em empresas privadas, que o ajudaram a entender a dinâmica do mercado. Outro ponto informado foi a motivação para empreender. Apesar de muitos terem motivos diversos, todos perceberam uma oportunidade de negócio e, na busca pela independência financeira e realização pessoal, deixaram seus empregos anteriores e criaram seus próprios negócios. As autoras apontaram ainda que a alta escolaridade dos jovens pesquisados, comparados com o restante da população brasileira, representa, sem dúvida, uma grande vantagem diferencial.

Nesse sentido, Bulgacov *et al.* (2011) alerta que não se pode analisar o jovem empreendedor como um grupo homogêneo. Há pelo menos dois grupos de jovens que desenvolvem atividade empreendedora. De um lado, os que saem da escola antes de concluir o ensino médio e começam a trabalhar precocemente; e de outro, os jovens que terminam os cursos superiores e que buscam obter maior independência ou aumento da renda, por meio da atividade que mais se caracteriza como empreendedora.

Quando se compara a inserção do jovem no mercado de trabalho, observa-se uma maior participação dessa categoria em atividades empreendedora nos países menos desenvolvidos. Países com elevado nível de renda, estrutura de produção estável e elevado padrão tecnológico têm como diretrizes aumentar o tempo de formação e retardar a entrada do jovem no mercado (BULGACOV *et al.*, 2011).

Em contraposição, em países da América Latina e em outros países pobres, o jovem é obrigado a entrar cedo no mercado de trabalho para garantir a sobrevivência e/ou sua formação. Os jovens brasileiros são autoempreendedores, empregam poucas pessoas, têm pouca estrutura para enfrentamento de riscos e apresentam baixo índice de escolaridade, fatores que aumentam a probabilidade dos negócios fracassarem. Muitos deles abandonam os estudos para trabalhar e angariar renda para seu próprio sustento, às vezes o da família, e recorrem ao autoempreendedorismo por não conseguirem inserção no mercado de trabalho, devido à baixa escolaridade. Ademais, o empreendedorismo jovem brasileiro é representado majoritariamente por necessidade, cujos empreendimentos não impactam economicamente e são mantidos de forma precária para a sobrevivência de um grande número de jovens excluídos do mercado formal (BULGACOV *et al.*, 2011; SILVA; CRESPO; GIL, 2017; SILVA; COSTA, 2019).

Como já mencionado, o autoempreendedorismo representa 81,4% dos negócios iniciais, desse percentual, 21,2% são representados pelos jovens de 18 a 24 anos (GEM, 2018). Karambé (2019) acrescenta que o autoempreendedorismo se tornou um fenômeno maciço entre os jovens diante do alto desemprego, consequência da reestruturação econômica e da transformação do

mercado de trabalho. As oportunidades de um emprego formal estão cada vez mais limitadas e o autoempreendedorismo representa uma alternativa para os jovens, como uma atividade geradora de renda. Vale salientar que, muitos desses jovens, tendem a se concentrar na informalidade e em postos sem proteção social (BULGACOV *et al.*, 2011).

Desse modo, contrariamente aos que pregam o discurso do empreendedorismo juvenil em prol do crescimento econômico e de novas oportunidades de trabalho, a realidade, no entanto, em muitos casos, é conformar o jovem brasileiro ao trabalho terceirizado, temporário, sem direitos e garantias sociais, e, sobretudo, responsabilizá-lo por seu eventual fracasso (SOUZA, 2006). O “empreender” desse jovem é movido pela necessidade de sobrevivência num mercado altamente competitivo, que presume nível de escolaridade, formação e capital para enfrentar um negócio empreendedor, o que na realidade ele não dispõe, restando-lhe apenas a sua vontade e determinação para agir e sobreviver às condições da exclusão (BULGACOV *et al.*, 2011).

Em muitos casos, o discurso ideológico de transformar o sonho do próprio negócio em realidade, por meio do alcance do sucesso pessoal e profissional, nada mais é do que um reforço ao individualismo, próprio da racionalidade neoliberal, que transforma o jovem num protagonista empreendedor, capaz de superar os desafios do desemprego e da pobreza (SOUZA, 2006).

3 METODOLOGIA

Neste capítulo foram abordados os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento de cada etapa deste projeto. Assim, foram descritas as fases do estudo, informações de métodos, técnicas, instrumentos, fontes, tratamento de dados etc. Tal processo ocorre, visto que a metodologia tem por propósito revelar os procedimentos por meio dos quais serão alcançados os resultados de um esforço metodicamente articulado (FARIAS FILHO, 2015).

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

O modo como o pesquisador entende e interpreta a realidade do mundo influenciará o processo de pesquisa. Nesse sentido, quanto aos pressupostos ontológicos, a presente pesquisa se caracteriza como subjetiva (socialmente construída), cuja natureza é mutante, focada no significado, na tentativa de entender o que está acontecendo, visualizando a totalidade da situação (REMENYI *et al.*, 1998). Quanto à epistemologia, este estudo é interpretativista, por tentar compreender os fenômenos por meio dos significados que os atores sociais atribuem a eles. Esse posicionamento concentra-se na complexidade do ser humano e dos fenômenos sociais na busca do entendimento dentro de um determinado contexto (POZZEBON; PETRINI, 2013).

Quanto aos fins, é do tipo exploratória, que visa proporcionar maior conhecimento do problema com vistas a torná-lo explícito (VERGARA, 2005). Em relação à abordagem, o presente trabalho é classificado como de caráter qualitativo. Segundo Stake (2011), a pesquisa qualitativa oferece descrições ricas e bem fundamentadas, além de explicações sobre processos em contextos locais identificáveis. Para Godoy (1995), a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. Os pesquisadores qualitativos tentam compreender os fenômenos que estão sendo estudados a partir da perspectiva dos participantes.

Nesse sentido, este estudo se propôs a investigar a realidade dos trabalhadores, denominados neste trabalho como autoempreendedores, que vivem da própria força do seu trabalho e atuam na informalidade na cidade de Aracaju, estado de Sergipe. A escolha por

investigar a realidade desses indivíduos justifica-se justamente pela preocupação com o elo mais vulnerável de uma cadeia complexa de processos que, de acordo com o IBGE (2020), vem aumentando cada vez mais. São trabalhadores de pequeno porte que, sob o discurso neoliberal da individualidade e do esforço isolado, retratam uma realidade de vulnerabilidade e, portanto, se aproximam das características de trabalho precarizado.

Vale salientar que, nesta pesquisa, adotou-se o termo autoempreendedor mencionado por Rosenfield (2015), que se refere à forma individual de inserção pelo trabalho por meio de estratégias de sobrevivência frente a um mercado de trabalho pouco favorável, ciente das amarras ideológicas invisíveis presentes no termo empreendedor. A pesquisa foi realizada por meio de corte transversal, no período de setembro a dezembro de 2020.

3.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

A abordagem qualitativa permite aos pesquisadores adotar diferentes métodos para a condução da pesquisa e, dentre eles, o método biográfico (MALLIMACI, BÉLIVEAU, 2006; SILVA *et al*, 2007; CRAIDE, 2011; COLOMBY *et al*, 2016). Segundo Craide (2011), esse método refere-se ao estudo e à coleta de documentos, com o intuito de entender as experiências individuais de vida das pessoas, baseado no conhecimento subjetivo e intersubjetivo. Para Silva *et al* (2007), os métodos biográficos caracterizam-se pelo compromisso com a história, como processo de rememorar, de modo que a vida vai sendo revisitada pelo sujeito. Dhunpath (2010) acrescenta que a biografia apresenta ricas oportunidades para os indivíduos reexaminarem e reconstruírem suas próprias percepções de experiências pessoais. De acordo com Silva *et al* (2007), dentro da metodologia qualitativa biográfica destacam-se a História Oral, Biografia, Autobiografia e História de Vida, sendo que cada um desses métodos implica em procedimentos próprios.

Para o alcance dos objetivos desta pesquisa, foi adotado o método biográfico de História de Vida com o intuito de compreender como ocorre a inserção dos jovens no mercado de trabalho, por meio do autoempreendedorismo informal, a partir das narrativas pessoais dos trabalhadores investigados.

A partir das histórias de vida, busca-se compreender a realidade sócio-histórica na qual os sujeitos estão inseridos, com o objetivo de demonstrar como estes, ao mesmo tempo em que a modificam, são modificados por ela (COLOMBY *et al*, 2016). Por meio do relato de vida, contada de maneira que é própria do sujeito, tenta-se compreender o universo do qual ele faz

parte, mostrando a faceta do mundo subjetivo em relação permanente e simultânea com os fatos sociais (SILVA *et al*, 2007). O que interessa ao pesquisador é o ponto de vista do entrevistado. O foco não está na exatidão factual da história construída, mas no significado que ela tem para o indivíduo (SPINDOLA, SANTOS, 2003; DHUNPATH, 2010).

Por meio do relato de histórias de vida individuais, pode-se caracterizar a prática social de um grupo, visto que a entrevista individual traz à tona, direta ou indiretamente, uma quantidade de valores, definições e atitudes do grupo ao qual o indivíduo pertence (CRAIDE, 2011). Desse modo, o entrevistado é visto a partir do seu passado – com sucessos, falhas, contradições e ambiguidades – e de suas esperanças no futuro. Examina-se o seu tempo histórico, revelando, assim, como ele foi influenciado pelas ideias e valores religiosos, sociais, psicológicos e econômicos do seu tempo (GODOY, 2018).

O uso da História de Vida nas ciências sociais não está relacionado apenas nas informações que ela pode fornecer sobre determinado assunto, mas também procuram expressar, por meio do relato de uma vida, problemas e questões da sociedade. Falar sobre a vida de uma pessoa significa mostrar as sociabilidades nas quais ela está inserida, e que contribui para gerar suas ações. Trata-se de famílias, grupos sociais e instituições a que ela está vinculada e que fazem parte, de forma mais ou menos intensa, da experiência de vida do sujeito (MALLIMACI, BÉLIVEAU, 2006).

3.3 CRITÉRIOS E ESTRATÉGIAS PARA SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES

O desafio inicial do pesquisador que utiliza o método biográfico por meio da História de Vida é a seleção dos sujeitos que participarão da investigação, bem como estabelecer quantas histórias de vida serão necessárias para atingir o objetivo proposto na pesquisa (CRAIDE, 2011).

Para maior entendimento dos fenômenos, no que diz respeito à seleção dos sujeitos que participarão da pesquisa, Craide (2011) alerta que devem ser definidos traços preponderantes que ligam as trajetórias de pessoas e que interessam ao objetivo da pesquisa e, então, decidir quem deve ser entrevistado. Desse modo, no que diz respeito aos critérios para escolha dos participantes, aqui foram definidos quatro, a saber:

- a. Jovens autoempreendedores, na faixa etária de 18 a 24 anos, conforme definição do GEM;
- b. Sejam donos de negócios que estão na informalidade e não tenham outro vínculo empregatício;
- c. Sediados na cidade de Aracaju-SE; e

- d. Atuem no setor de comércio e serviços, que tem como cliente principal o consumidor final (pessoas físicas), tendo em vista que, segundo o GEM (2018), a maioria dos empreendedores atua nesses setores.

Inicialmente a proposta seria realizar a pesquisa no centro comercial de Aracaju, envolvendo também os mercados municipais Maria Virginia Leite Franco e o de artesanato, Thalles Ferraz. Para tanto, em setembro de 2020 foi feita uma visita ao local para tentar identificar possíveis entrevistados, de acordo com os critérios estabelecidos. A pesquisadora abordou as pessoas que aparentemente atendiam ao primeiro critério da idade, em seguida era explicado sobre a realização da pesquisa e verificado os demais critérios. Desse modo, ao final, foi possível perceber que o público-alvo não era tão comum no comércio de Aracaju, principalmente por conta da idade (18 a 24 anos) previamente estipulada. Para agravar a situação, alguns poucos casos que atendiam aos requisitos da pesquisa se recusaram a participar, alegando falta de tempo. No entanto, tal alegação parecia camuflar um possível receio destes candidatos, provavelmente por não terem conhecimento da finalidade de uma pesquisa. Ao término da busca, que durou cerca de quatro horas, foi possível pré-agendar uma entrevista com três jovens que se disponibilizaram a participar, dos quais foram anotados os números de contato pela pesquisadora para a marcação da entrevista presencial. No mesmo dia, a mesma verificação foi feita na orla de Aracaju com o intuito de encontrar mais pessoas que pudessem ser entrevistadas, sem sucesso.

Após duas semanas do pré-agendamento, a pesquisadora entrou em contato com os possíveis entrevistados por meio do aplicativo *Whatsapp*. Dos três que haviam concordado, dois desistiram, alegaram que estavam sem tempo, e apenas um concedeu a entrevista. No dia marcado, a pesquisadora foi até o seu local de trabalho a pedido do entrevistado, em um box no Mercado Municipal Maria Virginia Franco Leite, porém, a entrevista não atendeu aos critérios do método história de vida. O entrevistado falou por pouco tempo, pouco mais de seis minutos, pois estava visivelmente preocupado com o horário, motivo pelo qual a entrevistadora agradeceu a disponibilidade, mas não insistiu que fosse dada continuidade, por não atender ao procedimento de coleta de dados, que é a entrevista em profundidade. Mallimaci e Béliveau (2006) destacam a importância de notar que uma história de vida não é feita a partir de uma única entrevista, visto que contar a vida é um longo processo, em que é imprescindível respeitar os horários do entrevistado. A história de vida é revelada em um conjunto de entrevistas.

Diante da dificuldade relatada, foi mudada a estratégia de seleção dos participantes. A pesquisadora, por não ser natural da cidade de Aracaju, teve certa dificuldade em identificar

outros locais para aplicação da pesquisa e já prevendo o insucesso ocorrido na tentativa anterior, resolveu acionar a rede de contatos que tinha na cidade. A primeira iniciativa foi divulgar a realização da pesquisa no grupo do *Whatsapp* dos próprios colegas do mestrado, em seguida, fez a divulgação na aula inaugural que ocorreu nas duas turmas da disciplina Sociologia das Organizações, que estava sendo ofertada pelo curso de administração da Universidade Federal de Sergipe, da qual a pesquisadora estava realizando seu estágio docência. Com essas iniciativas, foram indicados alguns jovens que poderiam atender aos requisitos solicitados. O objetivo é que, por meio da divulgação, mais pessoas pudessem indicar possíveis entrevistados.

Essa técnica é conhecida como Bola de Neve (*Snowball*), na qual o sujeito pode ser alcançado por meio de conhecidos, ou por meio de contatos estabelecidos em trabalho de campo (MALLIMACI, BÉLIVEAU, 2006). Assim, além da rede de contatos da pesquisadora, os próprios entrevistados também indicaram outros possíveis participantes da pesquisa. Trata-se de um processo de coleta de informações, que procura tirar proveito das redes sociais dos entrevistados identificados para fornecer ao pesquisador um conjunto cada vez mais de contatos potenciais (VINUTO, 2014).

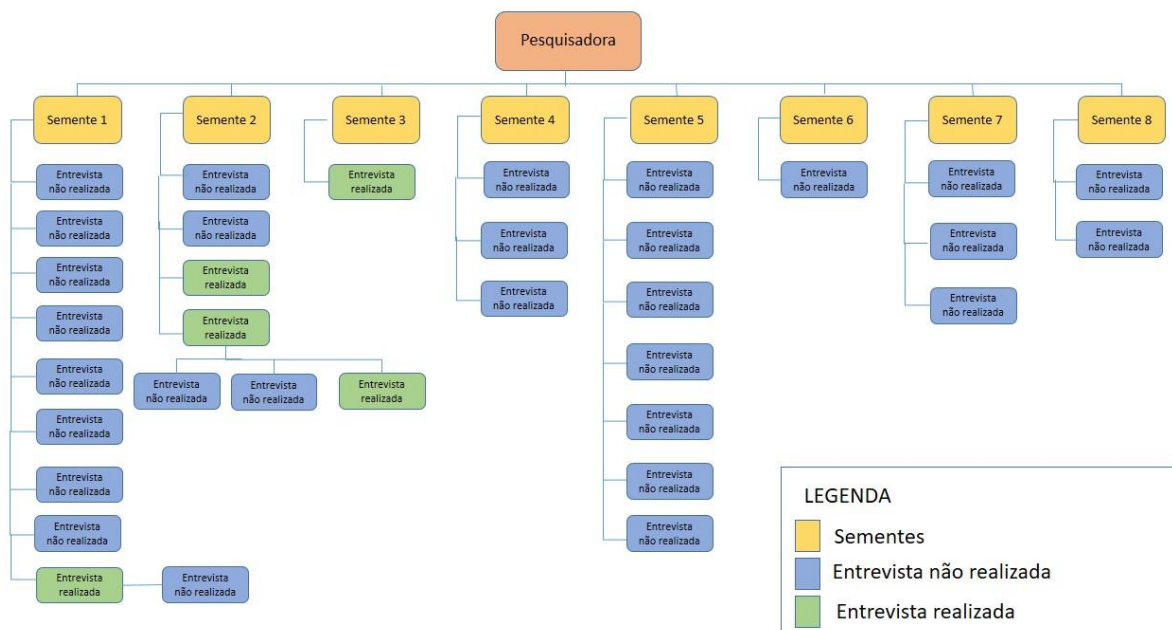
Vinuto (2014) esclarece que depois de algum tempo de pesquisa, são identificados os indivíduos-chave, ou seja, indivíduos que apresentam um potencial maior de aumentar a rede de contatos, fornecendo nomes específicos e facilitando o acesso ao possível entrevistado. As pessoas indicadas não necessariamente aceitarão fazer parte da pesquisa, por isso que é denominado como um processo, o qual requer tempo e paciência do pesquisador. Por outro lado, essa técnica pode ser útil, devido ao difícil acesso ao grupo a ser estudado, visto que apresenta a vantagem dos entrevistados serem recrutados a partir da relação pessoal das pessoas dispostas a indicar contatos, o que transmite confiabilidade ao entrevistador (VINUTO, 2014).

Por conta das limitações citadas, a pesquisadora fez a divulgação com os contatos mencionados inicialmente, com o intuito de chegar até os jovens que tivessem o perfil adequado para a concessão das entrevistas. Desse modo, os indivíduos-chave ou sementes, termo utilizado por Vinuto (2014), indicaram pessoas que tivessem o perfil que estava sendo procurado, ou seja, que estivessem dentro dos critérios estabelecidos na pesquisa que, por sua vez, indicaram outros possíveis entrevistados.

Após a indicação dos nomes pelos indivíduos-chave, a pesquisadora mantinha contato com os possíveis entrevistados por meio do *Whatsapp* ou perfil no *Instagram*. Foi feita uma mensagem padrão contendo a identificação da pesquisadora, bem como informações esclarecendo o objetivo da pesquisa e a descrição do perfil a ser entrevistado. Em seguida, era

perguntado à pessoa se tinha interesse em participar do estudo; por fim, eram dirimidas as dúvidas que surgiam. Boa parte dos contatos mantidos não renderam entrevistas pelos principais motivos: (1) não respondeu; (2) não teve interesse; (3) não atendia aos critérios da pesquisa. Alguns até demonstraram interesse, mas quando eram informados da necessidade da entrevista presencial desistiam, alegavam que estava evitando contato pessoal por conta da COVID. Mesmo com as dificuldades relatadas, a pesquisadora não alterou os critérios de seleção dos entrevistados para não fugir dos objetivos propostos no trabalho e não abriu mão das entrevistas presenciais, por entender que pessoalmente as entrevistas iriam atender mais a contento as especificidades do método História de Vida. Desse modo, no período de outubro a dezembro de 2020, por meio da técnica Bola de Neve, foram contactadas 35 pessoas, das quais cinco se enquadraram no perfil da pesquisa e se propuseram a participar. O processo de recrutamento dos entrevistados está explicitado na Figura 4.

Figura 4 – Recrutamento dos Entrevistados



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Quanto à quantidade de participantes, Craide (2011) destaca que um aspecto comum entre as pesquisas que envolvem narrativas é o fato de contemplarem um menor número, o qual varia muito entre os estudos que adotam a abordagem de história de vida. Para a autora, não há um número pré-determinado de sujeitos a serem investigados. Assim, de acordo com Craide (2011), a representatividade para o estudo, neste caso, não é conseguida pelo grande número de

entrevistas, mas pela riqueza de informações obtidas. Fato corroborado por Colomby *et al* (2016) ao mencionar que não há um número padrão de participantes em cada pesquisa, sendo as realizadas com menos participantes mais focadas nas histórias individuais, que são diversas e singulares, mas que também dizem de um contexto social no qual o sujeito está inserido. Sendo assim, foram analisadas as histórias de vidas de cinco jovens para compreender o processo de inserção deles no mercado de trabalho por meio do autoempreendedorismo informal.

3.4 PROCEDIMENTOS PARA O RECOLHIMENTO DAS HISTÓRIAS DE VIDA

Tão logo as pessoas manifestavam o interesse em participar da pesquisa, era agendada a entrevista presencial. Ficava a critério delas a escolha do dia, horário e local. A pesquisadora demonstrava total flexibilidade para se adequar à disponibilidade do entrevistado. Os contatos inicialmente foram feitos pelo *Whatsapp*. Em seguida, foram realizadas as entrevistas presenciais que ocorreram no período de setembro a dezembro de 2020. Por conta da Pandemia do Covid-19, no momento das entrevistas, foram seguidos todos os protocolos de segurança orientados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), tais como o uso de máscara e álcool gel (pela pesquisadora e entrevistados), bem como mantido o distanciamento social.

No encontro presencial, foram esclarecidos os objetivos e procedimentos éticos e metodológicos do estudo, e formalizado o aceite de cada participante por meio das assinaturas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice B), pela pesquisadora e entrevistados, sendo uma via do documento destinada para cada um.

O recolhimento das histórias de vida foi realizado por meio de diferentes momentos, nos locais indicados pelos entrevistados. É importante se atentar à escolha do local onde são realizadas as entrevistas. Mallimaci e Béliveau (2006) ressaltam que deve ser negociado, tendo em vista que uma conversa pode, às vezes, assumir um caráter íntimo, na qual o entrevistado se sinta à vontade para falar sobre si mesmo. Foram realizados dois encontros com cada participante. De acordo com Paulilo (1999), a história de vida é, geralmente, extraída de uma ou mais entrevistas, denominadas entrevistas em profundidade, cuja interação entre pesquisador e pesquisado se dá de forma contínua. As entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas e analisadas pela entrevistadora.

Na primeira entrevista, foram recolhidas as histórias de modo que cada entrevistado fizesse a narração livre da sua história de vida, sem a utilização de qualquer roteiro prévio,

somente utilizando-se da frase inicial: “Conte-me sua história de vida, desde o seu nascimento, infância, até os dias atuais”, para o início das narrativas. Assim, a cada um dos entrevistados foi disponibilizada a oportunidade de relatar a sua história, da maneira que considerassem mais apropriada, buscando-se a interferência mínima por parte da pesquisadora. Durante o processo de recolhimento das histórias, priorizou-se a escuta livre, ocorrendo apenas algumas intervenções pontuais para o estímulo à continuidade e aprofundamento da narrativa. Nesse sentido, o pesquisador não pode falar demais, interrompendo o entrevistado a todo instante e nem pode manter-se silencioso. Contudo, em alguns casos, recomenda-se ao pesquisador incitar e encorajar o entrevistado a falar mais sobre determinado assunto (CRAIDE, 2011).

Vale ressaltar a importância da relação pesquisador-entrevistado, que foi primordial para o andamento da pesquisa, e percebida já no primeiro contato com os entrevistados, por meio do *Whatsapp*. Todos demonstraram interesse, foram simpáticos e solícitos, e a relação de confiança e empatia foi fortalecida no primeiro encontro presencial. Sobre esse aspecto, Martins (2004) destaca que, para que a pesquisa seja realizada, é importante que o pesquisado aceite o pesquisador e introduza-o no seu grupo e dê-lhe a liberdade de saber da sua vida e observar sua realidade. Esse mergulho do pesquisador ao grupo ou cultura do qual ele não pertence exige uma aproximação, baseada na simpatia, confiança, afeto, amizade etc. Essa aproximação permitiu que, em alguns momentos da fala, três dos entrevistados se emocionassem ao lembrar-se de pessoas ou fatos marcantes de suas vidas, momento que também comoveu a pesquisadora.

O encontro final foi agendado após a transcrição da primeira entrevista que, juntamente com as observações não participantes e anotações do diário de campo feitas pela pesquisadora, serviram como ferramenta de apoio para a condução do segundo encontro. Sobre esses procedimentos, Craide (2011) orienta que o pesquisador tenha em mãos um caderno de campo no qual tomará nota das impressões, encontros e reflexões. Essa recomendação serve para não perder nenhuma informação referente ao contexto da entrevista. Na segunda entrevista, foram retomados, com cada entrevistado, aspectos que não ficaram esclarecidos no encontro anterior e que, na percepção da pesquisadora, precisavam ser aprofundados. Após esses esclarecimentos, foi utilizado um roteiro padronizado para abordar questões da história de vida do entrevistado com questões específicas do objeto do estudo.

Para fins de preservação da identidade de cada entrevistado, mesmo eles não se importando com a divulgação, seus nomes foram alterados, conforme ciência e concordância dos mesmos. Desse modo, eles serão apresentados neste estudo, respectivamente, pelos nomes de Lívia, Karine, Larissa, Pedro e Bianca, de acordo com a ordem da realização das entrevistas.

Como dito anteriormente, as entrevistas foram realizadas no período de outubro a dezembro de 2020, com dois encontros para cada entrevistado. Na Tabela 5, maiores detalhes:

Tabela 5 – Dados das entrevistas realizadas com os jovens

ENTREVISTADO	ENTREVISTA 1		ENTREVISTA 2	
	DURAÇÃO	QUANT. PÁGINA	DURAÇÃO	QUANT. PÁGINA
LÍVIA	43:51'	11	18:08	8
KARINE	43:05'	14	28:12'	9
LARISSA	1:06:42	21	39:09'	13
PEDRO	59:04'	17	31:18'	9
BIANCA	43:51'	16	33:02'	14
TOTAL	4:26:00	79	3:07:13	43

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Verifica-se que as entrevistas tiveram uma duração média de 50 minutos, no primeiro encontro; e 30 minutos, no segundo.

3.5 CATEGORIAS ANALÍTICAS E ELEMENTOS DE ANÁLISE

No Quadro 6, a seguir, estão descritas as categorias analíticas e os elementos de análise que serviram como base para a elaboração do roteiro da segunda entrevista e da análise de dados.

Quadro 6 – Categorias analíticas e elementos de análise da Pesquisa

Objetivos Específicos	Categorias de Análise	Elementos de Análise	Autores
Verificar os fatores que influenciaram os jovens a autoempreendedor informalmente	Fatores de influência do trabalho por conta própria informalmente	- Fatores Individuais; -Fatores Psicológicos; -Antecedentes Familiares; -Capital Humano; -Circunstâncias Econômicas e de mercado de trabalho -Alcance das políticas públicas de formalização	Simões, Crespo e Moreira (2016); Dvouletý <i>et al.</i> (2018); Temkin (2009); Pereira, Cabral (2019)
Averiguar a percepção dos jovens quanto às condições do trabalho autoempreendedor	Condições do trabalho autoempreendedor	- Autonomia - Independência; - Liberdade da subordinação do emprego remunerado; - Precariedade; - Perda do apoio social;	Rosenfield (2015, 2018); Oliveira, Moita e Aquino, 2016.

		- Enfraquecimento de formas de ação coletiva.	
Verificar as estratégias utilizadas pelos jovens para se inserirem socialmente no trabalho por meio do autoempreendedorismo, observando a articulação dos recursos pessoais e as questões de adaptação e/ou resistência ao trabalho	Inserção social dos jovens pelo trabalho autoempreendedor.	Mobilização dos recursos objetivos e subjetivos do indivíduo	Rosenfield (2015)

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

3.6 DEFINIÇÕES CONSTITUTIVAS

As definições constitutivas ou conceituais são definições de dicionário, utilizadas por todos, inclusive pelos cientistas (KERLINGER, 1980). Martins e Theófilo (2016) destacam a importância dessas definições para a orientação do leitor quanto à compreensão da pesquisa. Desse modo, as definições constitutivas abordadas nesta pesquisa são:

Autoempreendedorismo – formas emergentes e individuais de inserção pelo trabalho, que substitui uma relação de emprego. O trabalho assalariado é substituído pelo trabalho autônomo e a relação empregado-empregador é substituída pela relação entre o trabalhador autônomo e o(os) demandantes do trabalho (ROSENFELD, 2015);

Empreendedor – é aquele que transforma ideias em oportunidades de negócios, assumindo riscos calculados. É o indivíduo que toma decisões em relação à coordenação de recursos escassos que, na maioria das vezes, está associado ao comportamento inovador por meio da criação e crescimento de uma empresa (DORNELAS, 2014; NAÚDE, 2011);

Empreendedorismo – campo de pesquisa que estuda as fontes de oportunidades para criar algo novo (produtos, serviços, mercados, processos de produção ou matérias-primas, formas de organização das técnicas existentes) e o processo de descoberta, exploração e avaliação. Estuda também os indivíduos que descobrem essas oportunidades e a forma como eles a avaliam e exploram essas coisas novas, usando diversos meios e produzindo uma série de efeitos (SHANE; VENKATARAMAN, 2000);

Empreendedorismo jovem – forma de ingresso dos jovens no mercado de trabalho por meio de um negócio. Pode constituir um elemento importante quanto à autonomia, desenvolvimento pessoal e bem-estar desses indivíduos (SIMÕES; CRESPO; MOREIRA, 2016). Para fins desta

pesquisa, foi utilizado o parâmetro do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), para o qual os jovens possuem entre 18 a 24 anos de idade.

Políticas neoliberais – práticas político-econômicas baseadas no bem-estar humano por meio da capacidade empreendedora individual, em um regime de propriedade privada, livre comércio e livres mercados (HARVEY, 2005);

Inserção social pelo trabalho – manter em estado de empregabilidade, ou seja, com as competências desejáveis atualizadas, estando disponível para qualquer trabalho, a qualquer custo, numa sociedade de trabalho. Tradicionalmente, a inclusão social pelo trabalho tem por referência o mercado de trabalho e o emprego regular assalariado como elemento primordial (RIBEIRO; CORREIA; CAMELO, 2017);

Trabalho Informal – trabalho com características específicas, como pequena escala, baixo nível de organização, pouca ou nenhuma divisão entre trabalho e capital, e relações trabalhistas sem contratos com garantias formais (TENKIM, 2009).

3.7 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Após realização das entrevistas com os autoempreendedores informais, foi realizada a análise dos dados por meio da análise de conteúdo desenvolvida por Bardin (2011), que tem um caráter essencialmente qualitativo. A análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador. Na análise do material, busca-se classificá-lo em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos (SILVA; FOSSÁ, 2015).

A transcrição das entrevistas foi feita pela própria pesquisadora, logo após a conclusão de cada uma delas, momento que tornou propício para maior aproximação dos sujeitos e aprofundamento do objeto da pesquisa. O discurso foi fielmente transcrito. Após a transcrição, os relatos foram lidos e relidos várias vezes no decorrer do desenvolvimento deste trabalho, para a descrição das histórias, bem como para a apreensão das categorias emergentes das falas dos entrevistados.

Após as transcrições, foram seguidas as etapas da técnica proposta por Bardin (2011) que estão organizadas em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na primeira fase, a **pré-análise**, foram sistematizadas as ideias iniciais colocadas pelo quadro referencial teórico e estabelecidos os indicadores para a interpretação das informações

coletadas. Essa fase compreendeu a leitura geral das entrevistas transcritas para a análise. De forma geral, foi efetuada a organização do material, tal sistematização serviu para que a pesquisadora pudesse conduzir as operações sucessivas de análise.

Concluída a primeira fase, partiu-se para a exploração do material, que constituiu a **segunda fase**. A exploração do material consistiu na construção das operações de codificação, considerando-se os recortes dos textos em unidades de registros, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas. Bardin (2011) define codificação como a transformação, por meio de recorte, agregação e enumeração, com base em regras precisas sobre as informações textuais, representativas das características do conteúdo.

A **terceira fase** compreendeu o tratamento dos resultados, inferência e interpretação; e consistiu em captar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado (entrevistas, anotações e observação). A análise comparativa foi realizada por meio da justaposição das diversas categorias existentes em cada análise, ressaltando os aspectos considerados semelhantes e os que foram concebidos como diferentes. Nessa etapa, as informações foram evidenciadas pelos dados coletados, foram combinadas e interpretadas, com intuito de dar-lhe sentido e confrontá-las com a literatura.

Mallimaci e Béliveau (2006) fazem a ressalva de que a interpretação de uma história de vida começa explorando os significados das histórias, buscando múltiplas compreensões. Durante esse processo, será preciso voltar atentamente aos marcos teóricos, pertinentes à investigação, pois eles darão o embasamento e as perspectivas significativas para o estudo. A relação entre os dados obtidos e a fundamentação teórica é que dará sentido à interpretação (CÂMARA, 2013).

Segundo Câmara (2013), o papel de interpretação da realidade social configura ao método de análise de conteúdo um importante papel como ferramenta de análise na pesquisa qualitativa nas ciências sociais aplicadas.

3.8 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Dentre as limitações que a proposta deste estudo possui, uma delas é a situação na qual o país se encontra. O Brasil vivencia desde o ano de 2020 uma grave crise econômica e de saúde pública, por conta da pandemia do COVID-19 que assola a humanidade em decorrência do seu avanço. Devido às recomendações de isolamento social para a contenção dos casos da doença, visto a sua rápida forma de contágio, a COVID-19 vem acarretando uma crise do capital

(SILVA, 2020). A recessão econômica causada pela crise da pandemia atinge principalmente os trabalhadores informais, por não poderem exercer suas atividades e, conseqüentemente, perderem sua fonte de renda. Essa situação, por ter afetado suas condições de trabalho, influenciou negativamente e positivamente os trabalhadores que foram entrevistados, como será demonstrado na seção de Apresentação dos Resultados. Ademais, por conta da pandemia, houve dificuldade na tentativa de realização de algumas entrevistas porque as pessoas estavam evitando o contato pessoal, motivo que demandou mais tempo para encontrar pessoas que se interessassem em participar do estudo.

Outra limitação diz respeito aos dados obtidos na pesquisa. Craide (2011) menciona que, apesar da maior credibilidade empírica que vem sendo atribuída à abordagem de história de vida, para alguns autores, enquanto os métodos qualitativos, de uma forma geral, buscaram respeitabilidade, as histórias de vida ainda permanecem como um método suspeito, devido à seletividade das narrativas. Martins (2004) acrescenta que tal método recebe críticas pelo caráter descritivo e narrativo, além de ilustrativo que a maioria dos trabalhos apresenta.

3.9 DELINEAMENTO GERAL DA PESQUISA

Desse modo, após ser realizada a caracterização da pesquisa, têm-se, no Quadro 7, o seu delineamento geral.

Quadro 7 – Delineamento da Pesquisa

Ontologia	Interpretativista	
Epistemologia	Subjetiva	
Natureza da Pesquisa	Qualitativa	
Tipo de Pesquisa	Exploratória	
	Descritiva	
Abordagem	Teórico-empírica	
Perspectiva temporal	Corte Transversal	
Método	Biográfico – história de vida	
Dados	Coleta	Entrevista em profundidade
	Análise	Análise de conteúdo

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os principais aspectos resultantes das histórias de vida de cada um dos entrevistados, para fins de contextualização do estudo e melhor compreensão das categorias analíticas propostas a partir da análise de cada trajetória.

A massa de dados, obtida pelas horas de registro da história de vida da pessoa, deve ser, segundo Mallimac e Béliveau (2006), ordenada, processada, interpretada e escrita, abordando a partir da pluralidade de perspectivas. De acordo com o autor, deve também organizar as histórias em temas centrais (epifania), conforme a transformação que foi feita na vida da pessoa. Assim, após a transcrição das entrevistas, a descrição das histórias foi feita pela autora deste trabalho, tentando seguir uma ordem cronológica dos principais fatos relatados pelos entrevistados, refletindo a perspectiva dos atores, de forma a possibilitar uma melhor compreensão de cada contexto por parte dos leitores. Posteriormente, trechos fragmentados das histórias serão analisados à luz das categorias analíticas.

Vale salientar que, no momento do recolhimento das histórias, foi possibilitado aos entrevistados a narração livre da sua história de vida, de maneira que considerassem mais apropriada, isenta de direcionamentos cronológicos por parte da pesquisadora.

4.1 CINCO JOVENS E MUITAS HISTÓRIAS

O Quadro 8 a seguir representa uma descrição resumida dos entrevistados e, na sequência de cada história, são apresentadas sínteses cronológicas, organizadas pela pesquisadora por ordem de ano, visando contribuir para a compreensão do contexto das suas histórias.

Quadro 8 – Descrição dos entrevistados

Entrevistado	LÍVIA	KARINE	LARISSA	PEDRO	BIANCA
Idade	19	19	18	19	22
Sexo	Feminino	Feminino	Feminino	Masculino	Feminino
Cor (autodeclarada)	Parda	Parda	Negra	Negro	Branca
Escolaridade	Médio incompleto	Superior incompleto	Ensino fundamental incompleto	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo
Estado civil	Solteira	Solteira	Solteira	Solteiro	Solteira
Ramo de atividade	Doceria	Reforço escolar / loja virtual de roupas	Trança / venda de produtos eróticos	Barbeiro	Confeitaria

Tempo de atuação	2 anos e 6 meses	2anos / 8 meses	2 anos / 7 meses	1 ano	11 meses
Local de trabalho	Doceria - Bairro Luzia	Em casa – Bairro Aeroporto / internet	Em domicílio / internet	Em casa – Bairro Santa Maria	Em casa – Bairro Atalaia / internet

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Nas subseções a seguir será apresentada, de modo individual, cada uma das histórias recolhidas a partir dos encontros realizados com cada um deles.

4.2.1 A história de Lívia

“Minha vida é meu trabalho!”

A jovem Lívia de 19 anos nasceu em 2001 na maternidade Santa Helena. Quando recém-nascida, foi morar com a mãe na casa da tia, mas aos seis meses de idade mudou-se com a mãe para a casa dos avós maternos. Anos depois, a mãe saiu da casa dos avós e ela foi criada por eles. Em 2011, a avó faleceu e o avô assumiu sozinho a sua criação. Na época, moravam na casa: ela, o avô, o irmão, a cunhada e os sobrinhos.

O pai dela foi presente na infância, mas depois dos seus 15 anos de idade eles se afastaram um pouco. Ele casou-se com outra mulher, teve outros filhos, separou-se. O pai de Lívia teve mais sete filhos além dela e, segundo ela, a atenção dele era voltada mais para os demais irmãos, dos quais ela só tem contato com uma irmã. Devido a esse distanciamento do pai, ela quis evitar pedir ajuda financeira para ele, não quis depender dele. Hoje eles se veem bem pouco, quase não se encontram, mas se falam sempre que possível. Nessa época, Lívia iniciou um relacionamento com o seu primeiro namorado.

Depois que a avó faleceu, o vínculo dela com o avô cresceu muito, o qual ela se refere como “meu vô”. Para ela, seu pai foi o seu avô. Ele que participou da sua vida e, juntamente com a sua avó, lhe criaram e educaram da melhor forma possível. Quando ficou viúvo, assumiu sozinho o papel de “pai” de Lívia. Fazia tudo por ela, até o café da manhã, era a neta mais próxima dele. Até que em 2017, quando ela tinha 16 anos, foi surpreendida pela morte repentina do avô; ele teve um AVC. Na ocasião, ela pensou que não fosse suportar a sua ausência. Para ela, sua vida iria acabar, pois na sua percepção ele tinha sido perfeito como pai/avô e eram muito apegados. [Nesse momento da entrevista ela se emocionou bastante].

Apesar da dor da perda do avô, Livia se reergueu e criou forças para seguir a vida. Além de ter perdido seu protetor e provedor, ela se sentia na obrigação de dar orgulho a ele, “ser alguém na vida”, como ele tanto lhe falava. A partir de então, tudo o que começou a fazer foi na intenção dele, pois ela sempre o tem em mente. Após o falecimento do avô, Livia voltou a morar com a mãe e o padrasto.

Livia sempre teve vontade de trabalhar desde os seus 12, 13 anos, mas não podia porque era menor de idade. Ela chegou a se interessar pelo Programa Jovem Aprendiz, mas não pôde se inscrever porque só era permitido a partir dos 16 anos. Após o falecimento do avô, essa vontade se intensificou, foi daí que ela começou a entregar currículos, assim que ela completou 16 anos. Entregou currículo em vários lugares, mas ninguém a chamava, até que um dia, foi convidada para uma entrevista de emprego num escritório de advocacia e ficou empolgada, pois acreditava que finalmente sua vontade de trabalhar ia ser atendida. No entanto, foi decepcionante. O trabalho, segundo ela, era difícil, eles queriam alguém com experiência. Ela voltou para casa muito frustrada.

Depois dessa tentativa, ela continuou à procura de outras oportunidades, pois não gostava de ficar parada e queria sua independência financeira. Ela, então, trabalhou fazendo panfletagem nas ruas. Confessou que já estava cansada de entregar currículos e não obter sucesso, além disso, havia decidido que não queria mais trabalhar para ninguém, foi aí que teve a ideia de empreender.

A princípio ela se questionou o que poderia fazer para empreender, mas depois de ter assistido um exemplo de empreendimento no programa “Pequenas Empresas, Grandes Negócios”, ela decidiu fazer brigadeiro. A partir de então, ela começou a pesquisar, visto que gosta muito de estudar antes de por em prática para não fazer de qualquer jeito. Além disso, ela não queria ser mais uma, ela queria ser destaque entre as outras pessoas. Ela pesquisou, planejou, e resolveu fazer o brigadeiro *gourmet*, porque não queria que fosse qualquer brigadeiro, queria que fosse algo diferenciado, para chamar a atenção das pessoas. No entanto, ela não tinha dinheiro para começar. Em casa tinha leite condensado e creme de leite, mas faltavam mais ingredientes e outros itens. Foi então que pediu R\$ 20,00 emprestado ao namorado e fez uma primeira remessa com 20 unidades e levou para o colégio para vender. Começou vendendo bem barato e foi um sucesso, vendeu tudo em meia hora. No outro dia, com o dinheiro da venda, ela comprou mais ingredientes e aumentou um pouco a quantidade, levou 25. Com o passar dos dias e com o sucesso das vendas, ela foi aumentando gradativamente a quantidade de brigadeiros a serem produzidos. A cada dia ela estabelecia uma meta: 30, 50, até

chegar em 100, isso em dois meses. Para atingir tal meta, ela começava a produção a partir das 16h30min / 17h, depois que saía do colégio, e ia até a madrugada.

Quando começou a vender brigadeiro no colégio, Lívia estava cursando o primeiro ano do ensino médio. Foi um período bem corrido porque ela assistia às aulas das 07h às 16h e depois iniciava a produção dos doces. Como as suas vendas estavam dando certo, acabou despertando o interesse de outros colegas que também começaram a vender produtos no colégio, motivo pelo qual chamou a atenção da direção da escola por conta da interferência das vendas da cantina. Com isso, eles foram proibidos de comercializar dentro do estabelecimento, porém, Lívia informou ao diretor que, quando ela tivesse encomendas, iria entregá-las. Todos os dias tinham encomendas, ela não parou de vender. Até que teve uma reunião com a coordenação do colégio juntamente com os professores para deliberar sobre essas vendas. A preocupação dos participantes da reunião é que essa atividade estivesse interferindo no rendimento dos alunos envolvidos, inclusive tinham dois professores que não acreditavam no empreendimento de Lívia, dizia que era perda de tempo e que ela iria se arrepender futuramente. Eles diziam que vender brigadeiro não tinha futuro. Apesar disso, o diretor da escola era o melhor cliente, todos os dias comprava brigadeiro e ainda presenteava outras pessoas. Mesmo assim, por decisão da reunião, todos que comercializavam na escola foram proibidos de continuar as vendas, cerca de cinco pessoas. Mas Lívia conversou com o diretor, disse que ela não poderia parar de vender, que era a sua fonte de renda e, se fosse necessário, que ele pudesse expulsá-la ou que ela saísse do colégio. Ele então a autorizou a continuar e foi a única com essa permissão.

Em relação ao seu rendimento nos estudos, Lívia não se considerava uma aluna nota 10, mas também não era de tirar notas baixas. Ela não gostava de matemática, não gostava do professor da disciplina e, conseqüentemente, das aulas dele. Ele inclusive foi um dos professores que foi contra a permissão da venda, pois alegava não ter futuro. Lívia se sentia perseguida por ele e alegou ter sido reprovada na sétima série, por quantidade de faltas, devido a essa implicância. Ele voltou a ser professor dela no ensino médio e, pelos motivos expostos, ela foi desistindo aos poucos de frequentar suas aulas.

As vendas no colégio estavam dando certo, mesmo que o lucro fosse pouco, mas só em estar trabalhando, ganhando dinheiro já contentava Lívia. Até que teve um recesso nas aulas, ela não se recorda bem se havia sido recesso ou férias, mas o fato é que houve interrupção das aulas. Ela não queria parar de vender, foi então que tomou a decisão de ir vender nas ruas, chamou uma colega para irem vender juntas e foram. Passaram a vender da mesma forma que

Lívia vendia no colégio, porém, com pouco tempo sua colega desistiu, alegou que o trabalho era cansativo. Lívia continuou, ela abordava as pessoas, cumprimentava-as, se apresentava como empreendedora, falava sobre sua perspectiva e qual era o seu objetivo com as vendas, que a princípio era pagar um curso de maquiagem que ela queria muito fazer. Depois que começou a vender na rua, ela se entusiasmou com o *feedback* das pessoas, porque elas comiam, elogiavam e, com o tempo, ela foi criando uma clientela com a qual ela tinha o compromisso de levar os brigadeiros todos os dias.

As aulas retornaram, mas com o passar do tempo, ela foi ficando muito cansada com a rotina de conciliar estudos e produção dos brigadeiros. Por vezes, teve que virar a madrugada produzindo para dar conta das encomendas e, em seguida, ter que ir para o colégio sem dormir. Foi nesse ritmo por um tempo até que iniciou uma greve no colégio. A rotina exaustiva de colégio/trabalho, aliada à greve, foi um desestimulante para Lívia continuar os estudos; foi, assim, que ela desistiu de estudar e focou no trabalho. Ela desistiu dos estudos quando cursava o primeiro ano do ensino médio. Nesse período, Lívia também terminou seu relacionamento. Alegou que o ex-namorado não tinha perspectiva de vida e nem a ajudava crescer. Como ela estava focada no trabalho, preferiu dar um basta num namoro que não estava agregando à sua vida.

Desde quando iniciou as vendas na rua, ela ia todos os dias, exceto aos finais de semana porque, segundo ela, não aguentava. Começava sua jornada às 13h / 14h, muitas das vezes, debaixo de sol forte e encerrava seu expediente por volta das 17h / 18h, sempre no Bairro Luzia, na rua Hermes Fontes. Ela passava de estabelecimento em estabelecimento. Teve um período que ela nem precisava ir atrás dos clientes, alguns ligavam e perguntavam por ela para realizar a compra.

Durante o período que vendia nas ruas, Lívia chegou a conciliar, por pouco tempo, as vendas com o serviço de panfletagem e, num outro momento, foi recepcionista de uma barbearia, mas também vendia os brigadeiros. Em 2019, ela sofreu um acidente de moto e ficou dois meses sem poder trabalhar, o que lhe causou uma crise de ansiedade. Foi um período bem difícil para ela, o qual dependeu do suporte e ajuda financeira da mãe e do atual companheiro que, na época, era namorado. Eles se conheceram em fevereiro do mesmo ano, por meio do *Instagram*. No início de 2020, eles decidiram morar juntos e, até a data da entrevista, eles não haviam oficializado a união. Ela fala dele com muito encantamento, disse que ele é trabalhador, esforçado e o considera a pessoa certa, com a qual tem perspectiva de crescimento juntos.

Quando se recuperou do acidente, Livia voltou às atividades com mais entusiasmo, passou a comercializar outros produtos, como bolos, panetones etc. As vendas estavam indo bem, até que, em março de 2020, começou a pandemia provocada pelo Coronavírus. O comércio foi fechado por conta da necessidade do isolamento social, além disso ela fazia parte do grupo de risco por ser asmática. Desse modo, ela ficou um período em casa sem realizar as vendas, dependendo financeiramente do companheiro que ganhava pouco e, apesar de não pagarem aluguel porque a casa foi cedida pela sogra, ela começou a se incomodar por conta das outras despesas da casa e pelo fato dela não gostar de depender de ninguém. Diante dessa situação, Livia resolveu utilizar o *Instagram* para realizar as vendas. A conta para a divulgação do seu trabalho havia sido criada em 2018, mas ela quase não utilizava, porém, com a pandemia, ela intensificou o uso do aplicativo como ferramenta para vender.

Por meio do *Instagram*, Livia passou a vender seus produtos durante a pandemia, usou a estratégia de oferecer promoções. Em algumas vendas, praticamente, não tinha lucro, mas o importante para ela era vender e fazer a clientela dessa outra forma. Os pedidos eram feitos e entregues por meio do serviço de *delivery*, feito por *motoboys*. Quando veio a Páscoa, foi um sucesso. As vendas nesse período superaram suas expectativas, ela havia estabelecido uma meta e conseguiu dobrar, estava mais preparada que o ano anterior e, mesmo com muita demanda, conseguiu dar conta de tudo.

Com a utilização do *Instagram* como ferramenta para vendas e, após a Páscoa, as vendas aumentaram. Ela passou a interagir com os seus seguidores, divulgar seus produtos, compartilhar seu dia a dia e, com isso, triplicou a quantidade de clientes. Muitos eram os da época que ela vendia na rua e outros foram conquistados pela divulgação no aplicativo. O *Instagram* tornou-se fundamental para o seu negócio. Com o aumento da demanda, a sua casa ficou pequena para a produção dos doces. Foi então que a sua sogra deu a ideia dela abrir uma doceria. A princípio ela ficou com medo por conta do aluguel, mas resolveu acatar a proposta, confiante em Deus [ela é cristã e diz ter bastante fé]. Na ocasião, o companheiro era *motoboy*, mas também tinha vontade de empreender com a venda de *sushi*. Ela o convidou para alugarem o espaço juntos, cada qual vender seus produtos e dividirem o aluguel. Assim, eles fizeram, utilizaram o dinheiro do auxílio emergencial que ela teve direito e investiu no empreendimento. No entanto, a parceria não durou muito tempo, porque além do espaço ser pequeno para os dois, Livia não tinha como ajudá-lo e ele sozinho não dava conta da produção, que era à noite. Ele, então, voltou a trabalhar com o pai. Desse modo, foi mantida só a produção dos doces. O

empreendimento do *sushi* foi adiado para uma outra oportunidade, já que eles já tinham o nome da empresa, *know-how*, *Instagram* etc.

Com a saída do companheiro do espaço, Livia passou a assumir o compromisso do aluguel sozinha, que custa R\$ 600,00. Apesar de ter ficado com medo, ela conseguiu dar conta. Em junho, com o dia dos namorados, ela vendeu bastante, mais uma vez a meta foi ultrapassada. Além das vendas dos doces, ela passou a oferecer o serviço de consultoria, no qual ela ensina outras pessoas a produzirem doces *gourmet*. O curso é realizado em um dia, a um custo de R\$ 400,00, com o material incluso e fornecimento de certificado. Em média, ela oferta o curso para três ou quatro pessoas por mês, a depender da procura.

A doceria funciona no bairro Luzia, apenas para a produção e oferecimento do curso. Não são feitas vendas pronta-entrega no espaço, a comercialização é realizada pelo *Instagram*, canal que ela faz divulgação, promoção, interação com os seguidores etc. e também pelo aplicativo de mensagens *Whatsapp*. Não são feitas mais vendas na rua. Atualmente, a mãe dela está trabalhando com ela, ajudando na produção e as entregas são feitas por dois *motoboys*, que trabalham de forma independente e recebem por entrega.

Livia é responsável por tudo: produção dos doces, compra de materiais, divulgação dos produtos, contato com os clientes, vendas, financeiro etc. No entanto, alega ter dificuldade com algumas questões relacionadas à administração do seu empreendimento, principalmente a parte financeira. Ela mencionou o fato de não saber mexer com planilhas de cálculos. Apesar de corrido, ela consegue dar conta de tudo e diz estar satisfeita com o atual estágio do seu negócio. Quanto à formalização do empreendimento, ela diz não ser o momento, pensa em fazer mais adiante. Livia diz que a sua vida é o seu trabalho. Faz vários planos para o futuro, almeja sua estabilidade financeira e tem o sonho de ter várias franquias de sua doceria pelo Nordeste, ser reconhecida nacionalmente e até internacionalmente.

Quadro 9 – Síntese cronológica dos principais acontecimentos narrados por Livia

ANO	ACONTECIMENTO
2001	Nasceu na maternidade Santa Helena em Aracaju –SE; morava com a mãe na casa de tia; foi morar na casa do avô aos seis meses de vida;
2011	Falecimento da avó;
2014	Tinha vontade de trabalhar, mas não podia porque era menor de idade;
2015	Foi reprovada por falta pelo professor de matemática na sétima série;
2016	O pai dela foi presente na infância, mas depois dos seus 15 anos de idade eles se afastaram um pouco; iniciou o primeiro relacionamento;

2017	Falecimento do avô; voltou a morar com a mãe e o padrasto; começou entregar currículo aos 16 anos de idade; participou de uma entrevista de emprego no escritório de advocacia, mas não foi admitida porque não tinha experiência; fez panfletagem na rua;
2018	Teve a ideia de empreender; começou a vender brigadeiro no Colégio; foi impedida de vender brigadeiro no colégio por conta da cantina; terminou o primeiro relacionamento; começou a vender brigadeiro na rua; greve do colégio; parou de ir ao colégio no 1º ano depois da greve; trabalhou na barbearia como recepcionista; criou o perfil no Instagram;
2019	Sofreu acidente de moto e ficou dois meses sem trabalhar; teve crise de ansiedade; se recuperou do acidente e voltou a vender brigadeiro na rua; começou a fazer outras coisas (panetone, bolos, etc.) começou a namorar o atual companheiro que conheceu pelo <i>Instagram</i> ;
2020	Foi morar junto com o companheiro (Janeiro/2020); início da pandemia; começou a utilizar mais o <i>Instagram</i> como ferramenta de venda após a pandemia, inclusive a engajar mais com seus seguidores e a fazer entrega por meio de <i>delivery</i> ; obteve grande sucesso nas vendas com a Páscoa; triplicou o número de clientes; abriu o ateliê para a produção dos doces com o dinheiro do auxílio; o companheiro também iniciou o negócio com o <i>sushi</i> e eles dividiam o aluguel do espaço; o companheiro saiu do espaço e voltou a trabalhar com o pai e ela começou a pagar o aluguel do ateliê sozinha; vendeu muito bem no Dia dos Namorados; começou a oferecer consultoria particular.

4.2.2 A história de Karine

“Desde pequena sempre sonhei trabalhar para mim”

A relação da jovem Karine, de 19 anos, com o trabalho por conta própria teve grande influência da sua mãe. Desde pequena lhe foram atribuídas responsabilidades. Cuidava da casa, cuidava da irmã mais nova, ajudava a mãe nos negócios e tirava boas notas na escola; até porque seus pais cobravam bons rendimentos.

A mãe de Karine começou trabalhar como autônoma em 2008, vendendo bijuterias e lingerie. Em 2015, ela abriu um reforço escolar na sua casa no bairro Aeroporto. Como era conhecida na vizinhança, teve facilidade de conseguir alunos e Karine, que na época tinha 14 anos, sempre dava o suporte para a mãe. No mesmo ano, a família de Karine mudou-se para o bairro do Mosqueiro. O pai de Karine construiu uma casa lá e eles saíram do aluguel para morar no imóvel próprio. Como era um bairro distante, os alunos da mãe de Karine não tiveram como continuar frequentando as aulas do reforço, além disso, a região é periférica e carente e os valores cobrados pelo serviço (R\$ 80,00) não condiziam com a realidade do local, pois os pais das crianças não teriam condições de pagar. Desse modo, a mãe de Karine decidiu encerrar com

as atividades do reforço e começou a procurar emprego. Não demorou muito, ela conseguiu uma vaga como vendedora numa loja de confecções no comércio.

No ano seguinte, a mãe de Karine teve a ideia de abrir uma loja de confecções na sua terra natal, Nossa Senhora de Lourdes, interior de Sergipe. Como ela trabalhava em Aracaju e Karine estudava, convidou a irmã para tomar conta da loja. Alugou um ponto, comprou a mercadoria e iniciou as atividades. Era uma loja que vendia roupas populares de até R\$ 12,00. No início, estava dando certo, porém, com o tempo, começou a sentir os efeitos da concorrência. Outra loja foi aberta vendendo o mesmo tipo de produto, com o valor mais baixo. Como é uma cidade pequena, os clientes acabaram sendo atraídos por preços menores. A situação ficou inviável para a mãe de Karine, pois além da queda nas vendas, ainda tinha o custo de manter a irmã na loja. Foi então que decidiu fechá-la e levou a mercadoria para Aracaju. As roupas que sobraram foram vendidas gradativamente pela mãe de Karine para as pessoas conhecidas. Karine ajudava a mãe com as vendas, com as cobranças, com a divulgação das peças no *Instagram* e como modelo.

Na época que morava no Mosqueiro, Karine só estudava. Fazia o ensino médio pela manhã e à tarde ia para o cursinho pré-vestibular Pré- Universitário da Secretaria de Educação do Estado de Sergipe (Pré-SEED), oferecido gratuitamente, no qual ela participou de um processo seletivo e foi aprovada. Era uma rotina bem puxada para Karine, ela acordava 5h, saía cedo de casa para o colégio e só retornava para casa por volta das 21h. Todos os dias, depois que saía do cursinho, ela ia para o terminal rodoviário do Atalaia se encontrar com o pai e aguardar a mãe chegar do trabalho às 20h30min para todos irem de carro para casa.

No ano de 2019, Karine conseguiu ser aprovada no vestibular da Faculdade Estácio para fisioterapia com bolsa integral do PROUNI⁶. Ela também fez vestibular para a Universidade Federal de Sergipe e ficou como suplente no curso de farmácia. Em seguida, recebeu a mensagem que tinha sido aprovada em biomedicina também na Estácio, como segunda opção, mas optou por fisioterapia. Karine foi a primeira da família a ingressar no nível superior. Ela fala muito orgulhosa por poder retribuir aos pais todo o esforço que fizeram por ela.

Logo que as aulas de Karine começaram, a família mudou-se para o bairro Aeroporto para ficar mais próximo da faculdade. Além da distância, o pai dela estava gastando muito com

⁶ Programa Universidade para Todos (Prouni) do Ministério da Educação é um programa que oferece bolsas de estudo, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior. Fonte: <http://pruniportal.mec.gov.br/>

combustível. Então, ele alugou a casa do Mosqueiro e com o dinheiro que recebe, paga o aluguel da casa no Aeroporto, a mesma casa onde eles moravam antes e que vivem atualmente.

Com o retorno para a antiga casa, Karine, que na época tinha 18 anos, pensou na possibilidade de reativar o reforço escolar, mas, dessa vez, assumiria sozinha. Ela estava incomodada com o fato de sempre ter que pedir dinheiro ao pai para custear as despesas da faculdade com transporte, impressão, além dos outros custos que ele tinha com ela. Ela estava precisando de um *notebook*, mas era muito caro. Karine não queria depender dos pais, queria ter seu próprio dinheiro, ter sua independência financeira e tinha duas opções: ou tentava um emprego no comércio, assim como a mãe, ou retomava o reforço. A primeira opção ela descartou porque além da incompatibilidade de horários com a faculdade, ela não queria trabalhar para ninguém. Ela diz não ter nascido para trabalhar para os outros, não gosta. Desse modo, aproveitou a boa fama que a mãe tinha no bairro com os serviços que havia prestado e usou a influência materna para reabrir o reforço.

Ela divulgou os serviços por meio do *Instagram*, afixou uma faixa na fachada da casa e distribuiu pessoalmente panfletos nas casas do bairro. Aos poucos, os alunos foram iniciando. Seu público, por escolha dela, são crianças que cursam o ensino fundamental, do primeiro ao quinto ano. O reforço é dado nas matérias de português, matemática, história, ciências, geografia e inglês. Karine diz ser paciente e sempre cria dinâmicas para facilitar o aprendizado dos alunos. Escreve no quadro, faz brincadeiras, dentre outras coisas. Ela chegou a ter cinco alunos. Dava aulas em sua casa, de segunda à sexta, manhã e tarde, 2h30min por dia, para cada aluno. O custo do seu serviço era de R\$ 100,00 por mês, o que lhe resultava numa renda de R\$ 500,00 mensais.

No final de 2019, a mãe de Karine resolveu investir novamente em vendas de roupas, com o dinheiro que ganhou da mercadoria que ela trouxe do interior. Ela e Karine viajaram para o interior de Pernambuco. Era uma viagem bem desconfortável. Elas dormiam na calçada porque a hospedagem era muito cara. Colocavam um lençol no chão, com um travesseiro e dormiam até o *shopping* abrir para elas comprarem mercadorias. Quando retornaram para Aracaju, venderam como sacoleiras para as clientes que já tinham, mas, mesmo sendo pessoas conhecidas, algumas não arcavam com o compromisso financeiro firmado no ato da compra, motivo pelo qual elas desistiram.

Depois de mais uma tentativa, frustrada de trabalhar com roupas, Karine ficou só com o reforço escolar. Conseguiu juntar um dinheiro até comprar o *notebook* que ela precisava. Estava indo tudo normalmente, quando em março de 2020 deu início à pandemia do

Coronavírus. Por conta da necessidade de isolamento social, muitos estabelecimentos foram fechados, como escolas e universidades e, conseqüentemente, as aulas do reforço foram suspensas. Karine ficou um tempo sem trabalho, até começar a receber o auxílio emergencial oferecido pelo Governo Federal. Ela se inscreveu como autônoma e recebeu parcelas de R\$ 600,00 mensais a partir de abril. Com esse dinheiro, ela resolveu investir em algo para vender. Pensou em roupas novamente, mas antes tentou com os produtos de beleza da *Mary Kay* por influência de uma amiga que tinha falado bem dos produtos. Ela começou investindo R\$ 200,00. No início, ela gostou, vendeu até bem. Fazia a divulgação dos produtos no seu perfil do *Instagram*, pelo *whatsapp*, sua mãe ajudou com as vendas levando o catálogo para as amigas comprarem e Karine também saía em domicílio fazendo divulgação. O problema é que os produtos da *Mary Kay* são caros e muitas pessoas não tinham o dinheiro ou cartão para realizar a compra, o que fez Karine aderir ao crediário na base da confiança. Porém, ao final do mês, ela não percebia o lucro e acabavam que as contas ficavam meio desorganizadas. Ainda assim, ela se destacou, entrou no Círculo Rosa do programa da empresa.

Enquanto assistia às *lives* da diretora de vendas da *Mary Kay*, Karine ficava imaginando como ela poderia usar aquelas ideias e dicas no seu negócio. Foi então que ela resolveu investir novamente nas roupas. Dessa vez, ela optou por vender no atacado para tentar evitar a venda no crediário. Ela investiu também R\$ 200,00. Como a venda era em grande quantidade, o pagamento só era feito no dinheiro ou cartão, mesmo que o lucro não fosse tão alto, pelo menos tinha a garantia de receber o dinheiro. Ela vendeu para algumas amigas que tinham aberto loja, mas não durou muito tempo, muitas clientes não queriam comprar no atacado e ela não estava ganhando tanto quanto gostaria.

Como não tinha dado certo no atacado, ela usou o dinheiro do auxílio para investir no seu grande sonho, de ter uma loja. Em abril de 2020, ela investiu novamente R\$ 200,00 e comprou roupas para vender na sua loja virtual. Por conta da pandemia, não estavam sendo feitas as viagens para a compra das mercadorias. A primeira compra ela fez de um fornecedor local, o que acabou sendo mais custoso e gerou um lucro menor. Depois, por meio de uma amiga, ela descobriu um canal de vendas *online*, das cidades do interior de Pernambuco, como Turitama, Santa Cruz, dentre outras, no qual eram passados os catálogos das peças via *whatsapp*; ela escolhia a mercadoria, fazia o depósito com o valor da compra e recebia as roupas em Aracaju. A partir daí a lucratividade aumentou.

As roupas vendidas por Karine são a preços populares, na faixa dos R\$ 20, R\$ 25,00, no máximo, R\$ 50,00, de acordo com a realidade das suas clientes. Por conta da pandemia, as

vendas *online* foram intensificadas, mas ela também leva a roupa para o cliente experimentar, caso queira. Sua estratégia de divulgação principal é o *Instagram*. Ela aproveitou o perfil da loja da mãe e mudou o nome, mudou a marca e mudou o visual da conta. Parou de seguir as clientes do interior e passou a seguir as de Aracaju. Ela começou com 277 seguidores, dos quais, 25 são consumidores ativos, compram sempre. Outra ferramenta que auxilia nas vendas é o *Whatsapp*, que ela fez um exclusivo para a loja.

Depois de alguns meses que Karine iniciou com um empreendimento virtual, as faculdades e escolas de Aracaju adotaram o ensino remoto, uma vez que a pandemia não tinha acabado. Desse modo, as aulas dela foram retomadas, assim como algumas mães a procuraram para retornar o reforço. Duas alunas retornaram, sendo que uma fica em dois turnos porque a mãe precisa trabalhar e, por isso, paga R\$ 300,00. Ao todo, na pandemia, Karine passou a receber R\$ 400,00 da renda do reforço pelas duas alunas. Com a volta do reforço presencialmente, Karine parou de vender *Mary Kay* porque já não estava mais conseguindo conciliar as aulas da faculdade, a venda das roupas e o reforço escolar.

Karine ficou muito encantada com a abertura da loja e tem o sonho de abrir uma loja física. Ela diz ser o plano “A” da sua vida. Pensou até em mudar de curso, em fazer administração para poder aprender e aplicar os ensinamentos nos seus negócios, mas como não tem como pagar faculdade por agora, resolveu continuar fisioterapia. Mas não descarta a possibilidade futuramente.

Toda semana, ela diz que vende e compra mercadoria, pois já tem sua clientela feita. Em relação à venda pela *internet*, um mercado que tem bastante concorrência, Karine tenta ao máximo ter um diferencial. Ela contratou uma marqueteira digital para cuidar da identidade visual do *Instagram* da loja, além disso, está sempre interagindo com seus seguidores, criando conteúdo, divulgando os produtos, fazendo provadores das mercadorias. Contratou também uma fotógrafa profissional para tirar as fotos que são divulgadas no *Instagram* e fez uma parceria com uma costureira para lançar sua coleção de lenços e saídas de praia, de modo que ela escolhia e comprava os tecidos. A costureira confeccionava e depois o lucro da venda seria dividido. Ela sempre quis lançar algo dela, com sua identidade, daí aproveitou a tendência da moda e pôs em prática. Ela fez um investimento maior nesse projeto, mas está muito confiante [na data da entrevista, ela estava nos preparativos para o lançamento dessa coleção].

Durante o período da pandemia, os pais de Karine se separaram. O pai dela, de 38 anos, que trabalha como motorista de uma empresa, saiu de casa. Ficaram sua mãe, com também 38 anos; e sua irmã caçula, de 13 anos. Karine ficou muito abalada com a situação, pois sempre

foi criada com os pais juntos, com a família unida. Mas apesar da surpresa com a notícia, ela deu continuidade às suas atividades e está dando mais apoio à mãe. Sua relação com o pai continua sendo a mesma, se falam quase todos os dias.

Hoje ela se sente realizada. Consegue se manter com o dinheiro do reforço e da sua loja, conseguiu fazer o consórcio de uma moto e ainda poupa dinheiro. Pensa em formalizar a loja futuramente, mas conhece pouco sobre o assunto. Seu grande objetivo é tornar sua loja uma marca, montar sua coleção, ter fabricação própria e ser conhecida mundialmente. Tem vários planos para o futuro, como viajar, ter uma casa própria, ajudar a família financeiramente. Para tanto, ela diz que precisa continuar.

Quadro 10 – Síntese cronológica dos principais acontecimentos narrados por Karine

ANO	ACONTECIMENTO
2001	Nascimento de Karine;
2008	Sua mãe começou a trabalhar como autônoma (bijuteria e lingerie);
2015	A mãe abriu um reforço no bairro Aeroporto no qual ela ajudava; mudou-se para o bairro Mosqueiro, quando ela tinha 14 anos; a mãe encerrou o reforço e começou a trabalhar de vendedora no comércio;
2016	A mãe montou uma loja no interior de Sergipe, em Nossa Senhora de Lourdes;
2017	A loja da mãe foi fechada e as duas passaram a vender as roupas como sacoleiras; fez cursinho pré-vestibular; prestou vestibular na UFS e na Estácio; voltou a morar no bairro Aeroporto;
2019	Passou no vestibular de fisioterapia; iniciou o curso de fisioterapia. Trabalhou com o reforço escolar; viajou com a mãe para Pernambuco para comprar roupa para revender, mas não deu certo;
2020	Fechou o reforço; vendeu produtos da <i>Mary Kay</i> ; vendeu roupas no atacado; abriu sua loja virtual (<i>Instagram</i>); contratou a marqueteira digital para dar uma assessoria no <i>Instagram</i> ; os pais se separaram; fez o consórcio de uma moto.

4.2.3 A história de Larissa

“Enquanto que eu não consigo um trabalho, não consigo algo fixo, eu vou fazendo o que eu posso.”

O trabalho começou a fazer parte da vida da jovem Larissa, de 18 anos, desde muito cedo. Ela nasceu em Aracaju, mas ainda recém-nascida voltou para Salgado, em Sergipe, com

a família. Seus pais enfrentavam dificuldades financeiras e sua avó paterna saía de Aracaju para levar alimentos para a família.

Quando Larissa tinha 3 anos de idade, sua mãe foi traída pelo seu pai e, no momento de fúria, ela atirou na amante do marido. Com medo de ser presa, ela fugiu para Salvador e deixou os filhos com o pai. Ele, na época, estava desempregado, tinha acabado de ser demitido da fábrica de calçados Azaleia e tentava um emprego numa fábrica de biscoitos, que também não deu certo. A situação era bem complicada. Ele passou a morar com os filhos na casa da mãe em Aracaju. A avó de Larissa sempre fez de tudo para ajudar os netos, usava até o dinheiro da pensão que recebia do seu filho doente mental para ajudá-los.

Diante dessa situação, o pai de Larissa resolveu trabalhar como flanelinha na Orla de Atalaia em Aracaju, muitas vezes, levava os filhos juntos. Nessa época, eram quatro: o irmão mais velho de Larissa, ela e um casal de gêmeos, porém, o mais velho ia pouco por conta da escola. Eles saíam cedo do bairro Santa Maria e voltavam pra casa no último ônibus, por volta da meia-noite. Enquanto o pai olhava os carros, as crianças vendiam balas no semáforo. Às vezes, o pai chegava a ganhar R\$ 100,00 no dia que eram destinados para a comida. Todo dia era essa rotina. Como ele era muito conhecido no local, por vezes, ganhava cesta básica e roupas para as crianças. Ele conhecia alguns homens com boas condições financeiras e um deles foi padrinho do filho que ele teve com a segunda esposa, a mesma que ele traiu a mãe de Larissa, mas o bebê faleceu. Acontecia também dele invadir terrenos vazios até o dono chegar e dar dinheiro para ele sair. Ele sempre levava os filhos, para mostrar que eles eram a sua base.

Passado uns anos, a mãe de Larissa voltou para Aracaju. Quando chegou, foi morar com a mãe, ficou um tempo com ela e passou a procurar emprego, contou com a ajuda de conhecidos para retomar a vida. Ela começou a frequentar uma igreja católica e o padre da paróquia deu a ela uma casa no bairro de Santa Maria, que é a que ela vive atualmente. Com a casa própria, a mãe de Larissa se sentiu mais segura para recuperar a guarda dos filhos. O pai de Larissa percebeu que a mãe de seus filhos estava querendo se reaproximar deles e os tirou da casa da avó, estava disposto a lutar pela guarda deles.

A mãe de Larissa continuou a busca. Para a filha, a mãe queria proteger os filhos, visto que seu pai não tinha emprego certo, trabalhava de flanelinha e ainda levava as crianças junto. Certo dia, ela foi ao encontro deles e os perguntou com quem queriam morar. Eles ficaram sem saber o que responder, não tinham maturidade suficiente para tomar esse tipo de decisão, porém, Larissa pensou na dificuldade que o pai enfrentava para sustentá-los, o sacrifício que fazia para

dar-lhes o que comer, além disso, ela pensou que havia passado pouco tempo com a mãe, sendo assim, ela optou pela mãe, e os irmãos a seguiram.

O pai de Larissa ficou muito chateado e não desistiu dos filhos, foi atrás dos seus direitos em busca da guarda deles. Sempre discutia com a ex-mulher. Depois de um tempo, a mãe de Larissa resolveu deixar as crianças passar uns dias com o pai e depois voltar. Mas o amor do pai pelos filhos era tão grande, que chegou um momento que ele não permitiu que os filhos voltassem para a casa da mãe. Ele dizia que seus filhos eram a sua vida e que, sem eles, ele não era nada. Com isso, as crianças foram prejudicadas na escola porque o pai não queria que a mãe delas fosse buscá-las.

Eles ficaram um bom tempo revezando entre as casas da mãe e do pai. Essa situação toda fez com os filhos tomassem uma decisão. Numa noite, enquanto o pai estava dormindo, eles arrumaram as coisas e saíram escondido, foram para a casa da mãe. Elas precisavam estudar e não dava mais para ficar naquele vai e vem. Dessa vez, o pai percebeu que a situação toda estava afetando seus filhos e que precisava deixá-los com a mãe.

No decorrer de todos esses desentendimentos e disputas, a mãe de Larissa tentou uma reconciliação com o ex-marido, que resultou numa gravidez de um casal de gêmeos. Como eles não ficaram juntos, essas crianças não tiveram contato com o pai. Ao todo, o casal teve seis filhos, três homens e três mulheres: Larissa que hoje tem 18 anos, seu irmão mais velho de 24, o primeiro casal de gêmeos com 17 e o segundo casal de gêmeos com 13.

Em 2015, quando Larissa tinha 13 anos, ela foi surpreendida ao saber que o pai havia falecido. Ele foi assassinado com tiros de arma de fogo, por uns rapazes do bairro que morava, Santa Maria. A família diz não saber ao certo o motivo do crime, sabem que a segunda esposa dele estava presente, mas conseguiu escapar e que estava muito nervosa e não soube explicar direito. Até hoje não se sabe se ela está por trás ou não da morte do companheiro.

Larissa entrou em estado de choque com a morte do pai. Ficou um tempo sem ir para a escola por conta disso. Ela só lembrava das palavras que ele sempre lhe falava, que ela era a mais velha, que era para ela estudar, se formar, que tinha que ser uma mulher, tinha que trabalhar, olhar para os seus irmãos mais novos, que eram os seis contra o mundo e que era para ela dar do bom e do melhor para eles. Mesmo com todas as dificuldades que passou ao lado do pai, na hora, ela não se lembrou disso. Só pensava que havia perdido o pai, a única pessoa que lhe dava conselho. Apesar de amar muito a sua mãe, Larissa acha que ela não tem habilidade para certas coisas. Era seu pai que sabia conversar sem discussão, sabia dizer o que estava certo e o que estava errado [Nesse momento da entrevista ela se emocionou muito].

Depois que o pai morreu, Larissa voltou para a escola e focou nos estudos. Mas, logo em seguida, conheceu um rapaz e começaram a namorar. Ela tinha 13 anos e ele 17. Foi tudo muito rápido. Estava numa fase confusa da sua vida, da qual ela não se arrepende, apesar de tudo. Diz ter sido uma experiência, um ensinamento. Acredita que por conta da tristeza, se permitiu aproximar da primeira pessoa que a acolheu. No início, ele sabia conversar, dizer o que estava certo, o que estava errado e ela deixou fluir. Ele foi pedir à sua mãe e à sua avó permissão para o namoro, que durou três anos. Depois de um tempo, o relacionamento começou a ficar complicado. Larissa não tinha experiência, era imatura e ele, mesmo que já tivesse namorado, também demonstrava inexperiência. Era um relacionamento abusivo de ambas as partes. Ele nunca chegou a bater nela, mas tentou. Gritava, dava soco na parede, não queria que ela saísse e ela ficou um tempo sem estudar por conta disso. Ela não sabe como se permitiu tal situação por tanto tempo, porque sempre dizia que nenhum homem ia fazer essas coisas com ela. Toda vez que eles brigavam e que ela ficava magoada, lembrava do pai. Imaginava que ele não iria gostar daquilo, que não era o que ele queria para ela, que queria que ela estudasse e evoluísse. Então, ela começou a se questionar o que estava fazendo naquela situação, que aquilo não iria somar nada à sua vida. Era o dia todo dentro de casa, brigavam todos os dias. Eles tinham uma vida de casados, moravam juntos na casa da mãe dele com os irmãos e eram mantidos pela sogra, pois não trabalhavam. Quando teve consciência que o relacionamento estava lhe prejudicando, resolveu terminar. No início terminava e voltava, até que encerrou a relação em definitivo. Não quis mais se submeter a certas situações e decidiu seguir a vida.

Assim que terminou o namoro definitivamente, Larissa voltou para a casa da mãe e decidiu retomar os estudos. Ela queria fazer algo rápido porque estava muito atrasada, não queria seguir o fluxo normal da escola. Estava ávida por um trabalho, queria morar sozinha. Na época, pensou que iria conseguir tudo, mas hoje ela sabe que as coisas não são tão fáceis assim. Se inscreveu num supletivo à noite e sempre procurava trabalho. Fez um curso de aperfeiçoamento em *marketing*, mas não concluiu porque a mãe não teve condições de pagar. Quando ela estudava no Colégio Estadual Vitória de Santa Maria, ela fez um curso de informática gratuito que foi oferecido por um projeto que tinha em frente ao colégio.

Larissa continuou na busca por um emprego e, nesse quesito, sua avó paterna sempre falava para ela e a irmã que deveriam aprender a fazer as tranças, pois precisavam procurar uma forma de ganhar dinheiro. Seu pai sabia fazer, sua mãe, sua prima. Era uma tradição passada de geração para geração na família. São tranças do tipo raiz (*nagô*) e *box braids*, muito utilizadas por mulheres negras. Larissa e a irmã decidiram aprender, começaram a fazer uma na outra para

aperfeiçoar, passavam noites praticando. Quando pegaram mais habilidade, elas criaram um perfil no *Instagram* para divulgarem o trabalho. Como Larissa conhecia muita gente, logo foi conseguindo seguidoras e as primeiras clientes. Quando tinham serviço, elas pegavam R\$ 4,00 com a avó para pegarem o ônibus e passavam juntas na catraca para pagar apenas uma passagem. Gastavam o mínimo possível para sobrar dinheiro para comprarem suas coisas. Como eram iniciantes, cobravam R\$ 100,00 pela mão de obra das duas, no total, e a cliente comprava o material. Nas festas de final de ano, quando havia uma maior demanda, elas atendiam em domicílio, saíam de casa às 17h e voltavam meia-noite. Teve um Natal que a mãe delas disse que não ia poder comprar roupas para elas porque estava sem condições, que todos iriam passar com roupa de casa. Elas se programaram para fazer duas tranças num só dia para receberem o dinheiro no mesmo dia. Assim fizeram, pegaram o dinheiro, foram no centro e compraram roupas novas para usarem nas festas de final de ano.

Mesmo cobrando o preço bem abaixo do valor de salão, as clientes começaram a questionar o preço do serviço. Já aconteceu de cliente querer que fosse cobrado um valor menor para uma criança, sendo que o trabalho é o mesmo, assim como ocorreu de uma cliente fixa ter deixado de fazer as tranças com elas por terem aumentado R\$ 20,00 no valor do serviço. Esse fato foi desanimando Larissa porque o serviço era cansativo e não estava sendo valorizado. Elas levavam de 6 a 8h para fazer uma trança. Ficam em pé o tempo todo. As pernas doíam, os dedos também, às vezes, trabalhavam com fome porque elas não levavam comida, quando ia trabalhar, e as clientes também não ofereciam. Tudo isso fez com que Larissa pensasse em desistir, mas a irmã queria continuar e ela não queria deixá-la sozinha porque se para duas já estava puxado, imagine para uma só. Elas diminuíram o ritmo, já não faziam mais divulgação e só trançavam quando eram procuradas. Larissa achava mais vantagem trabalhar para um salão, ser contratada, porque aí seria valorizada. Ela até pensou em deixar currículo em salões há um tempo, mas era menor de idade na época e não podia ser admitida.

Com a diminuição da demanda das tranças, Larissa procurou emprego em alguns lugares. Por incentivo da prima, que ela admirava muito por ter concluído os estudos, foi levar currículos no *shopping*, pois soube que algumas lojas estavam fazendo contratações. Ela tinha aprendido num curso a como entregar currículo, mas só isso não era o bastante. Ela não tinha a escolaridade suficiente, nem tinha experiência, por mais que tivesse determinação e carisma, os outros fatores a limitavam. Além disso, ela acha que o fato de ser negra também interfere, ela se sente desvalorizada. Numa dessas tentativas de entregar currículo nas lojas do *shopping*, ela percebeu que a atendente a tratou de forma diferente e, mesmo sabendo que o local estava

contratando, foi informada que não tinha vagas. Ela ficou muito chateada, já tinha sofrido com racismo na escola, na *internet*, mas achava que num ambiente formal fosse diferente. Ela já havia tentado uma oportunidade também no Programa Jovem Aprendiz e não conseguiu. As tentativas frustradas desanimaram Larissa, que parou de entregar currículos. Ela acredita que só terá oportunidade no mercado de trabalho quando concluir os estudos, ou fizer cursos.

Sem conseguir emprego, Larissa fazia algumas tranças, quando surgiam. Até que, em março de 2020, o país foi afetado pela pandemia do Coronavírus e ela começou a receber o auxílio emergencial do governo como autônoma, no valor de R\$ 600,00. Nos primeiros meses, ela ajudou a mãe, que estava afastada do emprego e, por isso, recebendo a metade do salário.

A mãe de Larissa casou-se novamente e teve mais uma filha com o marido. Eles se conheceram na empresa em que trabalham. Ela como ajudante de serviços gerais e ele como pedreiro. Na casa, moram o casal, Larissa e mais seis irmãos. O mais velho mora com a avó. Apesar de morarem juntos, a relação de Larissa, os irmãos e o padrasto não é boa. Certa vez, ele tentou agredir sua irmã menor e Larissa foi tirar satisfações com ele pelo ocorrido. Ela se lembrou das palavras do pai para sempre defender seus irmãos e, assim, o fez. Mas seu padrasto nem a deixou falar direito, já foi lhe agredindo com dois socos no rosto e três chutes na barriga. A mãe dela não estava em casa. Na hora, ela só pensou no irmão que estava na casa dos fundos. Foi atrás dele, contou o ocorrido. Ele ficou indignado, pegou uma pedra para se vingar, mas os amigos não o deixaram. Larissa e os irmãos foram para a casa da avó paterna contar-lhe o ocorrido. Ela ficou indignada. Sempre fez tudo pelos netos e não ia permitir que isso acontecesse. Foi ao Conselho Tutelar denunciar a agressão. No mesmo dia, a mãe de Larissa perguntou o que havia acontecido e disse que certamente as filhas tinham feito algo para provocar tal reação do padrasto. Além de não ter tido o apoio da mãe, a assistente social não recomendou a saída do padrasto de Larissa de casa, pois a mãe dela estava feliz com ele depois de tanto ter sofrido. A denúncia não resultou em nada. Larissa concorda que a mãe já sofreu bastante, mas achou que nessa situação ela foi egoísta, pois só viu o lado do marido e não o dos filhos, motivo pelo qual todos pararam de falar com ele. Moram na mesma casa, mas não se falam.

Depois de ter ajudado a mãe, Larissa ficou pensando no que fazer com parte do dinheiro do auxílio. Já que estava sem trabalhar, ela pensou em investir em algo para poder empreender. Ficou um tempo pensando, pesquisando no *Youtube* o que ela poderia vender, porque tinha que ser algo que ela se identificasse. Tinha pensado, a princípio, em bolinho de pote, procurou saber na vizinhança como estava a concorrência e viu que já tinham várias pessoas que vendiam o

mesmo produto, inclusive uma amiga próxima. Então, ela desistiu dessa ideia, não queria concorrer com a amiga. Foi aí que ela se lembrou da ex-cunhada que vendia produtos eróticos e que se sustentava com a venda deles. Ela procurou se inteirar do assunto, pesquisou fornecedores, a base de preço e como estava a concorrência em Aracaju. Pesquisou também no *Youtube* e decidiu investir nesse mercado. Não queria perder mais tempo, queria obter uma renda até conseguir fazer um curso e conseguir um emprego. Ela começou com cautela porque ainda existem muitos tabus em relação a esses tipos de produtos. Então comprou um kit contendo 15 frascos de óleos e géis comestíveis, que ela vendia de R\$ 10,00 a R\$ 20,00. No primeiro dia, ela conseguiu realizar duas vendas. Ela fazia divulgação dos produtos no seu perfil pessoal do *Instagram*. Falava com as pessoas para que servia o produto, como utilizava, fazia enquetes e estava sempre interagindo com seus seguidores. A maioria da sua clientela é feminina, na faixa dos 16 anos. Dos 15 frascos, ela vendeu 12 em dois dias. Ela investiu R\$ 100,00 e lucrou R\$ 130,00. Parte do dinheiro emprestou para a sua mãe e a outra comprou sacolinhas para fazer entregas. Como ela leva os produtos até os clientes nos terminais de ônibus, precisava de uma embalagem apropriada, enquanto não fecha com o *motoboy* a questão do frete.

Larissa foi tomando gosto pelo seu empreendimento. As pessoas comentavam que ela levava jeito para tal atividade porque tinha desenvoltura e não tinha vergonha de falar sobre os produtos. Ela então começou a ver uns cursos, assistir vídeos sobre o assunto para evoluir no ramo e quem sabe ter uma lojinha. Ela criou o perfil da sua loja no *Instagram* para divulgar os produtos e interagir com seus seguidores. Larissa pensa em crescer no ramo, vender outros tipos de produtos. Ela já ampliou a diversidade e vende por encomenda. Em relação à gestão do negócio, Larissa diz sentir algumas dificuldades, principalmente com a parte financeira, sua irmã que a auxilia. Ela desconhece as informações sobre a formalização do empreendimento, acha que está relacionado apenas à loja física. Ela não procura saber sobre o assunto e, às vezes, demonstra pessimismo sobre seu negócio, não acredita que vai dar certo, se sente insegura em alguns momentos.

Apesar dos planos com a venda dos produtos eróticos, Larissa ainda tem vontade de ter um emprego fixo. Ela acha que o lucro não é mais vantajoso do que trabalhar com carteira assinada. Pensa também em estudar, quer ser psicóloga. Além das vendas, ela também faz tranças, quando tem demanda. Na última entrevista, ela havia recebido uma proposta para trabalhar num salão de beleza como ajudante de trancista, mas não tinha dado resposta ainda,

pois ia analisar com a sua mãe. Quanto aos planos futuros, ela gostaria de ter uma vida estável financeiramente para se manter e ajudar a sua família.

Quadro 11 – Síntese cronológica dos principais acontecimentos narrados por Larissa

ANO	ACONTECIMENTO
2002	Nasceu em Aracaju;
2002 a 2004	Morou em Salgado – Sergipe;
2005	A mãe foi traída pelo pai e resolveu ir para Salvador; passou a morar apenas com o pai e os irmãos na casa da avó paterna;
2007	O pai começou a trabalhar como flanelinha na orla e a levava junto com os irmãos para venderem bala nos semáforos;
2008	A mãe voltou de Salvador e decidiu ficar e querer a guarda dos filhos;
2009	A mãe ganhou uma casa do padre no bairro Santa Maria e foi à procura dos filhos;
2012	A mãe resgatou os filhos para morarem com ela, que ficaram um tempo alternando entre morar com a mãe e com o pai;
2013	Parou de estudar por conta do conflito da guarda entre os pais; voltou definitivo a morar com a mãe; fez o curso de informática;
2015	O pai faleceu; voltou a estudar; começou o relacionamento com o primeiro namorado, aos 13 anos, e foi morar com ele; parou de estudar por conta do namorado;
2018	Terminou com o namorado; voltou a morar com a mãe; retomou os estudos; começou a fazer um curso, mas teve que sair porque a mãe não pode pagar; aprendeu a fazer tranças;
2019	Criou o <i>Instagram</i> para divulgar o trabalho das tranças; tentou fazer o curso do Jovem Aprendiz; entregou currículo numa loja de roupa, mas percebeu que não foi admitida por racismo; Sofreu agressão física do padrasto;
2020	Perdeu o estímulo de fazer as tranças; recebeu o auxílio emergencial e procurou algo para empreender; começou a vender produtos eróticos.

4.2.4 A história de Pedro

“Eu ganho dinheiro fazendo algo que me deixa feliz.”

O jovem Pedro, de 19 anos, nasceu em São José da Laje, no interior de Alagoas. Sua família é toda alagoana, mas a sua história acontece também em outras regiões, como Sergipe e São Paulo.

Quando Pedro ainda era bebê, sua mãe sofria agressões físicas do seu pai, motivo que a fez fugir de casa com os quatro filhos pequenos. Ela saiu de madrugada, meio que sem rumo, depois resolveu ir para a casa da mãe, em Campo Alegre, no estado de Alagoas. Ao chegar lá, foi surpreendida pelas pessoas ao saber que sua genitora havia falecido. Foi um susto para ela, que imediatamente foi para a casa da mãe e, ao encontrar seus irmãos, teve a notícia confirmada. Sua mãe havia falecido há mais de um ano e ela não sabia.

Como não encontrou o apoio que esperava, a mãe de Pedro resolveu seguir viagem com os filhos. Dessa vez o, destino foi Aracaju. Essa fase foi a mais difícil para a família de Pedro. A mãe sozinha, desempregada, tendo que cuidar de quatro filhos pequenos. Pedro a considera uma guerreira, uma batalhadora. Logo que chegaram em Aracaju, eles ficaram um tempo na rua procurando lugar para ficar, até que foram parar numa favela no Conjunto Augusto Franco. Fizeram um barraco de lona e moraram lá por um tempo. Nesse período, a mãe de Pedro catava e vendia papelão para conseguir dinheiro. Depois de um tempo, ela conseguiu construir um barraco de madeira, foi quando começou a vender quentinha e fazer outras coisas para sobreviver. A família de Pedro foi uma das primeiras a chegar nessa favela, depois ela foi crescendo, chegaram mais pessoas, inclusive seus parentes de Alagoas. Cerca de cinco tios dele foram morar também na favela.

Em 2010, a mãe de Pedro resolveu ir em busca de algo melhor em Ribeirão Preto, São Paulo. Mais uma vez viajou com a família na esperança de conquistar melhores condições de vida. Entretanto, ao chegar lá, foram surpreendidos. Eles achavam que nada poderia ser pior do que morar numa favela em Aracaju, mas em São Paulo, além deles terem morado na pior casa do quarteirão e do bairro, eles praticamente passaram fome e não tiveram o apoio de ninguém. O custo de vida em São Paulo era muito alto. Depois de um ano passando sufoco, a mãe de Pedro resolveu retornar para Aracaju. Voltaram para o mesmo lugar, a favela.

Em 2012, foi concedido pela prefeitura de Aracaju um auxílio moradia para as famílias que moravam na favela, a de Pedro foi contemplada. Desse modo, eles foram morar numa casa no bairro São Conrado, cujo aluguel era pago pela prefeitura. Nesse período, as coisas melhoraram, foi uma fase mais tranquila. Com uma moradia melhor, restava apenas alguém da casa trabalhar. Nessa época, moravam na casa Pedro, sua mãe e seu irmão. Os outros dois casaram-se, um casou em São Paulo e ficou lá com a esposa, o outro foi casado para Ribeirão Preto, mas quando retornou para Aracaju foi morar com a esposa.

Pedro é o mais novo dos quatro filhos que sua mãe teve. Além dele, de 19 anos, tem outro de 24 que também é filho de seu pai. Tem o mais velho de 29 anos, cujo pai sumiu e o

outro tem 26, de outro pai, que assumiu os dois primeiros filhos da mãe de Pedro, porém, ele faleceu.

No período que morava em São Conrado, Pedro começou a trabalhar nas feiras livres. Saía de madrugada para trabalhar e alternava entre os bairros Augusto Franco, São Conrado, Médice e Grajerú. Carregava frutas no carrinho de mão e fazia carregamento de mercadorias (carrego) também. Depois de um tempo, ele começou a perceber que, nos estacionamentos, paravam muitos carros e que seria uma oportunidade para ganhar mais dinheiro, foi então que começou a trabalhar como flanelinha. Estava indo bem, até que aconteceu um episódio muito marcante em sua vida. Num dia de trabalho, por volta das 5h da manhã, tinham umas crianças próximas a ele que começaram a mexer nas portas dos carros, tinha bastante gente no local, muitos meninos que faziam carrego. De repente, chegou um rapaz abordando os meninos e gritando com um amigo de Pedro: “Foi você, foi você!” Ele continuou gritando até avistar Pedro, momento em que ele passou por umas dez pessoas e deu um tapa na cara de Pedro. Imediatamente questionou-lhe o que havia feito para ser agredido. O rapaz acusou-o de roubo, disse que ele estava mandando os meninos mexerem no carro dele. O rapaz continuou acusando Pedro de ladrão, até que sacou a arma e a apontou no rosto dele. Em seguida, Pedro foi surpreendido por outro homem que chegou por trás dele, o agrediu e apontou a arma para seu rosto, acusando-o também de roubo. Eles pegaram a bicicleta de Pedro e começaram a pisá-la, quebrá-la e mandando-o embora. Mesmo sendo ameaçado, Pedro não se intimidou, continuou enfrentando os homens e perguntando o porquê daquilo tudo. Ele estava indignado com tamanha injustiça e por perder a bicicleta nova, que havia acabado de comprar. Os rapazes, que eram brancos e aparentavam ter entre 38 a 40 anos, se identificaram como policiais; estavam vindo de um *show* que aconteceu próximo ao local e estavam visivelmente embriagados. Era muito cedo, tinha muita gente no local, mas ninguém fez nada. Inclusive tinha um posto policial próximo, mas os policiais viram e não fizeram nada. Esse fato abalou Pedro profundamente, que teve até dificuldade de relatá-lo no momento da entrevista. Ele nunca roubou nada, mesmo diante de todas as dificuldades que passou. Ele vive na favela desde sempre, foi criado na favela, nunca foi assaltado e a única vez que isso ocorreu foram os policiais que tomaram sua bicicleta. Isso, para ele, não fazia o menor sentido. Depois desse episódio, Pedro não foi mais à feira e procurou outras formas de ganhar dinheiro.

Pedro e a família moraram por alguns anos em São Conrado, até que, em 2018, a prefeitura entregou um conjunto habitacional Vida Nova no bairro Santa Maria. As casas foram destinadas aos moradores da favela. A mãe de Pedro foi contemplada, assim como os demais

moradores. Eles reencontraram muitos conhecidos, assim como os amigos de infância de Pedro, que ele não via há muito tempo e que foram morar no mesmo conjunto. Nessa época, Pedro trabalhou em alguns lugares, mas por pouco tempo porque ele não gosta de trabalhar para outras pessoas. Ele sempre quis ser independente, trabalhar para si mesmo, ganhar seu próprio dinheiro e não depender de ninguém. Ele trabalhou um mês numa pastelaria e depois trabalhou como garçom num restaurante no bairro Coroa do Meio.

Depois dessas experiências, ele pensou em empreender em algo no conjunto onde morava, já que conhecia muita gente. A princípio ele ficou sem saber por onde começar, mas depois lembrou do primo, que também morava no mesmo bairro e que era barbeiro. Ele pediu ao primo para ensiná-lo. Pedro tinha um pouco de noção porque sempre cortava os cabelos dos irmãos, mas com o primo ele foi aprendendo mais, aprimorando, cortando o cabelo das pessoas de graça para aprender, inclusive dos vários primos que moravam no bairro. E foi assim que ele aprendeu, nunca fez um curso porque não tinha condições de pagar. Nesse período, eles estavam trabalhando juntos na casa da tia que fica no conjunto, mas o marido dela pediu a casa de volta. Com isso, o primo de Pedro abriu seu próprio salão no bairro e ele ficou sem ter onde trabalhar. Depois, resolveu conversar com a tia e pediu a casa novamente para ele montar seu salão; e ela cedeu. Em dezembro de 2019, ele abriu seu próprio salão. Para atrair clientes, no início, ele cobrava um valor pequeno no corte, R\$ 5,00, e fazia promoções do tipo “traga um amigo e seu corte será de graça” e, assim, ele foi construindo sua clientela. Aos poucos ele foi arrumando a barbearia do seu jeito, procurava sempre se aperfeiçoar por meio de cursos no *Youtube*, *workshops*, e foi dando certo. As pessoas começaram a comentar que ele cortava bem e perguntavam porquê ele não iria trabalhar em outras barbearias para ganhar mais. Ele dizia que não queria trabalhar para ninguém, que queria trabalhar para ele, fazer o dele. Ele começou a empreender e não iria trabalhar para ninguém, mesmo que fosse para ganhar mais, ele não iria.

No período em que começou a empreender no salão, Pedro foi acometido por uma infecção no rosto que lhe causava caroços que ficavam muito inchados. Pareciam uns tumores e chegavam a nascer três de uma só vez. Esse fato abalou muito a autoestima dele, motivo pelo qual ele não saía de casa e desistiu de ir à escola. Ele estudava no Colégio Estadual Barão de Mauá, no Bairro São Conrado, em Aracaju. Já estava no terceiro ano, quase concluindo o ensino médio. Como parou de estudar, ele focou no trabalho e não retomou mais aos estudos. Ele sempre foi um aluno mediano. Só foi reprovado uma vez, por ter perdido na recuperação de física. Quando ainda estudava, Pedro já imaginava que, quando terminasse os estudos, ele teria que começar a trabalhar, pois não teria condições de pagar uma faculdade e por não ter notas

tão altas, também não conseguiria uma bolsa de estudos. Com a barbearia, ele acabou antecipando esse plano. Hoje ele não pensa em retomar, até porque não tem tempo. Mas quando questionado sobre qual profissão ele pensou em seguir, primeiro ele disse policial, mas desistiu depois do episódio da feira; e segundo, psicólogo, mas acha que teria dificuldade por conta da sua timidez.

A barbearia de Pedro estava indo bem, já estava com uma boa clientela, até que, em março de 2020, começou a pandemia do Coronavírus. Por conta do isolamento social, as pessoas não estavam saindo de casa e muitos estabelecimentos foram fechados. Logo no início da pandemia, as pessoas estavam com muito medo de cortar o cabelo. A ex-sogra de Pedro foi contaminada pelo vírus e as pessoas achavam que ele também estava. Ele ficou um tempo sem atender, depois passou a fazer atendimento em domicílio. Foi bem cansativo ficar indo de casa em casa. Mesmo com esses atendimentos, a demanda caiu bastante. Pedro ficou desanimado, mas com o passar dos meses ele reabriu o salão e voltou aos atendimentos, tomando todas as medidas de prevenção exigidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como o uso do álcool gel e da máscara. As pessoas foram compreensivas e colaboraram tomando as devidas precauções.

Durante a pandemia, Pedro foi contemplado com R\$ 600,00 mensais do auxílio emergencial, concedido pelo Governo Federal, cadastrando-se como autônomo. Como não estava precisando tanto, nos primeiros meses doou uma parte para seus irmãos, ajudou outras pessoas, comprou algumas máquinas e móveis para a barbearia e o restante comprou coisas pessoais.

Quando começou a pandemia, Pedro morava com a mãe e o irmão, na casa dela. Mas ela voltou para Alagoas para encontrar um homem que ela conheceu pela *internet* e com quem se casou. Com a saída da mãe, Pedro ficou meio desorientado, sem saber o que fazer direito, mas foi o que ele precisava para alavancar seus negócios. Ele tomou a decisão de morar sozinho, foi morar na barbearia e, com isso, passou a focar mais no trabalho. Nessa época, Pedro não estava se relacionando com ninguém e, até a data da entrevista, também não.

Passados alguns meses do início da pandemia, o movimento na barbearia voltou a normalizar. Hoje Pedro trabalha de terça a domingo, sendo segunda-feira a sua folga. O horário de atendimento normalmente é de terça a sexta, das 8h às 19h30min, e, às vezes vai até mais tarde. Aos sábados e domingos, ele abre às 7h, mas, no domingo, fecha às 14h. Desses, o dia mais cheio é sábado, chegando a cortar 22 cabelos.

Dos serviços prestados, incluem o corte com tesoura, com máquina, barba, pigmentação e degradê. Os valores cobrados variam de R\$ 10,00, R\$ 12,00, no máximo, R\$ 22,00, que é quando a pessoa faz mais de um serviço, como corte e barba, por exemplo. O pagamento é realizado em dinheiro, ele não presta serviço no crediário e, futuramente, pensa em aderir ao cartão de crédito. Seu público é masculino, formado mais por jovens. Pedro não sabe ao certo quantos clientes tem por conta da periodicidade de cada um, que varia muito. Tem cliente que vai toda semana, outros vão a cada dois meses. Mas ele atende em média 10 pessoas por dia.

Pedro aprendeu o ofício bem rápido e agora possui uma boa experiência. Além disso, ele sempre está em busca de conhecimento, seja por meio de vídeos no *Youtube* ou por *workshops online* e presenciais. Segundo ele, barbeiro não pode parar de buscar conhecimento, senão fica para trás. Hoje ele vive exclusivamente do dinheiro que ganha na barbearia. Ele considera seu serviço tão bom quanto os oferecidos nas grandes barbearias ou nas dos *shoppings*, a diferença é que custa três vezes menos. Para ele, o barbeiro da periferia trabalha mais e ganha menos, mas trabalha com amor, é algo prazeroso. Sua satisfação é ver o cliente feliz ao se olhar no espelho, quando o serviço é concluído. Ele diz ganhar dinheiro com algo que o deixa feliz. Ele acha justo o valor cobrado pelos serviços, devido à renda das pessoas do local. Além disso, ele acha que a profissão não é valorizada em Aracaju. Seus amigos barbeiros de outras localidades do país, que ele conheceu por meio das redes sociais, como *Facebook* e *Whatsapp*, sempre o aconselham a sair de lá, ir para outra cidade para crescer. Mas mesmo que um dia saia de Aracaju, ele pensa em deixar uma barbearia onde ele começou. Ele tem planos de ter várias barbearias, inclusive uma com o irmão em São Paulo.

Quanto à gestão do seu empreendimento, Pedro diz não ter muita habilidade com a administração, pensa até em fazer um curso futuramente para auxiliá-lo. Em relação à formalização do negócio, ela admitiu ser bem amador e não conhece muito o assunto, mas demonstrou preocupação em relação ao pagamento do INSS.

A barbearia mudou a vida de Pedro. Ele achava que não ia ser ninguém na vida e agora a expectativa está alta, pois faz seu próprio dinheiro e conseguiu sua independência. Ele quer fazer o que sua mãe sempre disse que ele tinha capacidade, dar uma boa condição a uma futura família. Sua mãe dizia que ele era o orgulho dela e ele quer ser mais do que ela pensa e está conseguindo, graças a barbearia e ao seu empreendimento. Seu grande desejo é ter várias barbearias com o seu nome.

Quadro 12 – Síntese cronológica dos principais acontecimentos narrados por Pedro

ANO	ACONTECIMENTO
2001	Nasceu em São José da Laje, Alagoas;
2003	A mãe fugiu de casa com os quatros filhos por conta do marido agressor e foi para a cidade da avó; a mãe mudou-se para Aracaju com os filhos;
2004	Foram morar na Favela, no conjunto Augusto Franco; tiveram que ir para a rua; a mãe construiu um barraco na favela onde a família foi morar;
2010	Foram morar em Ribeirão Preto;
2011	Voltaram para Aracaju;
2012	Foram morar na casa alugada concedida pelo Governo, no bairro São Conrado;
2014	Trabalhou na feira com carrego e flanelinha;
2015	Foi vítima de agressão e racismo, quando trabalhava como flanelinha na feira;
2018	Foram morar na casa concedida pela prefeitura, no Residencial Vida Nova; trabalhou numa pastelaria no Bairro;
2019	Trabalhou como garçom num restaurante no Bairro Coroa do Meio; começou a aprender a cortar cabelo com o primo; abriu a barbearia na casa da tia no Conjunto onde morava; parou de frequentar as aulas no 3º ano do ensino médio por conta de uma infecção que teve no rosto;
2020	Fez atendimento em domicílio por conta da pandemia; voltou a atender presencialmente; passou a morar sozinho; a mãe voltou para Alagoas e casou-se novamente.

4.2.5 A história de Bianca

“Isso é muito bom, viver da confeitaria sempre foi o meu sonho.”

A jovem Bianca, de 22 anos, nasceu na maternidade Hildete Falcão em Aracaju. Foi criada pela mãe até os seis anos de idade, depois foi levada para um orfanato, até ser resgatada pela tia.

A mãe de Bianca tinha 32 anos, quando ela nasceu. Ela bebia muito, era alcoólatra. Era um vício tão grande que consumia até gasolina e acetona, se dessem. O pai dela, bem mais jovem que a mãe, com 18 anos, também era viciado em drogas. Os dois moravam na rua, se relacionaram e tiveram Bianca que, assim que nasceu, também foi morar na rua com os pais.

Enquanto na companhia dos seus genitores, a maior parte do tempo, ficou sob os cuidados da mãe.

Eles moravam debaixo da antiga linha de trem que existia na avenida Rio de Janeiro. Ela lembra muito pouco do pai nessa época. Seus pais se afastavam, às vezes, depois terminaram por conta do jeito explosivo da mãe. Se recorda mais dos momentos vividos com a mãe, inclusive tem imagens marcantes de quando ela fazia programa, com vários homens. Uma situação em específico marcou muito Bianca, a traumatizou, na verdade. Ela lembra de um episódio que ocorreu num quarto bem pequeno, em que ela estava na cama e a mãe dela no chão com um homem magro e de bigode. Eles estavam tendo relações sexuais. Ela diz lembrar perfeitamente dessa cena, cuja lembrança é a mais marcante que tem da mãe, nunca saiu da cabeça dela essa cena, ela acha incrível. Bianca não suporta passar pelo local onde ela morou, sente uma angústia, acha o local amaldiçoado, que deveria ser demolido.

Bianca viveu na rua com a mãe até os seis anos de idade. Depois ela foi levada pela polícia para um orfanato. Foi a pior época da sua vida. Ela teve que raspar a cabeça. Ela lembra que todas as crianças de lá não tinham cabelo por conta de piolho e que era um ambiente muito frio. Eles dormiam num local parecido com um berço; era grande, com uma grade, mas não era uma cama. Segundo ela, eram tratados como bichos, todo mundo tomava banho junto. Essas são as partes marcantes que ela lembra. Depois de um tempo, a mãe de Bianca conseguiu pegá-la no orfanato e a levou para a rua novamente. Mais uma vez, a polícia resgatou Bianca, só que, dessa vez, a levou para a casa da sua tia, irmã da sua mãe. Seu pai havia sumido.

Assim que chegou na casa da tia, ela não deixou mais ninguém a levar e decidiu adotá-la, assumir a sua guarda. Depois de um tempo, Bianca foi oficialmente registrada pela tia e pelo padrinho, antes era só registrada pela mãe biológica. Sua tia passou a ser sua tutora.

Na época em que Bianca vivia na rua com os pais, sua tia ajudava muito a irmã, mas ela não gostava do pai de Bianca. Ela achava que sua irmã estava seguindo aquele caminho por influência do companheiro. A mãe de Bianca teve sete filhos, cada um com um pai diferente, ela foi a mais nova e a única que conviveu com a mãe, os demais foram doados. Depois de um tempo morando com a tia, Bianca soube do falecimento da mãe por conta das drogas e bebidas. E seu pai ficou internado 12 anos num hospital para a reabilitação, também por conta da bebida e das drogas. Assim que recebeu alta do hospital, ele foi para uma casa de apoio para se recuperar melhor. Hoje ele não bebe, não usa droga e conseguiu uma aposentadoria por invalidez por conta de um problema na perna que ele desenvolveu enquanto estava internado. Bianca só veio reencontrá-lo depois dos seus 15 anos. Eles quase não têm contato, às vezes, ele

aparece, depois passa meses longe e reaparece. Hoje ele tem 40 anos e tem outro filho, no entanto, não faz questão de manter contato, diz que a única filha que ele reconhece é Bianca, que não concorda com tal atitude do pai.

Quando foi morar com a tia, a vida de Bianca se transformou. Ela teve todo o carinho e atenção que uma criança necessita. Sua tia a matriculou numa escola particular, sempre pagou a escola para a sobrinha, mas Bianca não gostava de estudar. Ela deu muito trabalho a tia por conta disso, gostava muito de ficar na rua e odiava os estudos. Com isso, Bianca começou a ser reprovada na escola, perdeu o ano por duas vezes, até que sua tia lhe tirou da escola particular e a matriculou no Colégio Estadual Professor Arício Fortes. Depois desse colégio, ela ainda passou por vários, até que decidiu fazer o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) para concluir o ensino médio de forma mais rápida. Seu único problema com a tia esteve relacionado com os estudos.

Aos 12 anos de idade, Bianca começou a namorar. Esse primeiro namoro durou dois anos, confessou considerar o namorado da época um psicopata, um maluco. Quando ela tinha quase 15, ela iniciou outro relacionamento com um rapaz com o qual ela foi morar junto. Na época, ela não trabalhava, dependia totalmente do companheiro, saiu da casa da tia para ir morar com ele, diz que estava “cega” na época. Dos cinco anos que se relacionaram, três foram morando com ele. Nesse período que moraram juntos, Bianca recorreu ao pai, a fim de que o casal tivesse permissão para morar na casa dele. Naquela época, seu ex-marido teve que devolver a casa em que moravam, que pertencia ao governo, ela não sabe explicar direito o motivo, só sabe que existia um débito e que a casa era do governo e precisou ser devolvida. Sem ter para onde ir, Bianca apelou para o pai, mesmo não tendo muito contato com ele. Ela não quis ir para a casa da tia, achou que não era conveniente morar lá com o marido.

Em 2018, eles se separaram, ela pediu para ele sair de casa. No tempo que ficaram juntos, a vida de Bianca estagnou, não teve nada de interessante. Ela vivia para ele, “respirava” por ele, sua vida era ele. Não trabalhava, não queria nada com a vida, até que percebeu que ele estava impedindo ela de viver.

Quando se separou, a tia de Bianca a chamou para voltar para casa, mas ela não quis porque acha a sua madrinha, filha da sua tia, muito acomodada e todos os afazeres domésticos acabavam ficando para ela fazer. Ela optou por ir para a casa da irmã, a única que mantém contato. Morou com a irmã até dezembro de 2018, mas resolveu voltar para a casa da tia por conta do temperamento da irmã.

Logo que voltou a morar com a tia, Bianca quis começar na confeitaria. Ela gostava de fazer doces, fazer bolos e sempre teve vontade de fazer para vender. Começou então a vender, mas não levou a sério, vendia, ficava dois dias sem vender. Até que sua madrinha lhe disse que se ela quisesse realmente vender, ela lhe ajudaria dando o dinheiro para ela comprar os materiais. A tia lhe emprestou o cartão, ela comprou cerca de R\$ 300,00 de materiais, mas, ainda assim, não levou muito a sério. Não tinha interesse, sempre começava, depois parava. Ficou nessas idas e vindas até início de 2019.

Em maio de 2019, ela conheceu seu atual companheiro. Ele foi quem a incentivou de verdade, quem a ajudou. Assim que começaram a namorar, ele a chamou para morarem juntos, ela saiu da casa da tia e foi morar com ele na casa da mãe dele. No início, só ele trabalhava, ela dependia totalmente do companheiro e da sogra.

Em setembro de 2019, por indicação de uma amiga, ela começou a trabalhar numa casa de família como babá, mas depois os serviços foram aumentando e ficando muito pesado para Bianca fazer sozinha. A proposta de trabalho inicial era tomar conta das filhas da patroa, mas depois, além disso, ela teve que limpar a casa, lavar roupa, passar ferro, fazer comida, cuidar de cachorro, sendo que a casa era enorme. Ela alegou que não tinha condições de uma pessoa fazer tudo isso, além disso, esse serviço não havia sido combinado anteriormente. Seguiu, assim, até Bianca ter sido acusada pela mãe das meninas de roubo de duas colheres. Ela achou um absurdo, pois além de ser inocente, ela se perguntou para quê iria roubar colheres das crianças se ela nem tinha filho. Por conta da injustiça, Bianca ficou desesperada, chorou, não sabia o que fazer, mas continuou trabalhando porque tinha a meta de sair da casa da sogra até o final do ano e precisava de dinheiro. Até que, em dezembro, ela foi demitida. Num certo dia, quando chegou para trabalhar, foi recebida pelo advogado da família para a qual ela trabalhava, informando que ela estava dispensada do trabalho e pediu-lhe para assinar uns papéis. Ela trabalhava de carteira assinada, recebeu o último salário e depois foi sacar o seguro-desemprego, na época, R\$ 150,00; ela achou muito pouco, mas não quis procurar confusão, acatou.

Bianca ficou desempregada, logo em seguida, o marido também. Ele trabalhava como vigilante numa casa lotérica. Os dois ficaram desesperados porque, apesar de morarem com a mãe dele, eles tinham dívidas para pagar. Diante da situação, Bianca pegou os R\$ 150,00 que recebeu do seguro-desemprego e foi à rua comprar ingredientes para a confeitaria. Comprou potes, leites condensados, chocolates, dentre outros ingredientes necessários para iniciar uma confeitaria. Estava decidida a investir no ramo porque não tinha condições deles continuarem

sem trabalho, sem renda. Ela sabia que estava difícil conseguir emprego e a situação estava muito difícil para os dois.

Dessa vez, ela levou a sério, começou fazendo bolos de pote e foram vender juntos na rua. Eles compraram duas caixas de isopor, uma grande e outra pequena. Ela fazia os bolos de madrugada, arrumava direitinho no isopor e iam vender no centro. Às vezes, ela não podia ir porque tinha que ficar fazendo o serviço doméstico e ele ia sozinho. Eles vendiam no centro comercial de Aracaju. Com o tempo, eles sentiram a necessidade de ampliar a variedade de produtos. A sua sogra estava cada vez mais implicando com o fato de ter que sustentar a casa sozinha, pois tinha que pagar água, luz, aluguel e que eles não faziam nada, não ajudavam em nada. Como eles estavam começando, não tinham como ajudar. Por isso, eles resolveram vender outros produtos.

Além dos bolos de pote, Bianca começou a produzir brigadeiro, bolos maiores e cones trufados, que teve uma ótima aceitação e vende bem até hoje. Nessa época, uma amiga deu a ideia de fazer um *instagram* para divulgar os produtos, foi quando ela criou o perfil da confeitaria. Suas amigas também ajudaram na divulgação e ela passou a pesquisar sobre confeitaria na *internet*. Ela nunca fez curso, nunca se interessou em fazer curso. A confeitaria foi algo que ela foi aprendendo mesmo, vendo como fazia, foi tentando e fazendo. Os bolos maiores estavam sendo bem vendidos. A produção aumentou, as vendas estavam melhorando e eles resolveram sair da casa da sogra de Bianca.

A convivência com a sogra estava ficando insustentável. Bianca discutiu com ela e até hoje não se falam. Por conta disso, falou para o marido que precisavam sair da casa da sogra, ele concordou, pois sempre a acompanhou, sempre a ajudou e a incentivou. Eles iam morar na casa da amiga de Bianca, que era bem distante, então, seu marido foi conversar com o pai dele para pedir ajuda na mudança, mas ele disse que não tinha necessidade deles irem morar tão longe, até porque a avó de seu filho ia sentir muita falta do neto. Foi então que o sogro de Bianca ofereceu a casa dele para eles morarem. Eles foram morar na casa dos fundos, de um conjunto de casas bem simples onde moram a família paterna do companheiro de Bianca. Era uma casa pequena, mas eles não iam pagar água, nem luz.

Eles mudaram e continuaram com a produção na confeitaria, até que iniciou a pandemia do coronavírus, que os afetou de forma negativa e positiva. Negativa porque o comércio foi fechado por conta da necessidade de isolamento social e eles não puderam mais vender na rua. Por outro lado, eles intensificaram as vendas *online* por meio do *Instagram*. A venda pela *internet*, inicialmente, foi complicada porque as pessoas estavam receosas, com medo de se

contaminarem. Isso foi um desafio para Bianca, no sentido de conquistar os clientes, mostrar como era o processo de produção, a higiene, a embalagem etc. Ela recebeu o auxílio emergencial a partir de abril de 2020, no valor de R\$ 600,00. Esse auxílio a ajudou na compra de mais insumos para a confeitaria, a pagar contas e comprar itens de casa.

O marido de Bianca conseguiu um emprego como vigilante, mas trabalhou por pouco tempo, apenas 3 meses. Mesmo trabalhando, nos dias de folga, ajudava a esposa com a entrega das encomendas de bicicleta. Depois que ele saiu do trabalho, as dívidas cresceram. Eles haviam mudado para uma casa pequena cedida pela avó do marido de Bianca no mesmo conjunto que eles moravam, porém, eles teriam mais espaço para a produção da confeitaria que havia aumentado. Apesar de terem ido para um lugar um pouco maior, a atitude da avó do marido de Bianca gerou ciúmes entre os familiares dele, que fizeram vários comentários, inclusive que eles deveriam pagar aluguel. Esse fato incomodou Bianca, mas eles se mantiveram na casa. Com a mudança, eles tiveram que comprar alguns móveis e eletrodomésticos porque não tinham nada. Com isso, estavam endividados, pagando faturas de cartão de crédito; faturas estas que, em parte, eram pagas pela sogra de Bianca.

Com os dois em casa, o foco foi total para a confeitaria. O *Instagram* já estava com mais seguidores, cerca de 700, e já tinham clientes certos. Eles conseguiram uma pessoa para fazer as entregas de moto, mas o marido de Bianca também ajuda e, quando precisa, faz entrega de bicicleta. Essas entregas são cobradas a parte aos clientes. Hoje eles vivem da confeitaria. Vendem bolos, tortas, às vezes, salgados que o marido faz muito bem. Gostariam muito de comprar uma moto para ajudar nas entregas. No último encontro feito com a entrevistada, realizado uma semana antes do Natal, eles estavam com várias encomendas para entregar, a maioria seria feita de bicicleta, mas algumas, como os bolos de *chantilly*, não tem como.

Apesar do marido ajudar muito, Bianca concentra quase todo o serviço da confeitaria. Além da produção, ela faz compra dos materiais no centro, faz o *marketing* no *Instagram* e atendimento ao cliente. Com isso, sua rotina é puxada. Todos os dias ela tem encomenda e faz a produção à noite. Os produtos mais vendidos são: brigadeiro, cone trufado e bolos confeitados. Em uma semana de produção, sem contabilizar os bolos de *chantillys*, ela fatura de R\$ 180,00 a R\$ 200,00. Quando tem encomendas de bolos, pode chegar a R\$ 500,00. As demandas aumentam em períodos festivos, como Páscoa, Dia dos Namorados e Natal. Além disso, ela tem clientes fixas que sempre fazem encomendas. O período do Natal já está com bastante encomenda, não está mais porque desistiu de fazer panetones, pois dá muito trabalho. Como é seu primeiro Natal, ela não quis arriscar. Por outro lado, fez outros produtos específicos

para a época, como sobremesa e bolos tipo *naked cake*, um tipo de bolo versátil, que foge do tradicional, por não ter cobertura, deixando visíveis as camadas de massa e recheio.

Bianca fez curso *online* sobre “como organizar épocas festivas”, com uma confeitaria que ela admira. Além desse, ela sempre assiste vídeos sobre o assunto no *Youtube* e toda dúvida que ela tem procura nessa plataforma. Ela também segue no *Instagram* outras confeitarias que dão dicas. Bianca está bem otimista com a confeitaria. Apesar de ser cansativo, estressante, ela ama e diz dar uma boa renda.

No que diz respeito à formalização do seu negócio, Bianca diz que agora não representa um problema, mas que futuramente poderá ser, principalmente se quiser abrir uma loja física de confeitaria. Quanto aos planos futuros, ela pretende ter uma casa maior, uma cozinha maior, investir na sua imagem no *Instagram* e almeja ser bem famosa no ramo da confeitaria.

Quadro 13 – Síntese cronológica dos principais acontecimentos narrados por Bianca

ANO	ACONTECIMENTO
1998	Nascimento de Bianca na maternidade Hildete Falcão;
1998 a 2004	Morou na rua com os pais;
2000	O pai foi internado num hospital de recuperação;
2004	A polícia a levou para morar no orfanato;
2005	A mãe dela a retirou do orfanato e levou para morar na rua novamente;
2006	A polícia a levou para a casa da tia; a tia e o padrinho adotaram-na oficialmente aos 8 anos de idade; começou a estudar em escola particular; a mãe faleceu;
2010	Começou a namorar aos 12 anos de idade;
2012	Saiu da escola particular e foi para a escola pública Arício Fontes; o pai saiu do hospital e foi para uma casa de apoio;
2013	Reencontrou o pai aos 15 anos de idade; foi morar junto com o segundo namorado na casa dele;
2017	Foi morar com o namorado na casa do pai;
2018	Fez o Encceja para concluir o ensino médio; ela se separou do marido; foi morar na casa da irmã; voltou a morar com a tia; começou a trabalhar com confeitaria;
2019	Parou as vendas da confeitaria; voltou a fazer bolo novamente; conheceu o atual marido; foi morar com o companheiro na casa da mãe dele; começou a trabalhar numa casa de família cuidando de crianças; foi demitida do emprego;

2020	O marido também foi demitido; usou o dinheiro da rescisão e investiu em produtos para retomar a confeitaria; ela e o marido começaram a vender doces na rua; criou o <i>instagram</i> ; foram morar na casa do sogro; o marido começou a trabalhar novamente; o marido foi demitido após 3 meses de trabalho; saíram da casa do sogro e foram morar na casa cedida pela avó num conjunto residencial familiar.
------	--

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na presente seção são apresentados os resultados das apreciações das histórias de vida dos entrevistados. A análise qualitativa foi baseada nas categorias propostas, de acordo com a análise detalhada da história de vida dos cinco entrevistados, buscando pontos de aproximação e distanciamento à luz do referencial teórico apresentado, que ratificam os pressupostos ontológicos da subjetividade e a opção epistemológica interpretativista adotadas neste estudo.

É importante ressaltar que, nos trabalhos com história de vida, predomina a preocupação com os processos de subjetivação das pessoas que narram sua própria história e/ou da sua coletividade. Assim, como menciona Craide (2011), o processo de interpretação do pesquisador vai sempre refletir a perspectiva dos atores, visto que o significado das experiências é melhor explicado pelas pessoas que as viveram. Paulilo (1999) acrescenta que, por meio da análise e interpretação das histórias de vida, são incorporadas experiências subjetivas do sujeito, mescladas a contextos sociais.

Para Paulilo (1999), as entrevistas de história de vida trabalham com memória e, portanto, com seletividade, o que faz com que o entrevistado aprofunde determinados assuntos e afaste outros da discussão, cujo interesse é a narrativa de vida de cada um, da maneira como ele a reconstrói e do modo como ele pretende que seja narrada a sua vida. Assim, considerando que a narrativa do entrevistado é livre, para fins da discussão dos dados coletados nesta pesquisa, foram selecionadas as falas dos jovens que mais se aproximaram das categorias de análise propostas neste estudo.

Desse modo, após a realização da análise dos dados com a abordagem interpretativa, foram feitos o intercruzamento com os objetivos da pesquisa, de modo a embasar a posição das três categorias analíticas apresentadas.

Dessa forma, as três categorias analíticas apresentadas visam atingir o objetivo proposto nesta pesquisa que é compreender como ocorre a inserção dos jovens no mercado de trabalho, por meio do autoempreendedorismo informal. Para tanto, foram verificados os fatores que influenciam jovens a autoempreender informalmente, passando pelas percepções desses jovens acerca das suas condições do trabalho e, por fim, foram verificadas as estratégias utilizadas por eles, a fim de se inserirem no mercado de trabalho por meio do autoempreendedorismo.

Nas subseções seguintes, serão apresentadas as categorias analíticas utilizadas neste estudo.

5.1 FATORES DE INFLUÊNCIA DO TRABALHO INFORMAL POR CONTA PRÓPRIA

Nas últimas décadas, o trabalho independente tem sido considerado uma questão central em relação às opções do mercado de trabalho. O trabalho por conta própria não é apenas uma solução para indivíduos que têm poucas oportunidades no setor formal ou que ganham menos que outros com características observáveis semelhantes, mas também é uma oportunidade para indivíduos dinâmicos que buscam uma carreira diferente. As evidências revelam que essa opção é seguida por muitos trabalhadores (SIMÕES; CRESPO; MOREIRA, 2016).

Diante dessa realidade, vê-se uma geração de jovens ingressando no mercado de trabalho de forma independente (BULGACOV *et al.*, 2011). As oportunidades de um emprego formal estão cada vez mais limitadas e o autoempreendedorismo representa uma alternativa para os jovens, como uma atividade geradora de renda. Vale salientar que, muitos desses jovens, tendem a se concentrar na informalidade e em postos sem proteção social (BULGACOV *et al.*, 2011).

Desse modo, nesta subseção, serão analisados os fatores que influenciaram os jovens entrevistados na decisão de trabalhar por conta própria na informalidade, de acordo com as categorias mencionadas por Simões, Crespo e Moreira (2016) e Dvouletý *et al* (2018). A primeira categoria refere-se aos **atributos individuais** (gênero, idade, estado civil e filhos). A segunda categoria inclui os **fatores psicológicos** associados à atividade autoempreendedora (características de personalidade). A terceira categoria diz respeito aos **antecedentes familiares** (pais, cônjuge). A quarta está relacionada ao **capital humano** (educação, experiência). A quinta analisa as **circunstâncias econômicas e de mercado de trabalho**. E finalmente, a sexta categoria refere-se ao **alcance das políticas públicas de formalização** do trabalho independente.

5.1.1 Fatores individuais

De acordo com Simões, Crespo e Moreira (2016), o aumento na **idade** de um indivíduo supostamente vem acompanhado de níveis de capital humano, experiência profissional, capital financeiro e contatos sociais, aumentando, assim, as capacidades empreendedoras de um indivíduo. Como a pesquisa foi feita com jovens entre 18 a 22 anos, percebeu-se realmente que a pouca idade influenciou nesses fatores. Todos estavam em estágio inicial dos empreendimentos, com pouca experiência profissional e somente Karine deu continuidade aos estudos; e isso reflete positivamente no capital humano dessa entrevistada. Todos também

tiveram um capital financeiro inicial muito pequeno, alguns recorreram à ajuda de terceiros e somente a rede de contatos sociais foi facilitada por conta das redes sociais digitais, a exemplo do *Instagram*.

Por outro lado, os autores destacam outros argumentos importantes que identificam uma influência negativa da **idade/maturidade** frente à opção por empreender por conta **própria**. Isso inclui: níveis mais altos de aversão ao risco, menor disponibilidade física e mental por longas semanas de trabalho, situações de estresse geralmente associadas a atividades de trabalho autônomo e menos tempo para recuperar o investimento inicial feito na entrada. Nesse aspecto, um fato percebido entre os jovens entrevistados foi o entusiasmo em relação à atividade empreendedora, chegando a ter planos audaciosos para o futuro, desconsiderando qualquer dificuldade, conforme percebido nos relatos:

Assim, eu tenho muita vontade de ter várias franquias, sabe? Tipo, ah, igual mesmo pelo Nordeste, várias franquias, da minha loja, eu quero ser conhecida, não só nacionalmente, pode ser mundialmente [...] (LÍVIA)

Ah, meu desejo, já sabe [...] ah é muito óbvio né? Tornar minha marca conhecida mundialmente. Tornar minha loja uma marca, entendeu? Então eu quero montar minha coleção, eu quero ter fabricação própria, então até eu chegar lá, eu tenho que continuar. (KARINE)

Eu imagino várias barbearias com o meu nome, na frente assim, e é isso e eu administrando. (PEDRO)

O que eu quero da minha vida, primeiramente, é ser famosa como confeitadeira. [...] Em Ana Maria Braga dando cursos de bolos, sim, eu me vejo assim, é o que eu vejo, é o que eu quero, quero ser famosíssima. (BIANCA)

Os desejos relatados pelos jovens confirmam o pensamento de Souza (2006) ao destacar que o jovem empreendedor deve assumir riscos e buscar a realização dos seus sonhos de prosperidade e ascensão social.

Em relação ao **gênero**, segundo Simões, Crespo e Moreira (2016) e Dvouletý *et al.* (2018), as mulheres entram no trabalho por conta própria (autoempreendedorismo) com menos frequência do que os homens, pois, segundo os autores, as mulheres geralmente são mais avessas ao risco que os homens e, portanto, evitam o trabalho por conta própria. Esse fato não foi constatado na pesquisa, visto que a maioria dos entrevistados foi do sexo feminino. E todas elas, apesar do receio de arriscar no trabalho independente, não pensaram em desistir. Por outro lado, os autores mencionam que as taxas de autoemprego feminino têm aumentado ao longo do tempo.

Outro elemento de diferenciação de **gênero** apontado por Simões, Crespo e Moreira (2016) diz respeito à rede de contatos. Segundo os autores, as redes sociais dos homens são mais diversificadas e incluem contatos mais poderosos e centrados no trabalho. A desvantagem das mulheres, nesse sentido, pode ser explicada pelo seguinte motivo: devido às responsabilidades familiares, as mulheres têm menos tempo para investir em redes, e seus contatos são baseados essencialmente na família e amigos. Essa realidade não se aplica às entrevistadas, primeiramente por serem jovens e nenhuma delas terem filhos, e apesar de algumas morarem com os respectivos companheiros, não demonstraram, a princípio, preocupação com questões familiares. Quanto às redes sociais, todas as entrevistadas utilizam as redes sociais digitais Instagram e *Whatsapp* como ferramentas de comunicação, vendas, divulgação dos produtos, interação com os clientes, demonstrando serem redes essenciais para a manutenção e ampliação dos negócios, conforme percebido nas falas:

[...] hoje o Instagram é a maior plataforma de vendas do mundo e cada dia que passa, quando mais você está interagindo, tá engajando, mais você tem clientes. Então, o instagram é a minha loja, se o Instagram acabar, minha loja acaba. [...] foi através do instagram que eu aumentei minhas vendas. (LÍVIA)

[...] criei um Instagram pro reforço, aí eu saí divulgando a arte nos Instagrams, e pedindo também para divulgarem e aos poucos foi vindo, pronto, comecei com essa aluna de hoje, foi minha primeira aluna. (KARINE)

[...] daí a gente decidiu criar um Instagram para poder tipo, as meninas saberem que a gente faz, é bem conhecida, a gente é bem conhecida desde nova, porque eu sempre gostei de sair, sempre gostei de curtir, então eu conhecia muitas pessoas. Então quando a gente criou esse Instagram, muitas meninas começaram a seguir, muitas meninas começaram a dizer que iriam fazer, perguntavam quanto era e a gente começou daí. (LARISSA)

Foi quando minha amiga disse “por que você não faz um Instagram?” Aí foi quando eu fiz meu Instagram, da confeitaria e eu comecei a fazer bolos, bolos maiores, comecei a vender brigadeiros por fora, eu comecei a fazer cones trufados, e era o que mais vendia, até hoje é o que mais vende, é o cone trufado. Quem quer vender alguma coisa faça um Instagram. (BIANCA)

Quanto às motivações para ingressar no trabalho independente, relacionadas ao **gênero**, Simões, Crespo e Moreira (2016) indicam uma diferenciação considerável entre os sexos. Enquanto os homens são motivados principalmente por retornos potenciais mais altos, as mulheres desejam flexibilidade, visando um melhor equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Pelos relatos das jovens entrevistadas, exceto Larissa que tem planos mais modestos, as demais visam o equilíbrio da vida profissional e pessoal, mas também almejam retornos altos em relação aos seus empreendimentos:

Mas minha meta, daqui uns anos, eu quero tá ganhando 10 mil reais, e tá ótimo. 10 mil livre, e tá ótimo. [...] Então, uma vida totalmente estabilizada financeiramente, muito estabilizada, tipo, que nunca me falte nada, que eu possa ajudar outras pessoas, eu tenho muita vontade de ajudar outras pessoas, sabe? (LÍVIA)

[...] eu quero daqui a 10 anos estar podendo viajar o mundo, poder ter minha casa, minha moto, meu sonho, poder ajudar minha família financeiramente, ter minha loja física, são muitos. (KARINE)

Então, eu pretendo ter uma vida não aquela vida financeira boa, mas que seja estável que eu consiga manter minha família, consiga me sustentar, é, eu nem sei o que dizer [...]. (LARISSA)

Eu quero ter uma casa maior, para ter uma cozinha maior, eu quero investir mais na minha imagem no Instagram para ter uma confeitaria maior, então, tudo o que eu faço na minha vida tá relacionado à confeitaria, então o que eu pretendo futuramente está relacionado a isso. (BIANCA)

Quanto ao **estado civil**, nenhum dos entrevistados é casado oficialmente, porém, Lívia e Bianca moram com os companheiros e ressaltam a importância que eles têm nos seus negócios, oferecendo apoio e parceria no que for necessário. Esse fato confirma os apontamentos da literatura que indicam que os cônjuges são fontes críticas de apoio emocional, podendo participar do processo e buscar melhores interesses no negócio (SIMÕES; CRESPO; MOREIRA, 2016), como evidenciado nas falas:

Ele tem muita perspectiva de vida, tem visão, ele é uma pessoa certa, pessoa trabalhadora, esforçada, então via que aquilo se juntava comigo, porque eu tinha as mesmas perspectivas de vida que ele. (LÍVIA)

[...] aí foi quando em maio de 2019 que eu conheci ele, que é meu atual marido, que eu conheci ele e tipo, ele foi que totalmente me incentivou de verdade, ele foi realmente quem me ajudou. Ele sempre me acompanhou, sempre me ajudou, sempre me incentivou. (BIANCA)

Por outro lado, as mesmas jovens, além de Larissa, relataram experiências ruins com relacionamentos anteriores, que interferiram negativamente nas suas vidas. Larissa e Bianca moraram com os respectivos companheiros aos 15 anos de idade, período que não trabalhavam, dependiam financeiramente da ajuda das mães dos namorados e descreveram situações de abusos sofridas pelos companheiros:

Quando eu comecei a vender brigadeiro, eu tinha um relacionamento, de dois anos já, só que tipo, a pessoa não tinha nenhuma perspectiva de vida e nem

me ajudava a crescer, não me encorajava mais. Eu comecei a gostar tanto do meu trabalho, comecei a me amar mais ainda depois do meu trabalho, comecei a me valorizar, aí disse não, não posso ficar com uma pessoa que não tem perspectiva de vida e que não vai me acrescentar em nada. Então, sinceramente eu quero focar no meu trabalho, comecei a focar só no meu trabalho, falei com ele tchau, tchau. (LÍVIA)

Porque eu não tinha muita experiência, eu era imatura [...]. Abusivo do tipo, não que ele chegou a me bater, mas já tentou, entendeu? Gritava comigo, dava soco na parede, não queria que eu saísse, eu fiquei até um tempo sem estudar por causa disso, dele não querer que eu estudasse. (LARISSA)

No tempo que eu tava com ele, minha vida não foi nada, não teve nada de interessante na minha vida no tempo que eu tava com ele porque eu vivia pra ele, eu respirava por ele, minha vida era ele, eu não trabalhava, eu não queria nada com a vida e findou que eu vi que era ele que tava me atrapalhando a viver. (BIANCA)

Por meio desses relatos, pode-se perceber que o companheiro pode influenciar positivamente ou negativamente na vida da parceira e, conseqüentemente, interferir na sua relação com o trabalho.

Quanto aos filhos, essa categoria não foi abordada, visto que nenhum entrevistado possui filhos.

5.1.2 Fatores psicológicos

Segundo Simões, Crespo e Moreira (2016), **o medo do fracasso** afeta negativamente a escolha de trabalhar por conta própria. Entretanto, os autores fazem a ressalva que esse fato é válido apenas no caso de assalariados, enquanto para indivíduos que estavam anteriormente desempregados ou inativos essa variável não tem impacto. Neste estudo, os jovens aqui entrevistados, todos desempregados, quando decidiram empreender, revelaram temor ao risco, indo de encontro com os achados de Simões, Crespo e Moreira (2016). Alguns relataram situações de medo, receio, desânimo:

Eu, assim, no começo eu fiquei com bastante medo, mas eu falei, olha: Deus só dá o fardo conforme a gente consegue carregar. (LÍVIA)

Tem um propósito, eu não me assusto mais, às vezes fico um pouquinho assustada, mas enfim. (KARINE)

Eu fico desanimada, fico pensando que não vai dar certo, fico pensando que não vou conseguir vender, que eu não vou conseguir ir adiante, essas coisas assim, tirando que às vezes dá aquela insegurança né, de pensar caramba, o porque eu tô fazendo isso se eu posso tentar um trabalho normal? (LARISSA)

Eu tenho, até hoje, medo de dar errado, entendeu? Mas hoje eu tenho uma motivação a mais, eu acordo quase todos os dias, não é sempre, mas eu acordo quase sempre com o objetivo de crescer, entendeu? (PEDRO)

[...] eu não me interessava. Eu começava, parava, começava, parava. Aí foi quando eu comecei de novo, comecei a fazer bolo de novo em 2019. (BIANCA)

Apesar do medo do insucesso relatado pelos entrevistados, eles não abriram mão da ideia de empreender. Nesse sentido, Costa, Barros e Carvalho (2011) apontam que a exaltação do espírito empreendedor na atualidade surge num contexto de altos índices de desemprego, no qual a cultura do trabalho é promovida num ambiente de risco, insegurança e incerteza. Oliveira, Moita e Aquino (2016) acrescentam que a prática empreendedora é demasiadamente recomendada para os que buscam trabalho, sob o discurso da garantia do crescimento e desenvolvimento econômico. Diante dessa realidade, vê-se uma geração de jovens ingressando no mercado de trabalho via empreendedorismo (BULGACOV *et al.*, 2011).

Além da atitude de risco, vários outros fatores psicológicos também podem influenciar criticamente a entrada no trabalho por conta própria. De acordo com Simões, Crespo e Moreira (2016), a **motivação** está relacionada às características empreendedoras e aos traços de personalidade (excesso de confiança, otimismo, necessidade de realização, necessidade de autonomia e gosto pela variedade). Todos os entrevistados demonstraram motivação e entusiasmo com os seus negócios, alguns, por meio dos relatos, demonstraram características de personalidade específicas:

[...] mas comprava e não se arrependia não. Eu sempre tive aquela certeza, sabe? Que se você comprar, não vai se arrepender e ainda vai voltar e realmente era isso. [EXCESSO DE CONFIANÇA] (LÍVIA)

[...] pensar negativo é pior né? Então eu sempre muito positivo. Às vezes dá um desânimo, mas eu lembro que minha loja tem um propósito. [OTIMISMO] (KARINE)

Na vida, como te falei, eu quero evoluir assim, e crescer. Esse é meu fator que me dá forças para continuar. [NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO] (PEDRO)

Quanto mais eu pensava, eu disse: “Meu Deus, se eu parar de trabalhar, vou ter que trabalhar para alguém, se eu parar de trabalhar vou ter que trabalhar para alguém” e quanto mais eu pensava nisso, mais eu ia pra frente. [NECESSIDADE DE AUTONOMIA] (BIANCA)

Outro fator psicológico, de acordo com Dvouletý *et al.* (2018), que pode influenciar na decisão do trabalho por conta própria, diz respeito às cicatrizes que os jovens sofrem com o desemprego, que não apenas afetam negativamente as carreiras ocupacionais, mas também prejudicam a saúde mental e o bem-estar geral dos indivíduos. O trabalho dos autores mostrou que as experiências passadas de desemprego deixam “cicatrizes” porque assustam. Foi possível observar “cicatrizes”, derivadas de experiências negativas por parte de alguns dos entrevistados, diante das suas experiências com o mercado de trabalho, não necessariamente relacionadas ao desemprego. A seguir, os relatos de Larissa e Pedro, autodeclarados negros, explicitaram suas frustrações e indignações pelas situações de racismo pelas quais passaram no mercado de trabalho:

[...] faço um currículo, entrego num lugar, aí já é meio desvalorizado por eu ser negra, entendeu? Por eu ser negra, em alguns casos, não vou dizer todos. (LARISSA)

Sobre essa situação, Larissa relatou um caso específico que ocorreu na tentativa de deixar um currículo numa loja do *shopping*, na qual ela havia obtido informação de que estavam contratando no momento:

Eu cheguei para entregar em uma, eu nem lembro qual foi, mas eu entreguei aí falei, conversei lá aí ela falou que não poderia pegar, aí eu perguntei o porquê, sendo que minha prima tinha dito que tava pegando, né? Jovens para trabalhar e daí ela continuou dizendo que não podia pegar, que não tava pegando para trabalhar, sendo que tava. E aí eu fiquei, tipo assim, na hora, eu percebi, entendeu? As pessoas ficam pensando assim que não, mas eu percebi na hora. (LARISSA)

Paulo também, com a voz embargada, relatou um episódio do qual foi acusado de roubo injustamente e agredido por dois policiais visivelmente embriagados, enquanto trabalhava como flanelinha na feira livre:

Era muito cedo, a feira já tinha começado, tinha eu acho, no mínimo tinha umas 50 pessoas ao redor e ele tava me chamando de ladrão, aí quando eu fui perguntar porquê? Ele sacou uma arma e botou na minha cara. Ele tava bêbado porque tinha acabado de terminar um show lá perto. (PEDRO)

Esse episódio marcou a sua vida profundamente, ele não gosta nem de recordar e foi o motivo pelo qual desistiu de trabalhar na feira.

Nessas duas situações, em que os jovens denominam como racismo, as suas falas demonstram a indignação:

Eu fiquei até tipo meio assim porque, em relação a isso, nunca tinha [...]. Tipo eu já sofri muito racismo, mas em escola, internet, agora chegar em um lugar formal e acontecer isso, entendeu? Aí eu fiquei sem reação, eu não consegui deixar, peguei e fui embora, depois daí não conseguir mais entregar currículo, não consegui, tipo, não que eu não conseguia, eu não queria mais entregar. (LARISSA)

Fazia várias coisas, aí até que aconteceu uma coisa ruim que eu parei de ir para feira, pois eu não gosto nem de falar, mas tipo é o preço de ser preto no Brasil, sempre tem alguma coisa, entendeu? Sempre tem [...]. Demais, meio que me abala até hoje, não vou mentir. Às vezes eu paro assim e fico pensando qual motivo? Qual motivo? E nunca vem à minha cabeça. [...] Isso que me marca, eu vivo na favela desde sempre, me criei na favela, eu nunca fui assaltado, a única vez que eu fui assaltado foi a polícia, isso não faz o menor sentido. (PEDRO)

Outra experiência anterior que foi negativa, injusta e frustrante ocorreu com Bianca. No período que trabalhou como doméstica numa casa de família, ela alegou excesso de trabalho e foi acusada injustamente de roubo:

Ela disse que eu tinha roubado duas colheres da filha dela, foi uma coisa totalmente absurda porque meu Deus, eu não tenho criança em casa, eu não tenho nada e ela me acusou de roubar duas colheres, foi quando eu fiquei desesperada, comecei a chorar, não sabia o que fazer, eu até aguentei, continuei trabalhando porque nossa meta era sair da casa da mãe dele, que a gente não queria mais ficar lá, aí eu continuei trabalhando, só que aí, quando foi em dezembro, ela me colocou pra fora sem me avisar nada. (BIANCA)

Bianca não associou o fato ao racismo, até porque ela se autodeclarou branca na entrevista. Para ela, a injustiça foi cometida por preconceito social:

Não faço a menor ideia, não sei o que passa na cabeça dela, tipo, eu acredito muito nesse preconceito de classe, né? Então, sobra pra quem? Pra quem tem menos, né, e pra quem tá trabalhando lá, então ia sobrar pra mim de algum jeito. (BIANCA)

Diante dos fatos relatados pelos jovens, percebe-se que as situações que passaram os marcaram de forma negativa e, certamente, tiveram influência no fato deles quererem trabalhar por conta própria, a partir do momento que Larissa desistiu de entregar currículos, Pedro desistiu de ir para a feira e Bianca logo em seguida iniciou as vendas de doces. Desse modo, infere-se que situações de racismo e preconceito social interferem quanto à busca de emprego

formal pelos jovens, devido às experiências negativas que passaram, que, assim como Dvouletý *et al.* (2018) fez referência à experiência do desemprego, podem ter deixado cicatrizes nos jovens.

5.1.3 Antecedentes familiares

A **influência dos pais** é um tópico altamente estudado na área de trabalho por conta própria. A maioria dos estudos sugere que ter pais com experiência de trabalho independente é um preditor crítico da decisão de seguir a mesma carreira (SIMÕES; CRESPO; MOREIRA, 2016). De acordo com Dvouletý *et al.* (2018), filhos de pais empreendedores obtêm uma visualização realista de como é trabalhar por conta própria e têm a oportunidade de aprender com seus pais. Além disso, valores e características empresariais, como tolerância ao risco, são transmitidos dos pais para os filhos.

Esse fato foi identificado na história relatada por Karine, cuja influência da mãe nos seus negócios foi fundamental:

Foi, porque assim, como minha mãe tinha um reforço e eu já ajudava, aí ela tinha meio que um legadozinho aqui na rua. Tipo, por exemplo, se eu colocasse um reforço, as pessoas confiaram em mim para ensinar os filhos? Por influência de minha mãe. Então minha mãe começou a trabalhar no centro, eu já era de maior, então assim eu já podia né, ensinar e foi quando eu tava desempregada não tinha nada. (KARINE)

Eu saía com minha mãe para vender, eu cobrava dinheiro, eu postava foto no Instagram e servia de modelo. (KARINE)

Karine ajudava a mãe quando era adolescente, tanto nas atividades de reforço escolar, quanto nas vendas de roupas. Isso fez com que ela adquirisse experiência, aprendesse o ofício e foi um fator facilitador, quando ela resolveu abrir o reforço sozinha para obter renda, o mesmo ocorreu quando ela resolveu abrir a loja. Karine deixa bem claro a influência que sua mãe teve nos seus negócios:

Assim, a minha maior influência foi minha mãe, né? Que como você vê, né? Eu peguei, eu herdei muito isso dela, porque ela sempre foi guerreira, sempre buscou as coisas dela, desde pequena. Aí foi quando eu decidi botar o reforço, e como minha mãe já tinha influência, o povo já conhecia minha mãe porque minha sempre ensinou aqui né? Aí isso ajudou bastante, aí foi quando eu decidi colocar o reforço. (KARINE)

Quanto ao pai de Karine, a influência foi no sentido de incentivá-la a ser determinada, a ir em busca dos seus objetivos:

[...] meu pai porque ele sempre me educou para buscar o que é meu, o que eu quero, entendeu? Da minha vida, ele sempre “se você quer isso, vá atrás porque você não vai ter, assim, de mão beijada”. (KARINE)

Segundo Simões, Crespo e Moreira (2016), o impacto dos pais pode ocorrer por meio de cinco canais principais: (1) transferência de capital humano geral, ou seja, habilidades gerenciais, conhecimentos, valores e atitudes necessárias para um bom desempenho como trabalhadores independentes; (2) transferência de capital humano específico, ou seja, conhecimento sobre ocupações / empresas e contatos dos pais; (3) condições financeiras, isto é, acesso à riqueza ou renda, minimizando as restrições do mercado de capitais e agindo como rede de segurança em caso de condições adversas inesperadas dos negócios; (4) herança dos negócios dos pais; e (5) exposição a modelos parentais.

Dos canais mencionados, a transferência do capital humano geral e específico pode ser observada na história de Karine por meio da mãe que, além de ter-lhe transferido habilidades, serviu de modelo de negócio para a filha e ainda a ajudou inicialmente com a influência dos seus contatos, como descrito:

Aí foi quando eu decidi botar o reforço, e como minha mãe já tinha influência, o povo já conhecia minha mãe porque minha sempre ensinou aqui né? Aí isso ajudou bastante, aí foi quando eu decidir colocar o reforço. (KARINE)

Analisando os relatos de Karine, percebe-se o quanto seus pais influenciaram para ela ter atingido tal estágio da vida, tanto nos rumos dos negócios quanto na educação. Ela foi a única entrevistada que conviveu com a família, composta de pai, mãe e irmã, presentes, em casa. No ano passado, os pais se separaram e esse fato a abalou muito, conforme ela relatou o sobre o episódio:

Foi bem conturbado porque assim, pra quem sempre foi criado desde pequena com os pais juntos, aí ver os pais separados é muito complicado, ainda mais eu que fui muito criada, família, sabe? Família sempre foi a minha base de tudo. (KARINE)

Apesar da separação, Karine continua mantendo uma boa relação com o pai, que saiu de casa, e aparentemente o abalo sobre a notícia foi momentâneo, depois ela seguiu com suas atividades normalmente.

Se para os jovens, os pais são os modelos mais importantes em relação às escolhas de carreira, conforme dito por Simões, Crespo e Moreira (2016), essa realidade não se enquadra na vida dos demais jovens entrevistados. Exceto Karine, os outros quatro jovens tiveram uma formação familiar monoparental na qual a chefia da família ficava a cargo apenas da mãe, ou pai, ou avós ou tia. Vale salientar que alguns tiveram contato muito reduzido com a figura paterna. Assim, outras figuras familiares lhes serviram de modelo, de inspiração para atuarem no mercado de trabalho.

Lívia foi praticamente criada pelos avós. Sua mãe a deixou na casa dos avós, quando ela era criança, e seu pai sempre foi distante. Hoje a mãe dela trabalha para ela na doceria, mas a sua referência de vida foi seu avô, que é falecido.

Hoje em dia a gente [em relação ao pai] não tem muito contato não, mas sempre a gente se fala assim, sabe? Mas ela não faz parte da minha vida assim em relação ao empreendedorismo não, nunca me ajudou em nada. (LÍVIA)

Meu avô foi perfeito pra mim. Aí eu tinha assim, tipo sabe? A obrigação de dar orgulho a ele. [...] Eu queria mostrar a ele que eu iria ser alguém na vida, que ele ia se orgulhar de mim. (LÍVIA)

A relação que Lívia tem com o seu avô, que ela considera como pai, é no sentido de dar-lhe orgulho, porque quando ela iniciou seus negócios ele já havia falecido.

Já Larissa, faz muita referência ao pai, que é falecido. Embora ela more atualmente com a mãe, sua fonte de inspiração é o pai. É dele que ela sempre lembra, principalmente quando está em algum momento complicado e foi com ele que ela ia vender bala, quando criança, nos semáforos da Orla de Atalaia em Aracaju. Essa aproximação se deve ao fato dela e dos seus irmãos terem morando somente com ele, quando a mãe fugiu para Salvador, após ter baleado a amante do pai. A respeito do pai, ela sempre faz boas referências:

Quando ele morreu eu fiquei, tipo, sem chão né? Eu era a mais velha, ele sempre me dava conselho sobre estudar, se formar, sobre que eu tinha que ser uma mulher, tinha que trabalhar, olhar para os meus irmãos mais novo, que era nós seis contra o mundo, e que era pra me dar do bom e do melhor pra eles, né? Mesmo que passasse por toda dificuldade, na hora não pensei nisso, só pensei: caramba! Eu perdi meu pai, era a única pessoa que me dava conselho, que eu amo muito a minha mãe, tudo, mas acho que ela não tava pronta pra ser mãe, sabe? Porque ela não sabe dar um conselho, não sabe

chegar pra conversar, não sabe chegar para discutir, não sabe dizer o que tá errado o que não tá, e ele sabia tudo isso, e ela tipo, não sabia fazer isso, sabe? (LARISSA)

Quando o pai de Larissa morreu, ela já morava com a mãe, os irmãos e o padrasto, com o qual ela não tem uma boa convivência e já foi, inclusive, agredida fisicamente por ele. Larissa sempre contou com o apoio da avó paterna, que foi a principal incentivadora dela para aprender a fazer as tranças, uma tradição familiar:

E daí pronto, minha avó sempre falava, vocês têm que aprender a fazer as tranças, sua mãe sabe fazer, seu pai sabia fazer, sua prima sabe fazer por que você não procura isso como um ganho de vida? (LARISSA)

Desse modo, percebe-se que Larissa sofreu influência do pai no sentido de incentivá-la a estudar, trabalhar e buscar seus objetivos, enquanto a avó a incentivou a fazer as tranças, a empreender.

Pedro, ao contrário, não teve contato com o pai. Sua referência é sua mãe que fugiu das agressões do marido, com os quatro filhos, para tentar uma vida melhor em Aracaju. A influência dela nos seus negócios está relacionada ao sentimento de gratidão e orgulho que ele quer lhe dar:

Eu quero fazer o que minha mãe sempre achava que eu tinha capacidade pra fazer, dar uma condição melhor a uma futura família, ela sempre falava que eu era o orgulho dela e eu quero ser até mais do que ela pensa que eu poderia ser e eu tô conseguindo graças a barbearia, graças ao empreendimento. (PEDRO)

Foi a mãe de Pedro que sempre o ajudou e lhe serviu como referência, mesmo não sendo diretamente nos seus negócios, mas como exemplo de luta e proteção aos filhos.

Quanto à Bianca, sua relação com o trabalho por conta própria nada tem a ver com seus pais. Ela teve contato com eles até os seis anos de idade, ainda assim, em situação de vulnerabilidade, visto que eles eram alcoólatras, viciados em drogas e moravam nas ruas de Aracaju com a filha. A mãe de Bianca chegou a se prostituir na presença da filha, cena que ela se recorda até hoje. Sobre a relação com seus pais, Bianca não tem boas lembranças:

Minha mãe bebia muito, muito, de verdade. A minha mãe bebia gasolina, se dessem a ela, ela bebia. Ela bebia acetona, ela ia na casa das pessoas, meu pai também era um alcoólatra, drogado, os dois. Vivi muito tempo na rua com eles, muito tempo mesmo, de verdade. (BIANCA)

Aí minha mãe fazia programa, eu tenho várias imagens da minha mãe com vários homens na minha cabeça. (BIANCA)

A mãe de Bianca faleceu quando ela era criança, em decorrência de complicações com álcool e drogas; e o pai dela ficou internado numa clínica de reabilitação por vários anos. Eles se reencontraram, quando ela tinha 15 anos e, atualmente, quase não se veem. A pessoa da família a quem Bianca tem referência familiar é a sua tia, irmã da sua mãe. Foi ela quem a tirou do orfanato, quando ela tinha oito anos de idade, a registrou e a criou como filha.

Depois que eu saí da rua, e graças a Deus e a minha tia, eu tive de tudo, tive escola, tive tudo, tive uma vida boa. Depois disso tudo, eu tive uma vida boa. Minha tia me adotou eu acho que eu tinha uns 8 anos de idade, por aí [...]. (BIANCA)

Mesmo com todo o apoio da tia, Bianca não considera que ela tenha influenciado seus negócios. Ela considera como apoiador e incentivador o seu atual companheiro, como foi relatado na subseção anterior.

Diante dos relatos dos jovens em relação ao **modelo dos pais** como referência do trabalho por conta própria, percebe-se que não se aplica aos entrevistados, com exceção de Karine.

5.1.4 Capital humano

No tocante ao capital humano, Fleming (2017) considera que existe um lado sombrio desse conceito. De acordo com o autor, os teóricos que defendem essa teoria sugerem que os indivíduos – seu estoque de habilidades, conhecimentos, educação e até atributos pessoais – também possam ser considerados como capital, assim como os equipamentos, patrimônios etc; e como as organizações e sociedades podem desenvolver habilidades, inovação e segurança econômica por meio dele. A teoria do capital humano teve grande influência nos formuladores de políticas, governos e outros poderosos tomadores de decisão, o que ajudou a crescente individualização do trabalho, tornando o capitalista humano individual inteiramente responsável por seu destino econômico

Já na percepção de Costa (2009), o capital humano diz respeito às competências e aptidões do indivíduo, independentemente da classe social a que ele pertence. Segundo o autor, significa mais do que isso, esse mesmo indivíduo é induzido a entreter consigo e com os outros,

numa relação na qual ele se reconhece e aos outros como microempresa. Nessa condição, vê-se como uma entidade que funciona sob a necessidade de fazer investimentos permanentes em si ou que retornem em seu benefício, para a produção de fluxo de renda.

Para Simões, Crespo e Moreira, (2016), a influência da **educação** no trabalho por conta própria está longe de ser conclusiva. Na esfera teórica, vários argumentos opostos podem ser chamados à discussão. Simões, Crespo e Moreira, (2016) defendem que indivíduos com maior nível educacional: (1) têm melhores oportunidades de emprego no setor de salários; (2) são, em média, mais capazes de identificar oportunidades de trabalho autônomo; e (3) pode ter maior capacidade gerencial, uma condição prévia crítica para ter sucesso em ocupações por conta própria.

No quesito **educação**, apenas Karine seguiu os estudos e fez faculdade, os demais desistiram dos estudos por diversos motivos. Karine sempre foi estudiosa e seus pais sempre lhe cobraram bons resultados nos estudos, com efeito, ela passou no vestibular de fisioterapia numa faculdade particular.

Assim, como eu disse, eu sempre estudei, sempre gostei de estudar, sempre fui focada, porque na minha família ninguém tem o ensino superior, mal tem o ensino médio. Então assim, eu sou a única da minha família que tem o ensino superior. Aí eu sempre quis isso e como meus pais se sacrificaram tanto por mim eles mereciam eu dar isso pra eles né? (KARINE)

Lívia afirmou que desistiu de ir à escola depois de uma greve, para se dedicar integralmente ao trabalho. Como estava complicado conciliar estudos e trabalho, ela priorizou o trabalho porque, segundo ela, era mais vantajoso.

Quando deu greve, eu falei, colégio público, só da greve, nem venho mais. Aí pronto, comecei a focar só no meu trabalho. Parei de ir para o colégio no primeiro ano, já tava no final de ano. Foi, desistir mesmo, eu desisti! Foi loucura. Tem dois anos, foi no ano que eu comecei. [...] é isso que eu quero, eu quero empreender e sinceramente eu prefiro empreender, trabalhar pra mim do que estar estudando um tempão, nada contra quem estuda. (LÍVIA)

Já Larissa teve seus estudos comprometidos por conta de conflitos familiares. Seus pais disputavam a guarda dos filhos, ela passou a não ter residência fixa e isso interferiu na frequência dela na escola.

A gente começou a ir pra casa dele e ele dizia que a gente não ia mais voltar, que queria ele com a gente, a gente era a vida dele e que não queria se afastar, sem a gente ele não era nada, e daí a gente ficou anos sem estudar, a gente

perdia, tipo, escola, porque ele não queria que a minha mãe fosse na escola buscar a gente, e ficou nessa, a gente ficou se mudando de casa toda hora. (LARISSA)

Pedro, apesar de ter sido um aluno dedicado, desistiu de estudar no terceiro ano do ensino médio e se dedicou integralmente ao trabalho.

Cheguei no ensino médio, eu já ia terminar, terminar o ensino médio, no terceiro ano, até que tive uma infecção no rosto, assim no segundo mês de aula, nasceu um caroço no meu rosto, aí ficou muito inchado o rosto, aí começou a nascer outros, outros, meu rosto ficou cheio de caroço assim [...] eu não tinha nem autoestima para sair, de casa, imagine para ir para escola, aí fiquei sem ir para a escola. (PEDRO)

No caso de Bianca, mesmo com todo o suporte dado pela tia, ela não gostava de estudar, motivo pelo qual reprovou por alguns anos e fez uma prova para concluir o ensino médio de forma acelerada.

[...] sempre odiei estudar, não vou mentir. Eu dei muito trabalho a minha tia, de verdade, muito trabalho, eu amava ficar na rua, não suportava estudar, minha tia pegava muito no meu pé para eu estudar, sempre pagou escola particular só que como eu comecei a reprovar demais, ela parou de pagar escola particular pra mim. (BIANCA)

Pelos relatos dos jovens, fica evidente que todos eles começaram a trabalhar por conta própria sem antes ter concluído um nível superior. Karine, única jovem que estuda, ainda concilia trabalho com a faculdade, outros sequer concluíram o ensino médio. Nesse sentido, Bulgacov *et al.* (2011) alertam que não se pode analisar o jovem empreendedor como um grupo homogêneo. Há pelo menos dois grupos de jovens que desenvolvem atividade empreendedora. De um lado, os que saem da escola antes de concluir o ensino médio e começam a trabalhar precocemente; e de outro, os jovens que terminam os cursos superiores e que buscam obter maior independência ou aumento da renda, por meio da atividade que mais se caracteriza como empreendedora.

Quando analisada a relação da **educação** com a informalidade, Temkin (2009) aponta que um número crescente de indivíduos é forçado, devido à baixa posição na estrutura socioeconômica e aos baixos níveis de capital humano, a assumir empregos informais de baixos salários. Bulgacov *et al.* (2011) acrescentam que muitos jovens abandonam os estudos para trabalhar e angariar renda para seu próprio sustento, às vezes, até o da família; para tanto, recorrem ao autoempreendedorismo por não conseguirem inserção no mercado de trabalho,

devido à baixa escolaridade. Fato esse verificado nas histórias de Livia, Larissa, Pedro e Bianca que tentaram a inserção no mercado de trabalho, mas não obtiveram sucesso.

Nesse aspecto, Bulgacov *et al.* (2011) ressaltam que o baixo nível de escolaridade dos jovens empreendedores reflete muito sobre a possibilidade de sucesso do empreendimento. Essa condição socioeconômica limita a possibilidade do jovem de crescimento pessoal e do seu negócio. Entretanto, apesar das oscilações, observa-se uma pequena tendência de melhoria na formação dos jovens empreendedores, especialmente em relação à educação superior. O jovem universitário, diante da escassez de trabalho formal, abre seu negócio em serviços especializados, tais como apoio jurídico, contabilidade, informática etc. (BULGACOV *et al.*, 2011).

Quando questionados sobre suas habilidades de gestão dos seus negócios, a maioria relatou que tem dificuldades, principalmente relacionadas à questão financeira.

Eu não sou a melhor pessoa para administração. Sabe? Não sou melhor a pessoa para administração, mas assim, eu tô sempre anotando, entrada e saída. [...] eu sinto que eu tenho mais dificuldade nisso, de questão de planilhas, essas coisas, mas eu estudo para ver se eu melhora, melhora cada dia mais. (LÍVIA)

Eu sou péssima, é porque minha irmã me ajuda muito, eu sou muito ruim em matemática, então fico tipo, caramba velho, eu fico com a cabeça, aí minha mãe e minha irmã fica é assim, é assim. (LARISSA)

Eu tenho dificuldade de administração assim, por isso que eu queria, por exemplo, fazer uma faculdade, acho que hoje eu faria de administração, entendeu? Para administrar a barbearia, para administrar meu tempo, entendeu? (PEDRO)

Sobre esse despreparo relatado pelos jovens, Furtado (2003) adverte que nem todo jovem desempregado é potencialmente um empreendedor. Para tanto, existem os programas de capacitação para jovens empreendedores que precisam considerar as condições da capacidade dos jovens que neles se inscrevem, tais como recursos financeiros para investimentos em capital fixo e de giro, bem como o mínimo de conhecimento de como funciona o mercado e as técnicas básicas de gestão de um empreendimento, caso contrário, está fadado ao fracasso.

Quanto ao capital humano relacionado à **experiência**, Simões, Crespo e Moreira (2016) enfatizam que os indivíduos aprendem com experiências anteriores, tornando a experiência um componente crítico do capital humano. Os autores relatam que há consenso na literatura relativo ao impacto da experiência como fator na entrada no trabalho por conta própria. Esse fato pode

ser observado nas histórias de Karine, que já tinha experiência do reforço e das vendas, quando auxiliava sua mãe; e na de Pedro, que cortava o cabelo dos irmãos antes de abrir sua barbearia.

5.1.5 Circunstâncias econômicas e de mercado de trabalho

O Brasil é um dos países que mais possui desigualdade de renda, onde grande parte das famílias possui baixa renda familiar, baixo nível de escolaridade e baixa capacidade de investimento. Diante dos problemas políticos e econômicos que o país vem enfrentando, as oportunidades de emprego estão cada vez mais escassas e, para os jovens, esse cenário é ainda mais complexo. Essas características socioeconômicas impedem que eles se dediquem especialmente à sua atividade de formação, tendo de buscar no mercado de trabalho alternativas para sua sobrevivência e de sua família. Num contexto de crise econômica, os jovens são os mais afetados pelo desemprego, precarização e informalidade, ampliando-se ainda mais a desigualdade no acesso à geração de renda e emprego (BULGACOV *et al.*, 2011; SILVA; COSTA, 2019; SANTOS; KERN, 2019).

No que diz respeito à situação socioeconômica dos jovens entrevistados, todos demonstraram ser de classe social baixa, tanto pelos relatos de dificuldades financeiras, quanto pela observação da pesquisadora em relação à moradia deles. Larissa e Pedro moram em casas simples no bairro Santa Maria, localizado na periferia de Aracaju. Bianca, apesar de morar no bairro Atalaia, considerado nobre na cidade, reside numa casa simples também. Quanto à Livia, a pesquisadora não teve acesso à sua casa, porém, o seu ponto comercial, localizado no bairro Luzia, é pequeno e simples. Já Karine, que mora no bairro Aeroporto, reside numa casa um pouco maior e com mais estrutura. De qualquer modo, todos eles recorreram ao trabalho informal por conta própria como uma fonte de renda.

Como exceção de Karine, que não procurou emprego formal, os demais relataram suas experiências com o mercado de trabalho ou as tentativas de se ingressarem nele:

Aí quando eu fiz 16 anos certinho, eu comecei a entregar currículo loucamente. Entregava, entregava, entregava, uma ruma de currículo nos lugares para ver se alguém me admitia, e nada [...]. Nenhum lugar chamava! Aí fui chamada uma vez para uma entrevista de emprego num escritório de advocacia. Foi o dia mais feliz da minha vida, eu fiquei pulando, radiante [...] finalmente vou trabalhar. [...] Aí fui para essa entrevista de emprego, quando eu cheguei lá eu me decepcionei muito, porque era muito difícil e eles queriam pessoas com experiência e tipo, eu já tinha a expectativa que eu ia ficar no emprego, né? Aí pronto, eu fiquei super triste. (LÍVIA)

Aí eu tinha duas opções: ou trabalhava no centro, ou trabalhava no reforço. Porque não tinha mais opções, né? Aí eu não queria trabalhar no centro porque eu não iria conseguir conciliar a faculdade com o trabalhar de manhã até a noite, né? (KARINE)

Enquanto que eu não consigo um trabalho, não consigo algo fixo, eu vou fazendo o que eu posso. (LARISSA)

Aí eu disse a ele: “olhe, eu realmente vou investir na confeitaria porque não tem condições da gente continuar assim, eu sem trabalho, você sem trabalho não é fácil conseguir trabalho e tá muito difícil pra gente.” (BIANCA)

Diante dos relatos, percebe-se que o fator econômico influenciou a escolha dos jovens por empreender. Existiam dificuldades para ingressar no mercado de trabalho formal e a necessidade de renda por parte desses entrevistados. Sobre esse aspecto, Dvouletý *et al.* (2018) observam que o empreendedorismo por necessidade é mais comum entre os que estavam anteriormente desempregados e que os fatores relacionados ao empreendedorismo por necessidade aumentam significativamente a probabilidade de alguém com experiência e desempregado recorrer ao trabalho por conta própria. Nesse sentido, o autor reforça que o empreendedorismo é frequentemente defendido como uma saída potencial para o desemprego, em geral, e o desemprego juvenil em particular.

No ano de 2020, período em que foi iniciada a pesquisa, a pandemia do Coronavírus agravou ainda mais a situação econômica do mundo inteiro, principalmente para os trabalhadores informais. O mundo do trabalho vem sendo duramente afetado, seja com a perda de emprego e renda, devido à necessidade do isolamento social; ou com a exposição a situações de risco de contágio. Trabalhadores de todo o planeta sofrem os efeitos da COVID-19, das políticas restritivas e da retração econômica (SILVA, 2020).

Questionados sobre os efeitos da COVID-19 nos seus empreendimentos, todos relataram dificuldade no início, mas, em seguida, perceberam a oportunidade de explorarem outras formas de vender seus produtos, por meio das vendas *online* pela rede social *Instagram* e fazendo a entrega por meio do serviço de *delivery*.

E... aí quando entrou a pandemia, eu falei: o que que eu vou fazer agora? Não posso ir pra rua, eu tenho asma, então eu ficava com muito medo, né? Por conta do Covid, aí eu passei uma semana sem trabalhar, tipo na rua e só dependendo do meu marido. [...] Isso, depois da pandemia, porque eu não tinha tanta acessibilidade ao *Instagram* como eu tenho hoje. Eu não aparecia nos *stories*, aparecia de vez em quando assim, sabe? Foi através do *Instagram* que eu aumentei minhas vendas. (LÍVIA)

Olha, a pandemia para a loja ela influenciou de forma positiva, porque eu digo direto que a pandemia foi o auge da minha loja, vendi bastante. Pra você ter noção, vendi bastante, como eu não precisava viajar pra mercadoria vir pra cá, eu não gastava tanto quanto eu iria gastar se eu tivesse que ir pra lá. Agora no reforço ela influenciou de forma negativa porque eu perdi os alunos, né, na pandemia. Então, prejudicou um pouco. (KARINE)

A pandemia prejudicou, e depois de prejudicar, ela ajudou, porque quando começou, a gente teve que parar de vender na rua, porque como tudo fechou, não tinha mais como vender na rua, aí foi que eu tive realmente que começar a investir no *Instagram*, para minhas vendas serem por *Instagram*. Mas assim, as pessoas ficavam muito balançadas, porque tinham medo de infecção e tudo, e além disso, eu tive que aprender a mostrar às pessoas a higiene, quer era, como ia, como ia embalado, ou como era feito, eu tive que fazer as pessoas verem aquilo. (BIANCA)

Além do novo formato de vendas *online*, as entrevistadas que trabalham com comercialização de produtos tiveram também que se adaptar aos protocolos de combate ao Covid para passar segurança à clientela, como relatou Bianca. E no caso de Pedro, que trabalha com prestação de serviços, a retomada dos trabalhos demorou mais um pouco, mas também seguindo os protocolos e contando com a colaboração dos clientes:

Aí veio a pandemia pesada, aí já caiu, já desanimei, só que aí passou alguns meses, eu voltei para a barbearia, aí quando eu voltei para a barbearia começou a dar certo, porque as pessoas acho, foram educadas, com a pandemia, foram educadas de usar máscara, álcool em gel e tal, aí começaram a vir as pessoas e cada vez melhorando mais. (PEDRO)

Numa situação de crise econômica como a provocada pela pandemia, os trabalhadores informais são os mais vulneráveis aos seus efeitos. Para Silva (2020), mesmo com a concessão pelo Governo Federal Brasileiro do auxílio emergencial, no valor de R\$ 600,00, para os mais pobres, que se configura como um alento, ainda está longe de resolver o problema da redução súbita na renda dos trabalhadores.

Em relação ao auxílio emergencial, todos os jovens entrevistados tiveram direito ao recebimento e declararam que usaram o valor recebido para investir nos seus empreendimentos:

Aí gente aproveitou o auxílio para começar, vamos aproveitar o auxílio para começar, aí a gente começou. (LÍVIA)

Aí foi quando eu fui pegando, investindo um pouco, sabe? Comecei esse do auxílio, aí digamos, o dinheiro do auxílio, eu comecei a investir pegando roupa, aí pronto. (KARINE)

Então, não tinha nem ideia né? Porque primeiro foi com o auxílio, só que eu não tinha ideia do que começar, eu sabia que eu tinha que começar, porque esse dinheiro uma hora ia acabar e eu não ia só viver de trança porque é desvalorizado, então, eu pensei, eu tenho que procurar algo que eu goste, algo que eu consiga vender. (LARISSA)

Eu comprei algumas máquinas e deixei desse jeito aqui. Porque não tinha nada, era tudo branco, entendeu? Não tinha cadeira, não tinha nada. (PEDRO)

É, eu acho que nos três primeiros meses eu só fui em coisa de confeitaria, comprei tudo o que eu precisava e depois disso eu parei de usar o dinheiro do auxílio e eu comecei a comprar coisa de dentro de casa, pagar contas dentro de casa também me ajudou bastante, mas no começo foi só pra coisa de confeitaria que me ajudou muito o dinheiro do auxílio pude investir em coisas que eu não tinha, foi muito importante. (BIANCA)

Todos já tinham seus empreendimentos antes da pandemia, mas o que pode ser percebido é que houve um impulsionamento nos negócios por meio do auxílio emergencial. Nos casos de Karine e Larissa, elas até arriscaram investir num ramo novo com o valor que receberam.

5.1.6 Alcance das políticas públicas de formalização

Para Martins *et al.* (2020), em economias em desenvolvimento, uma parcela significativa de trabalhadores exerce suas atividades de maneira informal ou recebe salários por meios informais. Desse modo, o empreendedorismo se fortalece como solução para os problemas sociais, tais como o desemprego e a informalidade (OLIVEIRA; CASTRO; SANTOS, 2017).

Diante dessa realidade, o Brasil, assim como muitos outros países, tem desenvolvido recentemente políticas públicas de incentivo ao autoempreendedorismo (ROSENFELD, 2018). Em 2008, a Lei Complementar nº 128/2008 alterou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar nº 123/2006) e criou a figura do Microempreendedor Individual (MEI).

Ao serem questionados sobre trabalharem na informalidade e se tinham conhecimento sobre o MEI ou o SEBRAE, entidade que objetiva a capacitação e a promoção do desenvolvimento econômico e competitividade de micro e pequenas empresas, estimulando o empreendedorismo no país, os jovens deram os seguintes relatos:

Penso mais lá na frente, mas MEI eu acho que é o suficiente no momento, entendeu? Tudo no seu tempo, acredito. (LÍVIA)

Ultimamente eu tenho tido interesse em tirar o CNPJ, né? [...] mas depois eu vou pesquisar sobre isso. Porque eu vi que quando você tem o CNPJ, né? Você acaba pegando coisas com desconto, né? (KARINE)

Na verdade eu procurei saber, tipo assim, quando eu tava vendo um vídeo, que isso é mais quando é loja física, né? Loja física precisa de alguma coisa de governo. [...] Rapaz, eu fico meio assim né, eu tipo, não procuro muito isso, sabe? Que eu acho que eu ainda não fui adiante, não sei se vai, não sei se não vai, porque eu posso tá segura de mim que pode dar certo, mas pode dar errado, entendeu? Então por isso que eu não tô profissionalizando tudo. (LARISSA)

Cara, eu acho bem amador, tenho o pensamento de mudar, com o tempo, entendeu? Depois dessa pandemia, talvez, começar a pagar o INSS e ver esses negócios de contratar pessoas, e carteira lá para o futuro, entendeu? Eu acho bem amador, sabe? (PEDRO)

Então, isso não é um problema agora porque eu acho que assim, é complicado, porque se um dia eu precisar de alguma coisa, né? Tipo assim, se eu quiser ir mais acima eu tenho que ter algum documento, eu tenho que ter CNPJ né, eu acho e eu tenho que ter, principalmente se eu quiser ter uma loja de confeitaria. Agora isso não é problema pra mim, mas futuramente acho que viria a ser. (BIANCA)

No geral, todos desconhecem as políticas de formalização do governo. Alguns já ouviram falar do MEI, mas não sabem ao certo como funciona. Nenhum deles procurou informações junto ao SEBRAE e a maioria associa formalização com loja física. No atual momento, eles não demonstraram interesse em formalizar.

Essas informações reforçam os dados do SEBRAE ao informar que, apesar das políticas públicas implementadas no Brasil para incentivo ao empreendedorismo e ao autoempreendedorismo na perspectiva de reverter o quadro da informalidade, ainda é alta a proporção de pequenos negócios sem registro formal, apesar da melhora dos últimos anos. Boa parte dos pequenos negócios nos país é informal, 71% dos donos dos negócios (empregadores e trabalhadores por conta própria) não estão inscritos no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e não contribuem para o sistema previdenciário, de acordo com os dados do SEBRAE (2019).

Em Aracaju, foi instituída a Rede Nacional para Simplificação do registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM), o Agiliza Sergipe, um portal de serviços em parceria com a prefeitura de Aracaju, Receita Federal e a Junta Comercial de Sergipe. Essas medidas, de acordo com Lima *et al.* (2020), trouxeram uma redução no excesso dos procedimentos burocráticos, quanto ao processo de abertura das micro e pequenas empresas e empresas. No entanto, os jovens entrevistados desconhecem esses serviços que são oferecidos.

Tendo em vista os aspectos observados, percebe-se que as políticas públicas para formalização não alcançaram os jovens em questão, o que, segundo Oliveira, Castro e Santos (2017), evidencia políticas públicas frágeis. Gondim, Rosa e Pimenta (2018) acrescentam que a legislação que institui a formalização do MEI não deve ser vista como suficiente, por si só, para resolver ou amenizar os problemas decorrentes da informalidade ou escassez de empregos formais e, sim, como uma política de longo prazo com a apresentação de instrumentos para fomentar o empreendedorismo, a desburocratização do processo de formalização, a promoção da inclusão social e econômica de pessoas e negócios.

5.2 CONDIÇÕES DO TRABALHO AUTOEMPREENDEDOR

Para Rosenfield (2015), o autoempreendedorismo é uma das formas emergentes de inserção pelo trabalho de modo individual, que substitui uma relação de emprego. O trabalho assalariado é substituído pelo trabalho autônomo e a relação empregado-empregador é substituída pela relação entre o trabalhador autônomo e o(os) demandantes do trabalho. A relação de independência e salário passa a ser de articulação ao invés de oposição.

Como resultado, o autoempreendedorismo e o empreendedorismo de pequeno porte podem significar formas dignas e criativas de inserção por meio do trabalho, bem como formas de flexibilização e precarização laboral (ROSENFELD, 2015). Desse modo, essa categoria de análise tem por objetivo averiguar a percepção dos jovens quanto às condições do trabalho autoempreendedor, observando os seguintes elementos: **autonomia, independência, liberdade da subordinação do emprego remunerado, precariedade, perda do apoio social, enfraquecimento de formas de ação coletiva**. Assim, foi questionado aos jovens entrevistados qual a percepção deles em relação ao trabalho autoempreendedor, de modo que eles indicassem os pontos positivos e negativos de tal atividade, cujas análises das respostas seguem nas próximas subseções.

5.2.1 Autonomia

Segundo Rosenfield (2018), no contexto neoliberal, os indivíduos administram a si mesmo, incorporando a lógica do capital em suas próprias vidas. Os trabalhadores transformam-se em empresários autônomos, encarregados de seu próprio destino.

O discurso propagado é o de total controle sobre si e seus negócios, no qual o trabalhador deve perceber-se como valorizado em sua autonomia para tomar decisões sobre seu próprio processo de trabalho (ROSENFELD, 2015). Em relação aos jovens, para Simões, Crespo e Moreira (2016), a promoção do empreendedorismo constitui um elemento importante quanto à autonomia, desenvolvimento pessoal e bem-estar dos jovens, emergindo como uma possível solução a ser defendida pelos formuladores de políticas por meio de incentivos adequados e necessários.

Quando questionados sobre as vantagens do trabalho autoempregado, houve unanimidade quanto ao quesito da **autonomia**:

A vantagem é que faço o meu horário, tenho meu próprio dinheiro, trabalho o dia que eu quero, vendo quando eu quero. (LÍVIA)

Você que monta seu horário, você pode trabalhar em qualquer lugar, basta você ter um celular, ter produtos, postar fotos, você trabalha em qualquer lugar. Deixa eu ver o que mais, ah, acho que você é seu próprio chefe, você... ninguém vai te despedir no final do mês, você vai receber seu salário certinho, ninguém vai poder tirar nada de você. (KARINE)

A vantagem é que você fica com todo o lucro pra você, você não depende de outras pessoas pra isso, é, vantagem é que você pode abrir a hora que quiser, na hora que quiser não, tem horário, mas caso você fique doente, você não precisa justificar a ninguém que tá doente, você só fecha a barbearia, no outro dia se alguém perguntar por que não abriu ontem, você fala, não, tava doente ou tava ocupado, tive que fazer isso, entendeu? Só. Essa é a vantagem e é muito bom isso, até porque eu trabalho em casa, não preciso de ir em nenhum lugar, não preciso pegar ônibus para chegar no meu trabalho. (PEDRO)

Vantagens é que você é seu patrão, você é seu funcionário, você que decide seus dias de folga, você que decide a hora que você vai fazer, a hora que você vai parar, você que controla seu próprio trabalho, isso é bom, isso é uma vantagem muito grande pelo menos pra mim, vantagem muito grande. Você tem controle sobre sua logomarca, sobre seus padrões, de *instagram*, tipo assim, porque pra mim é importante sobre seus padrões de organização, isso pra mim é vantagem. (BIANCA)

Essa percepção dos jovens reforça o pensamento de Oliveira, Moita e Aquino (2016) ao defenderem que a independência/autonomia do autoemprego pode representar um refúgio para os trabalhadores que amam a liberdade, um grande passo para o reconhecimento institucional da atividade informal, um avanço no sentido da criação de uma empresa e uma atividade econômica, com acesso a posições, de acordo com as expectativas e aspirações individuais, e com mais valor socialmente.

5.2.2 Independência

O autoempreendedor é o trabalhador que se torna seu próprio capitalista, o “empreendedor de si”, que é totalmente responsável por suas escolhas conceituadas, como investimentos em educação, migração, saúde etc., com a consequência lógica de que a responsabilidade é puramente individual, ou seja, os que não obtêm sucesso, não tem a quem culpar (KRAMER, 2017).

Sobre o aspecto da independência financeira, a maioria dos entrevistados destacou o desejo de se tornarem independentes e apontou como um dos principais motivos para a escolha da atividade empreendedora:

E eu sempre corro atrás pra ter minha independência financeira para não depender de ninguém, sabe? (LÍVIA)

Aí eu fui crescendo, sempre responsável, aí foi quando eu comecei com o reforço porque eu não queria depender dos meus pais, sempre quis, tipo, ser sustentada por mim, ter minha independência. (KARINE)

Eu sempre quis ser independente, tipo trabalhar pra mim mesmo, ganhar meu próprio dinheiro e não depender de ninguém na verdade. (PEDRO)

Levratto e Serverin (2015) alertam para o risco profissional que o trabalhador independente está em relação a um trabalhador assalariado que exerce a mesma atividade. Em certos setores, a promessa de independência dada a empreendedores individuais equivale a uma simples mudança de risco do empregador para o trabalhador, mas não traz consigo nenhuma garantia de autonomia gerencial. Embora essa independência acarrete mais responsabilidades e não necessariamente signifique segurança para o trabalhador, os autoempreendedores entrevistados não demonstraram preocupação com risco, pois somente enfatizaram o aspecto positivo de serem independentes.

5.2.3 Liberdade da subordinação do emprego remunerado

Segundo Rosenfield (2015), o autoempreendedorismo substitui uma relação de emprego. O trabalho assalariado é substituído pelo trabalho autônomo e a relação empregado-empregador é substituída pela relação entre o trabalhador autônomo e o(os) demandantes do trabalho. A relação de independência e salário passar a ser de articulação ao invés de oposição.

O fato de não estar subordinado a um patrão ou a um chefe também foi apontado como decisivo na escolha de trabalhar por conta própria. Alguns demonstram ter total aversão à ideia de ser subordinado a alguém:

Porque eu nunca nasci para trabalhar pros outros. Tenho isso pra mim, não gosto de trabalhar pros outros. (KARINE)

Eu não quero trabalhar pra ninguém, eu quero trabalhar pra mim, eu quero fazer o meu, entendeu? Mesmo que for pra ganhar mais em outro lugar, não vou de jeito nenhum, eu quero trabalhar pra mim. (PEDRO)

Quanto mais eu pensava, “meu Deus, se eu parar de trabalhar, vou ter que trabalhar para alguém, se eu parar de trabalhar vou ter que trabalhar para alguém”, e quanto mais eu pensava nisso, mais eu ia pra frente. (BIANCA)

O autoempreendedorismo possibilita ganho de autonomia em relação ao patrão, articulada à subordinação ao cliente (seja ele uma empresa ou uma pessoa física), combinando a perspectiva de independência com a autonomia para prover o autossustento (ROSENFELD, 2015; LEVRATTO; SEVERIN, 2015). Mesmo que os autoempreendedores passem a ser subordinados pelos seus clientes, conforme afirmação dos autores, os entrevistados não apontaram esse fator como negativo.

Contrariamente à opinião da maioria, Larissa foi a única que expressou vontade de trabalhar em um emprego formal, com carteira assinada. Ela vê o autoempreendedorismo como uma atividade temporária, até conseguir uma oportunidade no mercado de trabalho formal, conforme relato:

Pra mim isso vai ter um lucro, mas não vai ser o suficiente do que trabalhar de carteira assinada, é? [...] eu penso assim, por enquanto que eu não consigo um trabalho, não consigo algo fixo, eu vou fazendo o que eu posso. (LARISSA)

Esse pensamento de Larissa corrobora a afirmação de Bulgacov *et al.* (2011) ao dizer que as oportunidades de um emprego formal estão cada vez mais limitadas e o autoempreendedorismo representa uma alternativa para os jovens, como uma atividade geradora de renda. Vale salientar que muitos desses jovens tendem a se concentrar na informalidade e em postos sem proteção social (BULGACOV *et al.*, 2011).

5.2.4 Precariedade

O autoempreendedorismo, para Rosenfield (2015), surge como estratégia propícia ao atual contexto de aniquilamento das relações tradicionais de emprego. Pode ter formas criativas, variadas e inovadoras, mas também precárias de inserção nas franjas do mercado de trabalho.

Sobre esse último tipo de empreendedorismo, Oliveira, Mota e Aquino (2016) denominam como aquele em que o indivíduo, em geral, cercado de possibilidades não favoráveis, vê o empreendimento como único ou melhor investimento, apegando-se a essa alternativa como uma possibilidade de obtenção de renda de forma mais favorável ou até mesmo de subsistência. Como visto, exceto a situação de Karine que não procurou emprego, os demais jovens tentaram a inserção no mercado de trabalho formal, no entanto, por experiências negativas ou por falta de oportunidades, buscaram o trabalho por conta própria como fonte de renda. Nessa situação, o empreendedor por necessidade é aquele que passa a empreender por ausência total de possibilidade de absorção no mercado de trabalho, fazendo com que, mesmo como empreendedor, represente um trabalho precário (OLIVEIRA; MOITA; AQUINO, 2016).

Assim, conforme Oliveira, Moita e Aquino (2016), a mudança de condição de trabalho, por meio da qual se esperava autonomia e melhor qualidade de vida, provoca a repetição de alguns padrões de precariedade na rotina dos empreendedores, principalmente no início de suas atividades. Nessa prática, ele é submetido a se tornar empreendedor de si mesmo, um sujeito de multitarefas, cada vez mais hiperativo, cansado, esgotado (SILVA; LIMA, 2019). Nesse aspecto, é possível perceber claramente nas falas dos entrevistados as queixas em relação às excessivas horas de trabalho:

Hoje em dia, eu meio que abdiquei da minha vida social pro meu trabalho, minha vida é meu trabalho. Eu passo 90% da minha vida aqui no meu trabalho só [...] hoje em dia que eu tô me policiando para trabalhar menos porque eu trabalhava de domingo a domingo, não queria nem saber... se deixasse eu ficava de madrugada aqui, só que aqui de madrugada é perigoso né? (LÍVIA)

A gente ia a domicílio, a gente ia na casa delas, entendeu? Ia na casa delas, então a gente sempre voltava meia-noite, às vezes voltava antes, dependendo da hora. (LARISSA)

É tipo assim, que na barbearia eu não tenho tempo pra nada na verdade, né. Eu tô trabalhando de manhã cedinho até de noite, aí fica muito puxado pra mim também. (PEDRO)

Além da carga horária excessiva, observou-se também nos relatos a precarização quanto às condições de trabalho:

Aí eu vendia na rua todo santo dia, exceto aos finais de semana porque eu também não aguentava, ia no sol quente, saía 13h , 14h até umas 5h, 6h da noite aqui na Luzia, na Hermes Fontes mesmo. Saía de estabelecimento em estabelecimento. (LÍVIA)

Tipo, é uma viagem muito desconfortável, sabe? A gente dormia na calçada, pousada é cara lá, entendeu? Aí a gente dormia até na calçada, botava um lençol, um travesseiro, dormia para esperar o shopping abrir, entendeu? Pra gente comprar no *shopping*. (KARINE)

O tanto que a gente passa em pé, trançando as horas, o cansaço, a fome, porque, às vezes, teve até vezes que as meninas não ofereciam, a gente ia e tomava café de manhazinha e quando chegava meio-dia a gente já tava com fome. (LARISSA)

Outro fator relacionado à precariedade diz respeito aos ganhos obtidos pelo trabalho autoempresário, como pode ser observado nos relatos:

No início eu não tinha lucro, mas só de tá trabalhando, tá fazendo alguma coisa, ocupando minha cabeça e querendo ou não vendo dinheiro a gente já se anima. (LÍVIA)

Por exemplo, eu cobro 100 reais à tarde de 14h até às 16h30min. São 2h30min de aula, aí eu cobro R\$ 100,00. [sobre o valor cobrado por pessoa no reforço] (KARINE)

Então a minha loja, eu prezo muito pelo preço, então minhas peças são de 25, 20, no máximo eu até vendi até de 50, entendeu? (KARINE)

A gente como é iniciante, a gente cobrava 100 reais, só que no mínimo, no mínimo, são 400, 450 profissional de verdade, mas como a gente tinha consciência que a gente tava começando que a gente não tinha, tipo os materiais, a gente cobrava 100 reais, só a mão de obra, a pessoa comprava o material e a gente só ia fazer. (LARISSA)

Era 5 reais. Aí aqui é um bairro bem humilde, né? Assim, não posso aumentar o corte tanto assim. [...] diferente de outras regiões, tipo no *shopping* , você vai cortar um cabelo, é muito caro é sempre quase o mesmo corte do meu as pessoas não faz tanta novidade. [Referente ao valor cobrado pelo corte de cabelo] (PEDRO)

Percebe-se que são valores relativamente baixos, principalmente no início dos empreendimentos. Esse fato corrobora a colocação de Oliveira, Moita e Aquino (2016), quando afirmam que esses pequenos negócios se constituem mais como meios de sobrevivência do que

como empreendimentos capitalistas, especialmente no ramo comercial (OLIVEIRA; MOITA; AQUINO, 2016).

Não bastassem os baixos retornos financeiros, alguns jovens, como Larissa e Pedro, ainda alegaram a desvalorização dos seus ramos de negócio:

Então daí, fiquei tipo, sempre pensava, eu vou desistir, cansativo, é...vai... muito complicado, esse negócio, a gente não é valorizado, como trancista de verdade, porque elas olham o preço e já diz que é caro, então tipo, eu fico imaginando, se eu chegar a um dia ter um salão de beleza que o preço é R\$ 400,00? (LARISSA)

O barbeiro da periferia ele trabalha mais e ganha menos. [...] mas aqui em Aracaju é desvalorizada a profissão eu tenho amigos de todo lugar do Brasil, barbeiros e eles falam saia daí, saia daí senão você não cresce não. (PEDRO)

Além das situações mencionadas, outro fator relacionado à precariedade está na informalidade. Muitos dos trabalhadores que buscam o empreendedorismo por necessidade são informais (OLIVEIRA; CASTRO; SANTOS, 2017), ou seja, não possuem vínculo de salário, nem direitos sociais e trabalhistas básicos – aposentadoria, FGTS, auxílio-doença, licença-maternidade –, além de não terem horário fixo para o trabalho e obterem uma renda baixa (MATTOSO, 1999; ANTUNES, 2011). Todos os jovens entrevistados estão na informalidade, desconhecem as políticas de formalização do governo e não demonstraram interesse, pelo menos por enquanto, de formalizarem. Nesse sentido, André, Silva e Nascimento (2019) chamam a atenção para a falta de garantias e insegurança dos trabalhadores informais em vários sentidos, a exemplo do que ocorreu com Lívia, quando sofreu um acidente de moto:

Aí teve uma época também que eu me acidentei, fiquei dois meses sem trabalhar. Tive um acidente de moto. Uma época terrível que eu passei até entrei em depressão porque eu fiquei sem trabalhar. Aí fiquei tipo maluca na época quando me acidentei. (LÍVIA)

O relato de Lívia diz respeito ao período que ela ficou sem trabalhar por ter se acidentado e ficou dependendo financeiramente da mãe e do namorado, pelo fato dela não ser inscrita no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e, conseqüentemente, não ter direito a nenhum auxílio em caso de impossibilidade de trabalhar.

Ao serem questionados sobre as desvantagens do trabalho autoempresendedor, as respostas foram diversificadas:

E a desvantagem, é que meu trabalho é cansativo demais, é só isso, a única desvantagem, que teve vez que tive que madrugar, passar tipo, assim, hoje em dia menos, porque hoje em dia eu tô me policiando, mas antes, era tipo, tinha que madrugar bastante, principalmente quando eu ia pra rua, na rua era muito mais difícil, por causa do sol, né? (LÍVIA)

Agora as desvantagens é que às vezes eu acordo, aí fico num dá vontade, sabe? Eu fico desanimada, fico pensando que não vai dar certo, fico pensando que não vou conseguir vender, que eu não vou conseguir ir adiante, essas coisas assim, tirando que às vezes dá aquela insegurança né, de pensar “caramba, o porque eu tô fazendo isso se eu posso tentar um trabalho normal? (LARISSA)

Desvantagens, você não tem um fixo, se você quiser um salário você vai ter que vender, entendeu? (KARINE)

Cara, desvantagem é que eu sei que isso vai me prejudicar no futuro por conta da aposentadoria que eu não tô pagando ainda o INSS e desvantagem não tem nem tantas, viu? (PEDRO)

E desvantagens foi tipo assim, isso que a gente acabou de falar, sobre reconhecimento de governo, isso é desvantagem, porque, tipo assim, se eu trabalho por mim eles não reconhecem isso, então não é uma coisa que eu vou poder ser ajudada futuramente, entendeu? (BIANCA)

Analisando as falas dos entrevistados sobre as desvantagens apontadas por eles quanto ao trabalho autoempreendedor, Rosenfield (2018) indica que, nesse tipo de trabalho, o indivíduo é obrigado a administrar a si mesmo. Trata-se de um sujeito da alta produtividade que se submete à lógica de uma sociedade marcada pelo desempenho. Nessa prática, ele é submetido a se tornar empreendedor de si mesmo, um sujeito de multitarefas, cada vez mais hiperativo, cansado, esgotado (SILVA; LIMA, 2019). No caso específico dos pesquisados que atuam na informalidade, vê-se uma relação com os apontamentos de Mattoso (1999) e Antunes (2011). Segundos os autores, o trabalho informal é considerado precário, caracterizado por uma renda baixa, sem garantia de acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), auxílio-doença, licença-maternidade, não há horário fixo para o trabalho, às vezes, trabalham até nas horas vagas para aumentar a renda. Pereira e Cabral (2019) acrescentam que a informalidade reforça não apenas as formas de trabalho desprotegidas, mas também os índices de pobreza e de desigualdades sociais. Os dados apontam para uma maior deterioração das condições de vida desses trabalhadores, por meio de postos de trabalhos menos qualificados.

Mesmo as desvantagens estando associadas à precarização do trabalho, em nenhum momento eles as reconhecem como tal, muito pelo contrário, pelas falas percebe-se uma exaltação do trabalho empreendedor, chegando até ignorar os aspectos negativos:

É, não tem desvantagem, ser empreendedor [...]. (LÍVIA)

[...] é porque são tantas vantagens que eu nem... tipo [...]. (KARINE)

Eu acho que não tem tanta desvantagem não. (PEDRO)

Isso é uma desvantagem muito grande, mas, tirando isso, não tem desvantagem nenhuma. (BIANCA)

Assim, analisando as falas dos jovens quanto à percepção deles em relação ao trabalho autoempreendedor, destacam-se os fatores positivos, evidenciando uma satisfação da maioria em ter seu próprio negócio, exceto Larissa que pretende conseguir um emprego formal de carteira assinada. Ademais, eles são bastantes otimistas em relação ao futuro e almejam crescimento profissional nos negócios. Esse fato remete ao pensamento de Souza (2006), ao dizer que, em muitos casos, o discurso ideológico do empreendedorismo, de transformar o sonho do próprio negócio em realidade, por meio do alcance pessoal e profissional, reforça o individualismo, próprio da racionalidade neoliberal, que transforma o jovem num protagonista empreendedor, capaz de superar os desafios do desemprego e da pobreza. Para Oliveira, Moita e Aquino (2016), é esse discurso que envolve e mobiliza o sujeito a praticar e reproduzir a mesma lógica de mercado, de competitividade, convivência com o risco, insegurança e incerteza.

5.2.5 Perda do apoio social e enfraquecimento de formas de ação coletiva

Para Oliveira, Castro e Santos (2017), numa realidade com a desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, somado ao grande contingente de desempregados, abriu-se espaço para o empreendedorismo e o trabalho informal, compondo a base da nova cultura do trabalho, baseada na desvinculação de salário e **individualismo**. Ou seja, como o trabalho remunerado e regulamentado está cada vez mais raro, as pessoas buscam formas individuais de inserção no mercado de trabalho e são as únicas responsáveis pelo seu próprio destino (ROSENFELD, 2018).

No que diz respeito a esse individualismo, percebe-se nas falas de alguns jovens que eles assumem sozinhos toda a responsabilidade para o bom funcionamento do empreendimento:

Eu faço tudo. Eu sou 10 em 1. (LÍVIA)

[...] você tem que administrar tudo sozinha, é bem complicada essa parte, dar conta de tudo também, é complicado. (KARINE)

Essas falas, além demonstrarem uma sobrecarga de trabalho, reforçam o pensamento de Rosenfield (2015) ao afirmar que o regime de autoempreendedorismo se apresenta como uma cultura da autorresponsabilidade e um instrumento de interiorização de valores que remetem à autogestão de si. E, ainda, ao valorizar as iniciativas empreendedoras individuais, enfraquece as ações de cunho coletivo. Ser empreendedor de si mesmo responsabiliza o indivíduo pelo seu próprio destino social e econômico, tornando-se aparentemente – ou seja, apenas supostamente – autônomo em relação às imposições do mercado de trabalho e às proteções sociais.

O empreendedorismo, nesse contexto, é marcado pelo mérito e tem o indivíduo como único responsável pelo seu fracasso ou sucesso. Nessa lógica, caberia ao Estado apenas a intervenção para garantir as condições mínimas para que o empreendedor cresça e, consequentemente, faça a economia do país crescer (OLIVEIRA; CASTRO; SANTOS, 2017).

Mesmo com esses apontamentos em relação ao individualismo, os jovens não os identificam como sendo algo negativo. Aparentemente eles acreditam que sejam características inerentes do trabalho autoempreendedor. Sobre isso, Coutinho e Cirino (2018) ressaltam que o capitalismo estruturado induz à falta de percepção de uma identidade coletiva diante da diversidade do mundo do trabalho, gerando um grande empecilho para o desenvolvimento da consciência de classe.

5.3 INSERÇÃO SOCIAL DOS JOVENS PELO TRABALHO AUTOEMPREENDEDOR

Para Rosenfield (2015), os sujeitos veem-se diante do desafio de criar formas de inserção que atendam à necessidade de trabalhar, mobilizando os recursos disponíveis de natureza pessoal e os de natureza formal/institucional, oferecidos pelo mercado de trabalho, pela sociedade e/ou pelo Estado. Segundo a autora, há uma tensão entre a necessidade de trabalhar, as possibilidades concretas de inserção no mercado de trabalho e a disponibilização de recursos pessoais: **objetivos** (competências, habilidades, contexto do mercado de trabalho, ofertas de trabalho, identificação de nichos e franjas de trabalho e prestação de serviços, possibilidades concretas de auferir renda); e **subjetivos** (desejos, perspectivas, projeções pessoais, perspicácia, avaliações).

A combinação da vivência da desigualdade com a mobilização dos recursos pessoais cria estratégias inéditas de inserção pelo trabalho. Assim, as estratégias de inserção no mercado

de trabalho no autoempreendedorismo resultam, de formas variadas, da articulação entre os elementos objetivos (o que pode ser feito em tal contexto com as condições objetivas do indivíduo) e subjetivos (o que ele quer ou não fazer), revelando formas de adaptação e/ou resistência aos contornos existentes das desigualdades sociais pelo trabalho (ROSENFELD, 2015).

No intuito de verificar junto aos jovens entrevistados quais são suas estratégias de inserção social pelo autoempreendedorismo, foi analisado como eles articulam os recursos pessoais e as questões de adaptação e/ou resistência ao trabalho. Desse modo, foi verificado primeiramente como eles utilizam os recursos pessoais objetivos (competências e habilidades). Pelas falas, percebe-se que as estratégias utilizadas são bem diversificadas:

Aí eu comecei a pesquisar, eu sou uma pessoa que gosta de estudar antes de por em prática, comecei a pesquisar, não queria começar de qualquer jeito, porque eu não queria ser mais uma, eu queria ser destaque entre as outras pessoas, aí eu comecei a me planejar. (LÍVIA)

Eu vejo que assim, a gente né, os donos da loja tem que tentar ao máximo ser diferente, é tanto que quando eu iniciei, se você entrasse no meu perfil, era igualzinho como tinha nas outras lojas: aceitamos cartão, fazemos entrega, não tinha algo diferencial, aí foi quando eu contratei uma marqueteira, eu investi numa marqueteira, aí comecei a fazer consultoria com ela, aí foi quando minha loja começou a ter um diferencial, eu mudei tipo a biografia, ficou algo mais atrativo. (KARINE)

Daí pensei, eu vou ter que entrar de cabeça nisso, acabei conversando, procurei os fornecedores, é a base de preço, procurei se tem muitas pessoas que vendem aqui em Aracaju para eu também não ter muita concorrência, procurei as bases dos preços, aí eu fui olhar no *youtube*, tudo tipo logo porque eu imaginei, se eu ficar perdendo tempo eu não conseguir ter meu dinheiro até eu conseguir um trabalho, entendeu? (LARISSA)

Comecei a convencer as pessoas a vir pra cá, na verdade, tipo, eu corto seu cabelo de graça se você trazer duas pessoas, entendeu? Traga pessoas e eu faço um desconto, alguma coisa assim, aí começou vir as pessoas. [...] Eu faço tudo, máquina, tesoura, faço pigmentação, barba, agora eu faço tudo, entendeu? Porque eu busquei bastante conhecimento. (PEDRO)

Ficou evidente que cada um dos jovens usou uma estratégia diferenciada para se inserir e manter-se no autoempreendedorismo, seja como forma de diferenciação no mercado ou de atrair o cliente. Foi perguntado, também, quais habilidades eles achavam que tinham e que usavam a favor do empreendimento e da sua inserção no mercado de trabalho:

Eu sou muito comunicativa [...]. Eu sou bem competitiva, sabe? Tipo, eu não aceito menos, eu sempre quero mais, estou sempre procurando me aperfeiçoar

[...]. Insistente. Hoje em dia sou um pouco menos, mas antigamente eu era muito mais. (LÍVIA)

Ah, minhas habilidades... eu me acho uma pessoa muito simpática, eu sou muito atenciosa, então, por exemplo, a cliente chegar e falar comigo, eu vou tratá-la super bem, ela vai ter o melhor atendimento do mundo. Eu sou uma pessoa que consigo influenciar as pessoas, eu me sinto, eu acho né? (KARINE)

Eu sou bem criativo, entendeu? As técnicas que eu uso, algumas, a maioria, digamos assim, saíram da minha cabeça, as técnicas que eu uso para barbearia e algumas partes que eu peguei no curso assim, uma parte e eu sou desenhista também aí eu desenho na cabeça das pessoas e elas gostam disso, aí isso atrai cliente pra mim. (PEDRO)

Saber cozinhar é importante. Não sei, tipo, ser curiosa, eu sempre tive muita curiosidade de aprender tudo. Tudo eu quero aprender, tudo eu quero fazer, tudo eu quero testar. Isso é importante. Se você está no ramo de trabalho, você tem que saber coisas novas e você sempre tem que tá a frente de outra pessoa, vindo com coisas novas. (BIANCA)

Assim, analisando a realidade dos jovens, confirma-se o pensamento de Rosenfield (2015) ao dizer que as estratégias de inserção no mercado de trabalho no autoempreendedorismo resultam de formas variadas da articulação entre os elementos objetivos (o que pode ser feito em tal contexto com as condições objetivas do indivíduo) e subjetivos (o que ele quer ou não fazer), revelando formas de adaptação e/ou resistência aos contornos existentes das desigualdades sociais pelo trabalho.

Outra estratégia que ficou bem evidente entre os jovens foi o uso constante das mídias sociais digitais como mecanismo de comunicação, seja para fins de aperfeiçoamento e aprendizagem ou como ferramenta de trabalho. Todos eles, exceto Pedro, relataram que utilizam o *Instagram* e o *Whatsapp* como ferramentas de divulgação dos produtos e comunicação entre os clientes, principalmente depois da pandemia:

Estou sempre no *Instagram* postando, dando dicas para outras pessoas também e hoje eu vivo disso. [...] O *Instagram* é fundamental pra mim. (LÍVIA)

Aí eu comecei a vender, né? No primeiro dia eu consegui, só duas vendas, e daí fui divulgando no *Instagram*, falei para as pessoas como é, expliquei [...]. (LARISSA)

Foi quando eu já tinha 7 meses, eu já tinha meus clientes certos, então meu *Instagram* já tava grandinho e já era mais fácil ficar vendendo pelo *Instagram*. (BIANCA)

Outro comportamento percebido nos relatos das jovens foi a interação com seus seguidores do *Instagram*. Elas acreditam que a criação de conteúdo, e não apenas uma postagem, é uma forma de aproximação com o seguidor e cliente em potencial:

Pagando de blogueira do meu próprio negócio, mas para engajar mesmo. [...] eu sou tudo, eu sou a própria influenciadora. Eu prefiro ser minha própria influenciadora e pagar o *Instagram* para levar novas pessoas, eu prefiro pegar meu dinheiro e investir em material para eu fazer mais e eu mesmo ser minha própria influenciadora, para eu conseguir influenciar outras pessoas a comprar o meu produto. (LÍVIA)

Aí foi quando eu passei a criar conteúdo, ter esse contato com a cliente, porque todos os dias eu falo com elas, eu faço uma enquete, eu dou desconto de alguma coisa, tento ter o máximo esse contato porque é o que vai fidelizar o cliente. (KARINE)

[...] aí eu sempre coloco no meu *Instagram* também, ói chegaram produtos novos, vão lá, me sigam, se puder, divulguem também, essas coisas assim [...]. (LARISSA)

Ainda em relação às mídias sociais digitais, os jovens relataram que buscaram informações na *internet* antes de iniciarem seus negócios. Nenhum deles fez curso profissionalizante e informaram que estão sempre procurando se aperfeiçoar. Alguns deles citaram que fazem cursos *online* e também utilizam a plataforma *Youtube* para estes fins:

Aí eu fiquei meses pensando em o que que eu ia fazer, procurando no *Youtube* o que eu poderia vender, o que eu poderia, sabe? (LARISSA)

Workshop pela internet e *workshop* pessoalmente também, presencial, com alguns amigos que eu conheço. Até hoje eu faço. (PEDRO)

Um curso *online*. A menina que eu admiro muito, ela é confeitadeira, fez esse curso *online*, explicando como você fazer, como chamar cliente, divulgação, cores, as cores do natal, ensinando as cores do natal. Isso eu fiz e foi muito bom, me ajudou bastante. [...] No *Youtube*. É, tudo o que eu quero eu procuro lá. (BIANCA)

Todos esses comportamentos e estratégias demonstraram que as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, devido ao cenário econômico, além das novas tecnologias, geraram modificações significativas no âmbito trabalhista. O trabalho é caracterizado pelo modelo flexível de acumulação, que exige um ‘novo tipo’ de trabalhador, dotado de habilidades individuais, criativas e flexíveis. Essas mudanças atingem principalmente os jovens que estão em busca de colocação no mercado e que são os mais acometidos pelo desemprego e

informalidade (SILVA; COSTA, 2019; D'AGOSTINI; TITTON, 2019; COSTA; MARQUES; FERREIRA, 2020).

O uso dos recursos, objetivos relatados pelos jovens, está alinhado com os recursos subjetivos no trabalho autoempreendedor, ou seja, eles mobilizam esses recursos como estratégia de inserção no mercado. Quando foram perguntados sobre quais seus desejos e perspectivas futuras, todos foram otimistas e acreditam que estão agindo para o alcance dos seus objetivos que estão diretamente relacionados ao trabalho atual, conforme demonstrado nos relatos:

Eu espero no próximo ano, na verdade, daqui a 5 anos se eu tiver ganhando isso [sobre o valor que almeja ganhar] ou mais, é, ter meu próprio carro, ter minha casa própria. (LÍVIA)

Tornar minha loja uma marca, entendeu? Então eu quero montar minha coleção, eu quero ter fabricação própria, então até eu chegar lá, eu tenho que continuar. (Karine)

Aí pronto, eu acho que tipo, sim, eu quero me aprofundar mais, quero criar uma lojinha, quero ver no que dá, entendeu? E se eu ver que vai dar tudo certo, eu continuo, nesse até conseguir um trabalho fixo. (LARISSA)

Esperar um futuro que eu continue não trabalhando para outras pessoas, mas pessoas trabalhando para a minha barbearia, não para mim, para a minha barbearia, tipo, dar empregos, conquistar, ajudar famílias, porque se dá emprego alguém, ajuda famílias. É isso que eu quero para o meu futuro. (PEDRO)

É, eu quero construir, eu quero ter minha própria, não minha casa própria, mas eu quero ter um lugar melhor e eu que esse lugar que eu tenha seja maior, que eu quero ter uma cozinha enorme, linda, cheia de coisas, que eu posso utilizar, então tudo o que vem na minha cabeça, tudo o que eu quero futuramente, tudo o que eu pretendo ter vem sempre de acordo com o que eu faço. (BIANCA)

Essa mobilização de recursos (objetivos e subjetivos) feita pelos entrevistados corrobora o pensamento de Souza (2006) de que o discurso empreendedor, voltado para os jovens, defende que ele seja um indivíduo inovador, flexível, independente, um agente de transformações dentro e fora das organizações. Desse modo, analisando a realidade desses jovens, percebeu-se que eles utilizam estratégias de inserção no mercado de trabalho por meio do autoempreendedorismo, articulando os elementos objetivos (o que pode ser feito em tal contexto de acordo às condições do indivíduo) e subjetivos (o que ele pode ou não fazer), revelando formas de adaptação e/ou resistência aos delineamentos existentes das desigualdades sociais pelo trabalho.

Após a apresentação e a análise das narrativas, foram sumarizados no Quadro X, os principais achados relacionados aos objetivos específicos propostos e às categorias analíticas previamente definidas.

Quadro 14 – Achados sumarizados da análise das narrativas

Objetivos específicos deste estudo	Categorias analíticas	Achados sumarizados
a) Verificar os fatores que influenciaram os jovens a autoempreendedor informalmente	Fatores de influência do trabalho por conta própria informalmente	<ul style="list-style-type: none"> - A pouca idade interfere na falta de experiência, bem como no pouco capital para investimento; - A motivação e o fato de não terem medo do fracasso influenciou na decisão de trabalhar por conta própria; - Os pais, na grande parte dos casos, não serviram de modelo nos negócios; - Pouco capital humano (baixa escolaridade, pouca ou nenhuma experiência anterior e desconhecimento de assuntos relacionados à gestão de negócios, principalmente finanças); - Empreendedorismo por necessidade (desemprego, dificuldade de colocação no mercado formal); - Desconhecimento das políticas públicas de formalização e falta de interesse em formalizar no momento.
b) Averiguar a percepção dos jovens quanto às condições do trabalho autoempreendedor	Condições do trabalho autoempreendedor	<ul style="list-style-type: none"> - Grande exaltação da autonomia, independência e liberdade de subordinação do emprego remunerado; - Identificação de alguns elementos de precariedade, como empreendedorismo por necessidade, carga horária excessiva, faturamento baixo, desvalorização do trabalho e informalidade; - Enfraquecimento do apoio social e perda do apoio coletivo com o reforço do individualismo; - Percepção positiva acerca do trabalho autoempreendedor.
c) Verificar as estratégias utilizadas pelos jovens para se inserirem socialmente no trabalho por meio do autoempreendedorismo, observando a articulação dos recursos pessoais e as questões de adaptação	Inserção social dos jovens pelo trabalho autoempreendedor	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização de recursos pessoais objetivos – competências e habilidades, tais como comunicação, simpatia, criatividade e curiosidade; - Utilização de estratégias para inserção e manutenção no trabalho autoempreendedor; - Uso intenso da <i>internet</i> e mídias sociais digitais para pesquisas, cursos de aperfeiçoamento, divulgação, venda dos produtos e interação com os seguidores/clientes;

e/ou resistência ao trabalho		<ul style="list-style-type: none">- Mídias sociais mais usadas: <i>Instagram, Youtube e Whatsapp</i>;- Sentimento de realização profissional;- Expectativas positivas para o futuro.
-------------------------------------	--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo apresenta as considerações finais acerca desta pesquisa e dá resposta ao problema inicialmente definido. Nele são abordados os principais resultados, as contribuições, limitações do estudo e sugestões para futuras pesquisas.

O objetivo desta pesquisa foi compreender como ocorre a inserção dos jovens no mercado de trabalho, por meio do autoempreendedorismo informal, na cidade de Aracaju-SE. Para tanto, foi utilizado o método biográfico, por meio da análise das histórias de vida de cinco jovens, com idade entre 18 a 24 anos, conforme parâmetro utilizado pelo GEM. Para a coleta de dados, foi utilizada a técnica de realização de entrevistas em profundidade, bem como observação não participante. Finalmente, os dados obtidos foram analisados pela técnica de análise do conteúdo, baseada em Bardin (2011).

Para se alcançar a proposta, foram estabelecidos objetivos específicos para verificar os fatores que influenciaram os jovens a autoempreender informalmente; averiguar a percepção dos jovens quanto às condições do trabalho autoempreendedor; e, verificar as estratégias utilizadas pelos jovens para se inserirem socialmente no trabalho por meio do autoempreendedorismo, observando a articulação dos recursos pessoais e as questões de adaptação e/ou resistência ao trabalho.

As narrativas analisadas possibilitaram a verificação dos fatores que influenciaram os jovens a empreenderem na informalidade. Os jovens entrevistados são de classe social baixa, a maioria órfã de pai e/ou mãe, que majoritariamente buscaram o autoempreendedorismo informal como fonte de renda, muitos por não terem conseguido colocação no mercado, o que representa o empreendedorismo por necessidade. Esses fatos reforçam a colocação de Silva, Crespo e Gil (2017), quando apontaram que o empreendedorismo jovem brasileiro é representado, em sua maioria, por necessidade, cujos empreendimentos não impactam economicamente e são mantidos para a sobrevivência de muitos jovens com baixa escolaridade, excluídos do mercado formal.

Um fato constatado nesta pesquisa foi que alguns jovens relataram experiências negativas no mercado de trabalho formal relacionadas ao preconceito social e racial, que tiveram influência direta na busca pelo trabalho por conta própria. A maioria dos entrevistados não tinha experiência prévia, nem tiveram os pais como referência ou o apoio deles, não deram continuidade aos estudos e alguns declararam ter dificuldade na gestão dos empreendimentos, principalmente relacionada às finanças. O investimento inicial no empreendimento foi muito

pouco, assim como o retorno financeiro também é. Nesse sentido, os achados desta pesquisa coadunam com o pensamento de Furtado (2003) ao advertir que nem todo jovem desempregado é potencialmente um empreendedor. Que é necessário considerar as condições da capacidade dos jovens, tais como recursos financeiros para investimentos em capital fixo e de giro, bem como o mínimo de conhecimento de como funciona o mercado e as técnicas básicas de gestão de um empreendimento, caso contrário, está fadado ao fracasso. Desse modo, infere-se que os jovens necessitam de capacitação relacionada à gestão de negócios antes de iniciarem a atividade empreendedora, para não correrem o risco de fracassarem por falta de conhecimento. Uma atenção maior das entidades governamentais poderia ser dada a essa questão, como o oferecimento de cursos gratuitos, bem como ampla divulgação dessas ações, para o alcance do maior número de beneficiados.

Mesmo com as dificuldades relatadas pelos jovens, eles demonstraram que fatores como motivação e não ter medo do fracasso são essenciais para a entrada e continuidade no trabalho autoempreendedor. Essas características são inerentes do empreendedorismo, de acordo com Temkin (2009), e que foram identificadas nos jovens entrevistados. Quanto ao trabalho na informalidade, eles desconhecem as políticas públicas de formalização, como o MEI, e demonstraram não se preocupar com essa questão no momento. O que indica a necessidade de um maior alcance das políticas públicas de formalização de pequenos negócios junto aos jovens de baixa renda.

A pesquisa foi desenvolvida num momento em que o mundo enfrenta a pandemia do coronavírus que, apesar de ter afetado os trabalhadores informais drasticamente, com os jovens entrevistados ocorreu o contrário. Eles sentiram o impacto negativo no início, mas depois utilizaram o valor do auxílio emergencial concedido pelo governo para investirem nos seus negócios. Além disso, a pandemia alavancou os negócios realizados pela *internet*, o que foi uma grande oportunidade para os entrevistados.

Quanto à percepção dos jovens sobre o trabalho autoempreendedor, ficou evidente o sentimento de satisfação com o trabalho, com grande enfoque nas vantagens apontadas, pelo fato de serem independentes, autônomos e não serem subordinados a nenhum trabalho formal. Por outro lado, foram identificados, na fala dos entrevistados, alguns elementos relacionados à precarização do trabalho, tais como empreendedorismo por necessidade, carga horária excessiva, faturamento baixo, desvalorização do trabalho e informalidade, além do enfraquecimento do apoio social e perda do apoio coletivo com o reforço do individualismo. No entanto, apesar dos aspectos negativos identificados no trabalho autoempreendedor

relatados pelos jovens, eles não percebem como trabalho precário e há uma predominância da percepção positiva acerca do trabalho autoempreendedor. Percebe-se, então, uma relação com a colocação de Costa, Barros e Carvalho (2011) ao afirmarem que a doutrina neoliberal exige que todos se apresentem socialmente como empreendedores. Com esse discurso ideológico, nada se pronuncia sobre o contexto histórico das atuais condições de trabalho e das relações de poder inerentes a esse contexto. O que de fato acontece é que a precarização acompanha a maior parte dos empreendedores, bem diferente do modelo concebido pela teoria.

Em relação às estratégias que os jovens utilizam para a inserção no trabalho autoempreendedor por meio da articulação dos recursos pessoais e as questões de adaptação e/ou resistência ao trabalho, foi possível verificar como eles mobilizam os recursos objetivos (habilidades e competências) e os subjetivos (desejos, perspectivas e projeções pessoais). Com a finalidade de inserção e manutenção no trabalho autoempreendedor, no geral, os jovens relataram que usam de habilidades como comunicação, simpatia, criatividade e curiosidade para atrair e manter seus clientes. Além disso, ficou evidente o uso da *internet* e mídias sociais digitais para pesquisas, cursos de aperfeiçoamento, divulgação, venda dos produtos e interação com os seguidores/ clientes, cujas mídias sociais mais usadas são: o *Instagram*, *Youtube* e *Whatsapp*. Todas essas estratégias são utilizadas com a finalidade de se alcançar os desejos e perspectivas dos jovens que envolvem a realização pessoal e profissional. No geral, eles expressaram o sentimento de realização profissional e possuem expectativas positivas para o futuro, sendo até em algumas falas bem visionários. As estratégias utilizadas pelos jovens estão relacionadas ao que Souza (2006) denomina como discurso empreendedor voltado para a juventude, o qual defende que ele seja inovador, flexível, independente, um agente de transformações. O que ficou evidente na fácil adaptação dos entrevistados aos recursos tecnológicos para incrementar seus negócios, principalmente no período que iniciou a pandemia do coronavírus.

Diante dos resultados encontrados, a resposta para a questão desta pesquisa (Como ocorre a inserção dos jovens no mercado de trabalho, por meio do autoempreendedorismo informal, na cidade de Aracaju-SE?) revela que o autoempreendedorismo informal jovem ocorre por necessidade, devido às condições socioeconômicas, como baixa escolaridade, desemprego e dificuldade de colocação no mercado. No entanto, os jovens são destemidos, motivados, demonstram satisfação no trabalho autoempreendedor, mesmo com as características de precariedade e dificuldades relatadas, manifestando otimismo em relação ao futuro. Esse tipo de inserção no mercado revela que, apesar do autoempreendedorismo ser

percebido pelo jovem como um elemento importante para sua autonomia e satisfação, nem sempre significa um fator positivo quanto à posição social, cultural e econômica desses trabalhadores.

6.1 CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO

Mais do que o alcance do objetivo, os resultados promoveram importantes contribuições que são destacadas a seguir. Do ponto de vista teórico, contribuiu para o estudo do autoempreendedorismo como forma emergente de inserção no trabalho, com foco na informalidade, considerando o contingente de trabalhadores nessa condição. O presente estudo permitiu identificar características do empreendedorismo juvenil, sob a perspectiva do próprio jovem, o que contribui para a literatura do empreendedorismo. Nesse aspecto, deve-se ressaltar que o método adotado nesta pesquisa permitiu conhecer a realidade do jovem sob o seu próprio ponto de vista, considerando os aspectos históricos, sociais e políticos do contexto vivenciados pelos entrevistados.

Quanto à contribuição social, compreendeu-se o fenômeno do autoempreendedorismo informal que vem atraindo mais pessoas, principalmente os jovens em situação econômica e social desfavoráveis, que veem nesse tipo de trabalho uma oportunidade de obtenção de renda. Foi possível entender a complexidade e realidade desse trabalho desafiador. Desse modo, o estudo permitiu entender a vivência dos indivíduos ditos “empreendedores”, sob a perspectiva dos próprios sujeitos que se inserem no mundo do trabalho. Dito isto, este estudo contribui, na prática, para a sinalização da necessidade de políticas públicas voltadas para os empreendedores jovens, como o oferecimento de cursos voltados para a área de gestão de negócios, bem como o fortalecimento de campanhas em prol da formalização, visto que todos os entrevistados demonstraram não conhecer esses mecanismos.

6.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA E SUGESTÕES PARA FUTUROS ESTUDOS

No decorrer da realização desta pesquisa, foram identificadas algumas limitações, dentre elas a pouca disponibilidade de documentos e relatórios relacionados ao empreendedorismo jovem em Aracaju. Houve contratempo também na seleção dos entrevistados, devido à dificuldade de encontrar jovens que atendiam aos critérios estabelecidos

para a participação na pesquisa. Além disso, por conta da pandemia do coronavírus, houve também resistências para realização de entrevistas presenciais.

Outra limitação é referente à técnica de amostra escolhida – bola de neve. Com essa técnica de amostragem não probabilística, a amostra é autogerada, contando com a colaboração voluntária do(s) membro(s) inicial(is) e dos subsequentes. Apesar de ser indicada para casos de dificuldade de acesso ao campo, a referida técnica pode trazer viés, visto que as pessoas podem pertencer à mesma rede social.

Embora a pesquisa tenha proporcionado contribuições teóricas e práticas, novos estudos podem ser abordados a partir dos *insights* gerados, avançando em novas abordagens sobre o tema. Desse modo, surgiram novas possibilidades de pesquisa, como, por exemplo:

- a) analisar as consequências e os desdobramentos da pandemia do coronavírus sobre o empreendedorismo informal jovem;
- b) investigar o autoempreendedorismo jovem formal para fins de comparação com o atual estudo;
- c) realizar estudos com outras categorias de trabalho que não sejam comércio e serviços ou, ainda, em cidades de outras regiões (norte, sul, sudeste ou centro oeste);
- d) realizar um estudo quantitativo para fins de complementação desta pesquisa;
- e) verificar como experiências negativas no mercado de trabalho, em decorrência do preconceito, influenciam os jovens na busca do trabalho por conta própria;
- f) investigar como a relação familiar interfere nas opções de inserção do mercado de trabalho pelos jovens;
- g) verificar a relação de família, educação e autoempreendedorismo;
- h) realizar estudo quantitativo para verificar a relação entre o nível de escolaridade e o autoempreendedorismo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. A.; TAVARES, M. A. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 425-444.
- ANDRÉ, R. G.; SILVA, R. O.; NASCIMENTO, R. P. “Precário não é, mas eu acho que é escravo”: Análise do Trabalho dos Motoristas da Uber sob o Enfoque da Precarização. **RECADM**, v.18, n.1, p.7-34, Jan-Mar, 2019.
- ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. *In*: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 2. ed. São Paulo, Buenos Aires: Editora Cortez, CLACSO, 2001, p. 35-48.
- ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.
- ANTUNES, R; DRUCK, G. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, v. 18, n. 34, p. 19-40, 2015.
- ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão: O Novo Proletariado de Serviços na Era Digital**. São Paulo, SP: Boitempo, 2018. 328 p.
- ATKINSON, R. The Life story interview. *In*: GUBRIUM, Jaber F.; HOLSTEIN, James A. **Handbook of interview research: context & method**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2001.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. SP: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **Lei 13.467 de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/17728053>. Acesso em: 27 abr. 2020.
- BULGACOV, Y. L. M. *et al.* Jovem empreendedor no Brasil: a busca do espaço da realização ou a fuga da exclusão? **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 695-720, 2011.
- CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, 6 (2), jul - dez, 2013, 179-191.
- CARELLI, R. L.; CARELLI, B. N. B. Além da Uber: uma comparação com o mercado de trabalho dos advogados. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região**. v.1, n.1, 2018.
- COLOMBY, R. K. *et al.* A pesquisa em história de vida nos estudos organizacionais: Um estudo bibliométrico. **Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 3, n. 8, p. 852-887, 2016.
- CORSEUIL, C. H. L.; NERI, M. C.; ULYSSEA, G. Uma análise exploratória dos efeitos da política de formalização dos microempreendedores individuais, Texto para Discussão, N.

1939. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.econstor.eu/bitstream/10419/121626/1/797034382.pdf>. Acesso em: 05 maio 2020.

COSTA, S. S. G. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 2, maio-agosto, 2009, pp. 171-186.

COSTA, A. M.; BARROS, D. F.; CARVALHO, J. L. F. A Dimensão Histórica dos Discursos acerca do Empreendedor e do Empreendedorismo. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 2, art. 1, pp. 179-197, Mar./Abr. 2011.

COSTA, S. D. M.; MARQUES, E. M. I.; FERREIRA, A. C. C. Entre os sentidos do trabalho, prazer e sofrimento: um estudo baseado na perspectiva de jovens trabalhadores-estudantes. **RGO - Revista Gestão Organizacional**, Chapecó, v. 13, n. 1, p. 64-85, jan./abr. 2020.

COUTINHO, A. R.; CIRINO, S. M. Trabalho, Identidade e Reconhecimento. A “Captura” da Subjetividade do Trabalhador no Capitalismo Contemporâneo: Uma Estratégia Frustrada? **Espaço Jurídico Journal of Law [EJJL]**, 2018, Ahead of Print, p. 1-22.

CRAIDE, A. A adoção da história de vida em pesquisas sobre a interculturalidade: uma nova possibilidade de aplicação no campo da Administração. *In*: III Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. João Pessoa, **Anais [...]**, EnEPQ, 2011.

D’AGOSTINI, A.; TITTON, M. Youth in the context of chronic unemployment in Spain and Brazil International. **Journal of Lifelong Education**, 39 (4):1-13. December, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337743796_Youth_in_the_context_of_chronic_unemployment_in_Spain_and_Brazil. Acesso em: 23 abr. 2020.

DE SOUSA, J. C.; DOS SANTOS, A. C. B. A psicodinâmica do trabalho nas fases do capitalismo: análise comparativa do taylorismo-fordismo e do toyotismo nos contextos do capitalismo burocrático e do capitalismo flexível. **Revista Ciências Administrativas**, v. 23, n. 1, p. 186-216, 2017.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Projeto de Redução da Informalidade por Meio do Diálogo Social**. Maio/2014. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilgia/documents/genericdocument/wcms_243336.pdf. Acesso em: 28 abr. 2020.

DORNELAS, J. **Empreendedorismo** – Transformando Ideias em Negócios. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

DHUNPATH, R. Life history methodology: "Narradigm" regained. **International Journal of Qualitative Studies in Education**, v. 13, n. 5, p. 543-551, 2000.

DRUCK, M. G. Globalização e Reestruturação Produtiva: o Fordismo e/ou Japonismo. **Revista de Economia Política**, v. 19, n. 2 (74), abril-junho/1999.

DRUCK, G; OLIVEIRA, L.P de. A condição “provisória permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador. **Revista VeraCidade**. Salvador. Ano, 2008.

DVOULETÝ, O. *et al.* 'Scarred' young entrepreneurs. Exploring young adults' transition from former unemployment to self-employment. **Journal of Youth Studies**, v. 21, n. 9, p. 1159-1181, 2018.

FARIAS FILHO, M. C. **Planejamento da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. *Em publicación*: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Ago., 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2020.

FLEMING, P. The Human Capital Hoax: Work, Debt and Insecurity in the Era of Uberization. **Organization Studies**, 2017, v. 38(5), 691–709.

FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo**, v.5, n.8, jan/jun 2017.

FRAGA, A. B. Da rotina à Flexibilidade: Análise das Características do Fordismo fora da Indústria. **Revista Habitus**. v. 3, n.1, 2005.

FURTADO, A. Empreendedorismo - jovens - experiências internacional e brasileira - impactos sobre o emprego. **Consultoria Legislativa**. Estudo, Out., 2003.

FUSIOKA, M; PLATT, A. D. Políticas Públicas para o Empreendedorismo em Tempos de Precarização do Trabalho. **Trabalho Necessário**. Ano 12, N. 19, 2014.

GEM. **Global Entrepreneurship Monitor**. Empreendedorismo no Brasil. Relatório Executivo 2018. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Relat%C3%B3rio-Executivo-Brasil-2018-v3-web.pdf>. Acesso em: 04 maio 2020.

GEM. **Global Entrepreneurship Monitor**. Global Report 2018/2019. Disponível em: <https://www.gemconsortium.org/report>. Acesso em: 04 maio 2020.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, Mar./Abr. 1995.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, Mai/Jun. 1995.

GODOY, A. S. Reflexão a respeito das contribuições e dos limites da História de Vida na pesquisa em Administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 19, n. 1, p. 161-175, 2018.

GONDIM, M. D.; ROSA, M. P. da; PIMENTA, M. M. Crise versus Empreendedorismo: Microempreendedor Individual (MEI) como Alternativa para o Desemprego na Região Petrolífera da Bacia de Campos e Regiões Circunvizinhas. **Pensar Contábil**, v. 19, n. 70, 2018.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HERMIDA, J. F.; LIRA, J. S. Estado e Neoliberalismo no Brasil (1995-2018). **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 13, n. 35, p. 38-63, set./dez. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desemprego cai para 11,6%, mas informalidade atinge nível recorde. **Agência IBGE Notícias**. Dez. 2018.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23465-desemprego-cai-para-11-6-mas-informalidade-atinge-nivel-recorde>
Acesso em: 13 set. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desemprego cai em 16 estados em 2019, mas 20 têm informalidade recorde. **Agência IBGE Notícias**. Fev. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26913-desemprego-cai-em-16-estados-em-2019-mas-20-tem-informalidade-recorde>
Acesso em: 13 set. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2021**. Disponível em: <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/29782-numero-de-desempregados-chega-a-14-1-milhoes-no-trimestre-ate-outubro.html>. Acesso em: 29 mar. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em 29/03/2021. Acesso em: 01 abr. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego. Acesso em: 01 abr. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Taxa de desocupação, por idade**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego. Acesso em: 01 abr. 2021.

IKONEN, H.; NIKUNEN, M. Young adults and the tuning of the entrepreneurial mindset in neoliberal capitalism. **Journal of Youth Studies**, v. 22, n. 6, p. 824-838, 2019.

KARAMBÉ, Y. Le Parcours Professionnel des Jeunes au Mali vers l'Auto-entrepreneuriat. **Cadernos de Estudos Africanos**, jan.-jun. 2019, v. 37, 89-112.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EDUSP/EPU, 1980.

KRAMER, D. From worker to self-entrepreneur: The transformation of homo economicus and the freedom of movement in the European Union. **European Law Journal**, v. 23, n. 3-4, p. 172-188, 2017.

LEVRATTO, N.; SERVERIN, E. Become independent! The paradoxical constraints of France's "auto-entrepreneur" regime. **Journal of Small Business Management**, v. 53, n. 1, p. 284-301, 2015.

LIMA, D. R. *et al.* O Processo de Abertura de Micro e Pequenas Empresas e a Desburocratização Com a Implantação do Sistema REDESIM No Município De Aracaju. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE**, v. 6, n. 1, p. 107, 2020.

LOPES, M. C. R. Subjetividade e Trabalho na Sociedade Contemporânea. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 91-113, mar./jun. 2009.

MALLIMACI, F; BÉLIVEAU, V. G Historia de vida y métodos biográficos. **Estrategias de investigación cualitativa**, v. 1, p. 23-60, 2006.

MARTINS, H. H.T. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.

MARTINS, M. *et al.* A psicodinâmica do reconhecimento no trabalho de informática de terceirizados de uma instituição pública. **Rev Bras Med Trab.**, 2017; 15(3):244-51.

MARTINS, Jean Gleyson Farias *et al.* Análise dos benefícios X desempenho do programa microempreendedor individual no Nordeste do Brasil. **Revista Ciências Administrativas ou Journal of Administrative Sciences**, v. 26, n. 1, 2020.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

MIRANDA, A. R. A; CAPPELLE, M. C. A; MAFRA, F. L. N. Contribuições do método História de Vida para estudos sobre identidade: o exemplo do estudo sobre professoras gerentes. **Ciencias da Administração**, v. 16, n. 40, p. 59-74, 2014.

MUSIO, A. Human Capital and Self-Entrepreneurship. The Concept of Robbed Time. **Cuadernos de Bioética**, 2018, 29(96): 193-201.

NAÚDE, W. Entrepreneurship in Not a Binding Constraint on Growth and Development in the Poorest Countries. **World Development.**, v. 39, n. 1, pp. 33-41, 2011.

NOGAMI, V. K. C; MEDEIROS, J; FAIA, V. S. Análise da evolução da atividade empreendedora no Brasil de acordo com o Global Entrepreneurship Monitor (GEM) entre os anos de 2000 e 2013. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 3, n. 3, p. 31-76, 2015.

NOVAES, M. M. M; CARVALHO, A. B. As Implicações da Precarização do Trabalho no Novo Contexto Social e Organizacional. **Revista Valore**, Volta Redonda, v. 4, Ed. Especial, p.90-102, 2019.

OIT. **Organização Internacional do Trabalho**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_734838/lang--pt/index.htm. Acesso em: 27 abr. 2020.

OLIVEIRA, A. S.; CASTRO, C. A.; SANTOS, H. S. Trabalho Informal e Empreendedorismo: Faces (In)Visíveis da Precarização. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 4, n. 3, set./dez. 2017.

OLIVEIRA, E. N. P.; MOITA, D. S.; AQUINO, C. A. B. O Empreendedor na Era do Trabalho Precário: relações entre empreendedorismo e precarização laboral. **Psicologia Política**, v. 16, n.36, pp. 207-226, maio-ago. 2016.

OLIVEIRA, R.; SAMPAIO, S. S. Neoliberalismo e Biopoder: o indivíduo como empresa de si mesmo. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 167-177, jan./jul. 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Agenda 2030 – ONU Brasil**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 18 maio 2020.

PAULILO, M. A. S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço social em revista**, v. 2, n. 1, p. 135-145, 1999.

PEREIRA, S. O. G.; CABRAL, J. P. C. Informalidade e Crise do Emprego no Brasil. **Revista Humanidades e Inovação**, v.6, n.18, 2019.

POZZEBON, M.; PETRINI, M. Critérios para condução e avaliação de pesquisas qualitativas de natureza crítico-interpretativa. **Pesquisa Qualitativa em Administração**: fundamentos, métodos e usos no Brasil, 2013, p.51-72.

REMENYI, D.; WILLIAMS, B.; MONEY, A.; SWARTZ, E. **Doing research in business and management**: an introduction to process and method. London: Sage Publications, 1998.

RIBEIRO, A. F. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais**, v. 19, n. 35, p. 65-79, 2015.

RIBEIRO, P.; CORREIA, J.; CAMELO, J. A inserção social no mercado de trabalho: Representações de empregadores sobre as suas experiências na adoção de medidas de incentivo à empregabilidade. In: **Atas do II International Meeting of Industrial Sociology, Sociology of Organizations and Work—“Work, Professions and Organizations: Tensions, Paths and Public Policies**, 2017, p. 170-187.

RIBEIRO, T. M.; TEIXEIRA, R. M. A criação de negócios por empreendedores jovens: estudo de casos múltiplos no estado de Sergipe. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas - REGEPE**, v.1, n.1, jan/abril, 2012.

ROSENFELD, C. Autoempreendedorismo Forma emergente de inserção social pelo trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 89, Out.2015.

ROSENFELD, C. L. Labour, self-entrepreneurship in Brazil and paradoxes of social freedom. **Transfer**. 2018, v. 24(3), 337–352.

SANTOS, A. L.; GIMENEZ, D. M. Inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Estudos Avançados**, v. 29, (85), 2015.

SANTOS, C. L.; KERN, M.T. As Juventudes e a Reforma da Previdência: Os Impactos Jurídico-Sociais aos Jovens no Brasil. **Revista Jurídica em Pauta**, Bagé-RS, v. 1, n. 2, 2019.

SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresa. **Estudo sobre o Empreendedorismo Informal no Brasil 2018**. Maio, 2019. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/06/Empreendedorismo-Formal-x-Informal-2018-v7.pdf>. Acesso em: 12 maio 2020.

SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresa. **O Perfil do MEI 2019**. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/perfil-do-microempreendedor-individual/#relatorios>. Acesso em: 08 maio 2020.

SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresa. **Tudo o que você precisa saber sobre o MEI**. Disponível em: https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-e-ser-mei,e0ba13074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD_. Acesso em: 08 maio 2020.

SHANE, S.; VENKATARAMAN, S. The promise of entrepreneurship as a field of research. **Academy of Management Review**. v. 25, n. 1, pp. 217-226, 2000.

SILVA, A. M. A uberização do trabalho docente no Brasil: uma tendência de precarização no século XXI. **Trabalho Necessário**. v.17, n. 34, set-dez, 2019.

SILVA, A. P. *et al.* " Conte-me sua história": reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico: estudos em psicologia**, v. 1, n. 1, 2007.

SILVA, P. H. I. O Mundo do Trabalho e a Pandemia de Covid-19: um olhar sobre o setor informal. **Caderno de Administração**, v. 28, Edição E, p. 66-70, 2020.

SILVA, D. R.; LIMA, F. P. O discurso do empreendedorismo e inovação nas relações de trabalho: um estudo de Vagas Arrombadas. **Organicom**, Ano 16, N. 31, 2º Sem. 2019.

SILVA, A. B.; COSTA, A.V. Políticas e Programas Públicos que Oportunizam a Inserção do Jovem no Mercado de Trabalho. **ID on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**. v.13, n. 43, p. 967-981, 2019.

SILVA, W. N.; CRESPO, A.; GIL, A. C. Aspirações e Temores de Jovens Empreendedores. **PRETEXTO**, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 48-65, abr-jun, 2017.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação aa técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, v.17, n. 1, 2015.

SIMOES, N.; CRESPO, N.; MOREIRA, S. B. Individual determinants of selfemployment entry: What do we really know?. **Journal of economic surveys**, v. 30, n. 4, p. 783-806, 2016.

SOBRINHO, G. K. **Economia dos setores populares e inserção social pelo trabalho**: a reprodução da vida para além da norma salarial. 2018. 252 f. Tese (Doutorado em Políticas

Sociais e Cidadania) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania Universidade Católica do Salvador, Salvador-BA, 2018.

SOUZA, A. M. Jovens e educação empreendedora: que discurso é esse? **Educ.**, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 217-229, jul./dez 2006.

SPINDOLA, T; SANTOS, R. D. S. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa (dora?). **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 37, n. 2, p. 119-126, 2003.

STAKE, R. E. **Pesquisa Qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

STEVENS, H. Le Régime de L'auto-Entrepreneur: Une Alternative Désirable Au Salariat? **Savoir/Agir**, 2012, v.3, n. 21.

TEMKIN, B. Informal Self-Employment in Developing Countries: Entrepreneurship or Survivalist Strategy? Some Implications for Public Policy. **Analyses of Social Issues and Public Policy**, v. 9, n. 1, 2009, pp. 135-156.

TOLEDO, L. A.; DE FARIAS SHIAISHI, G. Estudo de caso em pesquisas exploratórias qualitativas: um ensaio para a proposta de protocolo do estudo de caso. **Revista da FAE**, v. 12, n. 1, 2009.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, 2014.

VIVANT, E. Etre auto-entrepreneur, c'est pas si facile. **Journée d'études: Le travail indépendant: santé et conditions de travail**. 2013.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista

Entrevista em Profundidade

DADOS GERAIS	
Nome	
Idade	
Sexo	
Cor	
Escolaridade	
Estado Civil	
Local de trabalho	
Ramo de atividade	
Há quanto tempo trabalha no ramo	

DIA 01

Nota explicativa: entrevista livre, com a menor intervenção possível por parte do pesquisador.

Q1: Conte sua história de vida até o atual estágio do seu trabalho (sua infância, sua juventude, como você iniciou a empreender agora na vida adulta)

DIA 02

Nota explicativa: Entrevista de forma livre com a seleção de partes do resgate histórico que se alinhem ao fenômeno pesquisado e solicitar do entrevistado um aprofundamento daquele evento, momento ou fato específico do relato histórico.

Possíveis resgates a serem feitos com base nas falas do dia 01:

a) Fatores de influência do trabalho por conta própria informalmente

Q2: Fale um pouco sobre como os fatores individuais influenciaram você trabalhar por conta própria ainda tão jovem (idade, gênero, estado civil, número de filhos);

Q3: Explane sobre os fatores psicológicos que podem ter influenciado na decisão de trabalhar por conta própria (medo do fracasso, motivação);

Q4: Fale um pouco sobre a influência dos seus pais nos seus negócios;

Q5: Me fale sobre a sua educação, como ela influenciou no seu trabalho. Fale também sobre sua experiência profissional;

Q6: Fale sobre as questões econômicas no seu trabalho, como foi para iniciar os negócios;

Q7: Fale sobre as condições do seu trabalho e como a pandemia do Coronavírus o afetou;

Q8: Fale sobre sua motivação em trabalhar na informalidade e como você percebe as políticas públicas que incentivam o processo de formalização.

b) Condições do trabalho autoempreendedor

Q9: Fale o que pensa sobre trabalhar por conta própria, destacando as vantagens e desvantagens.

c) Inserção social dos jovens pelo trabalho autoempreendedor

Q10: Fale como usou suas habilidades para se inserir no seu ramo de negócio e quais são suas estratégias utilizadas no dia a dia para atrair e manter a clientela;

Q11: Fale sobre seus desejos, anseios de vida e como utiliza suas estratégias para alcançá-los.

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “O AUTOEMPREENDEDORISMO INFORMAL E A INSERÇÃO SOCIAL DE JOVENS PELO TRABALHO”. Esse estudo tem o objetivo de compreender como ocorre a inserção dos jovens no mercado de trabalho, por meio do autoempreendedorismo informal, na cidade de Aracaju-SE. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

O participante da pesquisa fica ciente que ela será desenvolvida junto a jovens autoempreendedores informais na cidade de Aracaju-SE.

O participante da pesquisa não é obrigado a responder as perguntas contidas no instrumento de coleta dos dados da pesquisa. O mesmo tem a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo quando desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem penalizações. Ressalta-se que os participantes deste estudo são voluntários, assim não receberão remuneração e nenhum tipo de recompensa.

Como benefícios provenientes desta pesquisa espera-se: verificar os fatores que influenciaram os jovens a autoempreender informalmente; averiguar a percepção dos jovens quanto às condições do trabalho autoempreendedor e verificar as estratégias utilizadas pelos jovens para se inserirem socialmente no trabalho por meio do autoempreendedorismo, observando a articulação dos recursos pessoais e as questões de adaptação e/ou resistência ao trabalho; construir conhecimentos teóricos sobre o autoempreendedorismo; apresentar os resultados do estudo em congressos nacionais; elaborar artigos para revistas científicas nacionais; promover orientações de monografias e artigos científicos de alunos da Universidade Federal de Sergipe em temáticas relacionadas ao empreendedorismo jovem e pequenos negócios; fornecer base teórica e empírica para futuros estudos sobre empreendedorismo jovem em Aracaju. É válido esclarecer que os participantes da pesquisa, neste momento, não serão beneficiados com o estudo em questão. Num futuro próximo, os resultados da pesquisa poderão fomentar estratégias que resultem em melhorias na gestão dos empreendimentos informais, promovendo benefícios diretos a todos os seus usuários, incluindo os participantes deste estudo.

Os riscos da pesquisa são das espécies: social, intelectual e emocional. Pode ocorrer a devolução ou comunicação inapropriada de resultados dos estudos. Dúvidas ou interpretações equivocadas das questões, por parte dos respondentes, podem surgir. Ainda existe o risco de constrangimento ao participante. Os riscos são mínimos e transitórios, para minimizá-los o pesquisador do estudo adotará uma postura altamente profissional. Os resultados da pesquisa serão expostos de forma ampla, após aprovação em congresso ou revista científica. Tal postura garante que o estudo foi apreciado por revisores, possui qualidade e está apto para ser divulgado para a comunidade. No mais, o aplicador do instrumento de pesquisa (roteiro de entrevista) ficará de prontidão e à disposição para dar soluções aos questionamentos que porventura surjam.

Os dados obtidos durante a pesquisa serão mantidos em sigilo, assegurando ao participante a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Os resultados poderão ser divulgados em publicações científicas, mantendo sigilo dos dados pessoais.

Durante a realização da pesquisa, serão obtidas as assinaturas dos participantes da pesquisa e do pesquisador, também, constarão em todas as páginas do TCLE as rubricas do pesquisador e do participante da pesquisa.

Caso o participante da pesquisa desejar, poderá pessoalmente, ou por meio de telefone, entrar em contato com o pesquisador responsável para tomar conhecimento dos resultados parciais e finais desta pesquisa.

A qualquer momento, o participante voluntário poderá fazer perguntas ao pesquisador, que tem a obrigação de prestar os devidos esclarecimentos. Caso não se sinta esclarecido, o voluntário pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em pesquisa com humanos da Universidade Federal de Sergipe (UFS). O CEP em questão é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos na UFS (Resolução CNS 466/2012), garante, assim, os direitos e a dignidade dos sujeitos participantes desses estudos. O CEP pode ser contatado via telefone (79) 3194-7208, através do e-mail: cephu@ufs.br ou no endereço: Campus da Saúde Prof. João Cardoso Nascimento JR - Prédio do Centro de Pesquisas Biomédicas – Rua Cláudio Batista, s/n - Bairro Sanatório - Aracaju/SE.

TERMO DE COMPROMISSO DOS PESQUISADORES

Garantimos que este Termo de Consentimento será seguido e que responderemos a quaisquer questões colocadas pelo participante.

Profa. Rúbia Oliveira Corrêa

Doutora em Administração - Responsável pela pesquisa

(79) 99954-8059

rubia.ufs@gmail.com

Darlane Amorim Vieira

Mestranda em Administração - Responsável pela pesquisa

(77) 98829-3099

darlane@uesb.edu.br

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO COMO VOLUNTÁRIO(A) DA PESQUISA

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “O AUTOEMPREENDEDORISMO INFORMAL E A INSERÇÃO SOCIAL DE JOVENS PELO TRABALHO”, como participante da pesquisa. Fui devidamente orientado(a) pela pesquisadora Darlane Amorim Vieira sobre a pesquisa, os objetivos, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para os propósitos acima descritos. Além de ter sido garantido o sigilo e o anonimato dos meus dados, fui informado(a) que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade.

_____, _____ de _____ de ____

(Cidade)